

SÔNIA GUARIZA MIRANDA

**CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA:
POLÍTICAS E PRÁTICAS SÓCIO-PEDAGÓGICAS
DO PODER PÚBLICO EM CURITIBA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação, na linha Economia Política da Educação do Programa de Pós-Graduação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Prof^a Dr^a Maria de Fátima Quintal de Freitas.

CURITIBA
2005

À minha família, e, especialmente,
minha mãe, meus filhos, netas e
amigos que compartilharam a
caminhada....

NÓS TAMBÉM AMAMOS A VIDA
(Poema dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba)

Para vocês vida bela / Para nós favela
Para vocês carro do ano / Para nós resto de pano
Para vocês luxo / Para nós lixo
Para vocês escola / Para nós pedir esmola
Para vocês ir à lua / Para nós morar na rua
Para vocês coca-cola / Para nós cheirar cola
Para vocês avião / Para nós camburão
Para vocês academia / Para nós delegacia
Para vocês piscina / Para nós chacina
Para vocês imobiliária / Para nós Reforma Agrária
Para vocês compaixão / Para nós organização
Para vocês tá bom, felicidade / Para nós...igualdade
Nós também amamos a vida,
Nós também queremos viver.

AGRADECIMENTOS

A todos os que, de forma acolhedora, me possibilitaram estar junto para aprender, discutir, observar, refletir e ousar sonhar.

A todos os que, ao constatarem meus dilemas, me encorajaram.

A todos os que, ao perceberem minhas dificuldades, não me permitiram que eu sucumbisse diante delas.

A todos os que, solidariamente, se somaram ao projeto de construir um mundo melhor, pois, ainda que seja um projeto... nos possibilita olhar para a mesma direção....e lutar.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE ANEXOS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
CAPÍTULO I	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. JUSTIFICATIVA	8
1.2.1. RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA	8
1.2.1.1. A ideologização das causas do problema	8
1.2.1.2. O Estatuto da Criança e do adolescente como referência demarcatória	10
1.2.1.3. Resultados de nossas pesquisas anteriores	11
1.2.1.4. Posicionamentos denunciadores de outros espaços sociais	14
1.2.1.5. Posicionamentos da mídia	19
1.2.1.6. Dados contraditórios do Município de Curitiba	20
CAPÍTULO II	24
2.1. ANUNCIANDO OS CAMINHOS TEÓRICOS	24
2.1.1. A ESCOLHA DAS CATEGORIAS METODOLÓGICAS:	
TOTALIDADE E CONTRADIÇÃO	24
2.1.2. A ESCOLHA DAS CATEGORIAS DE CONTEÚDO:	
HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE	26
2.1.3. A ESCOLHA DA SUB-CATEGORIA DE CONTEÚDO:	
IDENTIDADE SOCIAL	30
CAPÍTULO III	32
3.1. PERSPECTIVA HISTÓRICA - CRIANÇA E ADOLESCENTE	
EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	32
3.1.1. A FORMAÇÃO OBJETIVA DO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO	
CONSTITUÍDO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	32

3.1.1.1. A origem material e temporal da situação de rua de crianças e adolescentes no Período Colonial e Império no Brasil	33
3.1.1.2. A situação de rua da infância e adolescência nas etnias indígenas no Brasil	36
3.1.1.3. Um breve recorte histórico das políticas sociais para a infância e adolescência pobres e excluídas no Brasil	37
3.1.1.4. A década de 80 do Século XX – o aparecimento e institucionalização do conceito “meninos de rua” no Brasil	43
3.1.1.5. A década de 90 do Século XX – o emergir do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	46
3.1.2. ADESÃO ATIVA OU PASSIVA DO MNMMR – MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA DO BRASIL ÀS FORMAÇÕES POLÍTICAS DOMINANTES	51
3.1.2.1. Origem e trajetória histórica	52
3.1.2.2. Contribuições sociais	54
3.1.2.3. Estrutura organizativa	56
3.1.2.4. Articulações políticas	58
3.1.2.5. Constituição dos membros	60
3.1.2.6. Atividades internas	61
3.1.2.7. Manutenção e custeio	62
3.1.2.8. Situação atual no Município de Curitiba.....	63
3.1.2.9. Desarticulação do Movimento	68
3.1.2.10. Um retomada possível	70
3.1.3. RELAÇÕES ENTRE GRUPOS DOMINANTES E GRUPOS DE DEFESA DE DIREITOS	76
3.1.3.1. O 1º Congresso Brasileiro de Proteção À Infância – 1922	77
3.1.3.2. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) – 1976	82
3.1.3.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) – 1992	91
3.1.3.4. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) – 1994	96
CAPÍTULO IV	101
4.1. INVESTIGAÇÃO CONJUNTURAL	101

4.1.1. PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS PARA	
COLETA DE DADOS.....	102
4.1.2. ANÁLISES DAS DINÂMICAS DE DISCUSSÕES ENTRE	
PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL NO COMTIBA	110
4.1.2.1. Dados comentados da história do COMTIBA	110
4.1.2.2. Análise dos dados obtidos nas atas do COMTIBA	118
4.1.2.2.1. Estrutura das reuniões do COMTIBA- atividades e temas.....	119
4.1.2.2.2. Posse, prefeiturização e adiamento da atuação do COMTIBA	120
4.1.2.2.3. Reinstalação do COMTIBA – minimizando o abalo da	
prefeiturização	122
4.1.2.2.4. A demarcação do poder estatal no COMTIBA - relações	
assimétricas com a sociedade civil	124
4.1.2.2.5. A contra-hegemonia da sociedade civil	126
4.1.2.2.6. Criação dos Conselhos Tutelares – confronto entre	
Poder Público e sociedade civil	123
4.1.2.2.7. Predomínio institucional do Poder Público na	
correlação de forças entre Poder Público e	
sociedade civil	132
4.1.2.2.8. O tema criança e adolescente em situação de rua	
nas atas do COMTIBA	138
4.1.3. AS PRÁTICAS SÓCIO-PEDAGÓGICAS	
NOS ABRIGOS DA FAS – FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL	
DE CURITIBA	151
4.1.3.1. O atendimento nos Abrigos segundo o documento normativo	152
4.1.3.2. Depoimento da Gerência de Abrigos	166
4.1.3.3. Posicionamentos das Coordenações de Abrigos	189
4.1.3.3.1. Caracterização das Coordenações de Abrigos	190
4.1.3.3.2. Conceituação de criança e adolescente “de rua/na rua”	191
4.1.3.3.3. Caracterização das famílias dos educandos dos Abrigos	195
4.1.3.3.4. Abordagens com famílias – omissões do sistema	198
4.1.3.3.5. A relação dos Abrigos com a escola	202

4.1.3.3.6. Relações dos educandos dos Abrigos com a comunidade	204
4.1.3.3.7. O vínculo dos educandos com a comunidade interna dos Abrigos	205
4.1.3.3.8. Necessidade de novas unidades de Abrigos	208
4.1.3.3.9. Os casos mais difíceis dentro dos Abrigos	210
4.1.3.3.10. A segurança nas unidades de Abrigo	211
4.1.3.3.11. As primeiras abordagens e as atividades internas nos Abrigos.....	213
4.1.3.4. Posicionamentos dos educadores sociais	218
4.1.3.4.1. Caracterização dos respondentes	218
4.1.3.4.2. Ingresso, qualificação e atuação profissional dos educadores sociais	219
4.1.3.4.3. Preparo prévio dos educadores sociais	220
4.1.3.4.4. Formação continuada e reflexão sobre a prática dos educadores sociais	222
4.1.3.4.5. Conceito de criança e adolescente “de rua/na rua” segundo os educadores sociais.....	224
4.1.3.4.6. Causas da situação de rua de crianças e adolescentes	225
4.1.3.4.7. Formas de resolução do problema segundo os educadores	227
4.1.3.4.8. A experiência dos educadores sociais e a formulação de novas propostas.....	228
4.1.3.4.9. Os educadores sociais e a criação de novos programas	230
4.1.3.4.10. Principais problemas e dificuldades	231
4.1.3.4.11. Atividades dos educadores sociais nos Abrigos	233
4.1.3.4.12. As famílias dos educandos segundo os educadores sociais	256
CAPÍTULO V	260
5.1. SUBSÍDIOS PARA UMA PEDAGOGIA VOLTADA	
PARA A ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL E	
PESSOAL - A PROPOSIÇÃO DA SÓCIO-PEDAGOGIA	260
5.1.1. Uma releitura da temática criança e adolescente em situação de rua – as contribuições da Pedagogia Socialista	263
5.1.2. Identidade social – contribuições da Psicologia Social latino-americana	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
BIBLIOGRAFIA	294
ANEXOS	301

INDICE DE QUADROS

QUADRO I – COMPARATIVO DE DADOS QUANTITATIVOS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA	21
QUADRO II – RECORTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EXCLUÍDOS DO PERÍODO COLONIAL ATÉ A DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX.....	38
QUADRO III – SÍNTESE DO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA– 1922	78
QUADRO IV - SÍNTESE DO RELATÓRIO DA CPI - 1976.....	84
QUADRO V – SÍNTESE DO RELATÓRIO DA CPI – 1992.....	91
QUADRO VI – SÍNTESE DO RELATÓRIO DA CPI – 1994.....	94
QUADRO VII – ESTRUTURAS DAS UNIDADES DE ABRIGO INVESTIGADAS.....	214

ÍNDICE DE ANEXOS

1. TRECHOS LITERAIS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA PUBLICADOS EM JORNAIS DO PARANÁ.....	301
2. ROTEIRO BÁSICO PARA ENTREVISTA COM O MNMMR – MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA – CURITIBA.....	303
3. SOLICITAÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA DE CURITIBA PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	304
4. SÍNTESE DO DOCUMENTO “PROCEDIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE ABRIGO” (PMC , 2000).....	306
5. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS DESTINADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA – FAS.....	309
6. PROCEDIMENTOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA COLETIVA SEMI-ESTRUTURADA PARA COORDENADORES DE PROGRAMAS DESTINADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FAS.....	311
7. MENSAGEM, ORIENTAÇÕES E QUESTIONÁRIO PARA EDUCADORES SOCIAIS DE PROGRAMAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FAS.....	314

RESUMO

A proposta que orienta este estudo é investigar como na área de políticas públicas e respectivas práticas sócio-pedagógicas para a criança e o adolescente em situação de rua no Brasil, o Estado Capitalista tem lidado com as estratégias de resistência e oposição da sociedade civil. A concepção teórico-metodológica de suporte do estudo foi o materialismo histórico e dialético, tomando-se como categorias metodológicas a totalidade e a contradição, e como categorias de conteúdo, a hegemonia do capitalismo exercida pelo Poder Público, a subalternidade e a identidade social de crianças e adolescentes em situação de rua. O estudo envolveu uma perspectiva histórica de análise, cobrindo desde o Brasil Colônia até o emergir do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Na pesquisa de campo, desenvolvida em Curitiba, foi considerado o período imediatamente posterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, até o ano de 2004, objetivando: a) a análise das dinâmicas de discussões entre o Poder Público e da sociedade civil como componentes do COMTIBA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, e respectivas políticas públicas formuladas, expressas nas atas de suas reuniões desde sua criação em 1992 até 2003; b) a apreensão e análise das práticas sócio-pedagógicas presentes em programas sob a responsabilidade do Poder Público municipal de Curitiba, em 2003 e 2004, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de depoimentos de gerentes, coordenadores e educadores sociais que atuam nestes programas. Na análise dos dados foi possível estabelecer a unidade dialética constituída pela hegemonia exercida pelo Poder Público e a subalternidade dos educandos e, em muitos momentos, das coordenações e educadores sociais. Também se objetivou, neste estudo, a busca de subsídios para a proposição de uma pedagogia voltada para a área da criança e do adolescente em situação de rua e de risco social e pessoal, tendo-se como resultante a proposição da Sócio-Pedagogia, fundamentada na Pedagogia Socialista e na Psicologia Social latino-americana.

Palavras-chave: Criança e Adolescente em situação de rua; Políticas Públicas; Práticas Sócio-Pedagógicas; Pedagogia Socialista; Psicologia Social; Sócio-Pedagogia.

ABSTRACT

This study is an investigation, in the area of public policies and respective socio-pedagogic practices for the children and adolescents in the situation of living in the streets in Brazil, of how the Capitalist State has been dealing with the resistance and opposition strategies of the civil society. The theoretical and methodological conception supporting this study was the dialectical and historical materialism, having as methodological categories the totality and the contradiction and, as content categories, the Public Power hegemony, the subalternity and the social identity of the children and adolescents in the situation of living in the streets. The study was based on a historical perspective of analysis, covering from the Colonial Brazil until the creation of the Statute of Children and Adolescents in 1990. In the field research, carried out in Curitiba, it was considered the period immediately after the promulgation of the Statute of Children and Adolescents, in 1990, until the year of 2004, having as its objectives: a) the analysis of the dynamics of the discussions between the Public Power and the civil society as components of the COMTIBA – the Curitiba Municipal Council of the Rights of the Children and Adolescents, and the respective public policies formulated, and expressed in the minutes of its meetings from its foundation in 1992 until 2003; b) the apprehension and analysis of the socio-pedagogic practices present in the programmes, under the responsibility of Curitiba Municipal Public Power in 2003 and 2004, directed to children and adolescents in the situation of living in the streets, based on the statements of managers, coordinators and social educators who work in these programmes. In the data analysis, it was possible to establish the contradictory dialectic unity constituted by the hegemony of the Public Power and the subalternity of the children and the adolescents and, many times, of the coordinations and social educators themselves. Furthermore, we also aimed, in the present study, to search for concrete support for the proposition of a pedagogy directed towards the children and adolescents living in the streets and in social and personal risk, having reached the conclusion that the Socio-pedagogy, fundamented in the Socialist Pedagogy and in the Latin American Social Psychology, is the best proposition to be considered.

Key words: Children and adolescents in the situation of living in the streets; Public Policies; Socio-pedagogic practices; Socialist Pedagogy; Social Psychology; Socio-pedagogy.

CAPÍTULO I

1.1. INTRODUÇÃO

“O problema dos meninos (em situação¹) de rua tem sido debatido internacionalmente como um desafio que demanda urgente solução, à medida que parece se agravar e atingir significativa parcela das populações empobrecidas em todo o mundo. Neste sentido, o Brasil tem sido apontado como um dos países onde o fenômeno atingiu uma das mais dramáticas dimensões: milhões de crianças são mantidas à margem da sociedade. Estas crianças crescerão sem que tenham tido a oportunidade de experimentar o que é um de seus direitos básicos, ou seja, a garantia de condições que assegurem um desenvolvimento saudável. No entanto, os direitos mais elementares são flagrante e cruelmente violados quando crianças são privadas do contato com a família; quando não têm acesso à educação e são forçadas a trabalharem e lutarem pela própria sobrevivência desde os primeiros anos de suas vidas.” (RIZZINI, 1995, p.13).

O presente trabalho de tese parte de referências teórico-práticas que vêm sendo construídas por nós em relação ao objeto de investigação criança e adolescente em situação de rua, em algumas pesquisas, bem como em ações de extensão que foram desenvolvidos sob nossa coordenação², e ainda dados levantados em ações junto a movimentos sociais de defesa de direitos da criança e do adolescente. Assim, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa:

Na área de políticas públicas³ e respectivas práticas sócio-pedagógicas⁴ para a criança e o adolescente em situação de rua no Brasil, como o Estado capitalista tem lidado

¹ Termo por nós introduzido nesta citação.

² A pesquisa mencionada foi: Miranda, s.g. **“Diagnóstico e problematização de ações governamentais e não-governamentais para o resgate da cidadania de crianças e adolescentes de rua em Curitiba”** (1995-1999). As intervenções em comunidade em nível de extensão foram: **“Formação de Educadores da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias”**(1999), e **“A organização do trabalho pedagógico não-escolar : a construção cotidiana em comunidade alternativa”** (2000), ambos desenvolvidos na Chácara Meninos de Quatro Pinheiros, Município de Mandirituba, Paraná, proposta alternativa envolvendo processo de auto-gestão entre educadores sociais e crianças e adolescentes egressos das ruas de Curitiba.

³ Estamos conceituando neste trabalho o termo “política pública” de acordo com o enfoque marxista que entende o Estado em sua natureza de classe: “(...) não é o Estado que funda a sociedade civil, que absorve em si a sociedade civil, pelo contrário, é a sociedade civil, entendida como conjunto das relações econômicas (essas relações econômicas são justamente a anatomia da sociedade civil), que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante”. (MARX, 1859, in: GRUPPI, 1995, p.27.).

com as estratégias de resistência e oposição da sociedade civil, com ênfase no município de Curitiba, no período após a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990?

Os elementos específicos da abordagem conjuntural desenvolvida em investigação de campo no município de Curitiba, compreendendo o início da década de 90 do Século XX até 2004, foram norteados pelos objetivos do presente estudo, a saber:

1. Análise das dinâmicas de discussões entre Poder Público e sociedade civil enquanto componentes do COMTIBA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, e respectivas políticas públicas formuladas, expressas nas atas de suas reuniões desde a criação do COMTIBA em 1992 até 2003.
2. Apreensão e análise das práticas sócio-pedagógicas presentes em programas sob a responsabilidade do Poder Público municipal de Curitiba, em 2003 e 2004, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de depoimentos dos responsáveis pela gestão e execução dos mesmos.
3. Busca de subsídios para a proposição de uma pedagogia voltada para a área da criança e do adolescente em situação de rua e de risco social e pessoal.

Fizemos a opção por focar o problema de pesquisa trabalhando na dimensão orgânica e na dimensão conjuntural, fundamentando em GRAMSCI (2000) ambas as dimensões. Desta forma, para este autor, os fenômenos orgânicos (movimentos orgânicos) são compreendidos como aqueles que possuem amplo alcance histórico, bem como crítica histórico-social que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas

Neste enfoque, a formulação das políticas do poder público se caracteriza como o conjunto de intencionalidades programáticas, determinadas pela natureza de classe do Estado em questão.

⁴ O termo “prática sócio-pedagógica” é aqui empregado para designar a ação educativa cotidiana desenvolvida, quer individualmente, quer coletivamente, no contexto de suas determinações sociais, independentemente de estar ou não subsidiada por princípios científicos e metodológicos, e não vinculada aos espaços formais da escola, mas desenvolvida em espaços de programas não-escolares governamentais e não-governamentais com a participação de profissionais que não são necessariamente professores habilitados. Admite-se, portanto, a existência de práticas sócio-pedagógicas mais espontâneas ou mais elaboradas, dependendo da conjuntura que envolve a atuação do educador social. Adotamos também o termo “prática sócio-pedagógica” diferenciando-o completamente das “medidas sócio-educativas” que são prescritas pelos artigos 112 a 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente, exclusivamente para adolescentes autores de atos infracionais ou em conflito com a lei, o que não é o caso, necessariamente, do universo abordado por este trabalho.

imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Já, os fenômenos (movimentos) de conjuntura implicam em crítica política miúda, do dia-a-dia que envolve pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder, bem como esforços incessantes e perseverantes – terreno “ocasional” - no que se organizam as forças antagonistas, numa perspectiva de preparação. (GRAMSCI, 2000, pp. 36-7)

Buscamos precisamente compreender esta articulação entre análises de alcance histórico e análises de conjuntura nas questões que envolvem as políticas e os respectivos programas do Poder Público destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, considerando que não são abrangências mutuamente excludentes, muito pelo contrário, se intercomplementam. Consideramos igualmente importante não esquecer o alerta de GRAMSCI: “o erro que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas, ou seja, não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional”. (GRAMSCI, 2000, p.37).

No desenvolvimento da abordagem orgânica, de amplo alcance histórico, para análise do grupo social subalterno de crianças e adolescentes em situação de rua, o presente estudo tomou, para sua estruturação, os critérios indicados por GRAMSCI em seu Caderno 25, escrito em 1934 (2002), a saber:

“A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. Portanto, deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as conseqüências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovação ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4)

as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc.” (GRAMSCI, Caderno 25/1934, 2002,p.139 –40).

Assim, os elementos necessários à compreensão do problema em sua abordagem orgânica foram tratados no Capítulo III contendo a Perspectiva Histórica - Criança e Adolescente em Situação de Rua no Brasil. Embora esta perspectiva comportasse informações coletadas de fontes teóricas, procuramos em toda a sua extensão imprimir às informações o rigor de uma análise subsidiada na releitura das informações, segundo os critérios gramscianos já citados (GRAMSCI, 2002, p. 139-40), tendo sido constituídos nesta Perspectiva Histórica os seguintes sub-tópicos:

- a. A formação objetiva do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, em conformidade com primeiro critério metodológico de GRAMSCI (2002, p. 139-40), compreendendo o Período Colonial até o emergir do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Para tal foi realizada uma busca teórica em autores da área da criança e do adolescente, notadamente PILLOTI e RIZZINI (1995), IMPELIZIERI (1995), VENÂNCIO (1999) e RIZZINI (2000),
- b. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil –MNMMR, foi por nós analisado tendo em foco o segundo critério metodológico de GRAMSCI (2002, p. 139-40), ou seja, o grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua, no Brasil, analisado em relação à sua adesão ativa ou passiva⁵ às formações políticas dominantes, suas tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as conseqüências que tais tentativas tiveram na determinação de processos de decomposição e de renovação ou de nova formação. O MNMMR foi também analisado inserido no quarto critério metodológico de GRAMSCI (2002, p. 139-40) de tomar as formações próprias deste grupo subalterno, crianças e adolescentes em situação de rua, em relação a suas reivindicações

⁵ Embora tenhamos respeitado e incorporado conceitos gramscianos na formulação de vários tópicos e objetivos deste trabalho, conforme anteriormente demonstrado, entendemos necessário ampliar certos termos. No caso deste tópico ampliamos o termo gramsciano “adesão ativa ou passiva”. Assim, consideramos como “adesão ativa” a atitude política básica por parte de grupos sociais subalternos no sentido de garantir

de caráter restrito e parcial. As informações foram buscadas em materiais documentais do MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil, bem como em entrevista com o Coordenador e Vice-Coordenador deste Movimento em Curitiba.

- c. As relações entre os grupos dominantes e os grupos de defesa dos direitos na perspectiva da manutenção do consenso e do controle da subalternidade do grupo social crianças e adolescentes em situação de rua, de acordo com terceiro critério metodológico de GRAMSCI (2002, p. 139-40), sendo que tais informações foram buscadas em fontes documentais em quatro momentos históricos que se nos configuravam como sínteses das tendências em suas respectivas épocas, a saber: a) 1ª Congresso Nacional de Proteção à Infância ocorrido em 1922; b) Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) sobre o problema da criança e do menor carentes de 1976; c) Comissões Parlamentares de Inquérito (federais) sobre a criança e o adolescente da década de 90, a saber, sobre o extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua/1992, e, apuração de responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil/ 1994.

A pesquisa de campo foi originalmente concebida para abordar dois contextos de programas para crianças e adolescentes em situação de rua, ofertados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, notadamente pela Fundação de Ação Social de Curitiba, a saber: a) os Abrigos de Nível I, de permanência breve, e de Nível II, de permanência continuada; b) os Programas em Meio Aberto, desenvolvidos nas ruas de Curitiba. Para tanto, foram elaborados e aplicados os instrumentos de coleta de dados nos dois contextos, envolvendo entrevistas semi-estruturadas e questionários. Entretanto, em razão da demora de mais de dois anos da Prefeitura Municipal de Curitiba em conceder a autorização para a pesquisa e o conseqüente atraso na coleta dos dados, bem como o volumoso acervo de dados obtidos, e face ao prazo estabelecido pelo programa de pós-graduação, foi necessário desmembrar os contextos em duas pesquisas: uma referente aos Abrigos de Nível I e Nível II, a ser apresentada para a defesa da presente tese, e outra referente aos Programas desenvolvidos

estratégias anti-hegemônicas e superadoras da subalternidade, e como “adesão passiva” as estratégias reprodutoras da hegemonia dos grupos dominantes e perpetuadoras da própria subalternidade.

em Meio Aberto, que será finalizada logo após a defesa da tese de doutorado, em texto separado, analisando os dados que já foram coletados neste contexto.

A pesquisa desenvolvida, em seu todo, se configurou pela opção metodológica materialista histórica e dialética, com características qualitativas⁶, sem, contudo, prescindir, dicotomizar ou secundarizar a importância de dados quantitativos, e, com preocupações quanto a uma compreensão dialética dos fenômenos investigados, numa perspectiva de totalidade, sem perder de vista os fenômenos conjunturais mais específicos envolvidos.

“(...)é importante enfatizar que a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa ‘doutrina’ ou numa espécie de *suma teológica*. Não se pode constituir numa camisa de força fundada sob categorias gerais não-historicizadas. Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente.” (FRIGOTTO,1994, p.73).

Nesta perspectiva teórico-metodológica, os fundamentos para as categorias empregadas nas análises realizadas se constituíram a partir das categorias metodológicas totalidade e contradição, das categorias de conteúdo hegemonia e subalternidade, e da subcategoria identidade social. Estes fundamentos de pesquisa são introduzidos no Capítulo II,

⁶ Estamos empregando no presente trabalho o conceito de “pesquisa qualitativa” de acordo com a síntese conceitual feita por MONTEIRO (1991): “LÜDKE e ANDRÉ (1986) dizem que BOGDAN e BICKLEN, em seu livro **A Pesquisa Qualitativa em Educação**, apresentam cinco características básicas que servem de referencial para discutir a pesquisa qualitativa. São elas: 1) A pesquisa qualitativa tem o seu ambiente natural, como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, consequentemente, o contato direto e prolongado do pesquisador com a justificativa de que os fenômenos são muito influenciados pelo seu contexto, sendo tratados em seu ambiente natural. 2) Os dados coletados são predominantemente descritivos. Encontram-se descrições de pessoas, situações, acontecimentos, incluindo descrições de entrevistas, depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de documentos. Sendo considerados importantes todos os dados da realidade, o pesquisador deve atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada. 3) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O pesquisador deve verificar como um determinado problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. 4) O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Deve haver a tentativa de captar a “perspectiva dos participantes”, ou seja, a maneira como estes encaram as questões que estão sendo enfocadas. 5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Não é preocupação dos pesquisadores buscar evidências que comprovem hipóteses definidas *a priori*. As abstrações se formam ou se consolidam a partir da inspeção de dados, num processo de baixo para cima. Essa não colocação de questões formuladas, antecipadamente, não significa a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e análise dos dados. O processo é como um funil: no início, questões ou focos de interesses amplos, que no final se tornam diretos e específicos”. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11, in: MONTEIRO,R., 1991, pp. 28-9).

denominado “Anunciando os Caminhos Teóricos”, sendo retomados nas análises do Capítulo V.

Para a consecução do objetivo 1 desta pesquisa foram obtidos dados nas Atas do COMTIBA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba e documentos legais normativos deste Conselho em relação à sua criação, implantação, funcionamento. Para a interpretação destes dados foram consideradas as contribuições de TAVARES (2004) e BOBBIO (1994), referentes às conceituações de “gestão tecnocrática”, característica manifesta em dados de gestões municipais correspondentes ao período investigado, e as contribuições de GOHN (2001), CUT (2000) e CNBB (1997) referentes à participação da sociedade civil, enquanto movimentos sociais ou ONGs- Organizações Não-Governamentais pelos direitos da criança e do adolescente, nos Conselhos paritários.

Para o objetivo 2 desta pesquisa foram coletados dados em documentos de sistematização de programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua executados pelo Poder Público Municipal de Curitiba, em entrevistas com gerentes da Fundação de Ação Social de Curitiba- F.A. S, onde estão alocados os referidos programas, em entrevistas com coordenadores dos programas em foco, e em questionários aplicados a educadores sociais dos programas citados. As análises destes dados foram contempladas no Capítulo IV, logo após sua apresentação, tomando como aporte de análise o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como elaborações feitas em nossas pesquisas anteriores nesse contexto.

Para o objetivo 3 desta pesquisa, no Capítulo V deste trabalho, foram destacados alguns dos dados coletados em campo, fazendo-se uma releitura com vistas a proposições de uma pedagogia voltada para esta área. A partir destas análises fundamentadas nas contribuições da Pedagogia Socialista expressas em MAKARENKO (1976 e 1985), CAPRILES a respeito de MAKARENKO (1989), e GRAMSCI (1989 e 2000), e nas contribuições da Psicologia Social latino-americana expressas em CIAMPA (1984), MONTERO (1987) e MARTÍN-BARÓ (1983), tivemos como resultante a proposição da Sócio-Pedagogia.

Embora tenhamos referenciado o presente estudo através das categorias de conteúdo “hegemonia do Estado e das estruturas sociais”, e, “subalternidade de crianças e

adolescentes em situação de rua”, explicitadas no Capítulo II denominado “Anunciando os caminhos Teóricos”, não fizemos, entretanto, as investigações de campo a partir do universo manifesto por crianças e adolescentes, mas pela expressão de documentos e dos responsáveis pelos programas do Poder Público Municipal de Curitiba destinados a este contingente, gerentes e coordenadores, bem como de seus educadores sociais. Esta opção se justificou por se tratar de uma pesquisa que toma como objeto políticas do Poder Público e suas práticas sócio-pedagógicas, ou seja, toma como objeto os atores sociais que têm a intencionalidade de atuar sobre tais crianças e adolescentes, na esfera pública deste município.

1. 2. JUSTIFICATIVA

1.2.1. RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA.

1.2.1.1. A ideologização das causas do problema.

Esta parte do trabalho tomou como perspectiva clarificar as razões da escolha do tema deste projeto de tese. Partimos de informações contidas em estudos produzidos pelo poder público⁷ sobre a questão de crianças e adolescentes em situação de rua⁸ no município de Curitiba, que têm insistido em montar uma tipologia que permita distinguir no grupo de crianças e adolescentes em situação de rua basicamente dois sub-grupos: o dos que

⁷ Mais especificamente o documento denominado **Caracterização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Curitiba**, de autoria conjunta do IPPUC- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba e do NEICA- Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Criança e do Adolescente do Setor de Educação da UFPR, tornado público em junho de 1999.(Mimeo).

⁸ Em alguns tópicos deste trabalho mencionamos crianças e adolescentes em situação de rua ou em situação de risco com a seguinte diferenciação: “situação de rua” toma a conotação deste contingente estabelecer as ruas como espaço de moradia e sobrevivência e possuir ligações familiares distanciadas ou inexistentes; e, “situação de risco” toma a conotação de ser um contingente que estabeleceu as ruas como espaço de sobrevivência sem contudo morar nas ruas e mantendo o vínculo familiar com certa estabilidade. Com estas conotações não deixamos de considerar que crianças e adolescentes em situação de risco estejam, igualmente ao contingente em situação de rua, expostos aos mesmos fatores de violência urbana e de aliciamento concreto de vários atores sociais como traficantes, adultos de rua, policiais, etc, e às possibilidades concretas de mudarem sua situação “de risco” para “de rua” em virtude da apropriação da cultura da rua caracterizada pelo fascínio por uma pseudo-liberdade reforçado pela apropriação massificada de valores hedonistas típicos das sociedades capitalistas de consumo.

trabalham nas ruas e mantêm vínculo familiar estável, e, os que trabalham e permanecem nas ruas e possuem vínculos familiares instáveis ou rompidos, buscando demonstrar que os pertencentes ao primeiro sub-grupo estão em menor condição de risco social, pois se enquadram como trabalhadores. Temos contestado tal tipologia em outros trabalhos⁹, pois entendemos que é preciso considerar que estudos realizados na América Latina¹⁰ indicam claramente que as condições familiares fragilizadas tendem a se agravar em situações de miserabilidade e pauperização, e na seqüência os vínculos familiares vão se enfraquecendo, além disso, é preciso considerar o potencial depreciativo e ideologizado que os termos “desestruturante” e “desestruturado” contêm. Muitas crianças e adolescentes que acabaram ficando nas ruas para moradia e busca de formas de sobrevivência, iniciaram este processo através da própria geração de renda supervisionada pelas famílias, estas premidas pela materialidade excludente das sociedades capitalistas geradoras da proletarização precarizada. Gradualmente estas crianças e adolescentes se apropriam da cultura da rua, e aprendem a sobreviver neste espaço sem suas famílias. Em abordagens por nós realizadas em outros estudos pudemos verificar que muitos programas, inclusive governamentais, de caráter meramente assistencialista, ensinam às crianças e aos adolescentes que sobreviver nas ruas é possível (MIRANDA, 1999).

Entendemos que devem ser evitadas análises que concentrem no argumento da desestruturação familiar, de forma generalizada, a causa da situação de rua para crianças e adolescentes, para privilegiar análises que tomam este fator como uma consequência de fatores sociais e econômicos mais amplos como a própria estrutura das sociedades capitalistas modernas, com o agravamento desta situação a partir da segunda metade do Século XX com o emergir de Estados neoliberais¹¹.

⁹ Especificamente em um trabalho em que contestamos os resultados do estudo oficial já referido, formulado no documento: MIRANDA, S.G. **Crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba – um olhar interinstitucional Governo/ Universidade**, Curitiba, UFPR, 2000. O referido documento foi apresentado em sessão ordinária do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Curitiba, em junho de 2000.

¹⁰ Maiores informações sobre estes estudos na América Latina podem ser obtidas em RIZZINI (1995).

¹¹ Estamos empregando o termo “Estados neoliberais” no presente trabalho, em consonância com a síntese conceitual apresentada por FERNANDES (2000), que se refere aos pilares fundamentais do neoliberalismo, a saber: “Em primeiro lugar, uma marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento econômico soberano.(...)O segundo pilar da viragem neoliberal é a crescente tendência à desregulamentação das

“(...) famílias que não têm acesso à escolarização, aos serviços de saúde, ao emprego e às condições de moradia são fragilizadas perante as crises de seu ciclo vital e perante outros desafios como a migração, por exemplo. As crises sociais as atravessam num efeito cascata, que produzem mais exclusões e maus-tratos. (...) O chavão ‘desestruturada’, além de desdenhoso e impreciso, dificulta que cada uma das famílias em extrema carência possa ser considerada em sua dignidade e especificidade e, por um mecanismo perverso, faz recair sobre as próprias famílias segregadas a culpa por sua segregação”. (GREGORI, 1998, p. 21-2).

Os próprios espaços de manifestação das políticas neoliberais têm apresentado dados que indicam a estrutura social como determinante da pobreza e da exclusão de crianças e adolescentes. Segundo dados apontados pelo Banco Mundial, citados no relatório da UNICEF sobre *A infância brasileira nos anos 90*, 57% da pobreza nacional atinge crianças e adolescentes na faixa de zero a 17 anos de idade: “Considerando-se que, na população total, o percentual dessa faixa etária situa-se ao redor de 41%, verifica-se facilmente como a pobreza afeta mais acentuadamente os jovens. Por outro lado, entre os efeitos da pobreza na infância encontram-se a desnutrição e o trabalho infantil, dois fenômenos que, certamente, contribuem para a perpetuação da iniquidade existente”.(UNICEF, 1998, p.53).

1.2.1.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente como uma referência demarcatória.

Em termos formais e legais é possível constatar que no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente são colocados como prioridade absoluta, pois de acordo com o art. 227 desta Constituição:

atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na superioridade da ‘eficiência do mercado’ em relação ao ‘burocratismo do Estado’. (...) O terceiro é a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência, em diversos países no pós-guerra, dos Estados de bem-estar social. Em função da crise fiscal destes, avolumam-se pressões para a particularização de benefícios sociais.” (FERNANDES, L.. **Neoliberalismo e reestruturação capitalista**. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P.54-5)

“ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito: à vida, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Além de colocá-los a salvo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.(BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 227)

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre a aprovação do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990, que vem a expressar os direitos destes sujeitos, com enfoque radicalmente inovador, rompendo em seu texto com as formas assistencialistas, inquisitórias e estigmatizantes tradicionais manifestas no antigo Código de Menores aprovado em 1979, em plena vigência do período da ditadura militar, (vinte anos após a declaração dos Direitos da Criança de 1959!) que reproduzia a ótica da situação irregular do menor de conduta anti- social presente no primeiro Código de Menores do Brasil, de 1927. Na verdade, o conceito “menor” trazia uma carga bastante significativa de preconceito em relação aos filhos das famílias pauperizadas, e com forte presença de práticas correcionais – repressivas, concepção ainda presente em muitos segmentos da sociedade brasileira.

Na perspectiva de superação do paradigma do “menor em situação irregular”, focando especificamente a infância e juventude pobres, dos dois Códigos de Menores no Brasil, um de 1927 e outro de 1979, o ECA (1990) se coloca como um conjunto de princípios e encaminhamentos destinados a toda criança e adolescente, independentemente de sua origem cultural, religiosa, racial, social e econômica. Em razão de sua importância para a área, estaremos tratando diretamente de seu conteúdo e das implicações para o contexto brasileiro, no Capítulo III, de Perspectiva Histórica do tema criança e adolescente em situação de rua, bem como subsidiando nossas análises sobre os dados coletados em campo, no Capítulo IV.

Em razão da importância histórica do ECA e considerando que após a sua aprovação a sociedade brasileira teve acesso a um instrumento voltado para a doutrina de proteção integral calcada em princípios emancipatórios, o que tentamos avaliar ao longo de todo este trabalho, é se, em termos fáticos, a atuação das Políticas Públicas ocorreu na perspectiva de manter ou superar o problema da marginalização de crianças e adolescentes

que buscam a sobrevivência e formas de moradia nas ruas. Desenvolvemos esforços para analisar, ao longo deste trabalho, especificamente no Capítulo IV nas análises dos dados de campo, se após o surgimento do ECA as práticas de intervenção sob a tutela do Estado mantiveram mais um caráter paliativo ou buscaram a solução pelas vias da transformação de um modelo sócio-econômico excludente, gerador de concentração de renda e privilégios e de manutenção da hegemonia das classes sociais abastadas.

1.2.1.3. Resultados de nossas pesquisas anteriores.

Tomando como referência resultados de estudo exploratório por nós desenvolvido¹², onde foram levantados dados acerca das políticas municipais em Curitiba destinadas a crianças e adolescentes em situação de rua, a seguir estão expostos dados levantados no estudo referido onde foram abordados cinco grupos de sujeitos envolvidos em programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua no município de Curitiba:

1. educadores sociais de programas governamentais;
2. profissionais da gerência municipal de programas para crianças e adolescentes em situação de rua;
3. dirigentes e educadores sociais de programas governamentais;
4. dirigentes de programas não- governamentais;
5. crianças e adolescentes em situação de rua que apesar da passagem por diversos programas, governamentais e não-governamentais, permaneciam nas ruas.

¹² Pesquisa exploratória por nós desenvolvida na UFPR denominada **Diagnóstico e problematização de ações governamentais e não governamentais para o resgate da cidadania da criança e do adolescente em situação de rua em Curitiba**, compreendendo o período de 1995 a 1999. A síntese das reflexões levantadas naquele estudo foi apresentada oralmente em mesa redonda no I Seminário de Psicologia Social Comunitária: Juventude e Sociedade Contemporânea – reflexões sobre perspectivas de futuro, realizado em Curitiba, nos dias 26 e 27 de abril de 2002, numa promoção do NUPCES – Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

No recorte que se segue buscar-se-á voltar o olhar especificamente sobre os dois elementos mais diretamente envolvidos no contexto da rua, ou seja, as crianças e os adolescentes, e, seus educadores sociais, e no âmbito específico da área governamental do Município de Curitiba.

As abordagens que fizemos através de entrevistas com crianças e adolescentes em situação de rua naquele estudo, localizados pelo critério de serem sujeitos que não se adaptavam a programa algum, e que haviam sido inseridos em diversos deles, governamentais e não-governamentais, voltando às ruas e ali permanecendo, permitiram levantar as seguintes interpretações:

- a violência física e/ou psicológica intra-institucional, governamental e não-governamental, praticada ou consentida pelos responsáveis por programas;
 - a dimensão opressora do aparato público em suas decisões sobre a trajetória histórica de suas vidas, excluindo-os de qualquer nível de decisão sob a alegação de que os adultos e o aparelho judicial do poder público agem sempre em nome do melhor interesse da criança e do adolescente;
 - a perda e/ou proteção de identidade manifestada pelo uso de apelidos demarcados por características físicas, ou pela adoção de nomes fictícios e pela migração freqüente no circuito urbano, para reduzir o risco de ser encontrado pelos programas oficiais;
 - a ambigüidade do sentimento oscilante entre a saudade da casa que foi deixada para trás, e a resistência em retornar a ela em decorrência da violência doméstica de um dos pais ou parentes;
 - a culpa pelo abandono à mãe e/ ou aos irmãos praticado pela criança ou adolescente ao ir para as ruas;
 - o assistencialismo incoseqüente de diversos programas, governamentais e não-governamentais, que ensinam como sobreviver sem sair das ruas;
 - a violência e o aliciamento às drogas praticados por policiais civis e militares;
 - a intolerância da sociedade, manifesta pelo “bom conselho para corrigir-se”, pela “salvação da alma através de orações” onde prevalece a interpretação de
-

que o problema está na criança e no adolescente “inadaptados”, e não nas relações sociais que induziram sua ida às ruas;

- a dependência às drogas, a impotência e o fatalismo diante disso;
- o sentimento de ambigüidade diante da rua: o fascínio do aceno de liberdade e dos amigos da rua/ o medo do abandono e da violência policial;
- a prostituição infanto-juvenil praticada pela sociedade, ignorada pelo Estado e incentivada pela família;
- o sonho de um lugar no qual faça sentido um recomeço, lugar que não o torne refém sem condição de ser sujeito de sua história vivida;
- o desejo de retornar às origens e salvar a família .

As abordagens de nossa pesquisa realizadas com educadores sociais de rua da PMC (Prefeitura Municipal de Curitiba) em relação às crianças e adolescentes por eles atendidos, permitiram apreender em seus relatos, os seguintes elementos interpretativos, que sintetizamos a seguir:

- o despreparo para a função, de número predominante de educadores sociais, gerando tentativas individualizadas de práticas cotidianas de abordagem, referenciadas por saberes consubstanciados no senso comum, calcadas na ótica de culpabilizar a vítima pela sua condição, bem como práticas fragmentadas, desarticuladas e assistencialistas;
- a ausência de espaços institucionais públicos para encaminhamentos dos casos de drogadição, ou para abrigamentos;
- a ausência de formas institucionais de absorção, reflexão e aproveitamento para novos direcionamentos, dos dados emergentes das abordagens nas ruas feitas pelos educadores sociais;
- ausência de clareza sobre seu papel como educadores sociais na vida das crianças e adolescentes em situação de rua abordados;
- impossibilidade de entender as causas macro-sociais da exclusão de crianças e adolescentes, remetendo estas causas para a desestruturação familiar ou para a

opção destes sujeitos pela rua, reproduzindo o discurso oficial, o discurso da mídia e parte da literatura da área;

- ausência de espaços estruturados nas universidades ou outras instituições para capacitação continuada, planejada e conseqüente, para os educadores sociais que atuam nas ruas;
- descompromisso da escola em absorver crianças e adolescentes com histórico de vida nas ruas, atuando de forma a reproduzir estigmas e estereótipos.

1.2.1.4. Posicionamentos denunciadores de outros espaços sociais.

O termo crianças e adolescentes em situação de rua, empregado no presente estudo, se coloca como opção alternativa ao termo “meninos de rua” já consagrado pela literatura da área, porque buscamos refletir sobre o lugar que é dado pela sociedade a este contingente quando semanticamente se equaciona o sujeito como sendo da rua, naturalizando este lugar de excluído.

Outros pesquisadores, como GREGORI (1998), têm também demonstrado discordância quanto à denominação “crianças e adolescentes de rua”:

“A excessiva ênfase no indivíduo e as políticas sociais que se formam a partir da segmentação das questões dos idosos, das crianças, das mulheres, do trabalho, da escola e da violência dificultam a ênfase nas conexões e nos contextos relacionais nos quais os dramas humanos se desenrolam. Os exemplos mais evidentes da fragmentação do olhar podem ser vistos nas referências às ‘crianças de rua’, consideradas quase como se brotassem do asfalto, ou aos adolescentes infratores, descritos como uma horda vinda de país distante e cujos pais aparecem no noticiário exclusivamente à beira dos portões das unidades de internação”. (GREGORI, 1998, p.20).

Nesta perspectiva, torna-se necessário problematizar outro conceito romantizado por alguns segmentos da sociedade que equacionam a permanência e a moradia nas ruas por crianças e adolescentes, como um ato de escolha e exercício de sua liberdade individual. Em alguns casos a romantização do conceito vai também buscar respaldo legal no próprio ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 16, inciso I, utilizando de forma equivocada, ou o que é pior, de forma ideologizada, o termo “direito de ir e vir”, e desta forma descaracterizando a violação por parte da sociedade e do Estado de outros direitos fundamentais consagrados pelo ECA, como “direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária”. (ECA, art.4º).

Assim, nosso intuito é colocar em discussão o fato de crianças e adolescentes, no atual quadro das sociedades capitalistas, serem colocadas na rua compulsoriamente, pelo sistema social e econômico reforçado por esse modelo de Estado, atualmente agravado por concepções predominantemente neoliberais, que se omite de suas funções sociais básicas. Através de esquemas ideológicos diversos tenta-se mascarar o problema como sendo fruto de uma escolha ou ainda a natural expressão de algo que sempre foi assim: há pobres e ricos desde que o mundo é mundo, e a característica de meninos de rua nas grandes cidades é apenas manifestação nova desta verdade eterna.

Em diversos estudos, os dados levantados na América Latina mostram que uma conjugação de fatores conduz crianças e adolescentes às ruas, predominantemente fatores combinados de natureza econômica e psicossocial. Entre os fatores mais significativos são apontados: a) necessidade de contribuir para o orçamento familiar, devido à falta de recursos financeiros; b) conflitos familiares; c) uma associação entre ambos. (RIZZINI, 1995, p.73).

Embora se concorde na presente análise com esta afirmativa, não se pode deixar de considerar que este tipo de pressuposto não esgota, ou não explora em profundidade, quais fatores levaram à necessidade da família contar com o trabalho de suas crianças e seus adolescentes para compor sua renda familiar, ou que tipo de circunstâncias levaram a conflitos familiares tão graves que induziram estas crianças e adolescentes a buscar a saída nas ruas. Ao deixar aberta esta questão, este tipo de argumentação permite interpretações de culpabilização das famílias de baixa renda pela própria exclusão e marginalização.

Coloca-se a necessidade de entender o universo familiar desses sujeitos que foram colocados em situação de rua, para sobrevivência e/ou moradia, e assim, igualmente, a necessidade de compreensão das determinações para o ingresso precoce na exploração capitalista do trabalho destes sujeitos. VOGEL e MELLO (1991) enfocam esta questão em pesquisa detalhada na cidade de Goiânia, abordando o que denominaram de “burla ao direito à infância”:

“Da concepção do papel de criança faz parte um corolário sobre o modo de disposição do tempo dessa criança. Quando este passa a destinar-se predominantemente ao trabalho, ou quando o tempo dedicado às atividades laborais começa a concorrer com os folguedos; quando o tempo passado no trabalho é maior do que o passado em casa ou na escola, este fato é percebido como um iniquidade que se comete contra a criança. (...) Como as limitações inerentes ao seu papel de criança restringem ao máximo a sua capacidade de se opor eficazmente a esta antecipação, configura-se o drama ao qual se dedica toda essa reflexão, articulada ou dispersa, que poderíamos chamar de a teoria da infância traída”. (VOGEL e MELLO, 1991, p. 134, in: GREGORI, 1998, p. 5).

O que é de fundamental importância ressaltar também, em absoluta concordância com GREGORI (1998), é que o universo familiar de crianças e adolescentes em situação de rua ao ser investigado permite que sejam levantadas algumas hipóteses sobre os denominados “processos expulsivos”, ou seja, o contato e a exposição com o mundo da rua pode incidir com um processo que se inicia no núcleo familiar e na experiência com a escola. Neste dois contextos, família e escola, processos expulsivos de diferentes naturezas culminam por apontar, a crianças e adolescentes, a rua como uma saída. GREGORI (1998, p.4) recorre a MINAYO (1992) em seus estudos sobre três diferentes situações familiares: “crianças e adolescentes que vivem com a família e buscam sustento em atividades no universo da ‘rua’; aqueles que vivem com seus familiares na rua; e um último grupo constituído por aqueles que estavam rompendo ligações de moradia com a família”. Fugindo de uma interpretação naturalizante da situação de pobreza das famílias investigadas, MINAYO (1992) chega a conclusões que “sugerem uma determinação na ordem dos conflitos familiares e, em particular, das violências corporais contra os filhos. Ainda que a violência corporal e outras espécies de violência sejam em grande medida

reveladoras dos processos expulsivos, não é possível tomá-las como fator central da saída de casa”. (MINAYO, 1992, in: GREGORI, 1998, p.7).

Segundo GREGORI (1998), com a qual concordamos, é necessário considerar outras estratégias que as famílias das classes pauperizadas empregam para lidar com adversidades circunstanciais, sem recorrer ao rompimento dos vínculos familiares. São estratégias como a “circulação de crianças”, expressão empregada por FONSECA em seus diversos trabalhos (1984, 1985, 1986, 1987, 1989), e CARDOSO (1984), que se refere ao fenômeno significativo entre famílias brasileiras e de outros países latino-americanos, de baixa renda, envolvendo crianças e adolescentes que passam parte considerável de suas vidas fora de casa de seus genitores, sendo criados por outros parentes ou afins. (GREGORI, 1998, p. 7-9).

“Isso nos leva a considerar ao menos dois pontos: o primeiro deles é o de ‘relativizar’ a idéia de abandono por parte das famílias, uma vez que outras alternativas de acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos foram buscadas e resta saber quais são, no contexto familiar mais extenso, os fatores que rompem essa expectativa, e põem em andamento um processo expulsivo. Em segundo lugar, a decisão pela internação de um ou mais filhos também pode ser vista como uma forma de circulação de crianças usando o circuito institucional.” (GREGORI, 1998, p. 7).

As formas pelas quais historicamente as famílias atingidas pela pobreza engendraram estratégias de enfrentamento às impossibilidades de suprirem as necessidades emergentes de suas proles devem ser compreendidas. Entre estas formas incluímos o recurso às Casas das Rodas dos Expostos, no período colonial e imperial, pela impossibilidade concreta das famílias recorrerem a políticas públicas que as amparassem, pura e simplesmente pela inexistência das mesmas, pois habitualmente o Estado brasileiro historicamente foi usuário da prática de “punir” as famílias por sua própria pobreza, delas retirando suas proles.

A prática das famílias pauperizadas de recorrer à circulação de crianças, entretanto, esteve sempre atrelada a paradoxos, pois enquanto era garantido ao filho doado uma “posição simbólica” decorrente de seus laços de sangue, por outro lado lhe era negado “o lugar concreto como filho na vivência cotidiana”. (VOGEL MELLO, 1991, p. 82, in GREGORI, 1998, p.8).

Consideramos importante mencionar as contribuições de GREGORI (1998, pp.97-102) que dedica um tópico ao estudo da “circulação de crianças”, a partir tanto de autobiografias de crianças e adolescentes em situação de rua, quanto de históricos de vida, pois interessa-nos demonstrar a complexidade envolvida no movimento de busca de identidade e pertinência que em muitos casos envolve a ida para as ruas, por crianças e adolescentes.

Em se tratando de processos expulsivos que induzem crianças e adolescentes às ruas, este estudo não poderia deixar de mencionar as questões relativas à escola. A maioria dos estudos realizados no Brasil indica que a frequência de crianças e adolescentes em situação de rua à escola é bastante irregular, sendo perceptível que há maior efetividade dessa frequência nos primeiros meses do ano letivo, mudando esse quadro ao final do ano, “quando a maior parte já desistiu ou foi aconselhada pela escola a voltar no ano seguinte para tentar novamente”. (RIZZINI, 1995, p.95, in GREGORI,1998, p.79). Além dos problemas relativos à frequência, há a questão dos baixos níveis de escolaridade, tendo ocorrido pesquisas que apontaram para uma grande disparidade entre idade e série, sendo a principal causa desta disparidade a repetência. (MINAYO, 1992, in BOAL e FRANGELA, 1998, p.79),

RIBEIRO (1991), em estudo específico, aponta a repetência como principal obstáculo para o aumento da escolaridade no Brasil. Outros autores apontam também esta questão:

“(...) há esforço generalizado das famílias em manter os filhos na escola, desmentindo as afirmações correntes de que o abandono escolar seria resultado de uma imposição ou indiferença familiar em relação à escolaridade. Contudo, esse esforço não se traduz em uma melhora da escolaridade. Avaliando a situação, os autores são categóricos em responsabilizar o sistema educacional e nele a cultura da repetência como principais causas do fracasso e atraso escolar.” (BOAL e FRANGELLA, 1998, p.96).

1.2.1.5. Posicionamentos da mídia.

A sociedade, de uma forma geral, não raro se manifesta nos meios de comunicação através de afirmativas que induzem a culpabilizar as famílias pauperizadas pelo abandono de seus filhos nas ruas, bem como pelo abandono à escola. Alguns exemplos desse processo

de culpabilização, através de mídia, podem ser constatados em trechos literais coletados em jornais diários no Paraná, colocados em anexo deste trabalho (Anexo 1), nos quais as posições explicitadas por si só são auto-explicativas das concepções que contêm. Nos trechos do referido material sintetizamos as seguintes posições sobre a criança e o adolescente em situação de rua:

1. entendimento de que há uma tipologia uniformizada de famílias de crianças e adolescentes em situação de rua desconhecendo-se desta forma as particularidades históricas de cada caso, e com isso simplificando a abordagem;
2. concentração da explicação da causa da situação de rua de crianças e adolescentes na ausência de responsabilidade das famílias, colocando sobre todas elas estigmas como alcoolismo, drogadição, violência doméstica, com enfoque individual de construção da vida da criança e do adolescente para as ruas e, minimizando a análise dos determinantes sociais e econômicos;
3. simplificação das características das crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social e pessoal: os expostos, os excluídos ou rejeitados pela família, os órfãos e sem parentes, etc., novamente não analisando as diferentes determinações que cercam os casos em que se agregam os fatores de ausência de condições materiais, econômicas, de profissionalização e educabilidade das famílias, etc., além de desconsiderar que estes são corolários da sociedade capitalista;
4. imputação da responsabilidade pela marginalização nas próprias crianças e adolescentes, criando o estigma do “malandro” que faz a opção pela rua por motivações hedonistas, e por falta de uma educação disciplinadora;
5. proposição de métodos repressivos da sociedade através da polícia, no entendimento de que a repressão policial é a estratégia necessária para corrigir o desvio de conduta;
6. atribuição do agravamento do problema ao Estatuto da Criança e do Adolescente, no entendimento de que este é um meio legal permissivo e “uma peça idílica”, concebido, portanto, fora da realidade, e que impede a ação das estruturas sociais repressivas através da polícia.

Entendemos que, embora ocorram honrosas exceções, segmentos significativos da mídia exercem o papel reprodutor e de manutenção do “*status quo*”, uma vez que as estruturas das sociedades capitalistas lhes atribuem esta função, porém o efeito de ocultamento da realidade que tais posicionamentos exercem sobre a sociedade de forma geral, impede que se faça a pergunta fundamental: a quem cabe a responsabilidade por estas famílias estarem desempregadas, desescolarizadas, desinstrumentalizadas para o trabalho, e para todas as dimensões de cidadania: política, econômica, cultural, social, etc.? Os segmentos da sociedade que estão alertados para as questões sociais permanecerão atuando sobre as conseqüências e não sobre as causas, enquanto não forem devidamente aprofundadas as reflexões sobre as determinações históricas que geram a subalternidade dos grupos sociais marginalizados através das estratégias hegemônicas de acumulação de riqueza e de produção e manutenção da miséria.

1.2.1.7. Dados contraditórios do Município de Curitiba.

Voltando o olhar para o contexto do município de Curitiba, onde desenvolvemos a investigação de campo do presente trabalho, verificamos em estudo anterior que não há nenhum consenso entre os diversos espaços que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua, sobre o contingente quantitativo de crianças e adolescentes em situação de rua. No referido estudo¹³ sobre a questão demonstramos a grande variabilidade de dados quantitativos de fontes diversas em períodos próximos, conforme pode ser conferido no quadro a seguir:

QUADRO I

Comparativo de dados quantitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba

¹³ MIRANDA, S.G. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em Curitiba – Um Olhar Interinstitucional Governo/Universidade**, apresentado em reunião ordinária do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Curitiba, em junho de 2000. Mimeo.

Ano de divulgação do dado	Órgão oficial que emitiu o dado	Nº de crianças e adolescentes em situação de rua
1992	IPPUC	236
1994	IPPUC	851
1996	SMCr	221
1997	JORNAL DO ESTADO	1160
1997	SMCr (verbal)	1150
1999	CRIANÇA EM SEG.	718/1044
1999	CADASTRO SMCr	1070
1999	NEICA/UFPR	111

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

SMCr – Secretaria Municipal da Criança de Curitiba.

SMCr (verbal) – discurso em evento oficial da Secretária Municipal da Criança de Curitiba em 1997.

CRIANÇA EM SEGURANÇA – Programa de Abordagem de Rua desenvolvido em parceria entre a Secretaria Municipal da Criança e a Polícia Militar do Paraná.

CADASTRO DA SMCr – Cadastro utilizado pelo estudo em parceria realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, IPPUC, SMCr de Curitiba, e NEICA.

NEICA/UFPT- Resultado do estudo denominado “Caracterização das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Curitiba, realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Criança e o Adolescente da UFPR, em parceria com a PMC, IPPUC e SMCr .

(Os dados da SMCr e do programa Criança em Segurança foram obtidos com pedido oficial, interno, desta pesquisadora, não tendo sido divulgados na mídia ou em espaços institucionais externos)

O último dado, de 111 crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba no ano de 1999, foi contestado por nós em evento próprio já mencionado neste texto, em função da discrepância em relação aos demais dados apontados em outros levantamentos. Sobre estes dados, naquela oportunidade, em nossas análises ponderamos que:

“Além das evidentes discrepâncias numéricas, difíceis de explicar, expostas acima, permanecem também as questões: enfim, se a crise de pauperização tornou-se mais aguda neste final de milênio, gerando indubitavelmente maior exclusão social, maior desemprego, maior migração rural, maior concentração de renda e fundiária, se a concepção de Estado afirma-se cada vez mais neoliberal, então como, com tudo isso, Curitiba reduziu cerca de 1050 crianças e adolescentes de rua para 111 em *apenas* dois anos, sem ter ampliado programas de atendimento nesta área, de forma compatível com tal demanda ?” (MIRANDA, 2000, p.8).

Naquela contestação destacávamos que no levantamento realizado pelo NEICA/UFPR em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba e seus aparelhos (IPPUC e Secretaria Municipal da Criança), cujo relatório final foi divulgado em junho de 1999, foi utilizado um instrumento de 62 questões, sendo possível a sistematização de 43 tabelas. A multiplicação dos instrumentos foi feita em 1070 unidades, tomando-se como critério a expectativa apontada por levantamento prévio dos dados cadastrados pela Secretaria Municipal da Criança de Curitiba (o que significa que aquela Secretaria Municipal possuía dados numéricos obtidos a partir de suas abordagens nas ruas com crianças e adolescentes, gerando uma expectativa de 1070 casos!). A aplicação destes instrumentos foi feita em áreas, segundo informações textuais do próprio documento: “foram montados mapas das áreas de cada Administração Regional onde estavam marcados os focos de atenção dos(as) meninos(as)” (PMC/IPPUC/NEICA-UFPR,1999, p.7). Entretanto o documento não esclarece quantos locais foram realmente investigados, apenas são mencionadas as regionais: Matriz, Portão, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Pinheirinho, Santa Felicidade, Bairro Novo. Desta abordagem descrita no referido documento resultou uma quantificação de 803 casos localizados, assim discriminados: 111 casos considerados “de rua”, sob as alegações de que os respondentes declararam dormir todos os dias na rua ou mais de três vezes por semana, não morarem com a família ou morarem com a família na rua, trabalharem, esmolarem e/ou usarem a rua como lazer durante o dia; 692 casos foram considerados “na rua”, sob as alegações de que os respondentes declararam dormir no máximo até três vezes por semana na rua, manter vínculo com a família, indicar que moram com a família em outro lugar, trabalham e esmolam e/ou usam a rua como lazer durante o dia. Dadas estas alegações os pesquisadores concluíram pelo dado de 111 crianças e adolescentes “de rua” em Curitiba, em 1999!

A argumentação daquele documento leva à montagem de uma tipologia de classificação de crianças e adolescentes “de rua” e “na rua”, buscando distinguir entre crianças e adolescentes que trabalham nas ruas e mantêm vínculo familiar estável, ou, que trabalham nas ruas e os vínculos familiares são instáveis, ou ainda de crianças e adolescentes que geram renda e vivem nas ruas e que não mantêm mais vínculos com a família. Essa tipologia desconsidera que estas crianças e estes adolescentes são sujeitos

históricos que são determinados por inúmeras condições de transitoriedade em suas situações de vida, de tal sorte que a nenhum deles pode ser garantido pertencer a um ou a outro tipo indefinidamente, até porque a condição extrema de miserabilidade leva ao agravamento das tensões familiares e ao esgarçamento destas relações.

Afora estas questões, é absolutamente necessário que se reflita sobre o grau de mascaramento do problema quando se alega que uma criança ou adolescente que venha a “dormir no máximo três vezes por semana nas ruas” caracterizando-os como estando “na rua” e não ser “de rua”! Além dos evidentes equívocos conceituais, incorre-se no grave posicionamento de não se atentar para as conseqüências de uma criança que está “na rua” permanecendo longe da guarda de adultos durante tanto tempo em exposição aos riscos da violência urbana, gerando um nível incalculável de vulnerabilidade, tanto emergencial quanto em relação à construção de sua própria identidade.

Assim, nos foi possível evidenciar que, em termos quantitativos, há dados desencontrados, resultantes de intencionalidades diversas de cada um dos olhares institucionais sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, derivados de procedimentos metodológicos com níveis diferenciados de rigor, e, conseqüentemente, decorrendo daí baixa confiabilidade. Se em estudos acadêmicos a intencionalidade pode ser quantificar os dados o mais próximo possível da realidade, em termos oficiais atuais a intencionalidade pode ser mascarar a realidade de que Curitiba é uma “capital social”, traduzindo-se a manipulação dos dados como estratégica do grupo hegemônico para minorar a visibilidade da desigualdade social.

Enfim, na conjuntura apresentada neste tópico procuramos explicitar as razões da intencionalidade do presente trabalho em investigar qual a situação no Município de Curitiba, no que concerne ao problema de pesquisa, aos objetivos e encaminhamentos metodológicos já explicitados na Introdução deste trabalho. Antes, porém, estaremos procedendo à explicitação de caminhos teóricos que subsidiaram o presente estudo.

CAPÍTULO II

2.1. ANUNCIANDO OS CAMINHOS TEÓRICOS

2.1.1. A ESCOLHA DAS CATEGORIAS METODOLÓGICAS: TOTALIDADE E CONTRADIÇÃO.

Na presente abordagem de análise procurar-se-á entender as causas da produção do fenômeno criança e adolescente em situação de rua fazendo-se a opção por vincular este tema à análise da trajetória da infância e da juventude desvalidas no Brasil, buscando entender este fenômeno dentro da sociedade capitalista de classes.

Para tanto, recorreremos às concepções do materialismo histórico e dialético, em suas análises sobre as relações sociais como construções sócio-históricas a partir do modo de produção de cada formação social; assim, as formas como os homens organizam a produção de sua existência, determinarão as formas como as relações sociais estarão dadas; estas relações estão demarcadas pela existência de classes sociais que desenvolvem interesses antagônicos. Assim, é importante considerar, conforme MARX e ENGELS que :

“não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.(...) (em) toda existência humana e portanto, (em) toda história(...) os homens devem estar em condições de poder viver para fazer história. Mas, para viver, é necessário antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer suas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de tal história, que é necessário, tanto hoje, como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.”(MARX e ENGELS, s/d., pp. 26 e 33)¹⁴.

Nesta perspectiva de análise, entende-se que a pobreza gerada pela exploração capitalista conduz a manifestações da vida cotidiana sob condições extremas, sendo a busca de moradia e sobrevivência nas ruas, tanto por adultos, como por crianças ou adolescentes, uma destas manifestações. Compreender a materialidade histórica destas manifestações, requer a busca de critérios teórico-metodológicos que permitam analisar os diversos fatores envolvidos no problema da subalternidade, e a relação dialética contraditória desta com a hegemonia.

¹⁴ Obra citada : **A ideologia alemã.**

Para atender à construção dos fundamentos das categorias metodológicas totalidade e contradição, são importantes as contribuições de LEFEBVRE (1991, p.237): “As leis do método devem ser concretas no sentido de que nos permitem penetrar em todo o objeto, em toda a realidade. Com efeito, são as leis internas, necessárias de todo devir: de todos os objetos e de cada objeto, do universo como totalidade e de cada objeto como parcela do universo.”

Nesta perspectiva, LEFEBVRE (1991), aprofundando a reflexão sobre a *lei da interação universal*, considera que :

“Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. É transformar a natureza – através do entendimento metafísico – num acúmulo de objetos exteriores uns aos outros, num caos de fenômenos. A pesquisa racional (dialética) considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também um conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é ‘fenômeno’, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial” (LEFEBVRE,1991, p.238)

Ainda nesta perspectiva, a categoria metodológica da contradição foi considerada, dentro do método dialético, buscando-se “captar a todo momento o movimento, a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam”.(KUENZER,1999, p.65).

Assim, também as contribuições de LEFEBVRE (1991) estarão sendo consideradas para a compreensão da lógica dialética. Esse autor, ao considerar a *lei da unidade dos contraditórios*, afirma que:

“A contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. E o método dialético não se contenta em dizer que ‘existem contradições’, pois a sofística, o ecletismo ou o ceticismo são capazes de dizer o mesmo. O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. (...) A contradição dialética, portanto, difere da contradição formal porque esta permanece na generalidade abstrata, enquanto a dialética se estabelece no universal concreto.” (LEFEBVRE,1991, p.238).

O presente trabalho buscou estabelecer as ligações, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios na manifestação dos grupos sociais subalternos de crianças e adolescentes em situação de rua, em relação às políticas sociais que sobre eles são concebidas, suas práticas sócio-pedagógicas, a concepção os programas, a atuação de seus educadores ou atores sociais responsáveis na área governamental, especificamente no município de Curitiba. Colocamos em foco a contradição entre Capital e Trabalho na perspectiva de analisar como o Poder Público Municipal, enquanto Estado capitalista, atua objetivamente na manutenção dos interesses das classes economicamente hegemônicas, atuando, portanto, em oposição aos interesses da classe trabalhadora, esta última representada pelas famílias das crianças e adolescentes em situação de rua, por segmentos da sociedade civil que atuam dentro do Conselho de Direitos e nos espaços de execução dos programas públicos, ou por grupos da sociedade civil que atuam na defesa de direitos em movimentos sociais.

2.1.2. A ESCOLHA DAS CATEGORIAS DE CONTEÚDO: HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE.

No presente tópico adotamos como eixo teórico a Pedagogia Socialista notadamente a partir das bases práticas de MAKARENKO e GRAMSCI, possibilitando uma releitura dos aspectos mais marcantes detectados na pesquisa de campo nos Abrigos sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Pedagogia de MAKARENKO tem sido empregada no Brasil, em alguns contextos de processos educativos de adolescentes cujas vidas chegaram a situações sociais limites, como é o caso de adolescentes em conflito com a lei, ou de adolescentes egressos da situação de rua, bem como no contexto da Educação Popular com objetivos diversos adequados a cada situação comunitária. Estaremos buscando aprofundar no presente trabalho o potencial desta Pedagogia nos contextos de crianças e adolescentes em situação de abrigo após uma inserção profunda, através de moradia e sobrevivência, na cultura de rua.

Uma das mais legítimas razões para uma aproximação com a Pedagogia de MAKARENKO reside no fato de sua forte vinculação ao materialismo histórico e dialético cujas bases de fundamentos foram estabelecidas por MARX, concepção que norteou todo o presente trabalho.

COSTA, educador brasileiro que durante sete anos, juntamente com sua esposa, dirigiu em Minas Gerais uma escola de meninas autoras de atos infracionais na cidade de Ouro Preto, na década de 70 do século XX, declarou que MAKARENKO foi o educador que mais os ajudou objetivamente a enfrentar aquela situação concreta, onde segundo sua expressão havia a presença de “grande brutalidade, de grande degradação pessoal de nossas educandas e de grande violência institucional” (COSTA, 1991, p.74).

COSTA (1991) coloca em questão posições de ceticismo de outros segmentos educacionais que apontavam a inviabilidade de, num contexto histórico-social capitalista como o da Brasil e da América Latina, ocorrer um trabalho pautado na Pedagogia de MAKARENKO, pelo seu teor socialista:

“Eu acredito que o educador pode trabalhar, em uma sociedade como a nossa, com as idéias, as concepções e as práticas makarenkianas desde que esse educador compartilhe com ele a concepção de mundo, a concepção de homem e a mesma teoria de conhecimento em que ele pautou a construção do seu sistema pedagógico, desde que esse trabalhador tenha o mesmo compromisso com a classe trabalhadora, tenha com a emancipação das classes subalternas o mesmo compromisso que teve MAKARENKO no seu tempo.” (COSTA, 1991, p.75)

Essa análise elaborada por COSTA (1991) levou em conta, para a viabilidade da utilização da Pedagogia de MAKARENKO no contexto brasileiro, a necessidade de se considerar o contexto institucional, o contexto social que “obriga o educador a remar contra a correnteza, obriga esse educador a pensar no coletivo, por exemplo, numa sociedade cujo ethos cultua o individualismo, o levar vantagem em tudo, a lei do mais forte, a lei do mais esperto, o consumismo. (COSTA, 1991, p. 76). Assim, para superar a impregnação dessa cultura altamente individualista é necessário promover a formação dos educadores para “ver no mundo não um dado fechado, acabado, ao qual nós temos que nos adaptar sem questionamento, mas ver no mundo algo a ser transformado, ver no mundo um convite ao

pensamento crítico, convite à ação transformadora, ver no mundo ‘matéria de que fazer’, ver no mundo uma tarefa.” (COSTA, 1991, p.76).

Enfim, consideramos de grande importância a posição de um educador como é o caso de COSTA, que durante anos trabalhou com a Pedagogia de MAKARENKO no Brasil em contextos educacionais de adolescentes em situação limite, especificamente adolescentes em conflito com a lei, a maioria egressos das ruas, que afirma ser possível um trabalho com a teoria deste autor no Brasil, mas fazendo o que ele faria e dizendo o que ele diria, e muito mais do que repeti-lo ou copiar automaticamente ou mecanicamente suas práticas, deve-se recriar, reinventar MAKARENKO, uma reinvenção ao mesmo tempo heterodoxa e fiel. (COSTA, 1991, p. 77). Entendemos aqui que a heterodoxia deva ser interpretada como uma possibilidade ampla de gerar alternativas adequadas ao tempo histórico em que vivemos, onde determinantes sócio-históricos se diversificaram face aos novos impactos da relação Capital e Trabalho, e, a fidelidade aludida deva se referir aos princípios da pedagogia de MAKARENKO que apresentam uma permanência e uma validade históricas inquestionáveis.

A partir dessa compreensão dialética da concepção de Pedagogia de MAKARENKO, no Capítulo V deste trabalho estaremos aprofundando as proposições deste autor como um dos elementos de sustentação das análises dos dados coletados nos contextos dos Abrigos investigados em nossa pesquisa de campo, na perspectiva da proposição da Sócio-Pedagogia.

Em relação às contribuições de GRAMSCI, ao fazermos a opção, no presente estudo, pelo emprego das categorias de conteúdo hegemonia e subalternidade, e buscando estabelecer maior rigor no exercício destas categorias no estudo das políticas públicas e as práticas pedagógicas destinadas a crianças e adolescentes em situação de rua, recorreremos ao mesmo quando este constrói suas análises sobre os grupos sociais subalternos:

“A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se

rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.”(GRAMSCI, Caderno 25/1934, 2002, p.135.)

Em suas análises, GRAMSCI aponta gradualmente para a categoria hegemonia como um dos determinantes da construção histórica da subalternidade. Assim, para aquele autor:

“O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna ‘totalitária’.” (GRAMSCI, Caderno 25/1934, 2002, p.139).

Nossa escolha deste autor como uns dos eixos de fundamentação do presente trabalho considerou, em relação aos objetivos propostos pelo estudo, especificamente que:

a) GRAMSCI (2002) aprofunda e dá subsídios consistentes, na perspectiva materialista histórica e dialética escolhida pelo presente estudo, sobre a origem, definição e configuração dos grupos sociais subalternos, bem como oferece consistentes aportes metodológicos sobre esta temática; ao fazer a análise de GRAMSCI (2002), nos foi possível entender que suas interpretações teóricas sobre os grupos sociais subalternos ofereciam subsídios para áreas não investigadas de forma articulada no tema crianças e adolescentes em situação de rua; b) GRAMSCI (2002) aponta no estudo dos grupos sociais subalternos as categorias hegemonia e subalternidade numa perspectiva de totalidade, tornando possível a transposição de suas análises ao tema criança e adolescente em situação de rua, muito embora este tema não tenha sido tratado diretamente por este autor ; c) finalmente, ainda que como critérios de análise de grupos sociais subalternos a produção do Caderno 25 de GRAMSCI (2002) tenha preponderância na fundamentação do presente trabalho, outras contribuições suas se constituíram como eixos de consistência, notadamente as que foram utilizadas por nós no Capítulo V para as proposições da Sócio-Pedagogia, área da Pedagogia voltada para crianças e adolescentes em situação de rua e de

risco social, a saber: Caderno 12 (1989), Introdução ao Estudo da Filosofia (1995), e Caderno 13 (2000).

2.1.3. A ESCOLHA DA SUB-CATEGORIA DE CONTEÚDO: IDENTIDADE SOCIAL.

No presente estudo foram colocados em foco aspectos relacionados ao conceito de identidade social. A perspectiva materialista histórica e dialética que o estudo assume não permite trilhar escolhas teóricas que encerrem o conceito de identidade em um nicho desconectado das relações sociais; daí a importância de aprofundar esta questão: de qual conceito de identidade estamos falando? Percorrendo os espaços de conceituação deste termo – identidade – notadamente nas referências de caráter sócio-histórico, torna-se absolutamente inviável conceber este termo sem levar em conta suas determinações históricas. Se recorrermos ao recurso semântico constata-se que o conceito identidade é: “Qualidade de idêntico. Conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeito físicos, impressões digitais. “ (FERREIRA, 1975, p. 738). Para “idêntico” o mesmo autor apresenta a seguinte definição: “Perfeitamente igual. Semelhante, análogo.” (FERREIRA, 1975, p. 738).

Levando em conta a conceituação semântica do termo identidade, mas situando-a numa perspectiva materialista histórica e dialética, resulta totalmente impossível discutir identidade de um sujeito sem referi-lo à sua classe social, ao seu tempo histórico, às relações que este sujeito estabelece com seu grupo ou outros grupos da sociedade à qual faz parte.

Partindo deste critério, a subcategoria identidade social de crianças e adolescentes em situação de rua, a ser aplicada diretamente na análise dos dados coletados em abordagens de campo, tomará os fundamentos nas proposições de MARTÍN-BARÓ (1983) sobretudo em sua análise sobre a socialização quando enfoca a possibilidade da consciência de classe possuir uma entidade psicológica, discutindo isso a partir das contribuições de MARX (1969). As bases marxistas das construções de MARTÍN-BARÓ (1983) nesta obra conferem-lhe, como autor dentro da psicologia social latino-americana, coerência teórica para o presente estudo que pretende aprofundar os conceitos de identidade social de

crianças e adolescentes em situação de rua, para então poder discutir os programas engendrados pelas políticas públicas para este contingente social. A escolha de MARTÍN-BARÓ (1983) para dar suporte às reflexões que envolvem os processos de socialização de crianças e adolescentes em situação de rua reporta-se a outros pesquisadores, como FREITAS (1996) que assim define o paradigma deste autor dentro da Psicologia Social:

“Em Ignacio MARTÍN-BARÓ encontramos uma proposta fundamentada em uma análise macrossocial convergindo para uma compreensão do indivíduo historicamente determinado de tal modo que se torne possível a (re)construção de um homem novo na sua prática concreta de vida, objetivando a construção de um novo poder social através de práticas cotidianas transformadoras. (O autor) considera fundamental uma avaliação dos aspectos epistêmicos e ‘práticos’ presentes no contato do homem concreto com a sua realidade; defende a reunião de aportes derivados da teologia da libertação e das discussões sobre a construção de uma ciência comprometida com as problemáticas sociais; recupera os aspectos processuais (históricos, coletivos, construcionistas, dialéticos) presentes na construção desse homem novo através da compreensão de fenômenos como identidade, consciência e poder sociais. (FREITAS, 1996, p.75).

Além de aprofundar as contribuições de MARTÍN-BARÓ (1983) no campo da socialização, para maior compreensão da subcategoria de conteúdo identidade social de crianças e adolescentes em situação de rua, o presente trabalho considerou ainda as contribuições de CIAMPA(1984) em que são aprofundados os conceitos referentes à construção da identidade e suas relações com os grupos sociais nas sociedades capitalistas, e as contribuições de MONTERO (1987) que vai considerar a identidade e suas relações com a natureza do movimento histórico de construção cotidianas; ambos são autores da Psicologia Social latino-americana. No Capítulo V deste trabalho estaremos aprofundando as contribuições destes autores citados para subsidiar as análises dos dados coletados na pesquisa de campo, notadamente no tópico onde buscamos a proposição de subsídios para uma pedagogia voltada para crianças e adolescentes em situação de rua, que denominaremos neste trabalho de Sócio-Pedagogia.

CAPÍTULO III

3.1. PERSPECTIVA HISTÓRICA – CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Aprofundando a compreensão dos elementos de amplo alcance histórico do fenômeno social criança e adolescente em situação de rua no Brasil, dentro do conceito de dimensão orgânica, incorporado das construções teóricas de GRAMSCI (2000), neste capítulo discorreremos sobre: (1) a formação do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil desde o período colonial até o emergir do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990; (2) a adesão ativa ou passiva do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil às formações políticas dominantes, com a caracterização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, no Brasil e em Curitiba nesta perspectiva, compreendendo desde a sua criação em 1985 até 2003, período de realização desta pesquisa; (3) as relações entre os grupos dominantes e os grupos de defesa dos direitos na perspectiva da manutenção do consenso e do controle da subalternidade, por parte dos primeiros, e de resistência por parte dos segundos, acerca do grupo social crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil; esta investigação documental compreendeu o início do século XX, com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância em 1922, passando pelas CPIs- Comissões Parlamentares de Inquérito federais sobre o tema criança e adolescente, a saber: de 1976, de 1992 e de 1994.

3.1.1. A FORMAÇÃO OBJETIVA DO GRUPO SOCIAL SUBALTERNO CONSTITUÍDO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.

Neste tópico tratamos de aspectos referentes à materialidade e temporalidade que deram origem à situação de rua de crianças e adolescentes no Brasil, abordando também em

item específico esta questão junto às etnias indígenas, do Período Colonial até o emergir do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

3.1.1.1.A origem material e temporal da situação de rua de crianças e adolescentes no período Colonial e no Império no Brasil.

Para a análise desta questão tomamos como referência a obra de VENÂNCIO (1999), com sua produção denominada “Famílias abandonadas”, na área da demografia histórica, que apresenta um exaustivo estudo sobre a assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador nos séculos XVIII e XIX. A escolha desta obra se deu pelo fato de que a demografia histórica não é muito freqüentemente utilizada na área da educação, o que nos possibilitou acesso a referenciais não usuais, e, além disso, esta obra de VENÂNCIO (1999) é rica em dados sobre políticas públicas na área da infância, objeto deste trabalho.

Procuramos através da análise desta obra levantar indicadores quanto à origem da condição de rua de crianças e adolescentes, nos séculos XVIII e XIX, embora não seja especificamente objeto de estudo de VENÂNCIO (1999) a realidade da situação de rua de crianças e adolescentes, pois seu objeto refere-se às Casas das Rodas, ligadas às Santas Casas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Nesta obra deste autor o tema criança e adolescente em situação de rua aparece como corolário de um conjunto de determinantes históricos daquele período.

Os principais indicadores na obra deste autor nesta direção envolvem as crianças colocadas nas Rodas de Expostos:

“A todo momento, porém, havia a possibilidade de a criança se revoltar diante desse destino, fugindo para as ruas e reingressando no mundo do abandono. Além disso, os expostos deviam enfrentar os perigos decorrentes da sociedade escravista. Não é necessária muita perspicácia para compreender em que consistiam tais riscos; sem a proteção dos pais e circulando de lar em lar, meninos e meninas mulatos e negros tornavam-se presas fáceis para mercadores de escravos.” (VENÂNCIO, 1999, p..123).

Ao analisarmos as interpretações de VENÂNCIO (1999) sobre os destinos possíveis de crianças que sobreviveram às instituições de assistência no Brasil dos séculos XVIII e XIX, localizamos os seguintes aspectos: a volta aos pais, a escravização das crianças abandonadas, compadrio como uma forma de adoção popular, trabalho doméstico e locação de serviços, recolhimentos em colégios de órfãos, formação de expostos artesãos, e revolta dos enjeitados. Nestas diversas formas de destino destas crianças, interessa-nos especialmente as indicações apontadas pelo autor de que havia uma evasão bastante significativa dos expostos às Casas das Rodas, e que seu destino mais óbvio eram as ruas.

VENÂNCIO (1999) ao abordar a formação dos expostos artesãos, mencionando que a legislação da época (Alvará de 1775), alertava para a necessidade do ensino de ofícios manuais. “Os testemunhos qualitativos mostram, porém, que a realidade do abandono quase sempre esteve distante dos objetivos da lei. As famílias, os artesãos e as companhias de aprendizes aceitavam os expostos, mas eles constituíam mão-de-obra bastante instável. Os meninos iam e vinham sem parar, trocando de residência e não se fixando em ocupação alguma”. (VENÂNCIO, 1999, p.152). Também foi demonstrado que: “Os meninos que não permaneciam com as criadeiras freqüentemente fugiam ao controle da Casa da Roda. Já as meninas, graças ao incentivo ao casamento promovido pelas Misericórdias, eram menos instáveis”. (VENÂNCIO, 1999, p. 152). Por outro lado: “As leis e os regimentos não previam os “desaparecimentos” que ocorriam quando os enjeitados e enjeitadas chegavam à adolescência. Como seria possível reter meninos e meninas quando deixassem de morar com as amas?” (VENÂNCIO, 1999, p.153)

Parecem-nos de fundamental importância as indagações do autor, pois evidenciam claramente a origem da situação de rua de crianças e adolescentes no Brasil, naquele período. Assim, com a análise desta obra de VENÂNCIO (1999) sem dúvida podemos apontar para a origem material e temporal da situação de rua de crianças e adolescentes no período do Brasil Colônia e Império. Enfatizamos dentre as referências feitas pelo autor, já citadas acima, sobre a situação de rua dos egressos das Casas da Roda, aquela que nos pareceu mais evidenciadora: “(...) Uma vez rejeitada pela mãe-de-leite, a criança tomava consciência de sua condição de abandonada tornando-se instável e rebelde, indo morar nas

ruas e dando origem a mais uma geração de casais miseráveis que abandonavam os próprios filhos.” (VENÂNCIO, 1999, p.153).

VENÂNCIO (1999) buscou hipóteses historiográficas para o abandono, argumentando ser vão atribuir uma única origem aos expostos. As análises demográficas podem levar às principais causas do abandono. Na bibliografia internacional podem ser encontradas algumas pistas para o recurso às instituições de assistência: a condenação social aos nascimentos ilegítimos, a miséria, uma forma extrema de controle da dimensão das famílias em períodos de contenção de práticas contraceptivas, a morte dos pais, estratégias de sobrevivência familiares em períodos de proletarização e urbanização aceleradas, uma variável a mais de um sistema de socialização em que crianças de todos os níveis sociais circulavam de família em família durante certas etapas da vida. (VENÂNCIO,1999, p.85)

Por outro lado, na análise deste autor sobre os destinos possíveis de crianças que sobreviveram às instituições de assistência no Brasil dos séculos XVIII e XIX, não há um aprofundamento sobre o conceito de “revolta dos enjeitados”, empregado pelo autor. Embora não haja relato de uma revolta coletiva dos enjeitados, este termo na obra analisada parece significar uma determinada atitude individual de auto-preservação e de resistência das crianças e adolescentes submetidos ao sistema de exploração capitalista de seu trabalho, destituído de qualquer traço de afetividade, não sendo difícil concluir a sobrevivência nas ruas como uma das conseqüências, se forem considerados os aspectos já apontados por nossa análise nos parágrafos anteriores. (VENÂNCIO, 1999, p. 124)

Com estes indícios apontados pela demografia histórica, tão bem trabalhados na obra de VENÂNCIO (1999), podemos tomar com segurança a origem material e temporal e a difusão do fenômeno histórico - grupos subalternos de crianças e adolescentes em situação de rua - com demarcação precocemente na história do Brasil, mais especificamente, nos períodos de Brasil Colônia e Império, dadas as condições materiais existentes em uma sociedade capitalista monopolista, onde os egressos das Casas da Roda, mesmo os oriundos de famílias abastadas que procuravam este sistema para preservar a idoneidade moral das mães de filhos ilegítimos, eram precocemente colocados numa

relação de exploração capitalista de seu trabalho, sem laços familiares ou políticas públicas protetivas e emancipatórias.

3.1.1.2.A situação de rua da infância e adolescência nas etnias indígenas no Brasil

Em razão de que em diversos momentos de nossa atuação na área da criança e do adolescente, seja em eventos acadêmicos ou inserções na comunidade, têm aparecido indagações sobre a criança e o adolescente indígenas comporem ou não o grupo social em situação de rua, consideramos importante tratar também desta questão no presente trabalho.

Para tal intento escolhemos a autora RIZZINI (2000) com sua obra “Domesticados, mas não civilizados” que aborda aspectos referentes a crianças indígenas e instituições educacionais na província do Amazonas, de 1850 a 1889.

A autora trabalhou naquele texto com o pressuposto de que a educação da criança indígena compunha uma estratégia de civilização dos índios e de formação de trabalhadores, sendo estas duas grandes preocupações dos governos provinciais amazonenses. Apesar da obra referida estar circunscrita ao contexto amazônico, suas análises permitem a transposição de inferências para outras regiões do Brasil. Conforme a autora, domesticar e civilizar os índios são metas que aparecem nos relatórios provinciais do Amazonas (1851 a 1889), calcadas nas idéias evolucionistas do século XIX. “A educação ‘profissional dos menores’ para aproveitamento numa economia que pouco pode contar com o braço do escravo negro e com operários e artesãos é uma meta perseguida pelos presidentes da Província do Amazonas no período estudado (segunda metade do século XIX), inserida no projeto de civilização e catequese dos índios.” (RIZZINI, 2000, p.48).

Entendemos que a condição de marginalização social das etnias indígenas, conseqüência de uma política de aniquilamento tanto dos governos locais como dos processos de catequização são bem visíveis na exposição de RIZZINI (2000). Não nos é

difícil imaginar as derivações deste processo que culminou em vários contextos com a exposição de crianças e adolescentes indígenas à situação de sobrevivência e moradia nas ruas.

Segundo RIZZINI (2000), a preocupação com a existência de crianças e adolescentes em situação de rua na segunda metade século XIX, incluindo as de etnia indígena, passa ser mais explícita, sobretudo na formulação de políticas assistenciais, nas principais cidades brasileiras, passando a haver um número significativo de “instituições criadas para atender a uma massa de crianças expostas, desvalidas e/ou viciosas, comumente vistas por determinados setores das elites como potenciais criminosos, vagabundos, e uma série de categorias que possibilitam a classificação minuciosa do desvio”. A autora cita o exemplo da iniciativa em 1854 do Governo Imperial que “aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, prevendo o recolhimento de ‘menores de 12 anos’ que vaguem pelas ruas do Rio de Janeiro em ‘casas de asilo’ a serem criadas para este fim.” (RIZZINI,1995, In: RIZZINI, 2000, p..65).

Podemos concluir, portanto, pelos estudos acima abordados sobre crianças desvalidas, que há indícios seguros da participação de crianças e adolescentes das etnias indígenas na exposição à situação de rua, fosse para moradia ou para sobrevivência, em diversos momentos históricos da sociedade brasileira desde a Colonização.

3.1.1.3. Um breve recorte histórico das políticas sociais para a infância e adolescência pobres e excluídas no Brasil.

Foi possível verificar a partir de algumas obras analisadas, PILLOTI e RIZINI(1995), IMPELIZIERI (1995), VENÂNCIO, (1999), RIZINI (2000) e, SARTOR, (2000), que a situação da infância desvalida esteve concretamente circunscrita na história da sociedade brasileira desde suas origens. Especificamente, como já verificamos em VENÂNCIO (1999), a situação de rua como espaço de moradia e sobrevivência de crianças e adolescentes é seguramente um fato incontestável desde o Período Colonial, embora com

contornos diferentes dos atuais, sobretudo pela ausência de movimentos sociais que defendessem uma compreensão política emancipadora sobre este problema.

Constatamos uma centralidade na intervenção social ao problema em segmentos específicos da sociedade, em cada época, atribuindo-se preponderantemente, nesta intervenção, responsabilidade aos sujeitos em situação de rua pela sua condição, seja através de sua culpabilização, ou em muitos casos pela sua patologização enquanto desvio.

Das análises feitas depreendemos algumas práticas sócio-pedagógicas para o enfrentamento da questão da criança e do adolescente em situação de rua ou de risco no Brasil, nos períodos históricos compreendidos por este estudo, especificamente do Período Colonial até o início do século XXI.

Tomamos por opção tratar das décadas de 80 e 90 do século XX em tópicos específicos, mais à frente, por entendermos serem períodos que acumularam grandes movimentos sociais em torno do problema da criança e do adolescente em situação de rua e de risco, o que veio a constituir-se na seqüência dos fatos, com o êxito destes movimentos, na introdução do artigo 227 na Constituição Federal em 1988, e posteriormente, na aprovação do ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, onde especificamente o princípio “Criança e Adolescente são prioridades absolutas” aparece explicitamente.

Para auxiliar na visualização das informações contidas neste tópico optamos pela composição do Quadro II, com o recorte histórico comparativo das políticas públicas para a criança e o adolescente excluídos no Brasil referentes ao Período Colonial até a década de 70 do século XX, considerando quatro aspectos: período, centralidade na intervenção social ao problema, postulados e práticas sócio-educativas.

QUADRO II¹⁵

Recorte Histórico Comparativo das Políticas Públicas para a criança e o adolescente excluídos no Brasil do período Colonial à década de 70 do Século XX

¹⁵ Quadro por nós elaborado a partir das análises das obras referenciadas neste tópico, a saber: PILLOTI e RIZZINI (1995), IMPELIZIERI (1995), VENÂNCIO (1999), RIZINI (2000), e SARTOR (2000).

Período	Centralidade na intervenção social ao problema	Postulados	Práticas sócio-pedagógicas adotadas
Colonização – Séc. XVII e XVIII	Jesuítas Reinado Português	Diminuir paganismo infantil indígena; inculcação de normas e costumes cristãos (casamento monogâmico, confissão dos pecados, medo do inferno).	Catequização; disciplinamento; resistência à catequização justificava o uso da força.
Colonização e Império – séc. XVII e XVIII	Câmaras Municipais e Santas Casas de Misericórdia	Famílias das camadas populares viam no recurso à Roda uma demonstração de	Exposição das crianças às Rodas dos Expostos; encaminhamento às
		amor à criança, alternativa ao infanticídio e possibilidade de exercício da caridade cristã; envolvia crianças livres em maior número, seguidas por mestiças e negras; recurso à Roda era prática inscrita nas estruturas das cidades coloniais; as Rodas visavam anonimato às mães brancas com filhos ilegítimos e proteger as crianças de famílias pobres sem condições de criá-las.	criadeiras para aleitamento; após aleitamento encaminhamento a outras famílias, seminários religiosos; aprendizagem profissional : aos meninos ofícios, Marinha de Guerra, Clero, às meninas atividades domésticas, costura e fiação; possibilidade de escravização às mestiças e negras; devolução aos pais, compadrio como forma de adoção popular; incentivo a casamento para as meninas.
Final Séc. XVIII e Séc. XIX - Império	Poder Público e Ordens religiosas	Preservação da ordem pública – recolhimento de órfãos, abandonados ou desvalidos que estivessem soltos e ameaçando a ordem pública.	Asilos (ordens religiosas com regras de caserna, grandes dormitórios coletivos, tratamento impessoal,); educação industrial para meninos e doméstica para meninas; corolário menor institucionalizado estigmatizado e grande

			dificuldade de inserção social
Início do Séc. XX – 1ª República	Poder Público- reforma do serviço policial do Distrito Federal-1902 Higienistas, Filantropos e Instituições de Caridade.	Infância considerada como um problema social visto através do desamparo e da delinqüência. Bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia; preservação da ordem social.	Criação de colônias correcionais para reabilitação pelo trabalho e instrução Métodos pretensamente científicos com busca de resultados concretos e imediatos; métodos impregnados pela noção de prevenção ao desvio e recuperação dos degenerados.
	Sociedade Civil	Temas: família, doenças, Estado, educação, eugenia, assistência, miséria, urbanização- visando combater os desequilíbrios, as “impurezas”, e as desordens sociais.	1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922) em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança.
Séc. XX – Década de 20 – 1ª República	Tribunais e Juízes de Menores	Modificação do Código Civil contempla “menor abandonado”- 1921; criação do juizado de Menores do Distrito federal- 1923; aprovação do Código de Menores /objetivo: menor de dezoito anos ambos os sexos abandonado ou delinqüente – 1927.- Enfrentamento ao problema urbano de menores	Reformatórios e casas de correção nem sempre separados dos adultos; caberia ao juiz de menores intervir na suposta irregularidade que englobava desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais, até a autoria da infração penal.

		<p>“vadiando pelas ruas”.</p> <p>Dicotomia infância pobre/infância burguesa.</p> <p>Formação do homem a partir da criança; fórmula Justiça e Assistência para menores viciosos e delinquentes; classificação de acordo com a origem e a história familiar.</p>	
Séc. XX - Década de 20 - 1ª República	Polícia em acordo com o Juizado de Menores	Defesa Nacional, limpeza das ruas e retirada dos elementos considerados indesejáveis.	Recolhimento dos menores em delegacias especiais, encaminhamento a reformatórios, tratamento com violência, conceito de menor marginal.
Séc. XX – Década de 30 - 1ª República	Patrões, grandes empresários, Poder Público	Grande demanda de força de trabalho nas fábricas incorporando mulheres e crianças; retirada de menores da ociosidade e das ruas. Legitimação pelo Poder Público do trabalho infantil supervisionado = 1938 criação em âmbito nacional da Casa do Pequeno Jornaleiro.	Recrutamento de menores em asilos e em famílias pobres; encaminhamento a escolas profissionalizantes implantadas pelo governo e que acabaram por ficar nas mãos dos empresários através do SENAI e SENAC; não atendimento ao Código de Menores (1927) que não autorizava trabalho antes dos 12 anos.
Séc. XX – Década de 40 - 1ª República	Estado	Reprodução do modelo da década de 20 – conceito de menores abandonados e desvalidos. Prevenir e combater a criminalidade infanto-juvenil bem como trabalho desregulamentado nas ruas.	Criação do DNC- Depto. Nac. da Criança (1940) e SAM- Serviço de Assistência ao Menor (1941); instituições particulares com convênio com o Estado; escolas públicas de reforma (reformatórios); colônias

			correcionais, seguindo a lógica dos presídios para adultos. Ressocialização pautada na coerção para corrigir distorções.
Séc. XX – Década de 50 1ª República	Poder Público e Juizado de Menores	Conceito de família pobre como incapaz para o cuidado dos filhos; retirada do pátrio poder das famílias em função da pobreza; “menor em condição irregular”.	Institucionalização; treinamento profissional reproduzindo modelos anteriores (capital humano); permanece estratégia de circulação de crianças (filhos de criação) como estratégia popular de manutenção da prole.
Séc. XX Décadas 60, 70 – Ditadura Militar	Forças Armadas	Menor como problema de Segurança Nacional(1964) e portanto passível de sua	FUNABEM- Fund. Nac. do Bem-Estar do Menor; PNBEM- Política Nac. do
		legítima intervenção e normalização; missão: velar para que a massa de menores abandonados não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional; canalização do potencial produtivo do menor, prevenção e reintegração social.. Ampliação do controle e centralização do poder de tutela do Estado. CPI do Menor (1976) que culmina com a aprovação do novo Código de Menores (1979) que enfatiza dispositivos de controle institucional a	Bem-Estar do Menor ; controle autoritário e centralizado; modelo carcerário e repressivo; internação em larga escala nas FEBEMs. Reprodução do modelo do extinto SAM. Iniciativas não-governamentais iniciam produção de estudos sobre a questão da infância excluída, e instituições e programas de assistência contrapondo-se às do Poder Público. Criação da Pastoral do Menor (1978).

		menores em situação irregular, especialmente os infratores.	
--	--	---	--

Enfatizamos que, na análise do Quadro II, pode-se depreender que a presença do Estado já se fazia sentir no Período Colonial nas ações para a infância desvalida através da manutenção de iniciativas privadas, como é o exemplo histórico das Casas da Roda sob a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia que eram subsidiadas por verbas públicas, ou seja, o Estado capitalista já então terceirizava suas políticas sociais.

Pode ainda ser observado no Quadro II, que é no século XX que vamos encontrar maiores variações por parte do Poder Público no enfrentamento ao problema da criança e do adolescente excluídos no Brasil. Foi um período que se caracterizou por diversas alternâncias no poder estatal e em relação a estruturas sociais anteriores, sem contudo caracterizarem-se estas alternâncias por rupturas radicais ao modelo capitalista de sociedade, com profundas desigualdades sociais estruturais sendo mantidas, permanecendo portanto em todo este período a concepção de “menor em condição irregular” atribuída aos filhos das camadas pauperizadas, até a década de 80, quando passa a ocorrer a participação mais intensa dos movimentos sociais.

3.1.1.4. A década de 80 do século XX- aparecimento e institucionalização do conceito “meninos de rua” no Brasil.

Na década de 80 do século XX, a sociedade civil brasileira passa a assumir maior participação na questão da infância e da adolescência, a partir da circulação com maior intensidade das informações sobre a problemática, onde as estatísticas sociais eram alarmantes. “Parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam às famílias pobres ou miseráveis. Eram cerca de 30 milhões de ‘abandonados’ ou ‘marginalizados’, contradizendo a falácia da proporção minoritária dessa população. Surgiu, então, a pergunta: como poderia, metade do contingente de zero a dezessete anos, encontrar-se, simplesmente, ‘em situação irregular’?” (PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 18).

Desse contexto emergem movimentos sociais a favor das crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade social, nos quais se envolveram diversos segmentos da sociedade civil bem como os quadros progressistas dos órgãos do Governo, desencadeando o processo de reivindicação dos direitos de cidadania para crianças e adolescentes, culminando com a proposição do Artigo 227 na Constituição de 1988, que iria mais tarde desembocar na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que será tratado no próximo tópico deste trabalho.

“Na década de 80, a questão das crianças de rua no Brasil assumiu dimensões que a trouxeram ao centro da atenção internacional e das preocupações nacionais: o contingente de crianças e adolescentes nas ruas dos grandes centros aumentou a olhos vistos; paralelamente, avultaram-se os casos de violência praticados contra meninos e meninas de rua, a ponto de se configurar um quadro de franco extermínio. Em contrapartida, os anos 80 testemunharam também a mobilização de parcelas da sociedade brasileira em solidariedade à infância e à adolescência na rua” (IMPELIZIERI, 1995, p.15)

IMPELIZIERI (1995), a partir de trabalhos seus anteriores em parceria com VALLADARES (1991), vai demonstrar que a década de 80 foi rica na criação de organismos não-governamentais, popularizadas como ONGs, que objetivavam tanto a assistência direta quanto a defesa e promoção dos direitos das crianças. Devido à intensa articulação política desenvolvida por entidades nacionais de coordenação como o MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e o Fórum DCA- Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente, tais organizações obtiveram avanços reais conseguindo a substituição do Código de Menores de 1979 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Paralelamente às pressões por uma mudança profunda na legislação, as ONGs também foram responsáveis pelo desenvolvimento de propostas alternativas de assistência a crianças e adolescentes destituídos, que hoje informam a políticas públicas de atendimento à infância decididas pelos novos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes aos níveis federal, municipal e estadual. (IMPELIZIERI, 1995, P.25).

Estudos sobre a questão da infância pobre na América Latina nos anos 70 e 80 mostraram que o período imediatamente anterior ao emergir dos anos 90 foi prolífero na produção de literatura sobre o tema, acadêmica e não acadêmica, de diversas áreas de especialização, e entre elas: sociólogos, antropólogos e especialistas em serviço social,

pedagogos e juristas também se fizeram representar nesta produção. Esta ampla produção explicitou-se em revistas especializadas, livros comerciais ou não comerciais, publicações oficiais, relatórios de pesquisa, teses e comunicações em congressos. (IMPELIZIERI, 1995, p.26).

A literatura desta época, (ALVIN e VALLADARES, 1988, in: IMPELIZIERI, 1995), mostra-se bastante concentrada geograficamente, sobretudo no eixo São Paulo/Rio de Janeiro, mas já com crescente relevância em outras regiões do país. A temática passa a ser desenvolvida abordando, não mais com a polarização da década de 60 entre estudos sobre o menor trabalhador e o menos delinqüente, ou na década de 70 com interesse sobre a infância pobre com temas sobre o menor institucionalizado, as políticas sociais para o menor, e a educação primária da criança pobre; na década de 80, mesmo já a partir do final da década de 70, os estudos se concentraram mais sobre levantamentos das características sócio-econômicas do universo infantil do país, elege-se neste período como objeto de estudo as relações entre a criança pobre e sua família, com grande interesse também sobre a história da infância pobre no Brasil, bem como sobre a legislação que lhe é pertinente. O tema *menino de rua* é lançado com projeção pelos meios de comunicação de massa, podendo-se afirmar que esse termo foi de fato lançado nas obras de FERREIRA de 1979 e de GONÇALVES, de 1979 também. Esse termo, gerado na academia, passa a ser encampado por outros espaços, notadamente pela Igreja Católica, contrapondo-se politicamente ao termo ‘menor’. A categoria ‘menino de rua’ se referia às crianças marginalizadas que não se encontravam internadas em instituições e viviam seu cotidiano nas ruas das grandes cidades, caracterizadas ainda por se encontrarem no limiar da delinqüência, pelo abandono das escolas e pela vida nos grupos de rua. No decorrer da década o termo foi sendo apropriado pelos próprios órgãos governamentais, tornando-se um rótulo de aceitação geral, mas que englobava crianças nas mais diversas situações perante a rua. (IMPELIZIERI, 1995, p.26-7).

“Foram RIZZINI e RIZZINI (1991) que chamaram a atenção para o fato de que, foi nessa mesma década (década de oitenta, informação do presente estudo) que surgiram as primeiras tentativas de classificação das crianças de rua, ao mesmo tempo em que se destacavam estudos dos perfis de meninos institucionalizados e

sobre as estratégias de sobrevivência das crianças pobres e de suas famílias.(...) A primeira distinção que se fez neste conjunto, até então indiferenciado, foi aquela entre meninos e meninas de rua (crianças que viviam independentes nas ruas) dos meninos e meninas encontrados nas ruas (muitos dos quais trabalhadores que mantinham íntegros os vínculos familiares). (LUSK,1989; RIZZINI et al, 1992. In: IMPELIZIERI, 1995, p.27).

Recentemente vêm sendo propostas novas tipologias sobre as crianças de rua, a partir da necessidade de repensar “quem eram as crianças de rua.” (IMPELIZIERI, 1995, p.27). Entretanto, conforme já explicitamos na Justificativa deste trabalho, consideramos o emprego de tipologias como fator de limitação e enquadramento, com a decorrente perda da especificidade da identidade de cada criança adolescente expostos à situação de rua. Entendemos que poderão ocorrer maiores avanços sociais, psicológicos, pedagógicos na interpretação e intervenção deste universo à medida que consigamos visualizar os fatores histórico-sociais específicos de cada caso com a prevalência de uma leitura de sociedade de classes.

3.1.1.5.A década de 90 do Século XX – o emergir do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

Antes de iniciarmos as considerações a respeito de como o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 13 de julho de 1990, se caracterizou no Brasil como resultante de um conjunto de mobilizações sociais na defesa de direitos da criança e do adolescente, estaremos resgatando alguns aspectos que desenharam o perfil sócio-político da década de 90 neste país, nesta área.

Segundo o documento da UNESCO, denominado “A infância brasileira nos anos 90”, em seu capítulo destinado a analisar renda e pobreza das crianças:

“As escassas oportunidades e precárias condições de vida e acesso aos serviços de saúde, educação e trabalho da população, em particular das crianças e jovens brasileiros, estão associadas à pobreza. (...) chama a atenção para o agravamento

do perfil de distribuição de renda nos primeiros anos da década de noventa e para a distância entre a renda média domiciliar *per capita* do segmento mais rico e o mais pobre da população, evidenciando-se que a dos 1% mais ricos é 62 vezes superior à dos 40% mais pobres, Destaca que nos domicílios mais pobres o número médio de crianças até 14 anos é de 2,6, enquanto para o conjunto da população essa média é de 1,9. Esses domicílios são também os que apresentam piores condições de saneamento, densidade de ocupação e razão de dependência mais elevadas, além de menores graus de acesso à educação”. (UNESCO, 1998, P.29).

É dentro deste perfil de concentração de renda e desigualdade social do contexto brasileiro, que o ECA emerge e segmentos sociais de defesa de direitos vão buscar sua implementação, porém já contando com a construção conceitual da década de oitenta, feita por movimentos sociais, apontando para a superação do estigma do “menor em situação irregular” herdado dos dois Códigos de Menores, de 1927 e 1979.

O ECA (1990), contrariamente à posição restritiva de situação irregular, avança em termos conceituais, pois se fundamenta na Doutrina de Proteção Integral defendida pela ONU, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada em 1989, que “é sem dúvida a mais relevante ao estabelecer um novo marco em prol do futuro da infância mundial, declarar que o bem-estar e as condições de vida da criança e do adolescente não são uma questão assistencial ou filantrópica, mas um direito que a sociedade, o Estado e a família precisam garantir”. (KAYAYAN, 1998, p. de Apresentação).

Neste novo enfoque, o ECA (1990) aponta três princípios fundamentais em relação à criança e ao adolescente:

- a) sujeitos de direitos – a criança e o adolescente não mais poderão ser tratados como objetos passivos de intervenção da família, da sociedade e do Estado, e sim como sujeitos com direito à liberdade, ao respeito, à dignidade; entende-se que o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I) ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II) opinião e expressão; III) crença e culto religiosos; IV) brincar, praticar esportes e divertir-se; V) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI) participar da vida política, na forma da lei; VII) buscar refúgio, auxílio e orientação; entende-se respeito como

inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais; e, finalmente, entende-se que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (ECA, 1990, art. 15, 16, 17 e 18).

- b) pessoas em condição peculiar de desenvolvimento: “Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (ECA, 1990, Art. 6º); a criança e o adolescente por estarem na condição de peculiar desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sócio-cultural, não têm acesso ao conhecimento pleno de seus direitos, não atingiram condições de defender seus direitos frente às omissões e transgressões capazes de violá-los, não contam com meios próprios para arcar com a satisfação de suas necessidades, e portanto não podem responder pelo cumprimento das leis e demais deveres e obrigações inerentes à cidadania da mesma forma que os adultos;
- c) prioridade absoluta será dada à criança e ao adolescente em relação a: primazia em receber proteção e socorro em qualquer circunstância; precedência no atendimento por serviço ou órgão público de qualquer poder; preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção da infância e da juventude (ECA, 1990, art. 4º e seus incisos) .

O ECA se constitui em um instrumento jurídico de plena legitimidade histórica, em primeiro lugar porque se configura como uma ferramenta de cidadania, pois viabiliza a todo cidadão acionar os meios para a defesa de direitos da criança e do adolescente. Em segundo lugar porque, segundo COSTA (1990), que foi membro da Comissão da Redatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, este processo congregou, à época de sua formulação, inúmeras entidades, destacando-se especialmente: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a Frente Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a

Articulação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos, a Coordenação dos Núcleos de Estudos ligados às Universidades, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Cabe citar ainda na área governamental os dirigentes e técnicos ligados à articulação “Criança e Constituinte”, bem como o FONACRID (Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Políticas Públicas para a Criança e o Adolescente). Também é importante mencionar a frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, articulando deputados e senadores de todos os partidos. (COSTA,1990, p. 9).

Em suma, o ECA resultou de uma grande articulação entre movimentos sociais, políticas públicas e o mundo jurídico do final da década de 80 e início da década de 90 no Brasil.

Segundo SEDA (1991), que também foi membro da Comissão Relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, em primeiro lugar quem ganha força com o ECA é o Município, uma vez que se preconiza neste instrumento legal a municipalização do atendimento dos direitos da criança e do adolescente, não significando entretanto que a União e os Estados vão se livrar desse assunto, passando as responsabilidades aos Municípios. É exatamente o contrário: municipalizar quer dizer fortalecer o Município para cobrar do Estado e da União o que lhe é devido para proteger suas crianças e seus adolescentes. (SEDA, 1991, p.46-7).

“O fortalecimento do Município é garantido por um Conselho de Cidadãos que representam entidades governamentais e não-governamentais que FARÃO VALER (grifo do autor) tudo o que é devido às crianças e aos adolescentes no âmbito das políticas e da forma como as famílias e a sociedade tratam a população infanto-juvenil.”(SEDA, 1991, p. 47).

Ainda de acordo com SEDA (1991), em segundo lugar ganham força os cidadãos do Município que estejam empenhados na luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em terceiro lugar, ganha força o Ministério Público através de seu representante no Município (Comarca), o Curador da Infância e da Juventude, que poderá atuar em nome da sociedade através de inquéritos, investigações e ações judiciais para fazer valer direitos. “Também ganha força o Poder Judiciário, através do Juiz da Infância e da

Juventude, que passará a processar os que violem as regras do Estatuto e garantirá judicialmente os direitos ameaçados ou violados de crianças e adolescentes.” (SEDA, 1991, p. 47).

Por tudo isso, como já discutimos em trabalhos anteriores¹⁶ o ECA pode ser considerado como um marco referencial de avanço dentro do Brasil nesta área. E, assim sendo, pode também ser considerado como um valioso definidor de políticas públicas, devendo igualmente ser utilizado como critério de análise e avaliação das políticas públicas já adotadas nos anos que se seguiram à sua aprovação.

Neste novo paradigma jurídico, político e administrativo, o atendimento a crianças e adolescentes é considerado parte integrante das políticas sociais, sendo esta responsabilidade descentralizada e transferida para a sociedade civil, através de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em níveis Nacional, Estaduais e Municipais, dos Conselhos Tutelares nos municípios.

A realidade, entretanto, é bem mais modesta do que o Estatuto da Criança e do Adolescente previu:

“O organismo governamental centralizado de atendimento em larga escala, que deveria ter sido extinto (FEBEMs, esclarecimento nosso), continuou a levar uma existência obscura, mas ainda ativa, dentro do novo contexto; os Conselhos de Direitos, em seus diversos níveis, demoraram a implementar-se, e enfrentam inúmeros problemas de funcionamento, entre eles falta de experiência, capacitação e fundos; os Conselhos Tutelares tiveram de enfrentar inúmeros obstáculos no seu processo de institucionalização, entre eles: ‘deficiência de retaguarda’ (instituições de atendimento direto), relutância do poder público municipal, bem como dos órgãos de atendimento, públicos ou privados, em aceitar os novos princípios, as novas formas de gestão e, sobretudo, sua fiscalização pelos Conselhos”.(PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 19).

Assim, em termos reais, infelizmente, muito pouco se avançou no Brasil em relação às políticas públicas voltadas para a proteção integral da criança e do adolescente, sobretudo os advindos das camadas pauperizadas. Na maioria dos municípios, é visível o

¹⁶ MIRANDA, S.G. “Estatuto da Criança e do Adolescente- como superar o distanciamento entre o legal e o real? . In: Revista Chão da Escola, SISMMAC- Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, abril de 2002, nº 1, p. 11-21. Divulgado também através do site <http://br.geocities.com/gestaoeducacional/> Projeto "A formação do Conselheiro de Escola: construindo a democracia", 2000.

descompasso entre o instrumento jurídico que o ECA representa, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, e as práticas sociais decorrentes de inúmeras políticas públicas que ainda reproduzem modelos assistencialistas e desprovidos de consistência, ou desprovidos de uma visão emancipadora e superadora da opressão e da subalternidade.

No decorrer deste tópico procurou-se proceder à análise da formação objetiva do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, utilizando-se o caminho de discorrer sobre a situação da infância desvalida nos períodos Colonial e Império, discorrer sobre a situação da infância das etnias indígenas, estabelecer um breve recorte das políticas sociais para a infância pobre e excluída (Quadro II), retomar o aparecimento do conceito “meninos de rua” no Brasil na década de oitenta e discorrer sobre o emergir do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990

Ao término deste tópico, retomando aqui brevemente o que já foi analisado mais detidamente, vimos que a formação do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil remonta ao período Colonial, permanecendo em todos os demais períodos históricos brasileiros, tendo se agravado com o fortalecimento do modelo capitalista, notadamente no emergir do neoliberalismo ao longo do século XX, à medida que a relação Capital e Trabalho acentuou desigualdades sociais, atingindo fortemente a exploração do trabalho infanto-juvenil. Também foi possível constatar nas obras consultadas que a situação de rua de crianças e adolescentes atingiu historicamente as etnias branca, negra e indígena, havendo nos últimos séculos uma predominância maior das etnias negra e indígena. O século XX se apresentou para a área da criança e do adolescente como um cenário sócio-político com diversas variações de intervenção do Poder Público acentuando a dicotomia entre os encaminhamentos para as classes pauperizadas e as classes abastadas. Ocorreu, concomitantemente, e com mais vigor depois da década de 70, a preocupação em relação à questão social da infância e da adolescência, ganhando esta questão maior visibilidade por força das mobilizações da sociedade civil, culminando com diversas intervenções no nível jurídico-social. Resultou daí um maior volume de instrumentos de âmbito legal com conseqüências de continuidade na formulação de políticas públicas, ainda que no nível de execução e implementação destas formulações não tenha ocorrido a superação de um modelo repressivo de manutenção da subalternidade.

3.1.2. A ADESÃO ATIVA OU PASSIVA DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA DO BRASIL ÀS FORMAÇÕES POLÍTICAS DOMINANTES.

Neste tópico desenvolvemos uma análise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil - MNMMR, na perspectiva de representante do grupo social subalterno constituído por crianças e adolescentes em situação de rua, abordando seu nascimento e atuação, notadamente quanto aos aspectos que se referem às suas relações com a formulação das políticas públicas das décadas de oitenta, como o movimento Criança Constituinte que culminou com a aprovação do artigo 227 na Constituição de 1988, bem como com a aprovação do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e sua atuação na década de 90 do século XX e início do século XXI até 2003.

Optamos aqui por fazer concomitantemente o recorte orgânico e conjuntural de acordo com os critérios metodológicos de GRAMSCI (2000), ao tratar do MNMMR, ou seja, tratar da dimensão histórica de longo alcance ao analisar sua trajetória, e, tratar da dimensão conjuntural, relatando e analisando os depoimentos dos coordenadores do Movimento no município de Curitiba como respondentes de entrevista realizada nesta pesquisa. Entendemos ser possível desta forma tratar dialeticamente da questão, além do fato de que os entrevistados fizeram parte da formação histórica do MNMMR, e havia como articular os recortes orgânico e conjuntural através da análise dos dados documentais entrelaçados aos dados das entrevistas.

3.1.2.4. Origem e trajetória histórica.

A história do MNMMR, relatada em seu documento de 1995, mostra que ele não nasceu em um lugar específico do Brasil ou teve um fundador específico. A articulação de

grupos de base de educadores de rua ou engajados em diversos programas de atendimento, bem como pessoas de diversas religiões, técnicos de instituições oficiais e agentes sociais comunitários que desenvolviam no início da década de oitenta as experiências alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua resultou na constituição do MNMMR. Era uma constatação que na década anterior a situação da infância e da adolescência pobres, a chamada “questão do menor”, já havia se tornado um problema social grave e complexo, com características como: elevadas taxas de mortalidade infantil, queda da expectativa de vida, ingresso prematuro no mercado de trabalho, evasão escolar, presença crescente de meninos e meninas trabalhando ou perambulando pelas ruas, a violência urbana e o extermínio. Os enfoques e práticas de trabalho predominantes daquele período eram: de um lado o Estado como principal executor, assistencialista, repressivo, e centrado na institucionalização, que retirava crianças e adolescentes do meio em que viviam para colocá-los em instituições fechadas; de outro lado, grupos e entidades comunitárias, que criavam condições para que meninos e meninas formassem soluções alternativas aos seus problemas, através de programas de atendimento no próprio contexto onde estavam inseridos. Em 1982 implanta-se o projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua (Fundo das Nações Unidas para a Infância –Unicef / Secretaria de Ação Social – SAS do Ministério da Previdência e Assistência Social e Fundação Nacional do bem-Estar do Menor – FUNABEM). Nasce então os primeiros Grupos Locais com o objetivo de integrar pessoas e recursos sociais do município e da região para enfrentar os desafios da questão dos meninos e meninas de rua. “ Nos dias 13 e 16 de junho de 1985 realiza-se em Brasília o Encontro Nacional de Grupos Locais, que se tornou uma verdadeira assembléia de constituição do MNMMR. Naquela oportunidade, batizado de Movimento

Nacional de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua. Nasce então o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.” (MNMMR, 1995, p.8)

Para entender esta trajetória do MNMMR no Brasil, utilizamos a expressão do próprio movimento através de uma de suas publicações, num primeiro momento, para o recorte orgânico, e num segundo momento, para o recorte conjuntural, através dos depoimentos de seus representantes atuais, coordenador local de Curitiba e vice-

coordenador, colhidos em entrevista semi-estruturada (Roteiro no Anexo 5). A escolha dos entrevistados obedeceu ao critério de representatividade, tendo sido trabalhados os seguintes eixos temáticos com os entrevistados: função e tempo de atuação dentro do Movimento, histórico de sua participação na criação do Movimento, atuação do Movimento no contexto de Curitiba incluindo a participação em Conselhos, análise do contexto de Curitiba sobre a questão de crianças e adolescentes em situação de rua após a promulgação do ECA, concentrando-se as análises nos últimos 5 anos, envolvendo formulação de políticas públicas, propostas em andamento, execução pelo Poder Público Municipal.

A publicação que utilizamos, do MNMMR comemorativa de seus 10 anos de existência, denominada “10 anos do MNMMR –1985/1995”, tendo como sub-título “Construindo a cidadania e a justiça com o sonho e a alegria dos meninos e meninas do Brasil”, aborda seus objetivos, sua identidade, o perfil e o contingente quantitativo de seus participantes, o perfil de sua organização, sua história, suas contribuições, a formação de educadores e agentes de defesa dos direitos (capacitação, estudos e pesquisas), o combate às violações dos direitos humanos, a conquista de direitos, contribuições para formulação de políticas públicas para a infância e a adolescência no País, a articulação, solidariedade internacional e cooperação técnico-financeira, o balanço dos resultados alcançados, o Movimento na opinião pública.

O documento, em sua apresentação assume que “nesses 10 anos de existência o MNMMR trabalhou muito, fez muito e registrou pouco. Sistematizou pouco sua experiência.”. (MNMMR, 1995, p.2) Mas considera que isso não significa que tenha avaliado pouco o desenvolvimento de suas ações. Os dados apresentados no documento refletem uma síntese do levantamento realizado em 1994 e 1º semestre de 1995.

Na análise de suas ações o documento constata que suas contribuições visaram atacar os problemas que atingem as crianças e adolescentes, especialmente meninos e meninas de rua em duas ordens: num plano mais estrutural e outro mais emergencial. As ações destinadas a solucionar as causas estruturais do fenômeno foram realizadas em conjunto com outras organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais. (MNMMR, 1995, p.3).

O documento analisado apresenta como principais motivações que levaram e continuam a levar as pessoas a participarem do MNMMR:

- “Sensibilidade à bárbara, desumana e injusta situação que vivem os meninos e meninas de rua, associada ao fato que o Movimento é um espaço político que possibilita a participação daquelas pessoas que querem contribuir com a superação do problema, como forma concreta de lutar contra as injustiças sociais e pela transformação social.
- A participação amplia as perspectivas de análises e compreensão tanto das causas quanto das soluções possíveis para estes problemas sociais ao mesmo tempo em que produz uma sensação de força e poder para intervir na realidade.
- Contribui para aperfeiçoar a experiência profissional concreta, na medida que possibilita o intercâmbio de idéias, reflexões e informações.” (MNMMR, 1995, p.5).

À época da publicação do Documento em análise (1995), o perfil dos educadores/ativistas participantes do MNMMR se caracterizava pela predominância feminina com 61% entre os sócios filiados, situando-se na faixa etária de 20 a 30 anos. A maioria dos educadores sociais, 57%, era leiga ou ativista com nível escolar até no máximo o segundo grau. Um percentual de 43% possuía curso superior predominantemente nas áreas de serviço social, pedagogia e psicologia. O maior contingente trabalhava em ONGs e instituições voltadas para a área de atenção à infância. Cerca de 60% trabalhava em organizações não-governamentais, e 35% eram funcionários de organismos públicos e um pouco menos de 5% trabalhavam na iniciativa privada em áreas não relacionadas à infância. (MNMMR, 1995, p.5)

3.1.2.5. Contribuições sociais.

Segundo o documento analisado, as contribuições do MNMMR em termos estruturais se apresentavam em três planos:

“Plano cultural e simbólico : disseminação de uma nova concepção de infância e adolescência, contrária à visão estigmatizante e discriminatória em relação aos meninos e meninas de rua e que os concebe como sujeitos de direitos, buscando transformar a figura emblemática do menino e menina de rua como um símbolo da omissão da

sociedade, em símbolo de sua capacidade de transformar a si mesmo pelo poder de convocatória das próprias crianças e adolescentes. **Plano da capacidade normativa da sociedade:** a intervenção no parlamento e as conquistas legais alcançadas (em conjunto com centenas de outras organizações) pela inclusão de direitos na Constituição Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e outras leis correlatas. **Plano de oferta de serviços destinados ao atendimento dos direitos básicos:** a intervenção na elaboração de políticas públicas associada a defesa jurídico social das crianças contra as violações de seus direitos”. (MNMMR, 1995, p.3):

Em termos de situação emergencial, o documento de MNMMR (1995), coloca como suas as seguintes contribuições:

“**Plano de mobilização e organização das forças sociais e dos próprios sujeitos:** a organização e manutenção de uma rede de educadores e ativistas em defesa de direitos humanos e de cidadania e a formação e organização de crianças e adolescentes nos grupos e núcleos de base do próprio Movimento, que exercem de um lado, vigilância e pressão para o atendimento dos direitos, e de outro a qualificação das demandas das próprias crianças por políticas públicas, programas e serviços. **Plano de melhoria da qualidade imediata de suas vidas** - os serviços que o Movimento vem prestando aos programas, estando eles ligados ou não a sua rede, contribuíram na melhoria da qualidade do atendimento de crianças e adolescentes: organização e formação de cidadania de meninos e meninas participantes nos programas, formação de educadores, intercâmbio e divulgação de suas experiências, na assessoria técnica, política e pedagógica.” (MNMMR, 1995, p. 3):

No contexto nacional e internacional em várias instâncias ocorreu o reconhecimento à luta do MNMMR em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes (MNMMR, 1995, p. 39):

- Menção Honrosa em Direitos Humanos de 1988, do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, concedido a seu Coordenador nacional, gestão 1988/90.
- Prêmio Criança, Prioridade Nacional 1990, oferecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, às entidades do Fórum de Entidades Não-Governamentais de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Prêmio Direitos Humanos 1991, da Associação Pró-Direitos Humanos do Equador.
- Prêmio Internacional de Direitos Humanos 1991, da Associação Pró-Direitos Humanos da Espanha.

- Prêmio Criança 92, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, devido à forma criativa, inovadora e conseqüente como o MNMMR desenvolveu seu trabalho com crianças e adolescente em situação de rua.
- Diploma comemorativo do 10º aniversário da Central Única dos Trabalhadores (CUT)- 1993, concedido ao MNMMR em reconhecimento ao seu apoio solidário à luta dos trabalhadores em defesa da democracia, da liberdade sindical e por uma vida melhor.
- Prêmio C. Henry Kempe Memorial 1994, da Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e à Negligência Contra Crianças, de Colorado/E.U.A .
- Prêmio Direitos Humanos 1994, oferecido pela organização “Advocates for Human Rigths” (Advogados pelos Direitos Humanos), situada em Minnesota/E.U.A .
- Prêmio “Príncipe de Astúrias da Concórdia 1994” da Fundação Príncipe de Astúrias, Espanha.

3.1.2.6.Estrutura organizativa.

Segundo o mesmo documento, a organização do Movimento ocorre na seguinte estrutura (MNMMR, 1995, p. 6):

1. Conselho Nacional – instância consultiva e deliberativa, formada por um representante de cada Estado, eleito em assembléia estadual. Sua estrutura e dinâmica de funcionamento são definidas em regimento interno. Dentro do Conselho Nacional havia uma Coordenação Nacional, órgão máximo, em âmbito nacional, de direção do MNMMR. Esta Coordenação é composta por três membros eleitos em Assembléia Nacional para o mandato de dois anos, trabalha em forma de colegiado; são cargos eletivos: coordenador nacional, secretários nacional e de finanças.

2. Conselho Fiscal – composto por seis membros eleitos em Assembléia Nacional para o mandato de dois anos, sendo três efetivos e três suplentes. Cabe a ele fiscalizar a gestão financeira das várias instâncias do Movimento.

3. Comissão Estadual – instância máxima de direção do MNMMR nos Estados. Coordena, conduz, executa as diretrizes e prioridades e contribui no fortalecimento das missões locais e núcleos de base. O número de integrantes, sua estrutura dinâmica de funcionamento são definidos em assembléia estadual.

4. Comissão Local – unidade orgânica do MNMMR constituída de programas de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes ou entidades identificadas com a filosofia do MNMMR. Seus sócios podem ser efetivos (educadores, militantes/ativistas), filiados (meninos e meninas) ou colaboradores (cidadãos, profissionais, técnicos e programas de atendimento). A comissão pode abranger mais de um município, ou em um município pode existir mais de uma comissão.

5. Núcleo de Base – unidade orgânica de participação das crianças e dos adolescentes (sócios filiados). Sua estrutura, dinâmica de funcionamento e tipo de atividade desenvolvida são itens definidos pelos próprios membros do núcleo.

Nesta estrutura organizacional, a definição das diretrizes gerais de ação se dá nas assembleias municipais, estaduais e nacional, que ocorrem a cada dois anos. Além disso, as crianças e os adolescentes definem suas linhas de ação e prioridades em encontros municipais, estaduais e nacional. (MNMMR, 1995, p. 6).

Em 1995 o MNMMR estava estruturado em 24 dos 27 estados brasileiros. Existiam 100 comissões locais, havendo estados com maior número de comissões locais: São Paulo (18), Rio Grande do Sul (8), Pernambuco (7), Rio de Janeiro (6), e Paraíba (5). No ano de sua criação, em 1985, todas as regiões do país possuíam ao menos um Estado filiado ao Movimento, perfazendo um total de 13 Estados. Ainda na década de oitenta mais 8 Estados se juntaram ao Movimento, e a partir da década de noventa, Sergipe, Acre e Rondônia foram incorporados. (MNMMR, 1995, p.7).

Em termos de abrangência nacional, segundo do documento do MNMMR eram os seguintes os estados e respectivos municípios que possuíam comissões locais: Acre (Rio Branco), Alagoas (Maceió, Arapiraca, Palmeiras dos Índios), Amapá (Macapá), Amazonas (Manaus, Manacapuru, Tefé, Cacau, Pereira), Ceará (Fortaleza, Sobral, Paraipaba, Caucaia), Distrito Federal (Brasília), Espírito Santo (Vitória, Cariacica, Colatina, Serra), Goiás (Goiânia), Mato Grosso(Cuiabá, Chapada Guimarães, Cáceres), Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá, Ladário), Maranhão (São Luís, Pedreiras, Caxias), Minas Gerais (Belo Horizonte, Ipatinga, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Bom Despacho), Pará (Belém, Santarém, Castanhal), Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Pombal, Sapé),

Paraná (Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa, Pinhais, Maringá), Pernambuco (Recife, Gravatá, Timbauba, Igarassu, Olinda), Piauí (Teresina, Esperantina), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Natividade, Petrópolis, Volta Redonda, Campos, Resende), Rio Grande do Norte (Natal), Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Canoas, Caxias, Viamão, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santiago), Rondônia (Porto Velho, Guajará Mirim, Jí-Paraná, Ariquenes), Santa Catarina (Florianópolis, Joinville), Sergipe (Aracajú), São Paulo (São Paulo, Tiradentes, Araçatuba, Bady Bassett, Mogi das Cruzes, Campinas, Jacareí, Lorena, São Bernardo do Campo, Santos, São José do Rio Preto, Lins). (MNMMR, 1995, p.7)

Consideramos importante observar a dinâmica de ativação e desativação de Comissões locais dentro do Movimento ao longo de seus primeiros dez anos de existência, considerando-se que a Comissão Local é a unidade orgânica do MNMMR, e congrega desde educadores, militantes/ativistas, filiados (meninos e meninas) e colaboradores, estes normalmente representados por profissionais, técnicos e programas de atendimento. Tomando por base as informações da publicação do próprio Movimento:

“Ao longo desses 10 anos foram criadas 141 Comissões (incluindo-se Pré-Comissões e Grupos Locais). Dessas, cerca de 54% foram criadas nos 3 primeiros anos de existência do Movimento. Novas Comissões serão criadas até 94. Contudo, apesar de o Movimento ter ampliado sua penetração nos estados, a partir de 88 o número de Comissões criadas anualmente passa a ser bem menor e, além disso, algumas começam a ser desativadas. A proporção de comissões criadas é maior do que comissões desativadas até o ano de 90. No período de 91 a 93 a proporção se inverte e no ano de 94 o número de comissões criadas suplanta o daquelas desativadas. No total, 64 comissões foram desarticuladas entre 86 e 94, havendo uma grande concentração em 92 (cerca de 33% das desativações). O Estado de São Paulo foi o que criou o maior número de Comissões (29), mas também o que apresenta maior número de desarticulações (22), sendo que 17 destas ocorreram em 1992”. (MNMMR, 1995, p.7).

3.1.2.4. Articulações políticas.

Segundo o documento do MNMMR (1995), neste mesmo ano, 1985, a Comissão Nacional provisória planeja e coordena os preparativos para a Assembléia de constituição oficial do Movimento, com projeto de estatutos, e documento de princípios. Nos anos seguintes várias articulações são desenvolvidas para dar ao Movimento consistência e ordenação nos Estados e Municípios. Em 1988, em Brasília, o MNMMR participa da criação do Fórum DCA – Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Através do Fórum DCA o MNMMR participa de forma mais sistemática do processo de elaboração da Constituição Federal; e na elaboração do anteprojeto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (MNMMR, 1995, p. 9-11).

O documento analisado demonstra a intensa articulação do Movimento, nos anos seguintes, em vários Estados e Municípios brasileiros, com destaque na luta pela aprovação do ECA, que se concretiza em 13 de julho de 1990. Além de suas próprias atividades através de Assembléias Nacionais, das Comissões Estaduais e Locais, bem como Núcleos de Base, o MNMMR passa a se destacar pela participação em vários espaços mais amplos de formulação de políticas públicas, como: elaboração do Plano Nacional de Combate à Violência (1990), soma esforços para a retificação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas, aprovada pela ONU em 21/11/89 e subscrita pelo Governo brasileiro em 26/01/90; participa dos esforços para criação da Comissão Parlamentar de Inquérito “Destinada a Investigar o Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil” (1991-1992); participa de CPIs no Espírito Santo, Ceará, Mato Grosso e São Paulo para investigar o extermínio de crianças (1991); participa da elaboração e pressões para aprovação da lei que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, (12/12/1991); assina o Pacto pela Infância (uma articulação entre movimentos sociais, Governo e empresários em defesa dos direitos da criança) e torna-se membro de seu Grupo Executivo (1991); na condição de membro do grupo Executivo do Pacto pela Infância contribui para a realização da I Reunião de Cúpula dos Governadores pela Infância, em Brasília (1992); articula-se com o movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria”(1993); contribui na elaboração, mobilização e pressão para aprovar a Lei Orgânica da Assistência Social, e do processo de Revisão Constitucional buscando

assegurar os direitos já conquistados (1993); participa do CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar (1993, 1994), CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Saúde, e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, neste último ocupando a vice-presidência (1993); participação de protestos contra o episódio da Chacina da Candelária e da CPI do Congresso Nacional que investigou a exploração do trabalho e da prostituição infanto-juvenil (1993-94); participação na Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, bem como dos encontros preparatórios em Brasília, Quito/Equador (1993); continuidade de sua participação nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como no grupo Executivo do Pacto pela Infância (1994). (MNMMR, 1995, pp.9-11).

Afora estas atividades o MNMMR desenvolveu intensa articulação, segundo dados de sua publicação de 1995, com jornalistas e agências de notícias, buscando a sensibilização, conscientização e educação social em direitos da criança dos jornalistas. Promoveu eventos nesta área, bem como apoiou a iniciativa de Âmbar de Barros para a criação da ANDI- Agência de Notícias dos Direitos da Infância, em 28/12/92. (MNMMR, 1995, p.19).

3.1.2.5. Constituição dos membros.

Em relação à constituição quantitativa, etária e de gênero, em 1995, segundo dados da publicação do MNMMR (1995), cerca de 3.000 crianças e adolescentes possuíam uma vinculação político-pedagógica com o Movimento, embora nem todos participassem sistematicamente dos Núcleos de Base. A faixa etária dos participantes tinha sua maior incidência entre adolescentes (78%). A distribuição entre as faixas etárias compreendia 39% na faixa de 12 a 14 anos, e 39% de 15 a 17 anos, e 20% na faixa etária de 7 a 11 anos. Havendo registros de 2% dos participantes de núcleos de base com idade superior a 17 anos, com variação entre 18 e 23 anos. Em relação ao gênero dos participantes havia clara

predominância do sexo masculino com 69%, sendo 31% do sexo feminino. (MNMMR, 1995, p. 12).

Quanto à escolaridade das crianças e adolescentes vinculados ao MNMMR, em 1995, a grande maioria estudava ou pelo menos estava matriculada (84%), enquanto apenas 16% dos sócios filiados não estudavam. O número de analfabetos ou em processo de alfabetização não atingia 3%, mas a defasagem entre idade e nível de estudo era

surpreendente, pois somente 4% do total já haviam concluído a 8ª série. (MNMMR, 1995, p. 12).

Quanto à ocupação estudo/trabalho, em 1995, o contingente de crianças e adolescentes vinculados ao MNMMR através dos Núcleos de Base, 59% atuavam em alguma situação de trabalho, 38% só estudavam e uma pequena faixa de 3% não estudava e nem trabalhava, contudo quase a totalidade das crianças incluídas nestes últimos percentuais desenvolvendo atividades em casa relacionadas à manutenção de todo o grupo familiar. As situações de trabalho apontadas eram: atividades domésticas compreendendo guarda dos irmãos menores, lavagem de roupa, limpeza da casa, alimentação, e predominantemente empregos domésticos e vendedores ambulantes. Outras situações de trabalho: eletricista, pintor, *garçon*, marcador de jogo do bicho, atendente de telefone, carpinteiro, etc.. Cerca da metade dos participantes de núcleos de base estavam vinculados ao processo de aprendizagem profissionalizante com ou sem geração de renda em programas de atendimento. (MNMMR, 1995, p.12).

3.1.2.6. Atividades internas.

A participação das crianças e dos adolescentes nos aproximadamente 150 núcleos de base em todo o país, em 1995, envolvia as seguintes atividades: oficinas pedagógicas (workshops) com temas de interesse dos participantes como direitos, prevenção ao uso de drogas, saúde sexual, prevenção da gravidez precoce, arte-educação, vídeo. Atividades culturais, envolvendo artes plásticas, dramatização, teatro popular, teatro do oprimido,

teatro de sombras, dança, capoeira. Recreação, esporte e lazer, envolvendo brincadeiras e jogos voltados ao conhecimento do grupo, conquista da credibilidade no outro, relações interpessoais, expressão da identidade, expansão da fantasia. Luta em defesa de seus direitos, envolvendo a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, debates, seminários, palestras, meios de comunicação como o rádio, buscando atingir sobretudo escolas e Associações de Moradores. (MNMMR, 1995, p. 13).

Um aspecto bastante valorizado pelo MNMMR sempre foi a formação de educadores e agentes de defesa de direitos, através de capacitação, estudos e pesquisas, sendo esta área considerada estratégica e prioritária no Movimento: “pode-se dizer que a experiência de Formação do Movimento é anterior mesmo à sua criação, ou seja, ele herda do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua um conjunto de metodologias de capacitação de educadores que os programas alternativos e, posteriormente, os grupos locais haviam ajudado a construir.”. O Centro de Formação e Apoio a Educadores de Rua, criado e implantado de 1988 a 1992, foi experiência pioneira na América Latina. Os programas de formação desenvolvidos abrangiam (MNMMR, 1995, p.16) :

- a) Área de Capacitação, com os eixos: formação de formadores, formação de dirigentes de ONGs e movimentos sociais, formação de crianças e adolescentes, formação básica de educadores, aperfeiçoamento e especialização de educadores, capacitação para formulação e avaliação de políticas públicas, educação social e direitos de criança e adolescente, metodologia de trabalho de grupos populares.
- b) Área de Estudos e Pesquisa, com os eixos: Memória Histórica, Estudos, Pesquisas e Ciclos de Debates.
- c) Área de Serviços e Assessoria, com os eixos: Educação e Projetos de Atenção Direta a Crianças e Adolescentes, incluindo serviços de biblioteca, videoteca e hemeroteca (coleções de jornais e revistas).

Ao longo de seus dez primeiros anos de existência o MNMMR, através de suas Comissões Locais, em todo território nacional, desenvolveu intensa atividade de formação em seus diversos eixos, havendo uma estimativa aproximada de 100 eventos e

aproximadamente 17.254 participantes. O Centro de Formação, por sua vez desenvolveu 203 eventos envolvendo 8.594 pessoas. (MNMMR, 1995, p.17).

3.1.2.7. Manutenção e custeio.

Dentro de tão intensa atividade, impõe-se a questão das condições materiais de custeio desta rede de ações. De acordo com a publicação do MNMMR de 1995, em relação às agências e organizações que deram suporte ao Movimento em âmbito nacional e internacional, de 1984 a 1995:

“Praticamente 90% dos recursos recebidos pelo MNMMR em âmbito nacional, foram provenientes de ONGs e governos internacionais. As ONGs contribuíram com 75% dos recursos recebidos(...). As que mais contribuíram foram as européias (62%), seguidas pelos organismos multilaterais. Os países que, individualmente, mais cooperaram foram a Holanda (37%) e a Alemanha (10%). “MNMMR, 1995, p.30).

Em termos de balanço de resultados, considerando os primeiros dez anos da existência do MNMMR, em sua publicação apontam-se as seguintes áreas de efetivos avanços (MNMMR, 1995, P.31-8):

1. Criação e manutenção da primeira rede nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente, com participação das crianças e dos adolescentes envolvidos no Movimento.
2. Formação de crianças e adolescentes das camadas populares para o exercício de sua cidadania.
3. Consolidação de uma concepção de criança como sujeito político, sujeito de direitos e como um segmento mobilizável da população.
4. Capacitação de educadores, agentes públicos e agentes de defesa de direitos.
5. Agendamento da questão dos meninos e meninas de rua, mobilização e organização da sociedade para promover e defender seus direitos de cidadania.
6. Visibilidade nacional e internacional da violência contra crianças, marcadamente a relacionada ao extermínio, e contribuição na criação de mecanismos para coibi-las.
7. As conquistas no campo do direito e das leis: construindo um novo ordenamento jurídico da área da infância.

8. Contribuições para formulação de políticas para crianças e adolescentes.
9. Contribuições para ampliar a produção do conhecimento acerca dos meninos e meninas de rua e de pedagogias e metodologias de trabalho.
10. Contribuições para articulação, solidariedade internacional e cooperação financeira.
11. Contribuições para democratização da sociedade brasileira.

3.1.2.8. Situação atual no Município de Curitiba.

Para maior compreensão da atuação do MNMMR no contexto do município de Curitiba, campo desta pesquisa, realizamos uma entrevista (Anexo 2) com os responsáveis pelo Movimento neste contexto. A entrevista com o Coordenador Local/Curitiba (R.C.) e o Vice-Coordenador (L.M.), foi realizada em 17/11/03. O coordenador informou que participa do MNMMR desde sua criação em 1986, quando ainda era adolescente. Sobre a criação e atuação do MNMMR em Curitiba, o Coordenador Local informou que:

“...particpei da criação do MNMM através do trabalho na Vila Lindóia. Em 1986, sugeri que se fizesse um trabalho com os meninos (em situação de rua: informe nosso) do centro de Curitiba. Aí é que conheci o MNMMR. Quem coordenava era uma psicóloga, R.. Havia mais um cidadão, Z. H., funcionário do Estado na época da FASPAR – hoje, Educandário São Francisco, na época Educandário Queiroz Filho. Numa abordagem de rua que estávamos fazendo, eles (os membros do MNMMR) se aproximaram. Eles se reuniam às sextas-feiras na Biblioteca Pública para discutir problemas sobre crianças e adolescentes; eram só profissionais coordenados pela R., coordenadora. O F. (acrécimo nosso: F. G., da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias)¹⁷ foi convidado para ir às reuniões e levou o grupo de meninos de rua junto, o que gerou vários conflitos. Eu era adolescente na época. O grupo de profissionais não queria a presença dos meninos. Eram muito técnicos, os membros do grupo do MNMMR. Os profissionais acabaram se retirando e os meninos ficaram, havendo na época a adesão de outros educadores de Vila Guaíra, Pinhais, São José dos Pinhais, Piraquara, e houve grande crescimento. A intenção era desenvolver o trabalho de abordagem de rua. Eram desenvolvidos na Rua XV, Curitiba, enfrentando polícia, inclusive. Os meninos de rua incomodavam muito. Rodas de capoeira cresciam e atrapalhavam a movimentação das casas de chopp. Os meninos faziam músicas com letras alternativas e muito criativas. A polícia era chamada e eram obrigados a se dispersar. Com o tempo resolveram usar outra tática. Anteriormente usavam inicialmente o bate-papo como aquecimento. A nova tática era ir à Praça Rui Barbosa ou Alto do São Francisco e depois vinham para a Rua XV. Todo domingo

¹⁷ Em vários trechos dos depoimentos dos entrevistados optamos por colocar entre parênteses esclarecimentos nossos para maior compreensão por parte do leitor que não conhece esta área no município de Curitiba, além de algumas notas de rodapé com a mesma finalidade.

à tarde. O grupo foi crescendo e foi necessário dividir o grupo pelos dois locais citados. Houve um pouco de rivalidade entre os dois grupos, o que teve que ser trabalhado. Não havia muitos “mocós”¹⁸, e havia muita divisão destes grupos. Foi sendo optado por se fazer os lanches nos próprios “mocós”, a fim de propiciar a aproximação entre eles, os dois grupos de meninos. Houve uma época em que as passagens e os lanches eram rateados entre os próprios educadores. Isso foi ficando difícil. A proposta foi catar papel, os educadores e com os meninos, nas vilas, na sexta-feira à noite para garantir o lanche dos domingos. Os meninos posavam na Casa dos Freis na Vila Lindóia¹⁹. Ocorreram vezes em que achavam

¹⁸ “Mocó”: termo empregado pelos meninos e meninas em situação de rua para designar seu espaço de moradia nas ruas, instalado em casas ou construções abandonadas.

¹⁹ A Casa dos Freis era o lugar que os pioneiros da abordagem junto a crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba utilizavam para suas reuniões e moradia. O nome se deve ao fato de que Fernando Francisco de Góis era frei carmelita à época em que começou, junto com outros freis, um movimento na Vila Lindóia, Curitiba, anterior ao MNMMR para atender famílias pauperizadas, e suas crianças, que haviam ocupado esta área, vindas do interior do Paraná buscando condições melhores de vida. Este movimento identificado com a Teologia da Libertação foi iniciado pelos freis carmelitas Chico, Edmilson e Romualdo em 1979; em 1984 três freis passam a visitar com frequência a aquela comunidade, Fernando, Osni e Euclides, e na sequência passam a morar nessa área o que foi decisivo para o movimento ganhar força de atuação no centro de Curitiba com abordagens junto a meninos e meninas em situação de rua. Este movimento mais tarde demarcou o nascimento da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, em 26/6/91, com o programa alternativo “Chácara Meninos de Quatro Pinheiros”, em uma área de 112.281m² adquirida com doações da comunidade, no município de Mandirituba/PR, a aproximadamente 100km de Curitiba. A Chácara é até hoje coordenada por Fernando Francisco de Góis. A este respeito ver a obra MIRANDA, Sônia e STOLTZ, Tânia. **A vida na rua e a rua na vida**. Curitiba, Posigraf, 1999.

pães e outros alimentos durante a coleta de papel que eram aproveitados para o lanche coletivo. Isso aproximou os meninos que estavam nas ruas e não tinham, a prática do trabalho, batiam carteira, etc.. Em 1986 ou 87 ocorreu o Encontro Nacional do MNMMR que eles também foram. Conseguiram condução com doações. Foi em Brasília. Curitiba foi a primeira Comissão Local a se formar no Movimento Nacional, constituído juridicamente. Nesta fase quem coordenava era o Fernando Góis. Depois provavelmente foi o Mário Volpi. Há previsão para dezembro/03 para um Encontro Estadual de meninos e meninas do Movimento.(Depoimento do Coordenador Local do MNMMR, Curitiba, 2003).

O depoimento acima traz como dado importante que as ações comunitárias de Vila Lindóia, que deram origem à Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, inicia em Curitiba as abordagens de rua no início da década de 80, antes mesmo do MNMMR formar uma sede nesta cidade, o que revela o acúmulo deste grupo liderado por Fernando Francisco de Góis nesta metodologia de abordagens com crianças e adolescentes em situação de rua, conforme nota de rodapé na página anterior. Outro dado importante que fica visível no depoimento do Coordenador local do MNMMR entrevistado, é que este iniciou sua vivência como educador social a partir de sua experiência como criança e adolescente em situação de risco inserido primeiramente nas abordagens do grupo de Fernando Francisco de Góis, e depois como membro do MNMMR, e em ambas as situações iniciou-se precocemente já fazendo o trabalho de convencimento para a saída das ruas pelos meninos e meninas abordados. Isso caracterizou um número significativo de movimentos sociais no Brasil nesta área que tiveram como característica formar seus educadores na própria ação de abordagens de rua, mesclando esta metodologia com grupos de discussão teórico-prática, com suportes em Paulo Freire, Makarenko, Teologia da Libertação, etc, o que resultava no verdadeiro sentido do conceito de “práxis”.

O Vice- Coordenador Local do MNMMR (L.M.) informou na entrevista que ingressou no MNMMR na época da Irmã Odete da Pastoral do Menor de São José dos Pinhais, que o convidou, mais ou menos em 1990 ou 91.

Ainda sobre a atuação do MNMMR em Curitiba, o Coordenador Local (R.C.) acrescentou que: “Em Curitiba houve um afastamento do MNMMR, um enfraquecimento no período de 97-98. O fator pessoal dos coordenadores pesou bastante (M., Coordenadora Local na época teve bebê), o R.C. foi para a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros (informe nosso: proposta alternativa para meninos em situação de rua). Houve uma desarticulação

inclusive nas abordagens de rua. Alguns dos membros foram para outros empregos”. O Vice-Coordenador Local do Movimento (L.M.) , informou que acompanhou o processo de desarticulação.

Sobre a participação do MNMMR na formulação de políticas sociais em Curitiba e sua participação em Conselhos paritários, notadamente no COMTIBA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, o Coordenador Local do Movimento (R.C.) comentou que:

“Dentro do COMTIBA o MNMMR não atuou; ele tentou mais dentro do FDCA (Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade da sociedade civil). Enquanto FDCA as pressões ocorreram mais junto à Câmara dos Vereadores, sobretudo na questão dos CTs - Conselhos Tutelares, e outras questões. Algumas reuniões para discutir a questão dos meninos de rua na PMC- Prefeitura Municipal de Curitiba, ocorreram. Ainda hoje, o contexto de discussão está fechado. A participação no FDCA é muito itinerante. Na semana passada teve reunião no COMTIBA; fomos como FDCA (R.C.) e MNMMR (L.M.). Não há abertura para a palavra. Se a palavra é pedida ela não é concedida. Não discutem política pública”. (Depoimento do Coordenador Local do MNMMR, 2003).

A respeito da participação no COMTIBA atualmente, o Vice-Coordenador Local do MNMMR (L.M.) comentou que “tem havido brigas entre os CTs- Conselhos Tutelares e o COMTIBA”. Prosseguiu afirmando que os CTs por regionais não têm tido condições para atuar. Não há uma articulação entre PMC, suas Secretarias e os CTs.

Destacamos nesta parte dos depoimentos dos Coordenadores locais do MNMMR suas menções às relações com o COMTIBA, onde fica evidenciada a postura daquele Conselho de Direitos de não estimular a participação da sociedade civil nas deliberações, e por extensão esta postura atinge também os Conselhos Tutelares, notadamente os que perseguem a meta de manter sua autonomia política em relação ao Poder Público municipal. Em que pese a legislação referente a este Conselho estabelecer sua paridade enquanto composição, demonstramos no Capítulo VI deste trabalho, onde foi descrita a abordagem de campo que inclui o COMTIBA, que tal paridade tem sido frequentemente ameaçada na história daquele Conselho, através de estratégias hegemônicas do Poder

Público deste município que acaba por comprometer constantemente a participação autônoma da sociedade civil dentro dele.

Em relação ao contexto de Curitiba colocando o foco sobre a formulação de políticas públicas, propostas em andamento e execução pelo poder Público Municipal sobre o contingente de crianças e adolescentes em situação de rua após a promulgação do ECA, concentrando as análises de 1995 para cá, os entrevistados comentaram que:

“A questão do uso de drogas na periferia está muito forte; houve uma despreocupação em relação ao tema meninos de rua. Violência nos bairros chamou muito a atenção e a questão dos meninos de rua ficou secundarizada. Não se trabalha a questão da saída das ruas: ausência de local e ausência do trabalho com a família. O trabalho da PMC é feito por educadores que não têm vínculo com os meninos. O programa não oferece condições para esse vínculo ocorrer; (esse) impedimento (é) reforçado pela presença da Polícia Militar em vários momentos das abordagens de rua. (Depoimento do Coordenador Local do MNMMR, Curitiba, 2003).

Ainda sobre este aspecto o Vice-Coordenador do MNMMR (L.M.) acrescentou: “Nas abordagens de Rua da PMC o constrangimento é a Kombi com a luz, giroflex; há o constrangimento. A denúncia através do 156 (número de telefone) inclui animal morto, população de rua de qualquer idade. Na Câmara dos Vereadores de Curitiba foi solicitada a retirada do giroflex, pois causa constrangimento. Foi alegado pela Prefeitura Municipal de Curitiba há uma certa resistência mas isso não atrapalha a abordagem”.

Nos depoimentos acima destacamos a ausência de critérios do Poder Público para atuar em várias frentes de demandas sociais, ficando evidenciado que o tema criança e adolescente não é prioridade para a gestão municipal. Demonstra-se que não há alternativas programáticas para a saída de crianças e adolescentes das ruas por ausência de vagas, bem como uma inércia em proposições que envolvam as famílias. Além disso, as metodologias de abordagens dos programas públicos são criticadas pelos entrevistados por não oferecerem possibilidades de formação de vínculo com educandos, ressaltando-se a presença de Policiais Militares como elementos de impedimento para o trabalho de abordagem, bem como a utilização de equipamentos que impõe constrangimento como o giroflex (luz amarela giratória) contrariando o artigo 18 do ECA que estabelece: “É dever

de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Sobre a área da infância e da adolescência em Curitiba, no contexto atual, o Coordenador Local do MNMMR (R.C.) comentou que:

“Há projetos a serem votados que estão parados e esperam há 4 ou 5 anos. No último Dia das Crianças foi sugerido pelo FDCA (Fórum Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente), que fossem juntados todos os projetos sobre a infância e fossem votados. Foi conseguido um certo avanço: a criação de *sites* sobre a criança. O legislativo não dá a devida prioridade. No orçamento ocorre a mesma falta de prioridade. As audiências públicas para orçamento público neste ano foram feitas nas regionais. O orçamento foi deixado para consulta mas é muito técnico; a população não compreende seu conteúdo. Orçamento participativo não há.” (Depoimento do Coordenador Local do MNMMR, Curitiba, 2003).

O depoimento acima explicita claramente algumas estratégias de manutenção da hegemonia do Poder Público, e numa unidade contraditória, a subalternidade de crianças e adolescentes que demandam políticas sociais básicas. Projetos de lei na área da infância e juventude que esperam 4 ou 5 anos para serem apreciados, demonstrando a força da bancada da situação na Câmara dos Vereadores em não agilizar aquilo que não convém à gestão municipal. Em estratégia hegemônica articulada, o Poder Público municipal simula a participação da sociedade civil dando acesso, através de audiências públicas nas regionais, a documentos com terminologia hermética que a população não consegue decifrar, e dá a isso o nome de consulta popular.

3.1.2.9. Desaceleração do Movimento.

Articulando nossas análises quanto aos depoimentos dos representantes do MNMMR entrevistados com a dinâmica de criações e desativações de Comissões do MNMMR citadas em seu documento de 1995, pudemos constatar que a partir de 1990 as desativações começaram a ocorrer em maior número do que as criações; nos foi possível levantar a hipótese de um arrefecimento de sua atuação, a partir de alguns avanços obtidos

em termos legais e políticos, após os seus primeiros dez anos de atuação, entre 1985 e 1995. Esmiuçando estes dados (MNMMR, 1995, p.7), constatamos:

- Até 1990 ocorreram mais criações de Comissões do que desativações;
- 54% das Comissões foram criadas nos três primeiros anos de existência do Movimento;
- de 1991 a 1993 a proporção se inverteu, passando a ocorrer mais desativações de Comissões;
- em 1994 são criadas mais Comissões do que desativadas, parecendo ter havido uma nova articulação do Movimento;
- entre 1986 e 1994 sessenta e quatro (64) das 141 Comissões existentes em 24 dos 27 estados brasileiros foram desarticuladas, concentrando em 1992 (cerca de 33%) as desativações;
- São Paulo criou o maior número de Comissões (29), mas também apresentou o maior número de desativações (22), sendo 17 só em 1992; concluímos que só restaram 07 Comissões naquele Estado.

Nos depoimentos colhidos com o Coordenador do MNMMR em Curitiba também encontramos dados que demonstraram esse arrefecimento: “Em Curitiba houve um afastamento do MNMMR, um enfraquecimento no período de 97-98. O fator pessoal dos coordenadores pesou bastante (...). Houve uma desarticulação inclusive nas abordagens de rua. Alguns dos membros foram para outros empregos”. O Vice-Coordenador Local do Movimento (L.M.), informou que acompanhou o processo de desarticulação. Em nossa análise entendemos que as referências feitas pelos responsáveis locais de que “em Curitiba houve um afastamento do MNMMR” é indicativo de que as Comissões Locais já não estavam mais tendo uma visão de todo o Movimento nacional nesta época, atribuindo às suas próprias dificuldades pessoais a desarticulação, quando na verdade o Movimento estava já perdendo sua capacidade de articulação.

As Comissões às quais se referem nossas análises eram:

“a unidade orgânica do MNMMR constituída de programas de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes ou entidades identificadas com a filosofia do NMMR. Seus sócios podem ser efetivos (educadores, militantes/ativistas), filiados

(meninos e meninas) ou colaboradores (cidadãos, profissionais, técnicos e programas de atendimento). A comissão pode abranger mais de um município, ou em um município pode existir mais de uma comissão. (MNMMR, 1995, p.6).

Assim, pela importância do trabalho de base que era realizado por estas Comissões, onde verdadeiramente toda a filosofia e propostas de ação do Movimento eram construídas, é possível compreender que a partir do momento que este trabalho desarticulou-se houve o comprometimento toda a sua continuidade.

Em relação à continuidade do Movimento após a promulgação do ECA, e sobretudo após seus 10 anos de existência em 1995, os dados arrolados neste tópico são importantes para considerarmos a hipótese de que o MNMMR teve sua maior força de ação quando construiu dois grandes objetivos históricos: em primeiro lugar a intervenção da formulação da Constituição Federal de 1988, onde se garantiu o Artigo 227 que define os conceitos de “criança e adolescentes como prioridades absolutas”, e, em segundo lugar, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e seu primeiro momento de implementação no início da década de noventa, até aproximadamente 1995. Não se está afirmando aqui que premeditadamente tenha sido esta a meta do MNMMR, mas que a obtenção destes dois fatos históricos pode ter causado um arrefecimento nas estratégias de luta do Movimento, pelo hiper-dimensionamento feito pelos seus integrantes da importância dos avanços legais obtidos, onde indiscutivelmente o MNMMR teve papel central. Entretanto, a não permanência da ativação do Movimento, com o mesmo ímpeto de luta que nos primórdios de sua formação acabou determinando, ou pelo menos contribuindo, para que a implementação dos textos legais tenha ficado limitada ao contexto documental por força das pressões das classes sociais hegemônicas às quais não interessam transformações profundas no modelo sócio-econômico que determina a marginalização e a exclusão sociais.

3.1.2.10. Uma retomada possível.

É inegável a contribuição do MNMM do Brasil, nos aspectos apontados pelo próprio Movimento. Entretanto, também é perceptível que nos anos recentes sua expressividade social como representação da classe social subalterna “crianças e

adolescentes em situação de rua” parece ter sofrido um declínio, não só em relação aos espaços na mídia, como também nos demais espaços de articulação com a sociedade civil. Os depoimentos colhidos com os responsáveis locais pelo MNMMR, relatados acima, apontaram igualmente nesta direção.

As contribuições de GOHN (2001), especificamente por tratar dos Conselhos Gestores e a participação sócio-política nos interessam em relação à discussão de participação comunitária resgatada por ela, situando-a na década de 80 do século XX. O conceito de participação popular era definido naquele período “como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias”. (GOHN, 2001, p.50). Aqui especificamente nos interessa resgatar esta discussão, sobretudo para compreender o papel do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Brasil, e por extensão de raciocínio ao papel de outros atores sociais e paralelamente a dinâmica de acesso dos movimentos populares dentro dos Conselhos. No dizer de GOHN (2001, p.50) “tratava-se de mudar as regras do controle social e de alterar a forma de fazer política no país”; assim, a ascensão mobilizatória de diversos movimentos sociais no Brasil incluiu como estratégia contra-hegemônica de controle do Estado e de seus aparelhos, a sua inserção concreta nos Conselhos Gestores, até porque esta conquista também foi garantida na Constituição Federal de 1988.

Segundo GOHN (2001) na década de 80, mesmo que se considere um período desvalorizado, sobretudo pela mídia, ocorreram de fato dois grandes avanços: primeiro, os movimentos populares se constituíram como um campo democrático no seio da sociedade civil, incluindo ONGs então emergentes no cenário político nacional, havendo uma cultura política de mobilização e pressão direta como práticas para viabilizar o encaminhamento das demandas populares, e segundo, canais de participação da população em relação à coisa pública foram conquistados, envolvendo os sujeitos demandatários em novas arenas no interior dos órgãos públicos.

Embora a autora citada não aponte a conjuntura mais ampla de onde emergiram movimentos populares e ONGs, demarcamos aqui o cenário de pressões sociais que

levaram ao início de um período onde a ditadura militar perdia sua força impositiva, culminando com a anistia aos presos e exilados políticos no final da década de 80.

Assim, no emergir da década de 90 do século XX, “a participação comunitária e participação popular cedem lugar a duas novas denominações: participação cidadã e participação social (...) O conceito de participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público.” (GOHN, 2001, pp.56-7). A autora vai enfatizar então que os Conselhos são os maiores exemplos deste modelo de participação, cuja principal característica é a institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado.

Nossa análise é que as estratégias de enfrentamento do MNMMR caracterizaram-se nitidamente numa perspectiva de adesão ativa às formações políticas daquele momento histórico de sua criação em 1985, atuando de forma contra-hegemônica e buscando a superação da subalternidade das crianças e adolescentes em situação de rua. Entretanto, este Movimento outrora capaz de mobilizar milhares de crianças e jovens em todo o Brasil, acabou por limitar, ao longo dos últimos anos, notadamente no contexto de Curitiba ora analisado, seus enfrentamentos aos espaços institucionais como Conselhos de Direitos, Câmaras de Vereadores, etc., abrindo mão de um conhecimento sobre articulação e atuação política na base da sociedade, secundarizando, portanto, seu enorme potencial de formação política do contingente de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como do contingente de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal que acabou sendo arregimentado pelo MNMMR em suas atividades e eventos, em seu período de maior ativação, de 1985 a 1997, aproximadamente.

Em suma, segundo nossa análise, o MNMMR teria apresentado sua crise de mobilização e conseqüente desarticulação ao ter modificado suas estratégias contra-hegemônicas, dando gradualmente menor ênfase aos trabalhos de formação e de articulação de base, para uma maior concentração de seus esforços de enfrentamento exclusivamente nos espaços institucionais. Como corolário, a necessidade de colocação do foco de luta no espaço institucional para seus enfrentamentos acabou por enfraquecer o que o MNMMR

tinha de mais forte que era sua capacidade arregimentadora e formativa do contingente de crianças e adolescentes subalternizados no Brasil. E, ao secundarizar os esforços neste espaço de atuação na base, teria deixado de proporcionar a este contingente a oportunidade de levantar suas próprias reivindicações a partir da compreensão mais clara de suas necessidades e formas de exclusão. Entendemos que numa perspectiva de totalidade, outras determinações se colocaram para esta concentração de esforços na área institucional. Entre outras determinações, destacamos o fato de que a sociedade civil brasileira, no processo de redemocratização após um longo período de ditadura militar, pela primeira vez vivenciava a experiência de fazer seus enfrentamentos de luta diretamente junto do aparelho estatal, através de seus representantes nos Conselhos de Direitos ou outros Conselhos paritários, ou no Poder Legislativo, exigindo, portanto, priorização dos esforços de seu contingente de ativistas, tanto por parte do MNMMR, como de movimentos sociais, como os que se concentraram nas lutas pela educação no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional construído pela sociedade civil, cujo relator era o deputado Jorge Hage. Havia, portanto, um forte clima de participação popular nos mais diferentes segmentos da sociedade civil, e com as mais diferentes demandas sociais, resultando num esforço concentrado em relação aos enfrentamentos a serem feitos nos espaços institucionais.

Ao analisarmos a questão do suporte financeiro para as atividades do MNMMR, é necessário considerar que o Movimento, no documento analisado por este estudo, se auto-denomina como algo muito próximo de uma ONG: “O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil é uma organização popular não-governamental.” (MNMMR, 1995, p. 4). Desta forma, é importante recorrer à conceituação de HADDAD (2003), então presidente da ABONG – Associação Brasileira de Organizações não-Governamentais, que se refere à característica de uma ONG- Organização Não-Governamental de ser independente de recursos públicos para sua atuação: “(...) uma ONG é uma entidade privada que não depende de subsídios públicos. (...) isto é, seus sócios se reúnem para aplicar seus próprios recursos numa determinada atividade e esse ‘capital’ não rende, devendo todo eventual superávit ser reinvestido nas atividades da própria organização”. (HADDAD, 2003, p. 20). Neste sentido torna-se difícil estabelecer esta independência em relação ao MNMMR, porque, em primeiro lugar os integrantes do Movimento não

possuíam recursos próprios ao constituírem o mesmo, e, em segundo lugar, ainda que os recursos não tenham vindo do governo do país de origem, o Brasil, não se pode deixar de reconhecer que houve recurso público, vindo de entidades brasileiras que recebiam subvenções públicas e de governos outros países²⁰, conforme já indicamos no tópico “Manutenção e Custeio” referente ao MNMMR, neste trabalho.

O que se pode indagar é em que medida tal aporte de apoio financeiro teria causado um encastelamento dos dirigentes nacionais do MNMMR, pelo volume burocrático do controle deste aporte financeiro, causando uma ruptura com os trabalhos da base, e com isso causando a desarticulação já referida por nós.

A perda gradual de contato dos dirigentes do MNMMR com a base do Movimento pode ter gerado um centralismo nos dirigentes, e, em decorrência, a tutela de seus representados, as crianças e os adolescentes em situação de rua, na participação nos espaços institucionais. Em suma teria ocorrido a diminuição de esforços formativos para instrumentalização de crianças e adolescentes em espaços públicos de discussão para concentrar maiores esforços em atividades de manutenção da estrutura burocrática do MNMMR. São aspectos e hipóteses que colocamos e que devem ser corajosamente enfrentadas pelo MNMMR, em nosso entender, e que não teremos a possibilidade de aprofundar neste estudo, face ao que nos propusemos, sob pena de perdermos nosso objeto. Enfim, o que nos propusemos no presente tópico foi analisar a adesão ativa ou passiva do grupo social constituído por crianças e adolescentes em situação de rua às formações políticas dominantes, no Brasil, e, o MNMMR nesta perspectiva, ou seja, na perspectiva de representante deste grupo social. O que pudemos apurar foi que ocorreu uma adesão ativa deste grupo social subalterno, através do MNMMR, no período compreendido entre a formação deste Movimento em 1985, e 1997 aproximadamente, variando os dados entre 1992 e 1998 como os anos em que se iniciou sua desarticulação, o que não significou o

²⁰ As organizações internacionais e nacionais que apoiaram financeira e estruturalmente o MNMMR foram: Novib, Embaixada da Holanda, (Países Baixo), Embaixada Britânica, Caritas Holandesas, Misereor, Secours Catholique, Save The Children, Kinderpostzegels (SKN), De Wall Foundation, Oxfam, Inter American Foundation – IAF, Pueblito, Network for Social Changes, CIDIS, Infância Viva, Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, Embaixada da Austrália, Embaixada da Alemanha. Contribuíram com apoio de infraestrutura e pessoal para o MNMMR: Comissão de Justiça e Paz do Distrito Federal, Instituto Brasil Central (IBRACE), Universidade Católica de Goiás (UCG), Amparo ao Manor Carente (AMENCAR) e Grupo de Empresários do Conjunto Nacional. (MNMMR, 1995, p.30)

encerramento de suas atividades. Podemos considerar como de forte impacto sua atuação na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 88, na aprovação do ECA em 1990, bem como em inúmeras outras ações da sociedade civil nesta área, conforme já relatamos. As informações levantadas nos permitem afirmar que sua atuação, logo após a aprovação destes dois instrumentos jurídicos, continuou bastante intensa no sentido da adesão ativa às formulações políticas que se colocavam naquele momento, até o final da década de 90, especificamente do ano de 1997 para frente quando se inicia sua desaceleração enquanto movimento social, não chegando, entretanto, como já dissemos, à total desativação.

À guisa de encerramento das análises deste tópico, considerando as informações disponíveis por nós analisadas, tanto no âmbito documental quanto no dos depoimentos coletados nas entrevistas, podemos concluir que a participação das crianças e dos adolescentes em situação de rua como atores sociais capazes de intervir nos espaços de formulação de políticas públicas só foi historicamente possível²¹ no Brasil em decorrência da formação do MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ainda que sejam levados em conta os dados que apontam para o arrefecimento deste Movimento, mas não ao seu desaparecimento. Nesta perspectiva o Movimento construiu, como seu maior acúmulo, a capacidade de agregação, mobilização e formação política de um grupo social historicamente subalternizado, o de crianças e adolescentes em situação de rua, que, subsidiados naquele momento histórico por inúmeros outros atores sociais como profissionais e militantes de defesa dos direitos da área da infância e da adolescência, concorreram para as denúncias de extermínio dos estigmatizados “menores em situação irregular”, filhos dos excluídos pela sociedade capitalista. Tais denúncias do MNMMR, bem como suas proposições, tornaram possível o emergir no Brasil do paradigma jurídico-social de proteção integral a crianças e adolescentes no âmbito de diversos instrumentos legais. Este acúmulo inegável e histórico deve necessariamente merecer seu resgate por parte dos atuais Coordenadores do MNMMR do Brasil com apoio dos segmentos de defesa de direitos, pois os avanços permitidos pela sociedade para esta área até o presente

²¹ O presente estudo fez a escolha de analisar o MNMMR, não tendo buscado outras formas históricas de organização coletiva que crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil tenham utilizado para finalidades políticas de enfrentamento ao poder constituído, em razão de que a bibliografia da área não aponta a existência de outro movimento social similar com esta abrangência nacional e projeção internacional.

momento histórico foram mais legais do que fáticos. Em síntese, temos no Brasil, de um lado, um importante aporte jurídico-social que se constitui no resultado de lutas sociais históricas, e de outro, compondo uma contraditória unidade dialética, o paradigma de uma sociedade capitalista que funda e garante um Estado voltado a atender aos interesses da classe social hegemônica que não tem como projeto superar a miséria, pelo contrário, atua no sentido da acumulação de riqueza. Assim, continuam a ser requeridos importantes esforços de movimentos sociais.

3.1.3. RELAÇÕES ENTRE GRUPOS DOMINANTES E GRUPOS DE DEFESA DE DIREITOS.

Neste tópico buscamos a análise das relações entre os grupos dominantes e os grupos de defesa de direitos no cenário da sociedade civil e política brasileira, a partir do início do século XX, na perspectiva de perceber como se manifestava a intencionalidade dos representantes dos grupos dominantes no sentido da manutenção do consenso e do controle da subalternidade do grupo social crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, e de perceber como se apresentavam as formas contra-hegemônicas dos grupos de defesa de direitos neste embate.

Para atender a esse propósito fizemos uma adaptação do que GRAMSCI (2002) originariamente propôs com a formulação “o nascimento de novos partidos representantes dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle do grupo social subalterno” (GRAMSCI, 2002, p. 139), adotando os termos e os conceitos “as manifestações de representantes dos grupos dominantes”, permitindo com isso um olhar sobre uma maior amplitude de manifestações populares para além de atividades partidárias. Interessa-nos, especificamente, analisar as relações de grupos dominantes com grupos de defesa dos direitos neste cenário. Para tal intento realizamos basicamente a análise de quatro momentos históricos que, segundo nossa compreensão, se configuraram como sínteses das

tendências da sociedade em seus respectivos momentos históricos.²² Os eventos analisados foram: a) 1ª Congresso Nacional de Proteção à Infância ocorrido em 1922; b) Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) sobre o problema da criança e do menor carentes, de 1976; c) Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) sobre o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, de 1992; e, d) Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) sobre a apuração de responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, de 1994.

Para a obtenção dos dados utilizamos a obra de SARTOR (2000) referente ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e ao 3º Congresso Americano da Criança, o documento da Câmara dos Deputados com dados sobre a CPI de 1976, o relatório da CPI de 1992 sobre o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, e o relatório da CPI de 1994 sobre a apuração de responsabilidades quanto à exploração sexual e prostituição infanto-juvenil no Brasil, os dois últimos obtidos no *site* da Câmara dos Deputados Federais.

Dado o volume de informações contidas nos referidos eventos, optamos por sintetizá-las através dos Quadros III, IV, V e VI, apresentados nas páginas seguintes, onde aglutinamos as informações de acordo com seguintes critérios: evento, data e participantes; pressupostos ou objetivos; conceitos referentes à criança e ao adolescente em situação de rua, e, encaminhamentos propostos a este contingente.

3.1.3.4. O 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância –1922.

Para as análises referentes ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, ocorrido em 1922, concomitantemente ao 3º Congresso Americano da Criança, cujos conteúdos centrais estão sintetizados no Quadro III, destacamos primeiramente as recomendações daquele evento em dois aspectos:

²² Nossa compreensão de que os momentos históricos escolhidos para análise neste tópico, se configuram como sínteses de tendências de grupos dominantes da sociedade brasileira ou de grupos de defesa de direitos, se deve ao fato da articulação de cada um destes momentos em relação a um significativo contingente de intelectuais, educadores, sociólogos, psicólogos, legisladores, juristas, médicos, jornalistas, assistentes sociais, bem como representantes de movimentos sociais. Foi o caso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em vários momentos, e outros movimentos sociais. Tais momentos históricos envolveram, portanto, uma gama considerável de pessoas de um ou de outro segmento, grupos dominantes ou grupos de defesa de direitos.

- “criação de leis que reconhecessem os direitos das crianças à saúde e à vida, assinalando para a necessidade de notificação obrigatória do nascimento e da instituição de atestados médicos que comprovassem a aptidão dos nubentes para o casamento sem riscos para a formação da criança, evitando os perigos da degeneração da população brasileira”;
- “preocupações com a inexistência de leis que protegessem a mulher nas indústrias, sobretudo no período da gravidez, assim como o trabalho das crianças, o controle e prevenção de epidemias e a organização de estatísticas com o apoio da medicina, com as quais se poderia enfrentar os problemas e reproduzir um número maior de trabalhadores sadios”. (SARTOR, 2000, p. 170)

Segundo nossa análise, pode-se considerar como positivo o fato de que nas recomendações acima descritas se expressa uma clara e forte tendência para a centralização e o controle governamental da assistência infantil pública e privada, propugnando a supervisão constante do poder público em relação a todos os aspectos relativos à assistência à infância. Entretanto, em ambos os casos de proposições e preocupações descritas, é visível a concepção de criança enquanto depositária de uma perspectiva de força de trabalho futura, num paradigma de adequação e enquadramento ao modelo capitalista de produção, com vistas ao desenvolvimento econômico da sociedade, e, numa concepção eugenista onde se defende que “o índice da civilização de um povo se afere pelo grau de sua higiene” (SARTOR, 2000, p. 168), ou ainda “a degeneração da espécie humana é atribuída a uniões de pessoas doentes, criminosas e alcoólatras”, e onde o darwinismo social é uma referência forte, buscando-se uma “eugenia positiva” que consiste na educação da mocidade para o matrimônio, combatendo a ignorância e prescrevendo a necessidade de “civilizar o instinto de reprodução, o mais nobre de todos” pois “representa a salvação da espécie”, não sendo a criança vista propriamente como sujeito de direitos, mas como instrumento viabilizador destas concepções.

QUADRO III²³

Síntese do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância/ 3º Congresso Americano da Criança (1922)

Evento/data/ participantes:

1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância/ concomitante ao 3º Congresso Americano da Criança/ 1922.
--

²³ Quadro por nós elaborado a partir da obra de SARTOR (2000).

35 participantes: médicos civis e militares, assistentes sociais, administradores, professores, juristas, chefes de polícia.

Pressupostos ou Objetivos:

Combate aos desequilíbrios, às impurezas e desordens sociais; enfoque sobre crianças pobres e delinquentes como problemas em relação ao destino do país; criança percebida pelo olhar disciplinador dos higienistas; centralização e controle governamental da assistência infantil pública e privada.

Conceitos referentes à criança e ao adolescente em situação de rua:

Delinqüência infanto-juvenil = “mal” devido à falta de educação da criança, pelo abandono moral e material, e indolência dos pais; crianças delinquentes = filhas de pais indignos ou órfãs e desvalidas; crianças contaminadas pela mendicância e vagabundagem das ruas.

Encaminhamentos propostos a este contingente:

Institucionalização; métodos aprovados nos Congressos de Penitenciária e Antropologia Criminal; criação de asilos, orfanatos e escolas de reforma; eugenia=exigência de comprovação de aptidão dos nubentes para a formação da criança evitando-se perigos da degeneração; reprodução de número maior de trabalhadores sadios.

Chamamos também a atenção para o fato de que se expressa nas proposições daquele Congresso a admissibilidade do trabalho infantil, que a partir dos encaminhamentos do evento passaria a ser “protegido por leis específicas” afim de “reproduzir um número maior de trabalhadores sadios” (SARTOR, 2000, p. 170). Assim, reproduzia-se a histórica exploração capitalista do trabalho de crianças das classes pauperizadas, neste contexto legitimada através de mecanismos especiais de “proteção”, onde se permitia a profissionalização precoce ampliando o contingentes de trabalhadores que garantiriam o desenvolvimento.

Afora as questões já apontadas, outras concepções apresentadas no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, de previsíveis implicações nas formulações de políticas públicas da época, devem ser analisadas. Foi perceptível a forte presença da concepção culpabilizadora da família, não só por sua própria pobreza, mas também pelo enquadramento da delinqüência infantil e juvenil como um “mal” decorrente da “indolência dos pais”, como também o posicionamento acusatório de cunho moralista, aos pais “indignos”. Tal postura, além de desviar o foco das causas reais da pobreza em termos das estruturas econômicas e sociais das sociedades capitalistas, também não aponta saídas além de retirar as crianças de seus pais “indignos”, fadando-as à institucionalização através do abrigo, e portanto, não encaminhando nenhuma proposta de intervenção no modelo de sociedade, e nas condições materiais das famílias pauperizadas.

Além da presença das concepções já comentadas, percebe-se também a menção de “mendicância e vadiagem das ruas” em relação a crianças, o que denota a percepção das autoridades da época da existência do fenômeno crianças e adolescentes em situação de rua, embora com a conotação moralista de culpabilização das famílias, já comentada.

O 1º Congresso de Proteção à Infância no Brasil, deve também ser analisado em relação à conjuntura sócio-econômica e política que envolvia a sociedade brasileira então, e também em relação aos fatos que demarcaram as décadas anteriores.

O final do século XIX e o início do Século XX, em decorrência da industrialização crescente e da exploração, também crescente, dos trabalhadores, foram demarcados por diversos movimentos operários, no cenário internacional, trazendo impactos ao cenário proletário brasileiro.

A formação da AIT- Associação Internacional de Trabalhadores (1864-76), também designada de Primeira Internacional, bem como a Segunda Internacional, trouxeram ao contexto internacional a partir das construções teóricas de MARX e ENGELS, um conjunto de enfrentamentos feitos por movimentos operários, o que em contrapartida provocou a organização de estratégias de manutenção da hegemonia dos segmentos do capital internacional, não sendo diferente no Brasil.

A formação da classe operária no contexto brasileiro se caracterizou pela origem social destes proletários nas camadas mais pobres da população urbana. no caso específico da industrialização, nos anos anteriores a 1988, ano da Abolição da escravatura.

O impacto político da Abolição trouxe novas configurações ao contexto econômico e produtivo brasileiro, fazendo com que o Governo tomasse medidas que amparassem a lavoura, incluindo-se nestas medidas o acesso ao crédito com juros baixos para os grandes proprietários, e intensificação da imigração estrangeira a fim de que houvesse braços para a lavoura. (ANDRADE, 2001, p.37).

A característica agrário-mercantil da sociedade brasileira ganhava então gradualmente novos contornos com o crescimento industrial determinando influências decisivas na estrutura urbana, ocorrendo a “tendência a um relativo isolamento da produção

industrial, polarizando-se pequenos núcleos urbanos em torno de um grande estabelecimento fabril”. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p. 131).

As condições de trabalho dos operários permitiam que se estabelecessem comparações entre a fábrica e o cárcere dadas as características de controle e dominação:

“Assim, os relatos sobre as origens do sistema fabril em nosso país, feitos por cronistas locais, viajantes estrangeiros e primeiros militantes operários, não têm nada de original. Retomam as descrições clássicas de Marx e Engels sobre a evolução industrial européia. Tratava-se do mesmo segredo deslindado por Marx n’O Capital: a criação pelo operário, no interior da fábrica, de um valor excedente maior do que o valor de sua força de trabalho e não pago pelo capitalista, chave da acumulação de riqueza de toda sociedade burguesa; o nascimento de uma nova forma de escravidão que submete os proletários como ‘apêndices vivos de um mecanismo morto que existe independente deles’. A visão da fábrica como penitenciária já fora sugerida muito antes, por C. Fourier”. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p. 135)

Nesta mesma lógica o recrutamento de crianças e adolescentes para o trabalho fabril era considerado um eixo importante para o desenvolvimento nacional:

“A partir de 1840, à medida que aumentava o número de fábricas de tecido, era cada vez maior o número de mulheres e menores na indústria, ganhando salários inferiores aos dos homens. Muitos menores eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. Muitas crianças não tinham mais de dez anos e trabalhavam o mesmo número de horas diárias que os adultos. Havia inúmeros casos de meninos e meninas de cinco ou seis anos trabalhando doze horas diárias na indústria têxtil. Na fábrica denominada Todos os Santos, de Valença (BA), a maioria dos operários na década de 1850 era recrutada nos orfanatos e nos abrigos para menores abandonados. Em 1869, quando a tecelagem São Luiz, de Itu, foi fundada, um jornal local se felicitou com esse acontecimento, prevendo para os menores uma ‘ocupação mais útil’ do que a vagabundagem em que viviam nessa cidade do interior da São Paulo. No interior de Minas Gerais, em 1883, o gerente da tecelagem União Itabirana pediu ao governador um subsídio para a indústria têxtil, argumentando que as fábricas formariam profissionalmente os meninos pobres e os órfãos.” (HARTMAN e LEONARDI, 1991, p. 98).

Afora a questão implícita da exploração do trabalho infanto-juvenil, que à época não se colocava no contexto social como um problema, mas como uma saída, notadamente porque atingia tão somente as classes pauperizadas, havia, além disso, no espaço do trabalho, aviltantes condições de exploração e insalubridade. “Até mesmo na antiga

Imprensa Nacional, empresa estatal e uma das maiores do setor, em 1907, o diretor do Instituto de Assistência à Infância constatou que das quarenta e seis crianças ali empregadas de 12 a 14 anos, somente quinze não estavam tuberculosas”. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p.138).

Estas precárias condições de trabalho, além da exploração capitalista extrema, que atingiam os operários, quer fossem homens, mulheres, crianças ou adolescentes, acabaram por provocar o ascenso das lutas do proletariado brasileiro, que apesar de atravessadas pela fragmentação decorrente da heterogeneidade étnica, foram positivamente influenciadas pelo internacionalismo dos primeiros núcleos de militantes, transformando o início do Século XX no Brasil num cenário em ebulição. Além da criação, em 1893, do Partido Operário do Brasil, historiadores da área registraram 111 greves operárias entre 1900-10; 258 entre 1910-20, sendo registradas somente em São Paulo e Rio de Janeiro mais de 200 greves operárias envolvendo a participação direta de 300 mil trabalhadores. Foram relacionadas, para o período anterior a 1922, a criação no Brasil, pela classe operária, de 99 uniões operárias, 04 alianças operárias, 70 cooperativas e associações de auxílio e socorro mútuo, 29 grupos anarquistas específicos, 59 ligas operárias, 40 associações e sociedades operárias, 13 clubes, círculos e movimentos operários, 16 bibliotecas, 21 grupos de teatro social, 26 escolas livres, 40 sindicatos, além da realização de 110 conferências de cunho social, 42 cursos culturais, 07 Congressos Nacionais de Operários e 12 Estaduais, e a formação de 26 Federações Regionais Operárias e da Confederação Operária Brasileira (COB) de âmbito nacional criada em 1908, sob a égide direta das lideranças anarcossindicalistas. Foram ainda registrados 33 festivais operários de solidariedade a jornais, escolas e pró-presos e deportados, além das seguintes manifestações públicas: 22 passeatas, 119 comícios e protestos públicos, 27 assembléias e 80 comemorações, incluindo-se as de Primeiro de Maio. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p. 263).

Em sentido oposto, o enfrentamento por parte do Estado oligárquico manifestou pesada repressão, que apenas nos anos anteriores a 1922, deixou as seguintes marcas: “50 repressões e fechamentos de organizações operárias, 14 mortes de trabalhadores, 657 prisões em razão de greves, 31 deportações e 128 expulsões do território nacional”. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p. 264).

Neste cenário de ascenso de movimentos operários e repressão do Estado oligárquico, a realização do 1º Congresso Brasileiro da Proteção à Infância ganha um significado de avanço, ainda que as discussões apresentassem posições predominantemente conservadoras. De todo modo, pela primeira vez no Brasil se colocava num evento de abrangência nacional, articulado a outro evento internacional, o 3º Congresso Americano da Criança, o tema de proteção à infância, e isso inegavelmente foi obtido, não por benesse de um Estado capitalista hegemônico, mas pelo volume de lutas operárias onde a exploração do trabalho infante-juvenil compunha uma pauta mais ampla do proletariado brasileiro.

3.1.3.2. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) - 1976.

Nas posições da Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) de 1976 sobre a criança e o menor carentes, sintetizadas no Quadro IV, mais à frente, destacamos as duas iniciativas básicas da ditadura militar para a área da criança e do adolescente. A primeira iniciativa parte da Câmara dos Deputados, em 1976, que instaura a Comissão Parlamentar de Inquérito ora em análise, cujas conclusões se tornaram diagnóstico amplamente acatado sobre a situação da infância no país, ainda que, concretamente, por força das concepções reacionárias que estavam contempladas, não haja muito realmente a comemorar. A segunda iniciativa, em seguida, foi a proposição de atualização do Código de Menores no Brasil, de 1927, o que resultou num novo Código de Menores em 1979, que na verdade apenas reproduziu as concepções do Código anterior.

Constatamos que em seu todo, o processo daquela CPI/1976 metodologicamente procedeu a um estudo para o Brasil e para cada uma de suas cinco regiões geo-econômicas. Foram levantados dados junto aos prefeitos de cada município, embora neste aspecto o próprio relatório da CPI confirme: “A base de todo o trabalho aqui exposto é o conjunto de informações dos prefeitos, e não sabemos até que ponto as respostas destas autoridades retratam fielmente os problemas abordados. (...) Não se documenta, por exemplo, o número de menores carentes do Município X, e o seu prefeito é induzido a dar sua opinião pessoal e empírica sobre o assunto.” (RELATÓRIO CPI, 1976, p.67). Não se pode comemorar essa consulta aos prefeitos como um avanço, pois é necessário lembrar que durante a

ditadura militar os cargos, antes eletivos, foram transformados em indicações e nomeações, traduzidos pelo termo “biônico”, ou seja, cargos ocupados por processos autoritários que excluía a participação de consultas à sociedade civil através de eleições.

Entendemos que a fragilidade dessa estratégia metodológica por certo comprometeu os dados resultantes, mas numa concepção fortemente demarcada pelo tecnicismo voltado ao controle da sociedade por um Estado autoritário, esse comprometimento foi mascarado pelo recurso de apresentação de dados volumosos, embora sem consistência, aliado ao procedimento de apresentação de propostas altamente burocratizadas em um sistema de quadros e funções hierarquizadas e centralizadas, como foram as propostas do Sistema do Menor e do Projeto Dom Bosco, apresentados por aquela CPI.

Verificamos também, em relação aos depoimentos de representantes da sociedade civil contidos no Relatório da CPI, cujos critérios de escolha não são esclarecidos, que preponderantemente expressava-se forte impregnação da conceituação de “menor” como o filho das classes pauperizadas, de famílias “marginalizadas e marginalizantes”, já anteriormente criada pelo Código de Menores de 1927, sendo freqüente, durante os depoimentos da CPI, a utilização do conceito de “menor” para designar tanto crianças quanto adolescentes. Muitas vezes esse duplo uso do conceito “menor” aparecia num mesmo depoimento. Afora a explícita ambigüidade no emprego do conceito “menor” já aludida, ressalta-se que foram recorrentes, tanto nos depoimentos como em outras partes do Relatório da CPI, propostas de retirada da criança de sua família em razão da pobreza, e, a perpetuação do endereçamento precoce da criança e do adolescente em processo de marginalização à exploração capitalista de seu trabalho. (RELATÓRIO CPI, 1976, p. 215).

QUADRO IV²⁴

Síntese do Relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) sobre a criança e o menor carentes (1976)

²⁴ Quadro por nós elaborado a partir do Relatório da CPI de 1976 retirado de documento do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Brasília, 1976.

Evento/data/participantes:

CPI/1976 – Comissão Parlamentar de Inquérito(federal) sobre a criança e o menor carentes. Participantes: 18 deputados federais, sendo 10 da ARENA(Aliança de Renovação Nacional) e 08 do MDB (Movimento democrático Brasileiro), e depoimentos de representantes da sociedade civil, figuras ligadas às áreas de educação, saúde, sociologia, psicologia, jurisprudência, assistência social, administração pública, nas três esferas, além de pesquisadores de Universidades, empresários, de organizações não-governamentais, ministros, senadores, dirigentes de grandes veículos de comunicação.

Pressupostos ou objetivos:

Menor como filho das classes pauperizadas, de famílias marginalizadas ou marginalizantes; visão de assistência à infância dentro da esfera de competência do governo militar; Segurança Nacional como base para atuação das Forças Armadas no controle das tensões psicossociais que urge controlar a qualquer preço, no interesse da normalidade institucional; processo marginalizante visto como risco de paralisar a arrancada para o desenvolvimento.

Conceitos referentes à criança e ao adolescentes em situação de rua:

“Menor carenciado” = produto da incapacidade das famílias em atender suas necessidades; menor carente, abandonado ou delinqüente perambulando pelas ruas.

Encaminhamentos propostos a este contingente:

Endereçamento precoce ao treinamento profissional para o desenvolvimento de recursos humanos para o trabalho = geração de riqueza e segurança nacional; retirada da criança de sua família em função da pobreza, colocando-a para adoção; recolhimento, encaminhamento, destinação e assistência de menores abandonados que perambulam pelas ruas; planejamento familiar para reduzir a proliferação da população de baixa renda; manutenção da FUNABEM e FEBEMs e criação do Sistema de proteção ao Menor; proposta de atualização do Código de Menores reproduzindo o já existente paradigma de “menor em situação irregular”; deslocamento e radicalização de famílias de baixa renda, que desejassem, na Pré-Amazônia maranhense.

Constatamos posições diferenciadas a este respeito, durante os depoimentos, ou seja, contra a institucionalização da criança e do adolescente, e pela valorização do direito à convivência familiar, como foi o caso do Dr. PFROMM NETO: “O internamento deve ser aceito apenas como o último e pior dos recursos. Deve-se evitar que a criança deixe o lar, recomendando-se a ajuda aos pais, a pensão à mãe sem recursos, o fortalecimento dos laços familiares por meio de organismos designados para isso”. (RELATÓRIO CPI, 1976, p.216). Esse mesmo sociólogo e psicólogo, apresentou em seu depoimento as seguintes condicionantes do problema do menor: “ (1) miséria; (2) privação cultural e escolar; (3) a ‘poluição da mente’; e (4) ‘o currículo oculto da comunicação de massa’.”(RELATÓRIO CPI/1976, p.217), e embora as circunstâncias do depoimento não permitissem o aprofundamento da análise daquele depoente, houve de toda forma de sua parte um contraste progressista que buscava articular um conjunto de determinantes, em relação à posição da maioria conservadora dos outros depoimentos. Em posição oposta exemplificando a posição conservadora hegemônica naquele evento o Presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Pernambuco, o Sr. PONTES: “O planejamento familiar é a solução indicada para reduzir-se a proliferação da população de baixa renda. E essa redução seria compensada pela diminuição do índice de mortalidade

infantil, resultante de um programa de atendimento pré-natal e aos menores de 0 a 6 anos de idade – a faixa etária onde predomina a mortalidade infantil.” (RELATÓRIO CPI, 1976, p.221) Apontava-se desse modo, como causa do problema da marginalização da criança e do adolescente a superpopulação, onde a lógica de solução do problema era a diminuição do contingente de pobres e não a mudança das estruturas sociais e econômicas que produzem a pobreza.

O período militar “via na questão social e, no seio desta, a questão do menor, um problema de segurança nacional, julgando-o, portanto, objeto legítimo de sua intervenção e normalização”.(PILLOTI e RIZZINI, 1995 , p. 16).

Assim, entendemos que o Relatório da CPI de investigação do Problema da Criança e do Menor carentes no Brasil, de 1976, se constitui em importante elemento para a análise sobre os contornos de dominação bastante definidos durante o período da ditadura militar, ainda que tenham participado da construção daquele Relatório, figuras do MDB- Movimento Democrático Brasileiro, partido político que à época da ditadura configurava-se como uma expressão da oposição partidária ao regime militar, mas a presença de parlamentares da ARENA- Aliança Renovadora Nacional, partido de extrema direita que dava sustentação à ditadura militar, inviabilizava avanços progressistas na discussão. Assim, considerando-se os diversos mecanismos de repressão que aquele regime produziu, o documento, em seu conjunto, expressou posições hegemônicas do grupo que estava no poder, ainda que devam ser reconhecidos os esforços do grupo de oposição neste processo.

Percebemos que apesar da propalada “rigorosa análise” explicitada por aquela CPI, os trabalhos desenvolvidos estiveram desde sua criação demarcados pela visão do regime militar, sofrendo distorções tanto na coleta dos dados quanto na interpretação dos mesmos. Assim, a pobreza foi analisada ao longo dos trabalhos da Comissão como um dado posto, isolado, pronto, descontextualizado dos determinantes sócio-históricos, sem terem, os participantes da Comissão, articulado análises que permitissem vislumbrar que a pobreza é historicamente construída por um modelo de sociedade que perpetua privilégios e permite a concentração de renda e fundiária. A pobreza toma naquela concepção contornos de dado natural, estático como pode ser percebido no trecho a seguir: “O chamado ‘problema do menor’ data de época relativamente recente, embora a pobreza – causa eficiente da

marginalização – sempre tenha afetado grupos humanos em todas as épocas e em todos os quadrantes da terra.”. (RELATÓRIO CPI, 1976 p.23). Nessa afirmativa da CPI constata-se ambigüidade e inconsistência: afirma-se que sempre houve pobreza, e que ela é a causa do ‘problema do menor’, mas afirma-se também que o problema do menor data de época relativamente recente. Não acreditamos que essa ausência de análise sócio-histórica das origens da pobreza revelasse a falta de uma formação aprofundada dos participantes daquela CPI, mas sim revelava uma estratégia hegemônica de responsabilizar os pobres por sua condição de exclusão, desresponsabilizando o grande capital, e o Estado que dele resulta, de produzir a exclusão.

O “menor carenciado” enfim é colocado no Relatório da CPI/1976 como produto da incapacidade de suas famílias em atender suas necessidades.: “A CPI do Menor, com o intuito de simplificar a terminologia, adotou a denominação *Menor Carenciado* para designar aquele cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas, entendendo-se por *Necessidades Básicas* habitação, alimentação, saúde, educação, segurança social, etc.” (CPI/1976, p.24)

As correntes migratórias são também colocadas no referido Relatório como causa da existência do “menor carenciado”: “O elevado índice verificado nas duas regiões (de Menores Abandonados e Carentes, notadamente nas Regiões Nordeste e Sudeste) decorre, certamente, no Nordeste, do baixo padrão de vida da população e, no Sudeste, do elevado contingente populacional, sempre acrescido das correntes migratórias que se deslocam no sentido norte-sul.” (RELATÓRIO CPI, 1976, p..25). No relatório daquela CPI não foram analisadas as causas do baixo padrão de vida, nem tampouco as motivações de ordem material, que levam os indivíduos a migrarem, como falta de emprego decorrente de um modelo econômico excludente.

“A causa mais próxima a condicionar a marginalização do menor é, sem dúvida alguma, a desagregação da família, em decorrência da pobreza e da rápida mudança de valores. Há crianças abandonadas por morte ou incapacidade dos pais; por rejeição ou deserção do lar; por indigência, quando exercem atividades aleatórias para o sustento próprio ou da família, e crianças que vivem ao lado da família bem constituída, mas são vítimas da situação de carências que cerca os adultos. De qualquer forma, elas sempre estão ausentes dos bancos escolares, expostas nas ruas como um atestado de nosso subdesenvolvimento.”(RELATÓRIO CPI, 1976, p..31)

Como verificamos na citação acima, as causas da marginalização do “menor” segundo aquela CPI referiam-se em primeiro lugar à “desagregação familiar”, que estrategicamente não é tratada como consequência de condições materiais desiguais e excludentes. Em segundo lugar são citadas as “profundas transformações sociais que atingem a sociedade, refletindo-se principalmente na família”, porém não enfocando a natureza destas transformações, sobretudo as que se reportam às relações desiguais entre Capital e Trabalho. Novamente aqui, não se deviam a questões metodológicas frágeis as ausências de análises históricas, mas a questões de manutenção da hegemonia das classes dominantes que apoiavam e eram apoiadas pela ditadura militar.

“A miséria, portanto, é a origem de todos os males e a causa mediata ou imediata da delinqüência infanto-juvenil”. (RELATÓRIO CPI, 1976, p.33). Em todo o texto do Relatório daquela CPI há comentários semelhantes a este, sem que se apontasse, entretanto, as causas da miséria. Neste conjunto de alegações, fatores como “desagregação familiar”, “pobreza”, “incapacidade dos pais”, “indigência”, “miséria”, são todos colocados como dados estáticos, não sendo possíveis, portanto, de serem modificados, uma vez que não são colocadas em foco as dinâmicas das relações econômicas e sociais que geram as desigualdades.

As análises feitas pela CPI/1976, dos municípios, bem como da FUNABEM/Fundação Nacional do Bem Estar do Menor²⁵, concluíam que aquela Fundação, incumbida da assistência ao menor no âmbito federal, não possuía condições para solucionar o problema, cada vez mais agravado pelo crescimento demográfico. Entenderam os membros da CPI/1976 que as atividades da FUNABEM restringiam-se basicamente ao Centro-Piloto, no Rio de Janeiro, uma vez que no entender daquela Comissão as Fundações Estaduais não dispunham de recursos suficientes para enfrentar a magnitude do problema. Idêntica era a situação dos municípios. No relatório da CPI/1976 considerava-se que ainda que fossem

²⁵ A FUNABEM foi instituída pela Lei nº 4513/64, que em seu artigo 5º definia: “A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das atividades das entidades que executam essa política.”

ampliados os recursos financeiros para a execução dos projetos em benefício do menor, dificilmente a FUNABEM teria condições de executá-los, “devido à tibieza do órgão no contexto da Administração Pública brasileira. Urge uma ação mais eficaz, ditada pela Presidência da República, à qual deverá subordinar-se o órgão potenciador de esforços. Somente um organismo com a força de um ministério, centralizando um sistema de atendimento, poderá atingir, em escala nacional, a plenitude do problema. Caso contrário, a ação governamental continuará representando uma gota d’água num vasto oceano de carências.” (RELATÓRIO CPI, 1976, p.49).

Obedecendo à lógica da contradição, onde o capitalismo apresenta recuos estratégicos, há uma positividade nesta proposição de criação de um ministério específico para a área, entretanto os fatos históricos sequenciais demonstraram a ausência de vontade política da ditadura militar em implementar a proposta, até porque, se tal viesse a ocorrer, seria um ministério a mais numa estrutura consolidada pela concepção de “menor em situação irregular” gerada por uma sociedade capitalista ultra conservadora.

Outra medida daquela CPI/1976 foi propor a atualização do Código de Menores, em razão de que esta atualização colocava-se como uma necessidade proclamada e reclamada “(...) por quantos, por dever de ofício ou não, tratam do assunto. O vigente data de quase 50 anos (Decreto nº 17.943-A de 12-10-1927) e até na linguagem está ultrapassado (...) em relação à própria época, se encontrava em atraso.”(RELATÓRIO CPI/1976, p.50).

Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que depois de aprovado o Código de Menores de 1979, três anos após a realização daquela CPI que o propôs em 1976, o referido Código continuou reproduzindo o estigma do “menores em condição irregular” já existente desde o primeiro Código de Menores de 1927, ou seja, os filhos das classes de baixa renda.

Na proposta apresentada pela CPI do Menor/1976, impressiona o arcabouço institucional que foi criado para dar sustentação ao Sistema de Proteção ao Menor. Destacam-se as concepções de controle da sociedade e da segurança nacional. O controle autoritário e centralizado de um problema social interpretado do ponto de vista de impedimento para “a arrancada para o desenvolvimento”, não colocava a questão dos direitos humanos envolvidos. As classes sociais dominantes temiam a ameaça ao seu

desenvolvimento econômico, ameaça representada pelo “problema social do menor”. A aludida “(...) periculosidade de uma fenomenologia saturada de explosivas tensões psicossociais, que urge controlar, a qualquer preço, no interesse da normalidade institucional, do tranqüilo funcionamento das estruturas governamentais, da justiça social e das exigências do desenvolvimento nacional.”(RELATÓRIO CPI, 1976, p.186), refletia bem o estopim temido pelas forças armadas, de uma revolução na base da sociedade, bem como o termo “urge controlar a qualquer preço” muito bem representado pelo Ato Institucional nº 5, que suprimia os direitos constitucionais de todo cidadão brasileiro que viesse a estar sob a suspeita dos Serviços de Inteligência da Ditadura Militar, em decorrência de suas opções políticas.

E o documento da proposta do Sistema do Menor, de autoria da CPI do Menor/1976, prossegue:

“O drama do menor carente, abandonado ou delinqüente, que em quantidades impressionantes, perambulam pelas ruas das nossas principais cidades (600 mil, apenas em São Paulo), violenta, traumatiza e deprime a consciência do povo brasileiro. A própria comunidade exige providências dimensionadas às proporções do perigo.” (RELATÓRIO CPI, 1976, p.186).

O que se destaca na citação acima são os comentários sobre as “proporções do perigo” representadas por um contingente tão numeroso de “abandonados ou delinqüentes” que “perambulam pelas ruas”, revelando uma ótica auto-protetiva das elites econômicas, e não a indignação pelo aviltamento dos direitos dos excluídos.

E, ainda: “O desenvolvimento de recursos humanos e o aproveitamento das suas possibilidades de trabalho são, reconhecidamente, bases para investimentos geradores de riqueza e fatores decisivos de segurança nacional.”(RELATÓRIO CPI, 1976, p.187).

Nos dois trechos acima e explicita-se o conhecimento daquele governo da existência de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como se caracteriza a perspectiva apontada pelo relatório da CPI/1976, de uso da mão-de-obra dos filhos das classes marginalizadas, “em quantidades impressionantes”, considerando-se um perigo à segurança nacional a sua não utilização plena.

Segundo nossa análise, no conjunto de estratégias apresentadas pela CPI/76, o governo da ditadura militar colocaria em marcha dois aspectos de suma importância para

garantir sua hegemonia: a) recolhimento dos menores abandonados que perambulavam pelas ruas, possibilitando uma visão asséptica dos centros urbanos, nessa empreitada contando-se operacionalmente com o serviço de militares para garantir qualquer recusa dos “abandonados” em relação à ação salvacionista do governo; b) pulverização das famílias pauperizadas em pontos distantes, como a Pré-Amazônia, “visando descongestionar os grandes conglomerados urbanos saturados”, o que na verdade tem que ser traduzido como: visando impedir qualquer organização articulada politicamente dessas populações pauperizadas em direção aos seus direitos. Tais famílias, vítimas da precarização decorrente da atividade laboral desenvolvida na informalidade, carecendo de articulações coletivas, materializando a desagregação que caracteriza a subalternidade, permaneceriam desagregadas se retiradas dos centros urbanos e deslocadas para regiões inóspitas que impediriam o acesso a movimentos de luta da sociedade civil.

Constatamos que no Projeto Dom Bosco, revela-se a postura recorrente em vários momentos do relatório da CPI/1976, de retirar da família a criança e o adolescente em situação de marginalização, bem como a inserção precoce no trabalho, numa postura recorrente do anterior Código de Menores, penalizando as famílias pela sua pobreza através da retirada da criança e do adolescente de sua responsabilidade, desconsiderando o necessário trabalho de reconstrução das relações e convívio familiares às quais as crianças e adolescentes têm direito, bem como seu direito ao desenvolvimento pleno e à não exploração capitalista de seu trabalho. Da mesma forma, não eram considerados outros meios de fortalecer a família no seu papel de mantenedora, através de projetos de renda mínima, geração de emprego e formação profissional dos adultos, e sobretudo, modificação das estruturas de produção e das relações entre capital e trabalho.

Diante da monumental estrutura proposta pela CPI/1976, fortemente demarcada pela Ditadura Militar, é significativo perceber que nas décadas seguintes o problema da criança e do adolescente em processo de marginalização não diminuiu. Pelo contrário, agravou-se em virtude de que não foram atingidas profundamente as estruturas sociais determinantes da marginalização, pois as estratégias ocorreram no nível de proposições burocráticas, reprodutoras do modelo de perpetuação da hegemonia das classes dirigentes do capital nacional, cada vez mais atreladas à lógica do capital internacional.

3.1.3.5. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) – 1992.

Em nossas análises sobre o Relatório da CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) de 1992 sobre o extermínio de crianças e adolescentes, sintetizada no Quadro V, destacamos que foi a única dentre as CPIs realizadas no Brasil tendo como tema criança e o adolescente, na qual especificamente se tratava de questões exclusivas da população em situação de rua deste contingente, até porque o extermínio investigado se referia exclusivamente a crianças e adolescentes em situação de rua. Tal fato revelava a disposição dos parlamentares em acolher as pressões dos inúmeros movimentos sociais que à época exigiam investigações sobre os grupos de extermínio de crianças e adolescentes. Entretanto não é possível desconsiderar a importância das posições internacionais de entidades de defesa dos direitos humanos como fator determinante para a instalação da CPI em 20/04/1991, segundo a própria expressão do Relatório em análise:

“O interesse demonstrado no noticiário da imprensa e nas manifestações de organizações internacionais e de direitos humanos, e até instituições como o Parlamento Europeu (Resolução Condenatória ao Brasil, de julho de 1991) demonstraram sobejamente a dimensão planetária da questão da violação dos direitos da pessoa humana, que no Brasil assume caráter de extermínio de crianças e adolescentes.”(RELATÓRIO CPI, 1992, p.18)

As posições e encaminhamentos apresentados pela equipe de parlamentares dessa CPI de 1992, se comparados aos da CPI de 1976, ocorrida em pleno vigor da ditadura militar, demonstram inegável avanço progressista, bem como uma identificação intensa com os valores propugnados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), não só no nível discursivo, como também no nível das proposições concretas e enfrentamentos aos segmentos reacionários e tradicionais da sociedade brasileira. Isso não elimina, entretanto, a vinculação destes encaminhamentos ao modelo capitalista de sociedade, não buscando-se

uma ruptura em relação a este modelo, mas uma (se é que é possível) humanização do modelo capitalista.

Consideramos avanço o fato da CPI/1992 ter dado clareza e visibilidade sobre a participação das polícias civis e militares, nos seus respectivos Estados, no processo de extermínio que estava sendo investigado, bem como foi também um avanço ter sido denunciada a omissão em relação aos fatos investigados, por parte do Poder Público, da imprensa, e dos próprios movimentos sociais antes da década de 80. Segundo dados do Relatório analisado:

“ Matar menor é a coisa mais fácil em Vitória. Eles são apanhados à noite, quando estão dormindo no mercado de Vila Rubim. A gente chega e diz que é do juizado de Menores, (eles) não se assustam e entram nos carros. Para matar menor infrator o preço cobrado é de um milhão. A clientela não é pequena, normalmente só pessoas com bom nível social, que se sentem prejudicadas pelos pivetes. Essas pessoas são orientadas por policiais a nos procurar. Há seis policiais militares que, quando estão de plantão, quase sempre deixam cadáveres na Grande Vitória.” (Palavras de um exterminador, depoimento em tribuna, de Vitória, 29/03/1991. RELATÓRIO CPI, 1992, p.5).

O que também é evidente em outro trecho do Relatório em análise:

“Outro relato constrangedor feito por menores infratores recai sobre o envolvimento de policiais com a delinquência juvenil. Quando esses menores são apanhados em flagrante, às vezes, os policiais pedem uma parte do dinheiro, ou mensalmente, uma quantia para que fiquem na rua sem serem incomodados. Por exemplo – o menino vai preso e barganha: ‘se você me soltar eu lhe dou tanto’. Alguns policiais negociam, chegando, às vezes, a impor condições, como a de, mês a mês, encontrar o garoto em determinado lugar para receber uma tal quantia; e vai aumentando a quantidade, e o menor infrator acaba sendo escravo dessa situação.” (RELATÓRIO DA POLÍCIA FEDERAL – “A problemática do Menor no Brasil”, 1991. In: RELATÓRIO CPI, 1992, p.5)

Também nos parecem adequadas as formulações da CPI/1992 sobre as causas da situação de rua de quantidades importantes de crianças e adolescentes, tendo sido apontada a “violência econômica” como o fator de determinação pelo qual este contingente buscou as ruas, entretanto, denotou-se ausência de informações históricas quando se situou a origem deste problema depois da década de 70, quando na verdade, pelas próprias constatações já demonstradas pelo presente estudo, a situação de rua de crianças e adolescentes já estava caracterizada desde o Período Colonial no Brasil. Isso demonstra que o acesso a informações científicas nem sempre subsidiou as CPIs ou os movimentos sociais que pressionaram pela instalação das mesmas.

QUADRO V²⁶

Síntese do Relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) sobre o extermínio de crianças e adolescentes(1992).

Evento/data/participantes:

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) sobre o extermínio de crianças e adolescentes. Instalada em 02/04/91. Relatório final de 736 páginas apresentado em 20/02/1992. Participantes: parlamentares (23 entre titulares e suplentes), e depoentes da sociedade civil (120), crianças e adolescentes em situação de rua (nº não especificado). Presidente: Rita Camata. Vice-Presidente: Laerte Bastos. Relatora: Fátima Pelaes. Demais parlamentares (Titulares): Benedita da Silva, Célia Mendes, Célia de Castro, Cleto Falcão, Eduardo Braga, Aroldo de Oliveira, Jurandir Paixão, Laerte Bastos, Marilu Guimaraes, Flávio Arns, Salatiel Carvalho, Regina Cordilho, Robson Tuma. (Relatório da CPI/1992, p. 2).

Pressupostos ou Objetivos:

Fundamentação no artigo 227 da CF/1988 e ECA/1990. Prevenção e redução do extermínio de crianças e adolescentes que buscam as ruas para sobrevivência, em 3 dimensões: 1) âmbito sindicante com indiciamento, julgamento e punição dos culpados; 2) campo das políticas, com subsídios e propostas para o aprimoramento da ação institucional e do estado; 3) estruturação de uma nova concepção e compreensão do fenômeno, com nova consciência e nova ação sobre ele.

Dois grandes eixos ordenadores: a) Investigar e apontar responsabilidades de autoridades e agentes do poder público, instituições e cidadãos em geral, no surgimento e no agravamento desse fenômeno, para, quebrando o ciclo da impunidade, prevenir e punir as omissões e transgressões que o alimentam e retro-alimentam; b) reunir elementos capazes de contribuir para o processo de formação e implementação de políticas públicas e de mobilização social, que possam assegurar o enfrentamento eficaz e continuado dessa questão, atalhando-a em suas múltiplas e complexas causas, no âmago mesmo do tecido social e da vida institucional do País (Relatório da CPI/1992, p. 3).

Conceitos referentes à criança e ao adolescente em situação de rua:

A violência econômica não dá alternativas nem perspectivas de vida melhor a grande parcela da população, e levou milhões de crianças e adolescentes a integrar a força de trabalho nas classes pobres e até mesmo em parte da classe média. Dessa forma, desde a década de 70 crianças e adolescentes chegam às ruas para complementar a renda familiar. A economia informal, incrementada pelas políticas recessivas levou-os a terem na rua a possibilidade de sobrevivência, visão que veio a unir-se à infantil e efêmera sensação de liberdade propiciada pelo afastamento do lar e da escola. Surgiu então a realidade dos “meninos de rua”. (Relatório da CPI/1992, p.3).

Encaminhamentos propostos a este contingente:

²⁶ Quadro por nós elaborado a partir do Relatório da CPI de 1992. Site www.camara.gov.br, Publicações, 19/05/1992, suplemento 2, p.1.

Indiciamento pelo Ministério Público dos responsáveis pelos casos levantados pela CPI, envolvendo exterminadores e PMs, em todos os Estados envolvidos, mais a apuração de responsabilidades sobre o envolvimento de entidades nacionais e internacionais sobre adoções internacionais irregulares.

Providências do Poder Executivo: fazer realizar, em nível nacional, pesquisa acerca das mortes violentas de crianças e adolescentes, a fim de obter dados que permitam identificação dos grupos de extermínio, sua área de atuação e conduza à punição dos culpados; implementar em nível nacional a absoluta prioridade dos Conselhos Tutelares e de Direitos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; realizar plano emergencial em relação ao estabelecimento de políticas que atendam às necessidades básicas de moradia, alimentação, trabalho, saúde e educação, além de plano integrado de segurança pública; aperfeiçoar os cursos de formação de policiais, tornando obrigatória a reciclagem periódica e o estudo da disciplina de direitos humanos, nas academias de polícia. Aperfeiçoar as Corregedorias de Polícia, a fim de facilitar o atendimento público em termos de identificação de policiais que tenham cometido irregularidades, agilizar a apuração das denúncias e aplicar rigorosamente as sanções previstas em lei; instaurar em todo território nacional o sistema de “disque denúncia”, para estimular a notícia dos crimes do poder público, além de resguardar a integridade física das testemunhas; implementar, em nível nacional, e de acordo com as características regionais, plano de proteção às testemunhas, a fim de que seja combatida a impunidade e se decreta o fim da “lei do silêncio”.

No âmbito legislativo: Projetos de Lei já existentes que a CPI solicitou agilização na pauta – criação na Câmara dos Deputados de Comissão Permanente de Direitos Humanos; controle de vendas de solventes; inclusão no currículo pleno dos cursos de 1º grau da disciplina Noções sobre Direitos Humanos; criação do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos. Projetos novos apresentados pela CPI/92: instituição no Código Nacional de porte e uso de armas; restringir a atividade das empresas de segurança privada; alteração do Código Penal e de Processo Penal Militar, remetendo à justiça comum o julgamento de crimes de policiamento; alteração da Lei 8072, incluindo o homicídio doloso praticado contra a pessoa; nova redação do art. 160 da C.F.; alteração do art. 51 da Lei 8069/90 (ECA); proteção à testemunha de crimes de extermínio.

Reafirmação de políticas sociais básicas, de políticas de assistência social e proposição de políticas de proteção especial destinadas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Recomendação de um conjunto de retaguardas para a Justiça da Infância e Juventude e para os Conselhos Tutelares, de modo a criar condições objetivas para a implementação das medidas de proteção e medidas sócio-educativas previstas pelo ECA.(Relatório da CPI/1992,p. 9-17).

Conclusões da CPI/1992:

Na questão do extermínio de crianças e adolescentes não existem inocentes, seja no Estado ou na sociedade. De algum modo contribuímos todos, nem que seja pela omissão, para a perpetuação desse genocídio continuado e ignóbil em nossa terra. A imprensa brasileira passou este tema das páginas da polícia para as páginas da política, somente depois que a imprensa estrangeira o fez.

As entidades da sociedade civil que mais se destacaram no combate à tortura dos presos políticos silenciaram, ou não acompanharam com o mesmo vigor e combatividade, na questão da tortura e do extermínio dos presos comuns e dos meninos infratores.

A Justiça (Magistratura, Ministério Público e Defensoria) conviveu e convive ainda com índices inaceitáveis de impunidade, decorrentes da não realização de inquéritos policiais, da não apresentação de denúncias à Justiça e do irrisório número de julgamentos e de condenações dos exterminadores.

Participação continuada e rotineira de maus policiais militares e civis nas chacinas e assassinatos individuais de meninos em todo País, assim como a convivência e omissão policiais em relação a conhecidos “matadores”, vistos publicamente em repartições, viaturas e em companhia de agentes da lei.

O Estado brasileiro manteve em geral um comportamento de omissão ante esse genocídio – o poder público, quando não pecou por omissão absoluta, estruturou as políticas públicas dentro de um paradigma assistencialista para carentes e correcional-repressivo para adolescentes infratores, paradigma que, longe de contribuir para prevenir e reduzir o extermínio, tornou-se um de seus principais vetores.

O Congresso custou a reagir adequadamente a essa tragédia, retardando o cumprimento de sua missão fiscalizadora e a instauração de uma CPI sobre o tema.

O próprio movimento social em favor das crianças, durante várias décadas, conviveu de maneira inexplicavelmente alheia com fatos de tamanha gravidade, só acordando para a ação a partir de meados da década de 80.

Para solução desse problema requer-se uma ação conjunta de diversos segmentos da sociedade e do Estado, a saber: pleno estabelecimento de uma política de garantias de direitos; estruturação de um sistema de proteção especial para meninos vitimados e mais vulneráveis; reformulação das políticas dirigidas à população de baixa renda; mobilização da vontade e da ação de segmentos sociais e a atuação junto aos formadores de opinião pública no sentido de diluir preconceitos, abandonar estereótipos e encetar ações convergentes e complementares com o estado, sempre que necessário, para maior eficácia no combate a este tipo abominável de crime.(Relatório da CPI/1992, p.17-8).

As considerações da CPI/1992 sobre o “paradigma assistencialista para carentes e correccional-repressivo para adolescentes infratores, paradigma que, longe de contribuir para prevenir e reduzir o extermínio, tornou-se um de seus principais vetores”, praticado por um Estado omissivo, (RELATÓRIO CPI, 1992, p. 18) são também um de seus pontos altos, pois em primeiro lugar denunciam posições conservadoras da sociedade, materializadas no Estado, em relação à perpetuação das estruturas sociais que produzem a pobreza, contra a qual só é possível, por este prisma, instituir políticas assistencialistas que colocam os “carentes” na situação de tutelados pelo Estado, mas jamais na situação de sujeitos capazes, pelas condições materiais que estão colocadas, de construir uma trajetória de participação social real. O termo empregado pelo Relatório da CPI/1992 (p.18) “reformulação das políticas dirigidas à população de baixa renda”, entretanto, chega a indicar uma possível contradição do Relatório por revelar a posição de conformismo às estruturas sociais vigentes sem proposta de ruptura, o que é uma possibilidade bem concreta visto que a equipe de parlamentares era constituída pluripartidariamente, mas também porque a CPI não investiu em argumentos que esclarecessem o que se entendia por “reformular políticas”, além de ter de certa forma naturalizado o conceito “população de baixa renda”, não enfatizando que este segmento não compõe de forma “natural” a estrutura social mas é, antes, fruto da desigualdade construída pelas sociedades capitalistas. Em segundo lugar, de forma positiva, estas considerações da CPI denunciam o “paradigma correccional-repressivo” praticado por centenas de anos pelo Poder Público brasileiro em relação aos “adolescentes infratores”, evidenciando uma resistência em incorporar as proposições do Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido das medidas sócio-educativas. Discordamos particularmente do Relatório da CPI/92, em relação a esta questão, quando o mesmo emprega o termo “adolescente infrator”, pois entendemos que os termos que mais traduzem a possibilidade de mudança de situação através de processos educativos são aqueles introduzidos pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, “adolescente em conflito com a lei” ou “adolescente autor de ato infracional”. Nestes dois termos introduzidos pelo ECA vislumbra-se a categoria transitoriedade, ou historicidade, e mais, compreende-se que um conjunto de circunstâncias concorreu para que a prática do ato infracional ocorresse, mas que outras circunstâncias concretamente colocadas na vida do

adolescente envolvido, notadamente processos sócio-educativos, deverão determinar novas dinâmicas de relações sociais e conseqüentemente novas alternativas de vida para aquele adolescente.

3.1.3.6. Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) - 1994.

Com relação às análises da CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) de 1994 sobre a apuração de responsabilidades pela exploração sexual e prostituição infanto-juvenil, sintetizada no Quadro VI, destacamos que o tema foi tratado pelos parlamentares envolvidos, abarcando todas as classes sociais, inserindo-se aí casos de crianças e adolescentes em situação de rua. Assim, durante a caracterização do problema em pauta naquela CPI/94, denúncias e depoimentos foram coletados envolvendo exploração sexual e prostituição de crianças e adolescentes das mais diferentes classes sociais. Entretanto, nos encaminhamentos, foram mais focalizadas formas diversas de enfrentamento envolvendo políticas sociais básicas como geração de emprego, contenção de êxodo rural, programas de habitação popular contemplando modelos que evitassem relações promíscuas geradoras de abuso sexual de crianças e adolescentes por parte de familiares, programas de assistência à criança e ao adolescente, propostas para retirar crianças e adolescentes das ruas (RELATÓRIO CPI, 1994, p. 57-64), em suma, propostas eminentemente voltadas para as classes pauperizadas. Até aí, há uma certa coerência com o que é afirmado pelo Relatório analisado que explicita que a principal causa da prostituição infanto-juvenil é a “degradação familiar causada ou agravada pela ausência de políticas básicas de emprego, habitação, educação e saúde” . (RELATÓRIO CPI, 1994, p. 18). A incoerência ocorre por conta de que também se afirma no Relatório, contrariamente, que o problema prostituição infanto-juvenil atinge todas as classes sociais em todo território nacional (Relatório CPI/94, p. 16), além de que ficaram evidenciadas: a) “a relação entre uso e tráfico de drogas e prostituição infanto-juvenil” (RELATÓRIO CPI, 1994, p. 17), e, b) “o pornoturismo” no eixo Europa-Brasil (RELATÓRIO CPI, 1994, p. 18-9), sem terem estas constatações gerado proposições

mais ostensivas. Nestes últimos contextos de relações estão envolvidas classes sociais abastadas, tornando-se contraditório não terem sido gerados enfrentamentos, assumindo a CPI/94 um posicionamento mais permissivo com as classes economicamente hegemônicas envolvidas com o problema, num entendimento subliminar de que tais classes sociais têm seus próprios recursos para enfrentar estas questões.

Assim, transparece no Relatório analisado a adoção de encaminhamentos que se concentraram nas classes sociais subalternizadas pela pobreza, mas de toda forma com políticas sociais compensatórias, de não enfrentamento ao modelo econômico hegemônico.

Entendemos como importante mencionar que nesta CPI/94 ocorreu a presença de diversas entidades de defesa de direitos do Brasil, que elaboraram um Documento Preliminar com o objetivo de subsidiar os trabalhos daquela Comissão, onde foi registrada a participação do MNMMr (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil), com a presença de seu então presidente Mário Volpi. (Relatório CPI/94, p. 73).

QUADRO VI²⁷

Síntese do Relatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito (federal) sobre a apuração de responsabilidades pela exploração sexual e prostituição infanto-juvenil (1994).

Evento/data/participantes:

Comissão Parlamentar de Inquérito (Federal) sobre a apuração de responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Instalada em 27/05/93 (Tinha 4 meses para concluir seus trabalhos e concluiu em 13 meses) relatório de 672 páginas apresentado em 09/06/1994. Presidência: Dep. Marilu Guimarães; 1ª Vice-Presidência: Dep. Robson Tuma; 2ª Vice-Presidência: Dep. Benedita da Silva; Relator: Dep. Moroni Torgan. Participantes: parlamentares (24 entre Titulares e Suplentes), depoentes (172) da sociedade civil e do poder público, incluindo o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, representado por seu presidente à época Sr. Mário Volpi). Crianças e adolescentes (Nº não especificado). (Relatório da CPI/1994, p.5-7)

Pressupostos ou objetivos:

Dar continuidade à investigação de problemas que afetam crianças e adolescentes, apontando os responsáveis pela sua prostituição e exploração realizando um mapeamento do fenômeno em nível nacional. (Relatório da CPI/1994, p. 4).

Conceitos referentes à criança e ao adolescente de todas as classes sociais, estando implícitos os casos em situação de rua:

Fatos verificados no decorrer das investigações :

²⁷ Quadro por nós elaborado a partir do Relatório da CPI de 1994. Site www.camara.gov.br. Publicações, 21/10/1994, suplemento 1, p. 1.

Crianças de apenas 6 anos de idade sendo usadas sexualmente e remuneradas; meninos de 5 anos contracenando com meninas de 12 anos em filmes pornográficos; estupro dentro do lar; violências físicas e psicológicas exercidas o mais das vezes por familiares e responsáveis; meninos de rua que se prostituem pelo preço de um sanduíche; jovens de classes abastadas atraídas por pretensas agências de modelos; crianças oferecidas a estrangeiros nos denominados “pacotes de pornoturismo”; casas noturnas especializadas; fixação na pedofilia; meninas prostituídas que se mutilam em praça pública para gritar seu pedido de socorro aos circunstantes; meninas escravizadas na prostituição dos garimpos do Norte ou dos hotéis do Sul e do Sudeste; abortos violentos; brutalidade policial; abundância de doenças sexualmente adquiridas; maternidades indesejáveis; exploração de bebês em adoções internacionais ilegais; meninos prostituídos para homossexuais, consumo de álcool e outras drogas como fuga, desde a mais tenra idade, mutilação de cadáveres de meninos para práticas de rituais satânicos. (Relatório CPI/94, p.15 e 16).

Encaminhamentos propostos a este contingente:

Poderes Executivos da União, Estados e Municípios no combate e prevenção à prostituição infanto-juvenil. Plano emergencial de atendimento à criança e ao adolescente. Criação da Secretaria da Criança e do Adolescente. Programa Público de Planejamento Familiar: educação familiar, planejamento familiar, métodos anticoncepcionais. Informação às famílias sobre a prostituição Infanto-Juvenil. Adoção da proposta do CONANDA (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente): “Lugar e Criança não é na rua”. Liberação rápida e efetiva de recursos públicos. Adoção de políticas que gerem aumento de emprego. Adoção de políticas que contenham o êxodo rural. Reformulação de programas de habitação popular (evitando-se modelos que favoreçam relações promíscuas). Encaminhamentos ao Ministério Público (apuração das denúncias contidas no relatório da CPI). Encaminhamentos à Polícia, à Receita Federal e ao Poder Judiciário de casos relatados. (P;57-64) Propostas legislativas: aperfeiçoamento de um sistema de controle de adoções internacionais, com registro e cadastro de crianças e adolescentes adotados, bem como de seus adotantes, e relatório anual, junto às embaixadas brasileiras nos países envolvidos nas respectivas adoções (p.65); punição severa em relação ao abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes (p.66); acentuar na legislação já existente punição severa para corrupção de crianças e adolescentes (p.68); aperfeiçoar a legislação já existente sobre prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes (p.69); alteração do dispositivo da lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do adolescente) quanto à adoção internacional (art. 52 e 239); punição severa de juízes, promotores, serventuários de justiça e advogados envolvidos no tráfico internacional de bebês (p.71). (Relatório CPI/94, p. 57-71)

Conclusões da CPI:

“ Há distinção entre a prostituição famélica e a destinada a obtenção de bens de consumo ou acesso a locais da moda. As meninas que se prostituem para conseguir sustento se enquadram no primeiro grupo. A prestação de serviços sexuais serve à subsistência ou à proteção contra autoridades a que se submetem (o explorador, o líder de um grupo de rua, os policiais, os pais e padrastos. De maneira diversa, a menina de classe média se prostitui para adquirir a roupa de ‘griffe’, frequentar dispendiosos locais da moda ou para beneficiar uma ilusória carreira de modelo”.(P.17)

Existe um mecanismo típico de chegada ao sub-mundo da prostituição: as meninas são captadas por agenciadores que as tiram de seus lares, ou com o consentimento das famílias (casos em que as meninas são vendidas), ou sem o seu conhecimento (casos em que o aliciador retira as jovens do lar a pretexto de empregá-las em outras cidades (...)) onde a população masculina mantém um ‘mercado’ específico, como os garimpos da Região Norte. (P.17)

“ O explorador é seu dono, como se ela fosse uma coisa, senhor de sua vida e morte, como bem ilustra o caso do explorador em área de garimpo que assassinou uma jovem e fez exibir sua cabeça decepada como exemplo às que o

desafiassem, segundo depoimentos colhidos.” (P.17).

“ Jovens que ainda vivem com suas famílias e não são objeto de aliciamento também se prostituem a fim de sustentar vícios ou satisfazer sua atração pela atividade. “ (P.17)

Foi estabelecida pela CPI/94 a relação entre uso e tráfico de drogas e prostituição infanto-juvenil. (P.17).

A principal causa do problema da prostituição infanto-juvenil é a desagregação familiar causada ou agravada pela ausência de políticas básicas de emprego, habitação, educação e saúde. (P.18)

A busca pelas ruas por parte da criança e do adolescente (se constitui) como refúgio contra violência no lar, inclusive sexual.(P.18).

Altíssimos índices de incesto em todas as classes sociais, o que pode levar a criança e o adolescente à prostituição. (P.18).

Participação da polícia na prostituição infanto-juvenil em troca de propinas, exploração direta, excesso de violência na função repressiva, ausência de preparo para tratar com esta questão. (P.18)

Atividades intensas do “pornoturismo”, atuantes sobretudo na Europa, envolvendo meninas brasileiras, com hotéis, motoristas de táxi e doleiros, e com a conivência de autoridades. (P. 18-9). (Relatório CPI/94, p. 17-9)

Também é importante destacar que o Relatório da CPI/94 (P.17) estabelece a distinção entre a “prostituição famélica” onde crianças e adolescentes buscam formas de sobrevivência, e, a prostituição praticada por meninas da classe média para acesso a bens de consumo como roupas de “ griffe”, ou acesso a locais da moda. Em ambos os casos pode ser considerado um avanço a referida Comissão ter manifestado que “a criança e o adolescente são concebidos por esta CPI como vítimas, sendo responsabilizados: exploradores e usuários.” (RELATÓRIO CPI, 1994, p. 17). Entretanto, a mera distinção do conceito de “prostituição famélica” do conceito de prostituição para acesso a bens de consumo, praticada por adolescentes da classe média, não aprofunda outros dois aspectos que consideramos fundamentais; em primeiro lugar o contexto de marginalização e subalternidade que envolve as circunstâncias que levam uma criança ou um adolescente prostituir-se para poder comer e sobreviver. Em segundo lugar a crise de valores decorrentes de uma sociedade capitalista que induz as classes economicamente abastadas ao consumo de bens supérfluos que criam a massificação mascarada de pseudo-identidade. Em suma, para dois contextos tão diversos de origem do problema da prostituição infanto-juvenil, não é possível uma análise tão aligeirada, e nem tampouco proposições generalizantes, como as encaminhadas pelo relatório analisado.

Ao finalizarmos este Capítulo III, onde realizamos uma análise sobre a perspectiva histórica do fenômeno criança e adolescente em situação de rua no Brasil, entendemos ter sido possível uma compreensão mais clara desse universo, notadamente no aspecto referente à formulação das políticas públicas para esta área e suas respectivas práticas sócio-pedagógicas. Assim, este trabalho passa, no próximo Capítulo, a discorrer sobre seu estudo de campo, desenvolvido no Município de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV

4.1. INVESTIGAÇÃO CONJUNTURAL

Neste tópico abordamos a investigação conjuntural desta pesquisa desenvolvida em campo, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

As informações obtidas foram submetidas a análises focadas nas categorias de conteúdo escolhidas pelo presente estudo, especificamente hegemonia e subalternidade, considerando-se também as categorias metodológicas totalidade e contradição.

Além da explicitação dos procedimentos desenvolvidos para a obtenção de dados, os resultados da pesquisa foram agrupados em dois blocos com seus respectivos sub-itens, a saber:

1. análise das dinâmicas de discussões entre Poder Público²⁸ e sociedade civil enquanto componentes do COMTIBA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, e respectivas políticas públicas formuladas, expressas nas atas de suas reuniões desde a criação do COMTIBA em 1992 até 2003.
2. apreensão e a análise das práticas sócio-pedagógicas presentes em programas sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba, em 2003 e 2004, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de depoimentos dos responsáveis pela gestão e execução dos mesmos.

A partir da análise dos dados coletados, feita neste Capítulo, foram também buscado subsídios na Pedagogia Socialista e na Psicologia Social latino-americana, no Capítulo V, para a proposição de uma pedagogia voltada para a área da criança e do adolescente em situação de rua e de risco social e pessoal, o que nos levou a formular o conceito de Sociopedagogia.

²⁸ Estamos empregando neste estudo o termo “Poder Público” como significante de executivo municipal, ou seja, o aparelho estatal da área municipal de Curitiba, que envolve a Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, bem como a Fundação de Ação Social – FAS.

4.1.1. PROCEDIMENTOS DESENVOLVIDOS PARA OBTENÇÃO DE DADOS:

Estabelecemos contatos através de correspondências enviadas e telefonemas para a então Secretaria Municipal da Criança de Curitiba (extinta em 2003) e ao COMTIBA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitando autorização para ter acesso às atas do COMTIBA, bem como solicitando autorização para realização de entrevistas junto aos gerentes dos programas e coordenadores de programas, assim como aplicação de questionários junto aos educadores sociais dos programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua.

Os contatos tiveram a seguinte cronologia: a primeira correspondência por nós enviada data de 23 de abril de 2002 (Anexo 3), não tendo ocorrido retorno por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba. Posteriormente foi enviada outra correspondência datada de 19 de fevereiro de 2003, sem retorno, e outra datada de 14 de maio de 2003, ambas seguindo a formatação da primeira com o diferencial de retomada de mesma, com vários telefonemas intercalados, tendo sido obtido retorno por escrito na data de 23 de maio de 2003 informando que “a solicitação de acesso aos documentos de deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- COMTIBA, para a realização da pesquisa proposta no projeto de doutorado, poderá ser realizada após deliberação do Conselho, que definirá os procedimentos através de resolução específica”. (COMTIBA, Of. nº 071/03) Após esta resposta por escrito, onde não se mencionava de que maneira seria (ou não) autorizado o restante da pesquisa envolvendo entrevistas e questionários fora do COMTIBA, transcorreram-se vários contatos telefônicos por nossa iniciativa informando que nossa pesquisa estava inscrita dentro de um programa de Pós-Graduação que por sua vez tinha sua própria cronologia à qual estávamos sujeitos e necessitávamos da agilização da autorização; finalmente a pesquisa nas atas do COMTIBA foi autorizada, e a mesma teve início em 16/06/2003. Transcorreram-se, portanto quatorze meses desde a primeira solicitação. Para a etapa referente às entrevistas com os gerentes dos programas, a viabilização somente ocorreu em 10/07/2003, portanto quinze meses após o primeiro pedido. No tocante às entrevistas com os coordenadores (diretores) dos programas ou unidades de abrigo, só se iniciaram em 16/04/2004, portanto 24 meses depois do primeiro

pedido, e os questionários respondidos só retornaram em sua totalidade em setembro de 2004, portanto, 29 meses após a primeira solicitação. Esta morosidade, no retorno aos dados necessários à pesquisa, foi por nós interpretada como uma estratégia de Estado buscando a desarticulação de uma investigação de caráter público. Cabe distinguir, entretanto, como um dado relevante, que no nível das entrevistas com os coordenadores de programas houve grande disponibilidade dos mesmos em termos de aprofundamento dos conteúdos buscados. Os educadores sociais que participaram como respondentes dos questionários, por sua vez, manifestaram diferentes graus de disponibilidade, desde respostas monossilábicas, até respostas dissertativas demonstrando interesse em colaborar com a pesquisa.

Assim, após a obtenção da autorização para a pesquisa, os procedimentos envolveram coleta de dados em fontes documentais e entrevistas semi-estruturadas e questionários. No tocante às fontes documentais, foram analisados nove documentos legais e normativos referentes ao COMTIBA, aos Conselhos Tutelares, disponibilizados pela Secretaria do COMTIBA, e a legislação referente à extinção da Secretaria Municipal da Criança acessada via *site* da Câmara dos Vereadores de Curitiba. Os documentos foram os seguintes:

- 1) Lei nº 7829 de 17 de dezembro de 1991, da Câmara Municipal de Curitiba - cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- 2) Decreto nº 508 da Prefeitura Municipal de Curitiba, de 31 de julho de 1992 – regulamenta a constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências (Publicado em Diário Oficial de 04 de agosto de 1992).
- 3) Decreto nº 913, de 16 de dezembro de 1994, da Prefeitura Municipal de Curitiba – Altera o artigo 3º do decreto 508/92, que dispõe sobre a forma de indicação dos membros Conselheiros da Parte Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMTIBA, e complementa.

- 4) Lei nº 9.008 de 13 de janeiro de 1997, da Câmara Municipal de Curitiba – Dispõe sobre a criação e instalação dos Conselhos Tutelares no Município de Curitiba, estabelece o processo de escolha de seus membros e dá outras providências (Criação de sete Conselho Tutelares).
- 5) Resolução nº 01/97, de 08 de abril de 1997, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aprova Novo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba – COMTIBA.
- 6) Lei nº 9.086, de 17 de junho de 1997, da Câmara Municipal de Curitiba – Cria mais um Conselho Tutelar e altera dispositivos da Lei nº 9.008, de 16 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a criação e instalação dos Conselhos Tutelares no Município de Curitiba.
- 7) Decreto nº 967, de 24 de setembro de 1997, da Prefeitura Municipal de Curitiba – Altera artigos dos decretos nºs 508/92 e 913/94, que dispõem sobre a forma de eleição dos membros Conselheiros da Parte Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMTIBA, e complementa.
- 8) Lei Municipal nº 10.346, de 18 de dezembro de 2001 – que acrescenta inciso VI, ao art. 5º, da Lei nº 9.008, de 16 de janeiro de 1997, que “Dispõe sobre a criação e instalação dos Conselhos Tutelares no Município de Curitiba, estabelece o processo de escolha de seus membros e dá outras providências e fixa os subsídios dos Conselhos Tutelares”.
- 9) Lei Municipal nº 10644/2003 que cria a Secretaria Municipal de Defesa Social e extingue a Secretaria Municipal da Criança de Curitiba e dá outras providências.

Também foram analisadas 133 atas do COMTIBA, a partir da ata da primeira reunião em 14/10/92 até a ata de 10/06/2003. O período de consulta às atas iniciou-se em 16/06/03 e encerrou-se em 07/08/2003, limite temporal arbitrário por nós colocado em função do cronograma da pesquisa. Das 133 atas consultadas, em 24 (18%) delas aparecem efetivamente menções ao assunto criança e adolescente em situação de rua.

Em relação aos programas investigados, foram analisados os seguintes documentos:

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Procedimentos e organização do atendimento nas unidades de abrigo. Curitiba, Secretaria Municipal da Criança, 2000. 73p.(Documento disponibilizado a nosso pedido pela assessoria da Gerência dos Abrigos. Elaboramos uma síntese do mesmo que consta no Anexo 4).
2. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Plano de Governo da Cidade de Curitiba – 2001 –2004. (Documento acessado fora do contexto investigado).
3. BRASIL. MINISTÉRIO DE TRABALHO. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Instrução Normativa 26 de 18/12/2001. Contém instruções para orientar a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem. (Utilizado como subsídio para ações dos abrigos da Prefeitura Municipal de Curitiba no tocante à inserção dos adolescentes abrigados no trabalho. O documento foi disponibilizado a nosso pedido pela Gerência dos Abrigos).

Não foram fornecidos pela Fundação de Ação Social de Curitiba documentos referentes aos Programas em Meio Aberto, desenvolvidos com crianças e adolescentes em situação de rua, apesar de nossas solicitações.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Roteiro no Anexo 5) com as duas Gerências da FAS (Fundação de Ação Social de Curitiba), sendo uma responsável pelos abrigos e outra responsável pelos Programas em Meio Aberto. As quatro entrevistas ocorreram na seguinte ordem: em 10/07/2003 e 15/11/2003 com a Gerência dos Abrigos, e em 07/10/2003 e 16/10/2003 com a Gerência dos Programas em Meio Aberto. Os dados coletados no contexto dos Programas em Meio Aberto para crianças e adolescentes em situação de rua, envolvendo Gerência, Coordenações e Educadores Sociais, foram tratados à parte, não compondo o corpo deste trabalho de tese, e serão divulgados em documento próprio tanto no contexto acadêmico quanto no contexto investigado, com previsão para a divulgação ao final do segundo semestre de 2005.

Os eixos temáticos apontados pela pesquisa durante estas entrevistas com as Gerências, com as Coordenações de programas e com os Educadores Sociais foram: **1º eixo:** Entrevistado (identificação, descrição da função, formação). **2º eixo:** Conceito de criança e adolescente de/na rua (conceito, causas, formas de resolução do problema). **3º eixo:** Perfil, qualificação e atuação dos profissionais **4º eixo:** Caracterização do programa; **5º eixo:** famílias dos educandos: perfil predominante, grau de responsabilidade sobre a situação de rua de suas crianças e seus adolescentes, abordagens realizadas pelos programas. Diferiram nas respectivas entrevistas e nos questionários ênfases de especificidade relativas a cada função.

Como será relatado em tópico próprio, mais à frente, por se tratar de entrevistas semi-estruturadas, os entrevistados não se ativeram a todos os eixos propostos pela pesquisa, tendo surgido outros conteúdos além dos previstos, o que foi respeitado. No âmbito dos questionários, pela natureza mais formal do instrumento, houve pouca variação entre as questões propostas e as respostas obtidas.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as Coordenações da FAS dos programas para crianças e adolescentes em situação de rua, totalizando 04 encontros, envolvendo os Abrigos e os Programas em Meio Aberto. A realização destas entrevistas, cuja proposição original da pesquisa era que fossem realizadas individualmente com cada coordenador em sua respectiva unidade, foi postergada por diversas vezes por decisão da direção da FAS. A justificativa apresentada foi que os coordenadores dos programas estariam sendo submetidos a diversas capacitações e não haveria tempo para entrevistá-los diretamente nas suas respectivas unidades ou programas. Assim no dia 1º de abril de 2004, fomos chamados para comparecer às instalações da FAS para fazer novo agendamento para as entrevistas, mas ao comparecer recebemos a orientação de realizar uma única entrevista com todos os coordenadores juntos naquela mesma tarde, pois estavam lá também seis coordenadores de programas, Abrigos e em Meio Aberto, além dos gerentes de cada modalidade. Não aceitamos a orientação esclarecendo que não havíamos sido informados previamente sobre tal modificação, o que geraria inclusive outros procedimentos de coleta de dados para uma entrevista coletiva, como uso de gravador, estabelecimento de normas para uma entrevista coletiva, etc, além de que não havíamos nos preparado para realizar as

entrevistas naquele dia. Foram então marcadas duas datas para as entrevistas: 16/04/04, para entrevistas coletivas com Coordenações dos Abrigos, e 19/04/2004 para entrevista coletiva com os coordenadores dos Programas em Meio Aberto. Por decisão da direção da FAS as entrevistas foram realizadas em sua sede no bairro de Campo Comprido, e não nas unidades dos programas como pretendíamos. O tempo de cada entrevista foi negociado entre os presentes, ficando estabelecido 14h para início e o término coincidindo com o horário de saída dos profissionais entre 17h e 17h30min .

No transcorrer da primeira entrevista coletiva, com as Coordenações de Abrigos, a presença da Gerência. ocorreu no início da entrevista, mas depois a mesma ausentou-se e foi substituída por outro profissional de sua assessoria. Face à quantidade de questões a serem respondidas, bem como ao volume de informações que foram sendo apresentadas pelos entrevistados no limite de tempo que havia sido estipulado, a assessoria da Gerência sugeriu que concluíssemos a entrevista em nova data. Todos aceitaram e foi marcada mais uma data para entrevista com as Coordenações dos Abrigos. Assim, abriu-se um precedente para que encaminhássemos a mesma proposta para o outro grupo de Coordenações a ser entrevistado, as de Programas em Meio Aberto, a de que fossem feitas também duas entrevistas, o que foi igualmente aceito por eles. A assessoria da Gerência de Abrigos viabilizou o acesso ao documento contendo a sistematização da proposta dos abrigos (PMC,2000), que segundo consta nos dados editoriais e confirmado pela Gerência de Abrigos é ainda remanescente do período em que os abrigos estavam alocados na Secretaria Municipal da Criança, antes de sua extinção, e, portanto o documento requer uma atualização, mas em termos gerais explicita adequadamente a proposta.

A postura aberta por parte das Coordenações de Abrigos e Programas em Meio Aberto no transcorrer das entrevistas coletivas permitiu perceber que os obstáculos para a realização da pesquisa encontravam-se no nível da direção da Fundação de Ação Social, e não no nível destes entrevistados.

As estratégias de obstaculização colocadas pelos gestores centrais da referida Fundação, em relação a esta pesquisa, foram analisadas por nós como formas de manutenção da hegemonia por parte do Poder Público, garantida pela não transparência de informações e inviabilização no acesso às mesmas por parte da sociedade civil, neste caso

representada por nós enquanto pesquisadora. Tal fato permitiu igualmente constatar que as relações de hegemônicas colocadas no âmbito do Poder Público se estabelecem como formas de representação e defesa deste Poder nas funções profissionais mais diretamente vinculadas à gestão central. Além disso, tal hegemonia dilui-se nos níveis hierárquicos mais próximos da sociedade civil. Assim, nos níveis onde os trabalhadores daquele segmento estatal se contatam e relacionam diretamente com as classes subalternas, como coordenadores de programas e educadores sociais, no caso desta pesquisa, cria-se maior identidade de classe entre estes dois segmentos, formando por conta desta identidade dinâmicas sociais contra-hegemônicas, até porque, como será visto em diversos momentos dos depoimentos coletados, há igualmente uma dialética unidade contraditória hegemonia-subalternidade presente nas relações estabelecidas entre a direção central do Poder Público e os trabalhadores que executam as propostas.

As Coordenações responsáveis pelos Abrigos e pelos Programas em Meio Aberto, que participaram das quatro entrevistas coletivas foram definidas pela gestão superior da FAS. Para efeito de proteção institucional através de sigilo preconizado pela ética de pesquisa, denominamos as Coordenações de Abrigos de A, B, C e D. As Coordenações responsáveis pelos Programas em Meio Aberto, pelas mesmas razões institucionais e de ética de pesquisa denominamos de E, F e G.

Foram ainda aplicados questionários junto a 18 educadores sociais que durante a pesquisa estavam atuando em Abrigos e em Programas em Meio Aberto da Fundação de Ação Social (FAS) da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). A proposta inicial da pesquisa era abordar todo o contingente de educadores sociais e policiais militares que atuam nos programas, cerca de quatorze profissionais por programa escolhido pela Fundação de Ação Social, mas a proposta original não foi aceita pela gestão central daquela Fundação, que designou três educadores de cada programa para receber as entrevistas e respondê-las. Para os possíveis respondentes, entre os educadores sociais, que concordassem em dar sua contribuição à presente pesquisa, havíamos optado pelo recurso de uma correspondência escrita, que seria entregue juntamente com o questionário (vide Anexo 7), para dar maior clareza aos respondentes sobre os objetivos da pesquisa, garantindo-se o anonimato dos respondentes, visto que o nível de execução dos programas,

os educadores sociais, os técnicos e os policiais militares destes programas, teriam acesso aos instrumentos somente através das Coordenações dos referidos programas.

As Coordenações dos programas ao serem abordadas diretamente por nós através de uma entrevista semi-estruturada receberiam os envelopes, em número suficiente para cobrir todo o contingente de educadores sociais e policiais militares de cada programa, contendo cada envelope a mensagem com os propósitos da pesquisa, o instrumento com as orientações para preenchimento anônimo, e folhas em branco e papel almaço pautado, para escolha dos respondentes no fornecimento dos dados. Portanto, seria de livre escolha a participação dos educadores sociais, técnicos e policiais militares, garantindo-se seu anonimato, sendo necessário, entretanto, que a Coordenação do programa obtivesse a adesão de um mínimo de 25% do contingente de profissionais de cada programa.

No âmbito dos Programas em Meio Aberto aquela Gerência tomou a decisão, à nossa revelia, de repassar a educadores sociais dos programas sob sua responsabilidade os roteiros de entrevistas semi-estruturadas destinados aos coordenadores e não aos educadores (embora a maioria das questões fosse semelhante em seus eixos, diferindo na especificidade de cada função) sem os envelopes e demais materiais explicativos já citados (uma vez que a referida Gerência possuía os roteiros das entrevistas semi-estruturadas destinadas aos coordenadores, obtidos quando havia sido colocada a exigência, por parte da Fundação de Ação Social nas discussões iniciais no nível da diretoria para autorização da pesquisa, que os instrumentos de investigação fossem previamente encaminhados para serem analisados). Assim, a partir a decisão daquela Gerência, a pesquisa perdeu o controle sobre como foram selecionados internamente os educadores sociais/respondentes dos Programas em Meio Aberto, de forma que também não temos clareza, no âmbito destes Programas, se havia policiais militares entre os respondentes, como era pretensão da pesquisa.

No tocante aos Abrigos, a Gerência nos autorizou que entregássemos às Coordenações das unidades indicadas para participarem da pesquisa, os envelopes, com o material completo, a serem encaminhados aos educadores sociais, mas limitando igualmente o número de três para cada programa que participou da entrevista coletiva, ou seja, por decisão da Fundação de Ação Social, participaram da pesquisa 07 programas: 04 Abrigos e 03 Programas em

Meio Aberto, portanto 53,8% do total de aproximadamente 13 programas²⁹ executados sob a responsabilidade da PMC que envolvem diretamente ou em situações específicas mais esporádicas, crianças e adolescentes em situação de rua.

O tempo para retorno da totalidade dos 18 questionários respondidos pelos educadores sociais perdurou de 16/04/2004 a 27/09/2004, portanto tendo sido concluídas as devoluções cinco meses após terem sido encaminhados por nós.

Nos próximos tópicos estão apresentados os dados coletados e as respectivas análises nos âmbitos: atas do COMTIBA, Gerência de Abrigos da Fundação de Ação Social- FAS, Coordenações (diretores) e Educadores Sociais dos Abrigos

4.1.2. ANÁLISE DAS DINÂMICAS DE DISCUSSÕES ENTRE PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL ENQUANTO NO COMTIBA

Neste tópico da presente tese relatamos análises feitas sobre as informações coletadas nos documentos normativos do COMTIBA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Curitiba, que nos possibilitaram estruturar dados históricos deste Conselho, comentando-os, além de análises dos dados obtidos diretamente nas Atas, desde a criação do COMTIBA, em 1992, até 2003, onde especificamente pudemos visualizar e ter uma relativa compreensão das dinâmicas de discussões naquele contexto.

4.1.2.1. Dados comentados da história do COMTIBA:

Estes dados históricos foram por nós organizados a partir dos documentos normativos relativos ao COMTIBA, já mencionados em páginas anteriores, obtidos junto à Secretaria do mesmo.

²⁹ A totalidade dos programas apreendida das entrevistas feitas com as duas Gerências, de Abrigos e de Programas em Meio Aberto, é a seguinte: Programa Sentinela do Centro de Referência no Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, Programas em Meio Aberto: Resgate Social com respectivo albergue, Centro de Referência à Rede de Proteção com Central de Vagas, S.O.S. Criança, Acompanhamento Liberdade Solidária para Adolescentes em conflito com a Lei, Casa de Acolhimento ao Pequeno Cidadão, Programas de Abrigos de Nível I: Casa do Piá I, Casa do Piá II, Casa das Meninas Novo Mundo, Casa das Meninas Madre Antonia, Programas de Abrigos de Nível II: República do Piá, República Mossunguê, República Nova Esperança. Desta totalidade, 53,8% participaram desta pesquisa., não sendo aqui reveladas suas denominações por princípio da ética de pesquisa.

O COMTIBA foi criado através a Lei 7829/91 que em 17/12/91 foi aprovada pela Câmara dos Vereadores e sancionada pelo então prefeito Jaime Lerner. Pelo teor desta Lei a garantia de infra-estrutura para o funcionamento do COMTIBA, integra o conjunto de atribuições do Gabinete do Prefeito, podendo este delegar a órgão executivo de sua escolha o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário a esse fim.

As competências do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente foram determinadas primeiramente na Lei 7829/91, através de seu artigo 2º: “Elaborar as normas gerais da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); avaliar e zelar pela aplicação da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; dar apoio aos órgãos municipais e entidades não-governamentais dentro das diretrizes do ECA; acompanhar o reordenamento institucional propondo, se necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas da área; apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violações dos mesmos. São ainda de sua competência: acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do município indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente; gerir o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente; elaborar e aprovar seu regimento interno, aprovando-o com no mínimo dois terços de seus membros, definido a indicação de seu presidente, e promover o registro e a avaliação das entidades ligadas ao atendimento e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Aquela Lei determinou ainda a composição do Conselho (Art.3º) feita por representantes do Poder Executivo, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas, e em igual número por representantes de entidades não-governamentais atuantes na área de direitos da criança e do adolescente, sendo consideradas estas funções como de serviço público relevante, e portanto, não remuneradas. A referida Lei atribuiu ao Prefeito Municipal o poder de nomear, (e destituir quando necessário) o presidente do Conselho dentre seus membros titulares (Art. 4º).

A instituição do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente (Art.5º, 6º e 7º) foi feita também dentro desta mesma Lei 7829/91, com suas respectivas formas de receita, gestão e prestação de contas à Câmara Municipal de Curitiba.

Foi ainda definida pela mesma Lei (artigos 10, 11 e 12) a indicação da necessidade da existência de no mínimo um Conselho Tutelar para o município, com a composição de cinco membros escolhidos pela comunidade local, com mandato de três anos, bem como foi determinado o prazo de seis meses, após a publicação da referida Lei (dezembro de 1991), para a realização da primeira eleição para a Conselho Tutelar, sendo que o texto propunha que o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar fosse regulamentado em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Na data de 31/07/92, portanto seis meses após a aprovação da Lei que criou o COMTIBA, o mesmo Prefeito, Jaime Lerner, baixou o Decreto 508/92 que veio a regulamentar aquele Conselho. Na referida regulamentação, adotou-se a denominação de COMTIBA (Art.1º), sendo definido que o Prefeito Municipal nomearia como membros da área governamental os titulares dos seguintes órgãos: FREI- Fundação de Ação Social, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal da Criança. Ficou também estabelecida a vinculação de um suplente a cada titular das pastas mencionadas, os quais seriam de prerrogativa de servidores municipais das respectivas áreas. Os titulares e os suplentes das pastas mencionadas passariam a integrar o COMTIBA enquanto estivessem no cargo, tendo mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período (Art.2º).

Neste mesmo Decreto 508/92 (Art. 3º) foi dada a prerrogativa ao Prefeito Municipal para nomear dentre as Entidades da Sociedade Civil organizada de âmbito Municipal, atuantes na área de direitos da criança e do adolescente, um representante com mandato de dois anos, das seguintes entidades: Sociedade Paranaense de Pediatria, Escola de Pais do Brasil – Secção de Curitiba, Fundação Iniciativa, Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, Federação Espírita do Paraná, Ação Social do Paraná, sendo vinculado um suplente a cada uma destas entidades.

Três anos após a aprovação da Lei que instituiu o COMTIBA, em 16/12/94, portanto e dois anos e cinco meses depois do Decreto 508/92 em que o Prefeito Jaime Lerner nomeou as entidades não governamentais que participariam do COMTIBA, e após todas as divergências que este ato de centralização de poder discricionário gerou, o novo prefeito municipal Rafael Greca, baixou o Decreto 913/94, alterando o artigo 3º do decreto 508/92 que definia as entidades da sociedade civil que participariam do COMTIBA, dando nova redação ao referido artigo: “ O Prefeito Municipal de Curitiba, nomeará após eleição os seis (06) Conselheiros da área não-governamental, representantes de entidades da Sociedade Civil organizada, de âmbito municipal, sendo (03) três que atuam com crianças de zero a seis anos e três que atuam com crianças e adolescentes de sete a dezoito anos incompletos, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos mesmos, legalmente constituídas e em funcionamento a pelo menos dois (02) anos, e reconhecidas de utilidade pública.”

O mesmo Decreto 913/94 definia ainda a forma das entidades não-governamentais se habilitarem junto ao COMTIBA através de documentação comprobatória de suas atividades e de Assembléias Regionais, bem como a forma de realização das eleições das mesmas através de Assembléia Geral (Art.2º). Para propor o regulamento e o funcionamento das Assembléias Regionais e da Assembléia Geral das Entidades o Decreto 913/94 definiu a forma de Comissão Técnica específica, sendo que os membros desta Comissão não teriam direito a voto nas decisões da Assembléia e nem na escolha das entidades (Art.3º).

Com este Decreto 913/94 foi restabelecida a possibilidade de escolha pela Sociedade Civil de seus representantes que comporiam o COMTIBA, a partir da eleição entre os pares, ou seja, entre as próprias entidades, o que veio a favorecer o reinício dos trabalhos daquele Conselho em 14/08/94, visto que o mesmo havia iniciado suas atividades em 14/10/92 e interrompido logo a seguir por força das mobilizações sociais que haviam recusado a forma autocrática do então prefeito Jaime Lerner de, através de seu Decreto 508/92, nomear entidades não-governamentais sem passar pelo processo de eleição, o que será abordado mais adiante na análise dos dados obtidos nas Atas do COMTIBA. Embora este novo decreto, 913/94, tenha aparentemente restabelecido o processo democrático,

sabe-se que, historicamente, foi uma estratégia de recuo para o exercício futuro de manutenção da hegemonia, pois naquele momento em que este Decreto foi baixado, o então prefeito Rafael Greca representava a continuidade da concepção neo-liberal instalada pelo prefeito Jaime Lerner, até porque no momento da assinatura do referido Decreto, a Secretária Municipal da Criança, que por sinal assinou junto com o prefeito Rafael Greca o referido decreto, era Fani Lerner, esposa de Jaime Lerner. Em diversos momentos no presente estudo, mais à frente, estarão sendo colocadas em foco as formas diversificadas adotadas pelas gestões lernistas, na seqüência exercida por Cássio Taniguchi, de manutenção da hegemonia, ainda que estivesse posto o discurso de paridade entre poder público e sociedade civil.

Em tentativa de ajuste no processo de escolha dos representantes da sociedade civil dentro do COMTIBA foi baixado pelo então Prefeito Cássio Taniguchi, o Decreto 967 de 24/09/97, que “altera artigos dos Decretos 508/92 e 913/94, que dispõem sobre a forma de eleição dos membros conselheiros da parte Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- COMTIBA”. Nesta nova formulação, o artigo 3º passa a ter a seguinte redação: “O Prefeito Municipal de Curitiba nomeará os 06 (seis) Conselheiros da área não-governamental eleitos dentre representantes de Entidades da Sociedade Civil organizada legalmente constituídos no âmbito do Município de Curitiba que atuem diretamente ligadas à defesa e ao atendimento de crianças e adolescentes em funcionamento a pelo menos 02 (dois) anos e reconhecidas de utilidade pública”. Nesta nova redação foi retirada a menção sobre 03 entidades para cada faixa etária, zero a seis anos, e, sete a dezoito anos incompletos, o que pode gerar a interpretação de que ocorreram pressões junto à Prefeitura, dos segmentos da sociedade civil que atendem a estas diferentes faixas etárias revelando insatisfações, ou ainda, que a Prefeitura deduziu que o esquema numérico anterior permitia pouca possibilidade de articulação interna para acordos entre o Poder Público e a sociedade civil.

Nos artigos seguintes do mesmo Decreto 967/97, assinado pelo prefeito Cássio Taniguchi, ficou suprimida a etapa das Assembléias Regionais, passando a vigorar o processo de escolha das entidades não-governamentais que comporiam o COMTIBA somente em Assembléia Geral das entidades habilitadas, além de que o processo de

habilitação das entidades que concorrerem ao pleito seria feito através de requerimento. Outras modificações surgiram como o direito a concorrer à reeleição para mais um mandato como já ocorria, mas somente podendo concorrer a mais um mandato decorridos quatro anos de término do último mandato. (Art.2º, parágrafos 1º, 2º e 6º). O processo de nomeação pelo prefeito após o processo eleitoral permaneceu.

Nessas modificações no processo de escolha dos representantes da sociedade civil é significativa a retirada da etapa de discussões das Assembléias Regionais, uma vez que estas representavam a possibilidade de articulação das comunidades locais, não só pelo caráter mais ampliado de tais Assembléias, mas sobretudo pela caráter de familiaridade de território para os movimentos populares locais, além da facilidade de acesso para as comunidades locais. O novo modelo contemplou uma forma de centralização e de controle do Poder Público, uma vez que o processo de escolha das entidades não-governamentais sendo realizado na Assembléia Geral, que tem seu espaço dentro do aparelho do Poder Público, inibe a participação popular em decorrência de sua estrutura mais burocratizada, consolidando-se assim uma estratégia hegemônica do Poder Público para conter formas de oposição e resistência da sociedade civil em relação projetos centralizados de decisão.

Em relação aos Conselhos Tutelares é importante lembrar que na verdade somente em 13/01/97 foi aprovada a lei 9008/97, que dispunha sobre a criação e instalação dos Conselhos Tutelares no Município de Curitiba, estabelecendo-se o processo de escolha de seus membros, na gestão do prefeito Cássio Taniguchi que se caracterizou pelo continuísmo das posições lernistas neoliberais, não por sua iniciativa, mas somente após intensa mobilização social dos militantes da área dos direitos da criança e do adolescente, portanto *seis anos após a lei 7829 de 1991 em que foi definido o prazo de seis meses, para a realização da primeira eleição para o Conselho Tutelar* (grifo nosso). Constitui-se aqui mais uma exemplificação de estratégia hegemônica do Poder Público de Estados capitalistas para criar obstáculos para a participação de sociedade civil.

Nesta nova Lei criada, a 9008/97, foram definidos sete (07) Conselhos Tutelares para o Município de Curitiba, o que gerou novamente uma movimentação política da área que reivindicava mais um Conselho Tutelar em virtude de existirem no município oito

regionais. Desta forma foi aprovada em 17/06/97, a Lei 9086/97 criando mais um Conselho Tutelar para o município de Curitiba, totalizando assim oito Conselhos Tutelares.

A história destas duas instâncias de defesa de direitos da criança e do adolescente, em Curitiba, o Conselho de Direitos e os Conselhos Tutelares, esteve sempre entrelaçada desde a sua criação, o que seria desejável, pois este entrelaçamento poderia vir a contribuir na implementação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Entretanto, o entrelaçamento entre ambos, ocorrido neste município, serviu mais para mostrar as formas de gestão autocrática, os emperramentos criados pelo Poder Público Municipal, a falta de vontade política em implementar de fato as políticas voltadas à defesa de direitos de crianças e adolescentes, e as formas manipulatórias de exercer uma pseudo-paridade, na verdade calcada por duas ordens de motivações: por parte do Poder Público como uma estratégia hegemônica caracterizada pela prefeiturização do COMTIBA, e, por parte de segmentos da sociedade civil com interesses localizados de grupos que buscaram o espaço do Conselho de Direitos para beneficiar diretamente entidades e não direitos mais amplos de crianças e adolescentes. A paridade entre sociedade civil e Poder Público esteve muitas vezes ameaçada pela omissão de representantes de entidades que se prestaram ao papel de tão somente ratificarem as iniciativas do Poder Público, sem exercício da autonomia, com vistas na obtenção de privilégios específicos e individuais. A existência isolada de manifestações de conselheiros da sociedade civil contrários a esta postura também ocorreu, mas infelizmente em quantidade e força inferiores às práticas de consentimento sem luta. A análise do teor das atas do COMTIBA, a ser explicitada por este estudo mais à frente, permitiu demonstrar estas questões.

O Regimento do COMTIBA esteve em pauta desde suas primeiras reuniões, até porque a lei que o criou estipulou como uma das primeiras tarefas a constituição de seu Regimento. A forma atual de definição do Regimento Interno do COMTIBA é curiosamente aprovada por uma Resolução emitida pelo próprio Conselho de Direitos e ratificada pelo Prefeito Cássio Taniguchi, e não mais através de uma lei. Isso significa que o poder de decisão sobre a forma de atuação do COMTIBA deixou a instância legislativa passando a ficar restrita à gestão superior do município com a conivência do próprio Conselho. A Resolução em questão é a de nº 01/97, da Prefeitura Municipal de Curitiba

emitida em 08/04/1997. O que isso expressa na verdade é que houve um avanço na prefeiturização do COMTIBA, a ponto de não se manifestarem oposições a esta prática de definir o funcionamento do Conselho de Direitos através de ações centralizadas do Prefeito.

Em termos concretos, em relação ao Regimento anterior de 1991, desapareceram no atual, de 1997, os aspectos referentes à competência do próprio COMTIBA elaborar seu Regimento Interno e definir a indicação de seu presidente, sem a intervenção da Prefeitura. No texto atual (Art.11) fica bem clara a definição do Presidente pela nomeação do prefeito: “O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba – COMTIBA, será administrado por uma Diretoria nomeada pelo Prefeito, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo o primeiro, o titular da Secretaria Municipal da Criança, o segundo necessariamente eleito dentre os representantes não-governamentais e o terceiro, eleito entre os membros titulares”. Ficou suprimida, portanto, a possibilidade de um membro da sociedade civil vir a ocupar a presidência do Conselho, inviabilizando-se dessa forma a alternância entre os dois segmentos, Poder Público e sociedade civil na presidência. Também ficou estabelecido no parágrafo único do artigo 11 da referida resolução, 01/97, que a Secretaria Municipal da Criança foi designada para prestar suporte técnico-administrativo ao COMTIBA. Como será visto adiante, tal fato seria mais tarde viabilizador do estabelecimento de mais uma estratégia de manutenção da hegemonia do Poder Público municipal de Curitiba, nesta gestão, quando assumiu aquela Secretaria a esposa do prefeito, Marina Tanigichi, que passou a acumular a referida Secretaria Municipal da Criança, a Fundação de Ação Social (FAS), e a presidência do COMTIBA. Na continuidade dos fatos, aquela gestão veio a propor, e conseguiu aprovar na Câmara dos Vereadores, apesar de diversos embates da oposição, a Lei Municipal nº 10644/2003, que extinguiu a Secretaria Municipal da Criança (SMCr), transferindo para a pasta da Educação as creches e os Programas Piá, e transferindo para a FAS os programas referentes à criança e ao adolescente em situação de risco social e em situação de rua. Assim, atuando sob o manto de autonomia própria de uma fundação dentro de uma gestão pública, a FAS abriu a possibilidade de outras estratégias de manutenção da hegemonia daquela gestão. Em termos sucintos consideramos a extinção da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba como um retrocesso, uma vez que a criação de secretarias específicas para a criança e o adolescente

em todo o território nacional, em todas as esferas administrativas, atende ao princípio estabelecido pelo ECA de descentralização e fortalecimento das comunidades locais para estabelecer suas demandas reais nesta área, e fez parte do rol de recomendações da CPI federal de 1992, tratada no Capítulo III deste trabalho, quando se investigou o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Perdeu-se, com a extinção desta Secretaria na esfera deste município, um espaço de visibilidade das demandas específicas desta área, impossibilitando o controle social e político da população, uma vez que, como evidenciamos nas análises das Atas do COMTIBA, mais à frente, a FAS se caracterizou, através de diversos dados coletados durante a realização desta pesquisa, como um espaço de ambigüidade dos conceitos “público e privado”, que se fortalece por um centralismo de poder e uma ausência de transparência na gestão.

Voltando ao texto da Resolução 01/97, fica suprimida a fiscalização do Ministério Público no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. Esta supressão está provavelmente relacionada às inúmeras denúncias feitas ao Ministério Público por vários candidatos, nas eleições para Conselheiros Tutelares, da existência de favorecimentos como

uso de transporte da prefeitura para conduzir eleitores até às urnas em núcleos regionais onde os candidatos eram funcionários da própria Prefeitura³⁰.

No atual Regimento do COMTIBA, sua composição não sofreu modificações, sendo doze (12) membros efetivos e mais doze (12) suplentes, e, entre os efetivos seis (06) da área governamental e seis (06) da área não-governamental. Cabe aos suplentes, que se inserem na mesma representatividade governamental e não-governamental, assumirem automaticamente nas ausências ou impedimentos dos titulares. (Prefeitura Municipal de Curitiba, Resolução 01/97, artigo 4º).

³⁰ Denúncias esta natureza foram objeto de diversas discussões no Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com sede em Curitiba, que se caracteriza como um espaço aglutinador de movimentos sociais na área, bem como de entidades não-governamentais. Tais discussões ocorreram durante nossa participação como membro do Fórum e nas funções de Coordenação e Vice-Coordenação, entre 1997 e 1999.

4.1.2.2. Análise dos dados obtidos nas Atas do COMTIBA

Foram consultados 133 documentos distribuídos em quatro livros de Atas, constituindo tais documentos: atas de reuniões ordinárias, atas de reuniões extraordinárias e termos de posse, sendo a primeira ata consultada a de 14/10/1992 (data da instituição do COMTIBA), e a última ata consultada a de 10/06/2003.

No Livro I constam 49 atas, de 14/07/94 a 03/09/98, no Livro II constam 49 atas, de 09/10/98 a 11/12/2001, no Livro III constam 13 atas, de 19/02/2002 a 10/12/2002, e no Livro IV, referente ao ano de 2003, estão acondicionadas atas digitadas, diferentemente dos demais livros onde as atas são manuscritas, e constavam neste Livro 4 atas até a data de encerramento desta investigação nos Livros.

Em decorrência do volumoso acervo que a consulta às atas do COMTIBA produziu dentro desta pesquisa, para as análises dos próximos tópicos foi necessário selecionarmos as atas onde mais claramente se expressaram as dinâmicas de discussão entre Poder Público e sociedade civil através de confrontos ou assentimentos. Foram selecionadas as atas que mais indicavam a unidade dialética contraditória hegemonia estatal e contra-hegemonia da sociedade civil, e, indicavam também manifestações pró-hegemonia estatal por parte de segmentos da sociedade civil, a depender dos posicionamentos dos conselheiros não-governamentais. Em seu todo, os dados coletados das atas do COMTIBA permitiram constatar que os posicionamentos contra-hegemônicos por parte de representantes da sociedade civil foram mais esparsos e isolados, do que as manifestações pró-hegemonia estatal deste segmento não-governamental.

4.1.2.2.1. Estrutura das reuniões do COMTIBA – atividades e temas.

Em seu todo, as atividades e os temas abordados nas atas envolveram:

- leitura e aprovação de atas de reuniões anteriores;
- nas atas iniciais a apresentação, pela área governamental de: proposta de Regimento do COMTIBA, proposta de Regimento dos Conselhos Tutelares, proposta de

eleição para Conselheiros Tutelares e Conselheiros da área não-governamental. Chama a atenção neste período de existência do COMTIBA, o direcionamento pela área governamental para a aprovação de tais propostas, uma vez que já nas primeiras reuniões são trazidas as propostas, sem o procedimento de se constituir no interior do COMTIBA comissões para a elaboração das propostas. O que de fato está registrado é que as proposições foram apresentadas e submetidas à votação, o que é diferente de construir propostas, como poderá ser verificado nas análises mais à frente. Ainda que o sistema de registro possa de fato denotar uma ausência de preocupação quanto à dimensão histórica de uma ata, até por desconhecimento da importância dos dados relatados, o que se verifica é uma ausência de registro de discussões que denotassem conflito de posições;

- relatórios das análises, com pareceres favoráveis ou desfavoráveis, das solicitações feitas por entidades não-governamentais para registro ou renovação do mesmo no COMTIBA. Estes itens de pauta são longos, pois relatam de cada entidade o seu histórico, a mantenedora, a criação, a finalidade, a trajetória, e os programas desenvolvidos. São apresentados pareceres sobre uma média de 12 entidades em cada reunião onde este item de pauta aparece, e isso ocorre na grande maioria das reuniões;
- relatórios de projetos analisados por comissões técnicas do Conselho compostas por representante da Fundação de Ação Social, Secretaria Municipal da Criança, Câmara Setorial de Políticas Básicas e do Fundo da Criança e do Adolescente do COMTIBA, com solicitação de recursos e doação dirigida. São projetos governamentais e não-governamentais com valores discriminados;
- informes de repasse de verbas ao Município de Curitiba, feitos pelo CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- balancetes mensais ou bimensais do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMCA);

- análise e aprovação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada pela área governamental; constituindo-se em relatos bastante técnicos, com dados sucintos sem margem para discussões;
- solicitações de Conselhos Tutelares;
- solicitações de registro de novas entidades;
- informes sobre registros provisoriamente suspensos de entidades não-governamentais;
- relatos sobre procedimentos investigatórios, como por exemplo: irregularidades cometidas por membros de Conselhos Tutelares, irregularidades em entidades não-governamentais, etc. ;
- informes gerais;
- leitura de mensagens bíblicas.

4.1.2.2.2. Posse, prefeiturização e adiamento da atuação do COMTIBA.

Na primeira ata do COMTIBA consultada, a primeira do Livro I, datada de 14/10/92, registra-se a posse dos conselheiros como pauta única. Segundo informes da Secretaria do COMTIBA durante nosso período de investigação nas atas do COMTIBA em função da pesquisa (2003), na ocasião daquela primeira reunião os conselheiros não-governamentais empossados foram nomeados pelo Prefeito Jaime Lerner. Tal fato é constatável na legislação baixada pelo Prefeito citado, à época da instalação deste Conselho de Direitos, o que já foi abordado na análise dos dados históricos do COMTIBA, em páginas anteriores do presente estudo. Entendemos que tal ato do então Prefeito contrariou os fundamentos da democracia participativa que a Constituição Federal de 1988 expressa em seu artigo 1º estabelecendo que “todo poder emana do povo que o exerce através de seus representantes (democracia representativa) e diretamente (democracia direta)”. Houve naquele momento um ato de decisão centralizada do Prefeito de então, Jaime Lerner, que naquela oportunidade não convocou a comunidade de entidades cadastradas como prestadoras de atendimentos na área da criança e do adolescente, para que esta comunidade

organizasse a escolha dos conselheiros representantes da sociedade civil. Verificamos os documentos da época e constatamos que aquele Prefeito baixou o decreto 551 de 11 de agosto de 1992, dando na seqüência posse aos conselheiros governamentais e não-governamentais, a partir de sua própria indicação, sem proceder a um pleito democrático, iniciando uma relação prefeiturizada com a sociedade civil, ou seja, definindo os representantes desta, sem dar-lhe o direito de indicação entre seus pares, e assim, tomando a frente nas decisões que caberiam a ela própria. Tal ato do Prefeito precipitou uma crise que perdurou cerca de dois anos de impedimento daquele Conselho, posto que entidades que estiveram excluídas daquela escolha arbitrária, bem como outras que discordaram daquele ato de intervenção do Prefeito, entraram na justiça e obtiveram a reconsideração do processo de escolha de conselheiros representantes das entidades não-governamentais, o que se deu somente em 1994, já na gestão do prefeito Rafael Greca, a partir dos decretos 161 de 21 de março de 1994 e 508 de 12 de julho de 1994.

Tais posturas de centralismo de poder da gestão lernista, em diversas áreas da gestão pública, têm sido objeto de outros estudos acadêmicos que assim o definem:

“A importância e prevalência do técnico sobre o político deixam marcas no que denominamos lernismo. Uma delas é o desenraizamento político, que implica numa falta de preocupação de diálogo com o Legislativo e com as forças políticas locais. Decorrente dessa secundarização e negação da política devido ao não reconhecimento do papel dos sujeitos sociais na definição e implementação de programas públicos, outra característica é a ênfase tecnocrática.³¹” (TAVARES, 2004, p.24).

Outra interpretação que podemos atribuir ao centralismo de poder acima analisado é considerarmos que existem diferentes maneiras de pensar a sociedade civil e o Estado, diferentes maneiras de entender a ação política. Pela visão do poder estatal conservador há um “medo das organizações e capacidades de mobilização dos setores populares que não têm condutos políticos para canalizar suas insatisfações e reivindicações ao Estado,

³¹ Nesta análise TAVARES recorre a BOBBIO (1994, p. 1233) para definir tecnocracia como: “um regime social caracterizado pela emancipação do poder de suas tradicionais conotações políticas e pela tomada de uma configuração diferente, despolitizada e de ‘competência’ (...) assiste-se a um esvaziamento da função dos Executivos na administração pública por obra dos ‘peritos’, que tomam o lugar dos políticos, enquanto a decisão de caráter político, e por consequência aberta a descrição, cede terreno em favor de uma decisão entendida como resultado de cálculos e de previsões científicas e portanto, inteiramente privada de resíduos discricionários.”

havendo risco de que a população se articule em movimentos e organizações não institucionalizados, contrapondo-se às instituições públicas formais, podendo tomar direções de ação revolucionárias”. (CNBB, 1997, p.24)

Aos grupos dominantes interessa essa perspectiva garantidora de impedimentos a mudanças da ordem social, o que garante os interesses dessa mesma classe. Deste ponto de vista, se os Conselhos se afirmarem, devem estar restritos à formalidade, garantindo o seu controle e/ou fazendo de tudo para que “a lei não pegue”. (CNBB, 1997, p. 25).

4.1.2.2.3. Reinstalação do COMTIBA - minimizando o abalo da prefeiturização.

A retomada das atividades do COMTIBA em 1994, após contestação judicial por dois anos, transparece na ata de nº 003 de 1994, datada de 04/08/94, onde constam comentários sobre a situação legal daquele Conselho, e no que tange ao seu funcionamento, especificamente através da explicitação do Sr. J. C. C., da área governamental, que “explicou o retardamento das atividades do COMTIBA que também foi devido à substituição dos Conselheiros da parte governamental” (COMTIBA, Livro Ata I, p.4). A ausência de análise do conflito recém ocorrido, por parte da área governamental, denotou a intencionalidade de desconsiderar a resistência da sociedade civil em aceitar formas de manipulação do Poder Público Municipal sobre o COMTIBA. O longo processo de contestação jurídica da sociedade civil, já mencionado, em relação à ação centralizada da Prefeitura foi desconsiderado, não havendo registro de uma discussão deste fato. A estratégia de manutenção da hegemonia estatal neste caso foi a minimização da resistência da sociedade civil, negando sua existência através da ausência de discussão, e ao mesmo tempo construindo uma pauta, carregada de temas diversos, que não comporta “divagações”.

Naquela mesma reunião (04/08/94) são apresentados, pela área governamental, os documentos contendo as propostas do Regimento Interno do COMTIBA (que foi aprovado por unanimidade na mesma reunião com algumas alterações não descritas em ata), da Regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo

informado pela área governamental que a regulamentação e agilização caberiam à Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo retirada, daquela forma, do centro das discussões do COMTIBA, a regulamentação do Fundo.

Também naquela mesma reunião foi apresentada a proposta de alteração da indicação dos Conselheiros da parte não-governamental (alteração do artigo 3º do Decreto 508 de 31/07/92: “a proposta altera a forma de indicação dos conselheiros da parte não-governamental para seleção e eleição dos indicados em assembléia específica” (COMTIBA, Livro Ata I, p.7), não se chegando a conclusões sobre este assunto nesta reunião.

Esta ata de reunião foi uma das escolhidas para análise, pois nela é perceptível a dominância das proposições por parte da área governamental na condução da pauta. Percebe-se igualmente a baixa ocorrência de enfrentamentos por parte da área não-governamental, sobretudo quando foi mencionada a transferência de atribuições à Prefeitura Municipal no tocante à regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Chama ainda atenção, nesta ata, a ausência de registros de discussão no tocante ao recuo do Poder Público tendo que acatar a decisão judicial de retomar o processo de indicação de conselheiros não-governamentais via eleições. Se ocorreram manifestações do segmento da sociedade civil comemorando o fato, foram silenciadas pelo não registro em ata.

As relações entre a sociedade civil e o segmento estatal dentro dos conselhos paritários podem também ser analisadas sob o ponto de vista da vulnerabilidade dos representantes da sociedade civil:

“A falta de compreensão do que seja um Conselho, para que serve e como funciona, tem ocasionado sua manipulação pelo governo municipal ou por quem detém algum conhecimento, pondo em risco a autonomia e a transparência desses espaços públicos. Conselheiros desinformados têm-se mostrado vulneráveis às pressões do poder público, legitimando ações governamentais e do poder econômico. (...) O outro problema refere-se à ausência de um diagnóstico da realidade local, e, conseqüentemente, a ausência de políticas de desenvolvimento, planos de trabalho e critérios consistentes de análise e acompanhamento de projetos.” (CUT, 2000, pp. 70-1).

4.1.2.2.4. A demarcação do poder estatal dentro COMTIBA – relações assimétricas com a sociedade civil.

Na reunião ocorrida em 05/09/94, cuja ata é de número 004/94 (COMTIBA, Livro I, p. 8-9), registrou-se a entrega dos decretos de nomeação do Presidente e Secretário do COMTIBA, como também do documento contendo a Regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente, os decretos nºs 646/94 e 647/94. Neste aspecto, é possível perceber que o tema polêmico de regulamentação do Fundo foi de fato fechado em sua forma final fora das discussões do COMTIBA, ou seja, no âmbito da gestão superior da Prefeitura. Outro aspecto de grande importância a ser analisado naquela reunião, foi a divulgação, pela área governamental aos demais conselheiros, da solicitação da Ação Social do Paraná – Pastoral do Menor de Curitiba, “que foi de grande surpresa dos demais conselheiros”, através de ofício enviado por Dom Pedro Fedalto ao Prefeito Rafael Greca de Macedo, com o seguinte teor: “Vimos por meio desta solicitar a V.Excia. a retirada da Ação Social do Paraná – Pastoral do Menor, do Conselho Municipal Da Criança e do Adolescente, devido à implantação do mesmo ter violado a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente”. A deliberação ocorrida entre os presentes foi de que não houve ilegitimidade no referido ato de implantação, e sem maiores discussões a presidente do COMTIBA solicitou aos conselheiros para que “outra entidade não-governamental fosse convocada a participar do COMTIBA e para que a paridade de 50% continuasse equivalente”. (COMTIBA, Livro Ata I, p. 8-9).

Denotando desconsideração total por uma contestação dessa importância, a denúncia e a retirada da Pastoral do Menor não foram submetidas a qualquer análise naquele momento; o fato no mínimo deveria gerar a constituição de comissão especial, paritária, para apurar as acusações. Deste incidente se depreende que o estilo vago das atas seguia uma orientação estratégica para esvaziar qualquer discussão futura, estilo vago e descuidado que também estava presente na condução das reuniões, com a mesma intencionalidade, como será demonstrado mais adiante.

Na reunião seguinte, ocorrida em 05/12/94, registrada em ata de número 005/94 (COMTIBA, Livro I) deu-se posse à entidade Associação Cristã Feminina, que passou a substituir a Ação Social do Paraná- Pastoral do Menor, e a substituta, e nem tampouco as demais entidades presentes, levantaram qualquer questionamento sobre a retirada da Pastoral do Menor, percebendo-se assim assentimento entre a área governamental e a não-governamental e a conseqüente não problematização de um ato evidenciador de conflito de posições entre os dois segmentos do Conselho. Se houve questionamento, não foi registrado em ata.

Além das questões apontadas acima que evidenciaram relações assimétricas de poder entre os representantes do Poder Público e os representantes da sociedade civil dentro do COMTIBA, fosse por desconhecimento ou por conivência por parte dos últimos, resgatamos algumas considerações, a este respeito, apontadas em outros estudos.

Entre outras dificuldades da atuação dos conselheiros enquanto representantes da sociedade civil, dentro dos Conselhos, coloca-se a “prefeiturização”, ou seja, as comissões de trabalho que são montadas dentro dos Conselhos, para proceder a análises pontuais que subsidiarão as deliberações dos conselheiros, são muitas vezes constituídas por “convidados” pelas próprias prefeituras ou Estados, contrariando as normas que regem a composição dos Conselhos, no sentido de que os membros de uma determinada bancada devem ser escolhidos pelo mesmo segmento social. “Esta distorção perdura até hoje e revela a dificuldade do Estado absorver um processo democrático de publicização. Normalmente, essas Comissões funcionam apenas para abençoar deliberações que já foram tomadas antecipadamente pelo poder público.” (CUT, 2000, p. 213).

Na ata 005/94, já citada, há uma menção a crianças e adolescentes em situação de rua, quando a Secretária Municipal da Criança (SMCr), Sra. Fani Lerner, contesta a pesquisa realizada pelo CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar que apresentou dados sobre a miséria e a fome em Curitiba; na contestação a Secretária apresentou dados dos programas sociais da Prefeitura Municipal de Curitiba, “que atendem meninos e meninas de zero a 17 anos em 266 unidades mantidas pela SMCr, com 60 mil refeições diárias balanceadas, fornecendo 75% das necessidades alimentares”. (COMTIBA, Livro I p.13). A Secretária mencionou ainda que alguns projetos da SMCr oferecem até cinco

refeições por dia, entre elas as repúblicas destinadas a crianças e adolescentes egressos das ruas. Nesta contestação ao relatório do CONSEA feita pela Secretária evidencia-se que o foco de análise é defensivo e não crítico, pois a pesquisa do CONSEA referia-se a um universo muito mais amplo que os programas da Prefeitura, e, mais, apontava para a ampla faixa de excluídos de qualquer ação social pública.

4.1.2.2.5. A contra-hegemonia da sociedade civil.

Merece também destaque o termo de posse registrado na data de 24/10/95, quando entre as entidades não-governamentais empossadas encontrava-se a Ação Social do Paraná – Pastoral do Menor, que aproximadamente um ano antes havia apresentado sua carta de protesto e sua retirada do COMTIBA, face à implantação do mesmo ter ferido o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo menção, daquela forma, à maneira prefeiturizada como a implantação se dera.

Esta reaproximação da Pastoral do Menor pareceu significar, naquele momento, não uma trégua em relação à gestão municipal, mas uma tentativa de fortalecimento contra-hegemônico das entidades que se propunham a formar um espaço de resistência da sociedade civil dentro do COMTIBA na gestão que perduraria pelo biênio 95-97.

Foram empossadas também as entidades: Associação Comunitária Presbiteriana, Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Sociedade Pio Lanteri, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Bolsão Sabará, Associação do Cristianismo decidido de Assistência Social – ACRIDAS. Nas atas que registraram as reuniões daquele biênio, localizamos momentos analisados mais à frente por este trabalho, que demonstravam a organização de forças de embate de entidades não-governamentais mais críticas naquele momento.

Na reunião ocorrida em 13/11/95, registrada na ata número 002/95, está mencionado o convite para a inauguração da República do Piá da SMCr no dia 16/11/95, às 11 horas, República esta destinada a meninos egressos da situação de rua. (COMTIBA,

Livro I, p. 19/anverso). Observe-se que o tema não foi colocado em discussão, mas sim informado sobre a inauguração.

A total autonomia da gestão do município em relação às deliberações do Conselho fica evidenciada, uma vez que nas reuniões que antecederam este convite para a inauguração, o tema não foi pautado, e os conselheiros não opinaram. Esta autonomia verdadeiramente nasce da desconsideração por parte do Executivo Municipal sobre o papel do Conselho de Direitos para aquela gestão.

A respeito desta “autonomia” do Executivo Municipal, que em última análise revela um não reconhecimento da participação da sociedade civil dentro dos Conselhos paritários, resgatamos a análise da CNBB (1997) que põe em discussão a participação de funcionários públicos nestes espaços. Os funcionários representam a área burocrática que faz funcionar as instituições do Poder Público, e de forma mais ou menos consciente os funcionários “se sentem e julgam ser os únicos responsáveis pelas políticas estatais, os únicos que entendem como funcionam as políticas estatais”. Pela sua visão os cidadãos comuns não conhecem e nem entendem a complexidade e a lógica das instituições que constituem o Poder Público. “Os burocratas, evidentemente, não fazem a mínima questão que se abra esse segredo, fonte de seu poder”. (CNBB, 1997, p.32).

Claro está para nós que esta análise da CNBB se configura como manifestação estrita de um segmento privado que nem sempre expressa a compreensão sobre o assunto por parte de outros segmentos da sociedade civil, pois não engloba, por exemplo, as manifestações contra-hegemônicas que ocorrem no âmbito de atuação de servidores públicos não alinhados à gestão que estiver no poder. Esta análise da CNBB não diferencia o funcionário burocrata que reproduz o poder estatal e o servidor público que estabelece ações contra a hegemonia estatal. Estas diferenciações, como veremos mais adiante, se estabelecem nas relações de poder, concentrando maior burocracia estatal entre os funcionários mais agregados ao poder central do executivo, e se diluem entre os funcionários que atuam mais próximos à base da sociedade civil, pela própria identidade de classe proletária que se estabelece nesse nível de atuação. Assim, nem todos os funcionários públicos têm tanto poder, e nem todos eles almejam fazer o uso desse poder com tal parcialidade.

Entretanto merece consideração a análise da CNBB (1997) de que entre os funcionários, o maior poder concentra-se naqueles que possuem maior preparo intelectual, os técnicos, os elaboradores das estratégias, dos programas, etc., os que constituem a burocracia, que em última instância impede o avanço da participação e da democracia. Faz parte da estratégia burocrática “manter e aprofundar a separação entre sociedade e Estado, assim como o aumento da importância e o poder do Estado em sua relação com a sociedade”. (CNBB, 1997, p. 32-3).

Destacamos esta análise da CNBB pelo que ela contém de imprecisão acerca dos funcionários públicos que possuem maior preparo intelectual sendo necessariamente os que possuem maior poder, pois o que se verifica muitas vezes é que funcionários com esta característica atuam na base da sociedade civil, em funções que denotam subalternidade, por opção política. E, por outro lado, o gregarismo junto ao executivo estatal de funcionários públicos com ambições ao poder pode ocorrer sem que, entretanto, apresentem características de maior preparo intelectual. Entendemos que o fator definidor dessa questão é perpassado pela identidade de classe.

4.1.2.2.6. Criação dos Conselhos Tutelares - confronto entre Poder Público e sociedade civil.

Na reunião de 04/12/95, registrada na ata número 003/95 (COMTIBA, Livro I, p.20-1), a área não-governamental apresenta três propostas para a criação e instalação dos Conselhos Tutelares, uma delas do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Não há registro em ata de que esta proposta tenha ganhado espaço para discussão. Em sentido contrário, dezesseis dias depois, no dia 18/12/95 foi realizada uma reunião extraordinária para discussão do anteprojeto de Lei de Criação dos Conselhos Tutelares apresentado pelo Executivo Municipal, não se tendo chegado à aprovação do mesmo, o que significa que houve resistência por parte dos conselheiros não-governamentais, considerando-se que em atas anteriores há registro de assuntos de

complexidade semelhante, como a regulamentação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, que eram aprovados na mesma reunião em que eram apresentados pelo executivo Municipal, sem grandes embates.

Como aquela foi a última reunião do COMTIBA naquele ano, pode-se levantar a hipótese de que a área governamental tentou acelerar o processo de aprovação de seu anteprojeto de Lei para a criação dos Conselhos Tutelares, porém esta versão apresentada pelo Poder Público municipal continha vários aspectos polêmicos o que prolongou seu processo de discussão e aprovação. Especificamente sobre este tema, as discussões no ano seguinte se ampliaram, vindo à tona aspectos de insatisfação por parte da sociedade civil. Como pode ser percebido pelas atas que registraram a longa discussão sobre a instalação dos Conselhos Tutelares, no biênio 95-97, esta demora esteve provavelmente associada à participação mais crítica e autônoma dos representantes das entidades não-governamentais naquele período dentro do COMTIBA, além do fato de que efetivamente havia duas propostas em embate: a da sociedade civil e a do Executivo Municipal.

Já na primeira reunião de 1996 o tema sobre o anteprojeto de lei para a criação do Conselhos Tutelares é colocado em pauta, sem ter sido possível uma discussão em maior profundidade, face ao acúmulo de itens na pauta. Percebe-se aí uma estratégia do Poder Público Municipal para impedir o aprofundamento da discussão, ou seja, colocar o tema que estava gerando grandes polêmicas, os Conselhos Tutelares, juntamente a um volume muito grande de outros assuntos, o que se demonstrou eficaz, pois impediu de fato a discussão, e por outro lado, o incidente serviu para demonstrar que de fato as entidades não-governamentais naquele período não estavam dispostas a exercer um papel meramente ratificador das posições do Poder Público, e estavam conscientes de seu papel como representantes da sociedade civil.

A análise destas dinâmicas de discussão permitiu evidenciar o processo de contradição entre as estratégias hegemônicas do Poder Público municipal e as movimentações contra-hegemônicas da sociedade civil representada no Conselho de Direitos, naquele momento.

Este tema voltou à pauta nas reuniões de 25/03/96, 1º/04/96, 20/05/96, 03/06/96, mas ainda sem aprovação definitiva de nenhum dos ante-projetos. Alegando impedimentos

do período eleitoral municipal mais amplo, que naquele momento ocorria concomitantemente, em síntese, a proposta da área governamental foi encaminhar o anteprojeto com a supressão dos artigos 32 e 33 que definiam a remuneração dos Conselhos Tutelares, justamente artigos dos mais polêmicos, pois devido à baixa remuneração almejada pelo Poder Público Municipal, e rejeitada pela sociedade civil, a proposta inviabilizaria uma participação mais efetiva dos futuros Conselheiros Tutelares.

O Poder Público provavelmente previu que estas características antagônicas do anteprojeto sem dúvida gerariam articulações, entre os vereadores de oposição à gestão municipal naquele momento e a sociedade civil, durante as sessões da Câmara dos Vereadores, gerando o risco do Poder Público Municipal ter suas pretensões não contempladas, com as previsíveis supressões e emendas que a sociedade civil apresentaria.

Foi também adotada por parte do Poder Público, naquele momento, como estratégia de impedimento às discussões do anteprojeto da implantação dos Conselhos Tutelares na Câmara dos Vereadores, a citação da lei 609 de 15/08/74 que determinava o impedimento de contratações ou nomeações em cargos públicos em período eleitoral, caso o anteprojeto fosse votado garantindo a implantação dos Conselhos Tutelares. Na verdade esta mesma lei já continha a solução, pois nela “excecuam-se (...) nomeações ou contratações necessárias à instalação inadiável de serviços públicos essenciais, com a prévia e expressa autorização do governador ou prefeito”. Bastava só os conselheiros representantes da área não-governamental alegarem o artigo 277 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que definem: “criança e adolescente são prioridades absolutas”, para ficar demonstrado que os Conselhos Tutelares são serviços essenciais, e, portanto, viáveis para contratação até mesmo em anos eleitorais, ainda mais porque seriam cargos eletivos e não nomeações sumárias.

Mas o que aparentemente poderia ser interpretado como se os Conselheiros da área não-governamental não tivessem se dado conta desta lógica manipulatória do Poder Público Municipal e tivessem se submetido ao não encaminhamento do anteprojeto de implantação dos Conselhos Tutelares em Curitiba à Câmara Municipal naquele momento, pode na verdade ser interpretado como uma estratégia contra-hegemônica, por terem, os conselheiros não-governamentais, constatado que dois processos eleitorais concomitantes

facilitariam estratégias de manutenção da hegemonia do Poder Público. Os conselheiros não-governamentais consideram provavelmente que a discussão do projeto de lei que disporia sobre a implantação dos Conselhos Tutelares poderia ficar subsumida no contexto maior do período eleitoral. Aquele recuo pode ter significado uma estratégia contra-hegemônica da sociedade civil para não minimizar a importância da implantação dos Conselhos Tutelares que deveria ocorrer em momento específico e evitar atrelamentos a interesses eleitoreiros mais amplos.

Somente em 13 de janeiro de 1997, seis meses após a estratégia do Poder Público Municipal, acima citada, foi promulgada a Lei nº 9.008/97 da Câmara Municipal de Curitiba, dispondo sobre a criação e instalação dos Conselhos Tutelares no Município de Curitiba, estabelecendo o processo de escolha de seus membros e dando outras providências. Durante este período, que perdurou desde 04/12/95, quando a área não-governamental apresentou pela primeira vez dentro do COMTIBA as propostas para a criação e instalação dos Conselhos Tutelares em Curitiba, perfazendo portanto treze meses de discussões, o contexto de discussão sobre o tema tomou contornos de confronto entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal de Curitiba, pois a questão central na proposta do Poder Público era a ausência de condições para a execução da função de Conselheiro Tutelar, a começar pelo salário que, segundo argumentos da área não-governamental, encontrava-se muito abaixo dos padrões de outros municípios brasileiros.

Em reportagem sobre este assunto em jornal com circulação na cidade de Curitiba, da época, explicita-se que “Projeto de Lei, de autoria do Prefeito, estabelece um ‘subsídio’ mensal de R\$597,55 e nenhum outro direito, como férias, 13º salário, previdência social, auxílio doença...” (FOLHA POPULAR, 17 a 30 de maio de 1997, p.8). Nesta mesma reportagem ficava demonstrado que em outros municípios que já tinham implantado os Conselhos Tutelares, como Campinas (SP) o salário em agosto de 1995 era de R\$1.675,34, com reajustes que acompanhavam a política salarial dos demais servidores municipais, bem como o atendimento ao estabelecido em lei sobre a previdência social, 13º salário, etc.

A Lei para a criação e instalação dos Conselhos Tutelares aprovada na Câmara dos Vereadores contemplou significativamente aspectos da proposta do Poder Público, o que gerou posteriormente uma série de novos confrontos entre sociedade civil e Poder Público

municipal, pois a primeira mostrava-se mais uma vez ativa e combativa diante do fato de que os Conselhos Tutelares foram instalados e não receberam o devido aporte para seu funcionamento.

Este histórico processo de resistência da sociedade civil dentro do COMTIBA, em relação à proposta do Poder Público referente à criação dos Conselhos Tutelares atropelando uma proposição construída por movimentos sociais da área, recebeu destaque neste trabalho, pelas evidentes possibilidades que o mesmo comporta em termos de apropriação como aprendizagem histórico-social coletiva de manifestações populares contra-hegemônicas.

4.1.2.2.7. Predomínio institucional do Poder Público na correlação de forças no COMTIBA.

Os dados deste tópico nos permitem analisar como o Poder Público lança mão da burocracia estatal institucionalizada para garantir suas posições hegemônicas.

A consulta às Atas do COMTIBA nos permitiu verificar que o mesmo possui três Câmaras Setoriais: Câmara Setorial Permanente de Comunicação, Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Câmara Setorial Permanente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. (COMTIBA, Livro II, Ata 001/01, 13/02/01, p.60). Pela dinâmica prevista regimentalmente, estas apresentam suas deliberações e propostas ao quorum maior do COMTIBA para aprovação. No instrumento legal que define a constituição das Câmaras Setoriais, o assunto aparece com mais especificidade: Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos, Câmara Setorial Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização, e, Câmara Setorial Permanente do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (Prefeitura Municipal de Curitiba, Resolução 01/97, 08/04/97, art.17).

Analisando a questão da composição das Câmaras Setoriais sob o prisma das relações de poder expressas nas Atas do COMTIBA, nos chamou a atenção a composição real das Câmaras Setoriais, onde a participação da Secretaria Municipal da Criança está

presente nas 3 Câmaras Setoriais, como pode ser percebido nas informações abaixo, retiradas da Ata 011/01, de 11/12/01 (COMTIBA, Livro II , p.98):

- a) Câmara Setorial Permanente de Comunicação:
 - Secretaria Municipal da Criança
 - Secretaria Municipal da Saúde
 - Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba
 - Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano- APADEH.
- b) Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas
 - Secretaria Municipal da Criança
 - Procuradoria Geral do Município
 - Associação Feminina de Proteção às Maternidade e à Infância – Tia Paula
 - Missão El-Shaddai – Ministério de Amparo à Criança e ao Adolescente
- c) Câmara Setorial Permanente do FIA- Fundo Municipal da Infância e Adolescência:
 - Secretaria Municipal da Criança
 - Secretaria Municipal de Finanças
 - Fundação Hildebrando de Araújo
 - Instituto Betânia de Ação Social - IBAS

A composição acima evidencia como as Câmaras Setoriais foram compostas pautadas em estratégias do Poder Público Municipal, naquele momento, para garantir sua hegemonia nas decisões, considerando-se a multiplicação da pasta da Secretaria Municipal da Criança, cuja representação se repetiu nas três Câmaras. O Regimento do COMTIBA prevê a participação de um representante governamental por pasta secretarial, enquanto este estiver na função, devendo ser pautada sua substituição, para discussão em reunião. Mas prevê-se apenas um representante por pasta secretarial, ou seu suplente no impedimento do primeiro. Mas além desta estratégia hegemônica de multiplicação da Secretaria Municipal da Criança em todas as Câmaras Setoriais, destaque-se que, no momento em que isso foi

constatado, aquela pasta era exercida pela primeira dama do município, que também presidia o COMTIBA, e que também presidia o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, uma organização não-governamental que atua com total autonomia com verbas repassadas pelo Poder Público. Neste sentido, buscava-se a onipresença da cúpula de gestão do Município em todos os espaços de decisão do COMTIBA, impedindo totalmente a paridade e a inter-setorialidade entre as Secretarias Municipais com assento naquele Conselho de Direitos.

Neste ponto das análises entendemos como oportuno introduzir algumas informações sobre o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC), uma vez que o mesmo é citado diversas vezes nas Atas do COMTIBA. Os dados a seguir analisados, originalmente coletados no *site* do Instituto Pró-Cidadania de Curitiba³², demonstram a natureza das relações do Poder Público com o referido Instituto, além de possibilitar a esta pesquisa demonstrar como os processos de privatização de ações de competência do Poder Público, em típica parceria público-privada, podem funcionar como estratégias de manutenção da hegemonia dos grupos que detêm o poder político e econômico numa esfera administrativa estatal, no caso o município de Curitiba.

Considerando, especificamente, a categoria hegemonia, torna-se necessário que sejam analisadas algumas questões sobre a forma peculiar como se expressava naquela gestão municipal a privatização de funções públicas

Em primeiro lugar, o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC) funcionava na mesma sede da Fundação de Ação Social de Curitiba, sendo mantido com verbas, funcionários e equipamentos públicos. Entendemos que a ambigüidade entre a natureza institucional pública e a privada fica bem estabelecida quando uma organização não-governamental ocupa o espaço físico público sem nenhum ônus, e ainda absorve força de trabalho e verbas públicas. Em segundo lugar, o IPCC, beneficiava e comercializava, à época desta pesquisa, o material coletado pelos veículos da Prefeitura Municipal de Curitiba dentro do programa “Lixo que não é lixo”, veículos que são adquiridos, mantidos, abastecidos com combustível e dirigidos por funcionários da Prefeitura, itens todos custeados com verbas públicas. As informações do próprio IPCC minimizam este custeio, mas as informações sobre o programa “Lixo que não é lixo” apareciam no *site* citado: “Por

não estar atrelado ao poder público, o Instituto tem maior flexibilidade de atuação, e pode captar junto à própria comunidade, os recursos necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento à população”. (Instituto Pró- Cidadania de Curitiba, 2003). O IPCC utiliza-se de uma estratégia de ocultamento de fatos ao se afirmar que “não está atrelado ao poder público”. Em suma, o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, uma entidade de iniciativa privada, utiliza a máquina pública para gerar capital e propagandear eficiência em programas sociais.

Por outro lado, o próximo trecho, retirado de uma das atas do COMTIBA, propicia uma análise sobre o grau de privatização envolvido na gestão Taniguchi do município de Curitiba, quando é possível perceber como uma fundação privada, o IPCC, é constantemente identificada como gestão do município, através da fala da primeira dama do município e presidente do COMTIBA:

“A presidente (...). informou que o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba é a mais nova instituição não-governamental credenciada à Organização das Nações Unidas (ONU). Explica que além do reconhecimento do trabalho social realizado em Curitiba, o credenciamento do IPCC à ONU possibilita participar ativamente de discussões e da troca de experiências de ações realizadas em todo o mundo. Em toda a América Latina existem 109 ONGs ligadas à ONU, mas só 11 delas são brasileiras. (...) falou que a Diretora da Seção das Organizações Não-Governamentais da ONU, Hanifa Mezoui, apresentou Curitiba como modelo de desenvolvimento social. Disse que Curitiba é uma cidade diferente porque, além de propostas, apresenta números e realizações. Como exemplo, lembrou o modelo Curitiba de Colaboração que possui nove mil famílias envolvidas. Elogiou ainda a seqüência do atendimento realizado à população, que vai do emergencial passando pelo resgate social, à qualificação profissional e geração de renda. (...) explicou que foi possível mostrar como Curitiba encontrou a porta de saída e transformou programas de assistência social em promoção social. Curitiba foi apontada como uma das poucas cidades que trabalha com este foco. O Instituto cumpriu todos os itens previstos na agenda de 1994 e Curitiba foi reconhecida como Capital Social do país, fatos que fizeram com que Curitiba seja a sede em março, do lançamento mundial do Família + 10, um evento que reunirá mais de 100 pessoas. Também informa que participou da 41ª Sessão para Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social da ONU, em que foram debatidas ações para a eliminação da pobreza, promoção da educação universal e da igualdade entre gêneros, redução da mortalidade infantil, melhora da saúde da

³² Maiores informações sobre o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, podem ser encontradas no site www.ipcc.org.br,

mulher, garantia de um meio ambiente sustentável, desenvolvimento de parcerias e combate à AIDS, malária e outras doenças transmissíveis.” (COMTIBA, Livro IV, Ata de 18/02/03, item Informes Gerais, s/p)

Essa identificação entre o privado e o público, e a transferência de responsabilidade da gestão municipal ao espaço privado diretamente vinculado aos gestores do município, como é o caso do Instituto Pró-Cidadania que, conforme já mencionamos, era durante esta pesquisa, presidido pela primeira dama do município, que acumulava o cargo de Presidente do COMTIBA, e presidente da Fundação de Ação Social, e Secretária Municipal da Criança, envolvendo os respectivos recursos financeiros destas diferentes funções, também aparece outras vezes nas atas anteriores, como já foi mencionado. Quando a primeira dama ainda não acumulava os cargos citados, mas apenas presidia o IPCC, esse processo ambíguo de identificação entre o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba e a gestão municipal de Curitiba já ocorria, conforme se percebe no trecho abaixo, de uma ata do COMTIBA, de 1997:

“Apresentação de projetos: Formando Cidadão e Da Rua para a Escola. Apresentação realizada pela Diretora do Departamento de Integração Social da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal da Criança, (...). Após informado pela presidente(...) que os programas seriam oficialmente lançados pela Secretaria Municipal da Criança, no dia 05 de maio. Que estariam realizando atendimento a duzentas famílias dos Núcleos Regionais e seus filhos no Programa da Rua para a Escola e no Programa Formando Cidadão, sendo que este último a nível de projeto piloto, já tinha sido trabalhado de forma experimental pela Secretaria Municipal da Criança com vinte jovens no Município, com pleno êxito. Realizadas todas explicações dos Projetos e sendo que todos os conselheiros já tinham recebido cópia anteriormente a esta reunião. *A presidente, entendendo a função do Conselho de deliberar, solicitou se haveria possibilidade de que, se empresários fossem convidados para participarem dos Programas através de doações para a compra de cestas básicas e bolsa auxílio e após o dinheiro entrar para o Fundo do COMTIBA, esta doação poderia ser designada para este atendimento específico* (grifo nosso). Levantado por Conselheiros, que *não deixando dúvidas da importância dos projetos, as prioridades deveriam ser estabelecidas e deliberadas no Conselho, sem contemplar o atendimento específico de determinados projetos* (grifo nosso). Tendo a necessidade de urgência para atendimento das cestas básicas e das bolsas auxílio, *a Presidente registrou que iria solicitar no momento auxílio direto ao Pró-Cidadania*” (grifo nosso). (Ata 03/97, de 22/04/97. COMTIBA, Livro I, p.58).

Importante observar no trecho acima que a presidente do COMTIBA utiliza-se de ambigüidade ao mencionar “a função do Conselheiro de deliberar” quando a intenção era aprovar sua proposta. Após isso, ao não obter êxito em aprovar sua proposta de caráter privatizante, desconsidera totalmente a intervenção do conselheiro não-governamental que externou sua posição, aliás, coerente com o princípio de formulação das políticas no próprio Conselho. De forma centralizada a presidente encaminha o suprimento financeiro de um projeto governamental ao IPCC, declaradamente uma ONG, que obtém suas verbas no espaço público, porém com “autonomia” suficiente para não prestar contas. Revelam-se aqui as complexas relações de uma gestão governamental que se utiliza de recursos de uma ONG para financiar projetos gestados na área pública, entidade privada que em última análise retira de projetos públicos os recursos para manter suas atividades e depois repassá-los aos programas públicos novamente como benesse. E, mais contraditório ainda, projetos que não foram amadurecidos nas instâncias de formulação e legislação, pois pela própria manifestação da Presidente do COMTIBA, depreende-se que não receberam dotação orçamentária, servindo apenas ao “marketing político espetaculoso” das gestões neoliberais, havendo muita manifestação na mídia, mas poucos resultados palpáveis em termos sociais.

Como se percebe, a procedência pública de verbas fartas do IPCC, permite que a ele possam recorrer os gestores públicos do município quando há obstáculos para aprovar seus projetos dentro do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, além de que o Instituto é dotado de autonomia em termos contábeis. Além disso, pelas próprias informações do *site* do IPCC, depreende-se que há uma forma de “envio facilitado” de verbas públicas a este Instituto, considerando-se a vinculação da arrecadação de seus recursos a projetos públicos como o “Lixo que não é lixo”. Agrava-se a situação em termos éticos, jurídicos e políticos pelo fato de que é uma ONG dirigida por gestores que estão no centro do poder do Município.

Estes aspectos demonstram que, de muitas maneiras, mesmo quando os movimentos sociais engendraram formas de representação historicamente consistentes em relação ao grupo social subalterno crianças e adolescentes em situação de rua, como é o caso do

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil (MNMMR), e outros movimentos sociais, e mesmo ONGs, com o intuito de participar e intervir na formulação de políticas públicas que atendessem suas demandas específicas, os enfrentamentos diretos nos espaços como os Conselhos Paritários, em todas as esferas do Poder Público, significaram sempre lutas de posições cujas definições, previsivelmente, não penderam para o lado mais fraco, e sim garantiram a perpetuação da hegemonia dos grupos que estavam no poder. Isso de alguma forma explica o porquê de, apesar da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, ainda permanecerem a descoberto vários dos direitos de crianças e adolescentes, e ainda permanecer a chaga de sua situação de rua, expressão máxima da subalternidade. Os impedimentos para a resolução desta questão, e de tantas outras, enfim, está para além da aprovação de leis, situa-se no âmbito político dos interesses das classes hegemônicas.

4.1.2.2.8. O tema criança e adolescente em situação de rua nas atas do COMTIBA.

O aparecimento do tema criança e adolescente em situação de rua nas atas do COMTIBA foi por nós analisado, constatando-se que as menções a esse tema ocorreram efetivamente em 18% das atas, ou seja, em 24 das 133 atas consultadas. Em 87,5 % das 24 atas que continham esse tema, ou seja, 21 atas³³, ocorreu a característica de apresentarem informes simples sem registros de discussões ou encaminhamentos. Foi possível comprovar que o tema apareceu nas atas, na maioria das vezes, de forma indireta, ou seja, através de informes sobre programas destinados a esse contingente.

Em algumas atas elaboramos análises quando os aspectos abordados representavam elementos argumentativos para o objetivo 2 desta pesquisa, a saber: análise das políticas formuladas pelo COMTIBA e/ou poder Público Municipal de Curitiba em relação à criança e ao adolescente em situação de rua, tendo nossas análises sido feitas sob

³³ Especificamente, no período investigado, não há registros de discussões ou encaminhamentos nas atas: 05/12/94, 04/03/96, 25/03/96, 06/05/96, 07/10/96, 11/03/97, 22/04/97, 10/06/97, 03/10/97, 10/02/98, 12/05/98, 12/12/00, 23/05/01, 28/08/01, 16/04/02, 14/05/02, 11/06/02, 10/12/02, 18/02/03, 11/03/03, 08/04/03.

o ponto de vista das estratégias de manutenção da hegemonia do Poder Público na condução das decisões.

Na ata de 13/11/95 (COMTIBA, Livro I, p.19), o tema aparece em Ofício enviado pelo Juizado da Infância e da Juventude de Curitiba à Presidente do COMTIBA, sobre o atendimento específico de crianças e adolescentes no tratamento hospitalar psiquiátrico, incluindo crianças e adolescentes em situação de rua. Foram discutidas várias ações, incluindo a informação do Conselheiro que faz parte do Conselho Municipal de Saúde, de que existem propostas de não hospitalização destas crianças e adolescentes. Discutiu-se que devem ser oferecidos, em contrapartida, atendimentos ambulatoriais. A presidente do COMTIBA, Secretária Municipal da Criança, explanou sobre a importância do atendimento ambulatorial do PROCAUD, programa específico da Secretaria Municipal da Criança e também do Centro de Dia. Sobre o assunto não surgiram propostas específicas naquela reunião, e nem tampouco o mesmo foi recolocado em pauta em reuniões seguintes. Outra menção ao tema criança e adolescente em situação de rua aparece na mesma ata, referente a convite para inauguração da República do Piá, da Secretaria Municipal da Criança, no dia 16/11/95, às 11 horas (destinada a meninos egressos das ruas). Não há registros na Ata sobre discussões ou encaminhamentos acerca da República, e nem nas anteriores, indicando ausência de deliberações prévias à inauguração por parte dos conselheiros. Nos dois casos citados nesta mesma ata, é possível verificar que o Poder Público tomou decisões de implantação de programas sem o necessário referendo do Conselho de Direitos, limitando-se a dar informes sobre a implantação, sem o cuidado de articular o programa em questão a uma política maior que tivesse sido definida pelo COMTIBA.

Na reunião de 07/10/96 registrou-se que “(...) foi entregue xerox de notícias de jornais sobre a problemática de crianças e adolescentes de/na rua, com envolvimento de traficantes de drogas. Foi proposto pela Presidente que os conselheiros fizessem reflexão sobre o assunto e propusessem encaminhamentos a serem agilizados. Que poderia ser proposta uma reunião, envolvendo representantes do nosso Conselho com membros do CEDCA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente), SMCr (Secretaria Municipal da Criança), Polícia Civil e Militar, Juizado da Infância e da Juventude, Fundação de Ação Social e Ministério Público. Nesta poderiam ser traçadas ações diante

dos fatos.” (COMTIBA, Livro I, p.44) Das atas investigadas é a única onde o tema crianças e adolescentes em situação de rua aparece como assunto específico de discussão. Na Ata dessa reunião não há registros sobre discussões e encaminhamentos, e contrariando o que foi proposto, o tema não reaparece na reunião seguinte, de 04/11/96, e nem nas demais.

Na ata de 11/03/97 registrou-se que: “A Presidente D. (que também exercia a função de Secretária Municipal da Criança, informe nosso) explanou sobre o reordenamento da abordagem e ações junto às crianças e adolescentes em risco pessoal e social de rua e na rua. Explicou que doravante estão sendo elaborados projetos de ações conjuntas entre a Secretaria Municipal da Criança, Fundação de Ação Social, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Educação, e outras Secretarias afins da Prefeitura Municipal de Curitiba. Houve pedido da palavra da Conselheira representante Titular da Fundação de Ação Social (então primeira dama do município, informe nosso), (...). que ressaltou este empreendimento e ratificou as palavras da Presidente. A Presidente então citou a Lei 7829/91, artigo 2º, inciso IV, e argumentou que o Conselho, através dos Conselheiros, iriam acompanhar a reordenação das ações, propondo sempre que necessário modificações ou mesmo incorporações de idéias para que unindo esforços o objetivo maior seria atingido, ou seja, o bem estar das crianças e adolescentes de Curitiba”. (COMTIBA, Livro I, p.54) Mais uma vez ficou evidenciada a centralização da formulação das propostas no executivo municipal, que atribui aos Conselheiros de Direitos o papel de receberem informes e não o papel de formuladores de políticas que gerassem programas articulados.

Na ata da reunião de 10/06/97, no tópico de pauta sobre a aplicação do FMIA-Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, registrou-se: “O conselheiro (esclarecimento deste estudo: da Pastoral do Menor) pediu à Presidente que deveríamos ter em mãos uma pesquisa sobre a situação das crianças para saber onde é prioritária a aplicação do Fundo. A Presidente sugeriu a pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Secretaria Municipal da Criança (SMCr). O Conselheiro (...) acha que o diagnóstico da realidade nestas pesquisas nem sempre condiz com a realidade local, e que deveríamos montar uma pesquisa com a comunidade. Pedindo a palavra a Conselheira

(...). da Secretaria Municipal da Saúde diz que a pesquisa do IPPUC condiz com a realidade, pois está atualizada e foi feita baseada em dados científicos. Ficou estabelecido pela Presidente que na próxima reunião do Conselho esta pesquisa será apresentada aos Conselheiros.” (COMTIBA, Livro I, p.67). Não há registro nessa ata sobre discussões e encaminhamentos. Nas atas seguintes não há mais menção a este assunto, não aparecendo nem em pauta e nem nos relatos a pesquisa do IPPUC, durante todo o transcurso do ano, apesar da proposição do Conselheiro, e da afirmativa da Presidente de que a pesquisa seria trazida aos conselheiros.

Na ata da reunião de 03/10/97 ocorre a única menção, nas atas investigadas, sobre o MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Curitiba, quando o mesmo concorreu à eleição de conselheiros da área não-governamental, tendo sido classificado em 11º lugar, com 23 votos. “Foram 16 entidades votadas, no total, sendo as seis primeiras proclamadas para compor a área não-governamental, ficando as demais como suplentes.” (COMTIBA, Livro I, p.74/verso). Em razão dos critérios adotados o MNMMR poderia vir a atuar como suplente, bem como as demais representantes da área não-governamental classificados do 7º ao 12º lugares. A possibilidade de participação como suplente fica sujeita à desistência de uma entidade, o que leva a ser chamada a primeira entidade da ordem dos suplentes. Nas atas foram raras as vezes em que se registraram desistências, não havendo registro nas atas investigadas sobre a atuação de representante do MNMMR como Conselheiro de Direitos como suplente.

Na ata da reunião de 05/10/99, quando se abordou o Programa Criança em Segurança, desenvolvido em parceria entre a Secretaria Municipal da Criança de Curitiba e a Polícia Militar do Paraná, com abordagens a crianças e adolescentes em situação de rua,: “Foi lido o Relatório da Comissão (composta por cinco conselheiras, informe nosso), relativamente à abordagem realizada no dia trinta de setembro (1999), das nove horas e quinze minutos às onze horas e quinze minutos. Durante os relatos e discussões a conselheira (...) enalteceu a forma de abordagem às crianças e aos adolescentes em especial o trabalho de (...), Coordenadora do programa, assim como aos Policiais Militares e Educadores da Casa do Estudante Universitário e propôs que outros representantes sejam convidados a acompanhar a abordagem. Dr. (...). (Juizado da Infância e Juventude)

corroborar a proposta. A conselheira (...) ressalta que em momento algum as crianças foram pressionadas ou intimidadas pela Polícia Militar. Dr. (...) fala que alguns policiais atualmente possuem uma visão social e em particular estes que compõem as equipes do Programa Criança em Segurança. Aprovado por unanimidade o relatório da Comissão”. (COMTIBA, Livro II, p. 20) Além das discussões consensuais relatadas não há registro na Ata sobre encaminhamentos.

Ressalte-se aqui que o tema referente ao Programa Criança em Segurança não foi introduzido arbitrariamente na pauta, mas que se constituiu numa resposta do Conselho e da Secretaria Municipal da Criança de Curitiba às denúncias feitas pelo Fórum Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que na época estava sob nossa coordenação, articulado com a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, bem como, das críticas daquele Fórum à concepção do referido programa (modelo repressivo), através de processo aberto pelos citados Fórum DCA e Fundação, junto ao Ministério Público, denunciando atitudes violentas, inclusive com arma de fogo, praticadas por policiais militares do Programa Criança em Segurança contra educadores sociais da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, sendo um dos educadores ex-menino de rua, durante uma abordagem de rua feita dentro da proposta da Fundação, com a participação de educandos. O processo foi encaminhado à PIC-Promotoria de Investigação Criminal, que depois de ouvir os envolvidos, desconsiderou vários aspectos relevantes e contraditórios nos depoimentos dos policiais militares que cometeram as agressões, explicitando o promotor responsável a observação que nada havia sido comprovado e que os policiais haviam agido no cumprimento de seu dever, recomendando-se o arquivamento do processo. O Fórum DCA e a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, inconformados com o teor do parecer da promotoria desresponsabilizando os policiais militares autores das agressões, externaram os aspectos contraditórios encontrados no processo em novo documento que, entretanto, não recebeu acolhimento por parte de um dos Promotores de Justiça do Ministério Público, regional Curitiba, para nova análise.

Do incidente relatado pode-se depreender que várias instâncias do aparelho estatal atuam na perspectiva de manutenção de sua hegemonia, não havendo acolhimento a

contestações da sociedade civil em relação a violações de direitos, o que se comprova igualmente através do conteúdo da ata da reunião de 12/12/00: “Oitavo item: O assessor (...), (esclarecimento nosso: do COMTIBA) informa que o Ministério Público decidiu arquivar o Procedimento nº 9241/2000 no qual são apontadas violações do Programa Criança em Segurança destinado a abordagens a crianças e adolescentes em situação de rua, por não constatar prática de crime por qualquer dos policiais militares que participaram dos fatos e da mesma forma nenhum dos funcionários municipais também terem cometido ilegalidade ou irregularidade. Diante deste parecer o Conselho se posicionou pelo arquivamento da denúncia enviada pelo Fórum D.C.A . quanto a possíveis irregularidades no Programa Criança em Segurança e que será enviado ofício ao Fórum comunicando a decisão.” (COMTIBA, Livro II, p. 55). Não há registro na Ata sobre discussões a esse encaminhamento.

Na ata da reunião de 25/09/01, destacamos que: “A presidente D. informa que o Conselho Tutelar da Matriz está solicitando apoio para a venda de rifa em benefício do Programa Criança em Segurança. A conselheira tutelar (...) explica que o Conselho Tutelar da Matriz recebeu uma doação e resolveu fazer uma rifa com a finalidade de comprar equipamentos para o referido programa. Nas discussões (...) informa que a Secretaria Municipal da Criança liberou verba para a aquisição de equipamentos para este programa. A presidente (...) explica que a Prefeitura Municipal de Curitiba não pode arrecadar dinheiro para a manutenção de programas oficiais. (...) reconhece a boa intenção da iniciativa, mas comenta que existem limites tais como: o Estatuto não estabelece competência para esse tipo de ação aos Conselhos Tutelares, o programa é oficial e de responsabilidade da Prefeitura; o município não pode utilizar dos órgãos de apoio para a manutenção de programas, embora a iniciativa seja bem intencionada, o procedimento é ilegal e incorreto. Foi sugerido que o Conselho Tutelar passe para alguma organização não-governamental que esteja necessitando. O Conselho Tutelar da Matriz acatou a sugestão.” (COMTIBA, Livro II, p.91).

O trecho acima demonstra desconhecimento de sua função por parte da Conselheira Tutelar da matriz que fez esta proposta de organizar uma rifa para angariar fundos para um programa sob a responsabilidade do poder público. Admitir-se que a Conselheira Tutelar

em questão possa ser oriunda de segmentos da comunidade que não dominem o tema já é preocupante, mas mais preocupante ainda é constatar que saia de dentro do COMTIBA a sugestão de que o Conselho Tutelar passe para alguma entidade não-governamental que esteja necessitando, ou seja, aceita-se este desvirtuamento da complexa função de Conselheiro Tutelar, havendo admissão de que ele empregue seu precioso tempo em atividades menores como fazer contatos para a doação a uma entidade não-governamental, quando deveria investir seus esforços na defesa de direitos de crianças e adolescentes, na requisição de serviços, na verificação de denúncias, na escuta da comunidade, etc. . Afora estas questões, apontamos para a contradição da Presidente (...) em afirmar que o Poder Público não pode arrecadar dinheiro da comunidade para programas públicos, quando ela mesma em reunião anterior de 22/04/97, havia conduzido a pauta para solicitar contribuições de empresários para programas públicos, e para a contradição da Câmara Setorial de Políticas Básicas e Garantias de Direitos que na reunião de 10/02/98 foi favorável à proposta do IPPUC- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba de arrecadar recursos financeiros junto à iniciativa privada para execução de atividades com crianças e jovens de 07 a 17 anos dentro do Programa Centro-Bairros desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, externando estratégias de privatização de programas públicos. Fica assim demonstrada a dubiedade de critérios dos membros da área governamental dentro do COMTIBA sobre os conceitos público e privado, havendo flexibilização quando a estratégia cabe aos mesmos, e, rigidez quando se julga a estratégia de outros segmentos da sociedade.

Na ata da reunião de 16/04/2002 , no item segundo da pauta, que tratou da análise e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que após esta instância seria aprovada pela Câmara de Vereadores até junho de cada ano, aparece o tema de forma descritiva: “(...) os programas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (abrigo, busca ativa de crianças e adolescentes nas ruas, atendimento à família), propôs-se o total de R\$ 7.249.000,00” (COMTIBA, Livro III, p.14). Não há registro na Ata sobre discussões e encaminhamentos.

No trecho acima chamamos a atenção para o total do orçamento contido na mesma ata: R\$ 92.167.000,00, sendo o equivalente a 7.8% (R\$ 7.249.000,00) destinados a

programas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, uma vasta gama de programas. O artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que criança e adolescentes são prioridades absolutas, e que o termo “prioridade absoluta” é traduzido no artigo 4º do ECA como: “a) primazia de receber proteção e socorro em qualquer circunstância; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; *preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas*; d) *destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude*”. (grifo nosso) (BRASIL, Lei 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º, 1990). Considerando isso, foi deveras insignificante a destinação estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Curitiba no ano de 2002-2003, não havendo concretamente nenhuma prioridade para a área.

Na ata da reunião de 14/05/02, no item de pauta referente aos projetos encaminhados ao COMTIBA, solicitando recursos ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com parecer favorável das Câmaras Setoriais de Políticas Básicas e do Fundo: “Projeto para implantação da Unidade de Abrigo – Secretaria Municipal da Criança, que tem por finalidade abrigar 08 crianças em grupo de irmãos, de ambos os sexos, vitimizados, em situação de abandono, sem vínculo familiar ou em vias de perdê-lo, visando a garantia de suas necessidades básicas, de sua formação pessoal e social. O município investiu R\$ 28.667,96 na reforma e adequação do imóvel, situado na rua Pedro Parigot Viriato de Souza, nº 2355, na regional de Santa Felicidade. A Associação Israelita Beneficente ABI HAI será a mantenedora desta unidade, não sendo necessário o repasse de qualquer tipo de *per capita* de subvenção social. Foi aprovado o repasse de recursos do Fundo no valor de R\$ 7.832,00, para aquisição de equipamentos e outros materiais para implantação da unidade.” (COMTIBA, Livro III, p. 18). Não há registro na Ata sobre discussões e encaminhamentos.

O trecho acima explicita claramente a bizarra autonomia da gestão dos recursos ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente por parte do Poder Público do Município em ter custeado uma reforma de adequação de imóvel de valor tão alto sem passar por nenhuma discussão do COMTIBA e este ainda repassa mais verba para esta Associação Beneficente criada em 2001, segundo informe da mesma ata (COMTIBA,

Livro III, p.17). Enquanto na mesma ata outra entidade com vários anos de atuação recebeu negativa de renovação de registro, especificamente o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, com a seguinte alegação: “Tendo em vista as observações realizadas nas várias visitas na Entidade pelos técnicos do Núcleo Regional de Portão, bem como parecer da Vigilância Sanitária e o estabelecido nos artigos noventa e noventa e um do Estatuto da Criança e do Adolescente, constatou-se a necessidade de adequações no plano de trabalho, nas instalações, na organização documental e na especificação do regime de atendimento da referida entidade. O Núcleo Regional do Portão em reunião com os responsáveis pela entidade, em 24/04/02, sugeriu as adequações, ficando no aguardo das providências da entidade para a efetivação das mudanças necessárias, ocasião em que realizará nova visita e emissão de novo parecer técnico para renovação de seu registro”. (COMTIBA, Livro III, p.18).

Além disso, no mesmo trecho analisado é importante considerar que a entidade à qual foi negada a renovação de registro era então coordenada pela mesma pessoa que coordenava à época, e por várias gestões, o Fórum Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, e que por diversas vezes articulou movimentos contestatórios às políticas municipais, bem como encaminhou correspondências e reivindicações ao COMTIBA, não obtendo resposta, e, portanto, representou historicamente papel atuante de oposição daquela gestão municipal, inclusive com registro em ata quando de sua participação enquanto conselheira (a entidade) representante da sociedade civil quando se opôs, junto com outras entidades, a ceder às estratégias do Poder Público em aligeirar o processo de aprovação da proposta de lei para a implantação dos Conselhos Tutelares. Tais fatos permitem levantar a hipótese de sanção político-ideológica exercida pelo Poder Público dentro do COMTIBA através da negativa de renovação de registro. É de se indagar que elementos foram levados em conta para tornar uma entidade recém criada merecedora de tais benesses, que envolveram desde reformas da sede no valor de R\$ 28.667,96, até verba para equipamentos no valor de R\$ 7.832,00 (valores que comparativamente, se somados, permitiriam a construção de unidades físicas inteiras para programas sociais eminentemente públicos) para abrigar oito crianças e adolescentes em grupos de irmãos, enquanto outra entidade, com larga folha de atividades prestadas em benefício da

comunidade durante muitos anos, que atravessava dificuldades para custear aspectos de adequação de sua estrutura, semelhantes ao da outra entidade mais recente, não recebendo o mesmo tratamento. A absoluta ausência de critérios transparentes e coerentes na destinação dos recursos do FMIA (Fundo Municipal da Infância e Adolescência), dentro do COMTIBA, fica sobejamente demonstrada com estes dois exemplos acima.

Na ata da reunião de 11/06/02, há uma menção sem maiores comentários: “A presidente do COMTIBA Senhora M. convida a todos a participarem da cerimônia de inauguração da ‘Casa do Acolhimento Pequeno Cidadão’ a se realizar no dia treze de junho (2002)”. (COMTIBA, Livro III, P.24). (Observação do presente estudo: este programa destina-se a crianças e adolescentes em situação de rua).

Do trecho acima destacamos que por se tratar de um novo programa, era de se esperar que houvesse uma proposição anterior para análise e discussão dos Conselheiros. Entretanto tal não ocorreu, mas tão somente uma comunicação, tornando clara, em primeiro lugar a postura do Poder Público do município de ausência na busca de participação dos conselheiros na formulação de políticas públicas e respectivos programas, e em segundo lugar a formulação das propostas na esfera executiva, portanto sem discussões dentro do Conselho de Direitos.

Na ata da reunião de 18/02/03³⁴ é possível analisar como se dá a tessitura das relações entre o espaço privado e o público, e como ocorrem as parcerias entre ambos, característica de gestões neoliberais, onde ficam diluídas as funções do Poder Público na transferência de responsabilidades e recursos para a gestão privada. Dentro do 3º Item da pauta: Análise das solicitações de renovação de Registro junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. “Núcleo Terapêutico Menno Simons, fundado em 1987 com início de atendimento em 1990. Atualmente é mantenedora de duas unidades de atendimento: Centro Aberto Casa de José, situado no Núcleo Regional da Matriz com capacidade para 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 07 a 17

³⁴ Nas próximas atas, inclusive nesta, especificamente do Livro IV, há uma nova formatação, onde as atas são digitadas e arquivadas dentro de plásticos, não havendo numeração nas páginas das atas.

anos, cujo objetivo principal é atender crianças e adolescentes em situação de risco, em parceria com o Projeto Criança em Segurança.(esclarecimento nosso: programa público) É um espaço fundamental para atendimento emergencial dessa população comprometida com as ruas. A República Novo Viver situada no Núcleo Regional do Portão, atende 10 adolescentes do sexo masculino de 12 a 19 anos com regime de abrigo com local adequado, com garantias de habilidades, segurança e higiene. Sua proposta de atendimento é compatível com os princípios do Estatuto. A metodologia é baseada nos ensinamentos religiosos, procurando resgatar a reintegração dos meninos a uma vida saudável. Os adolescentes abrigados são provenientes das ruas e usuários de drogas. O parecer é favorável à renovação do registro.(...) Confederação Evangélica de Assistência Social do Paraná (...), instituída pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, é uma entidade de caráter filantrópico sem fins lucrativos, sediada em Curitiba em fundada em 1964. Mantém em Curitiba o abrigo de doze crianças e adolescentes do sexo feminino na modalidade de albergagem no espaço FAS/SOS (esclarecimento nosso: espaço público), situado no Núcleo Regional da matriz. Este trabalho é integrado com a abordagem de rua, sendo que as crianças e adolescentes são atendidos pela manhã na FAS/SOS Criança e encaminhados aos Conselhos Tutelares e/ou outros projetos como Criança em Segurança. A entidade, através deste programa em regime de abrigo no Albergue, faz um trabalho de apoio e retaguarda junto às crianças e adolescentes de rua que necessitam atendimento de emergência, propiciando a triagem e estudo de possíveis encaminhamentos desta clientela. Seu trabalho é compatível aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto o parecer é favorável à renovação do registro.” (COMTIBA, Livro IV). Não há registro na Ata sobre discussões e encaminhamentos, ficando o assunto no nível de relato. O estreitamento das parcerias entre o público e o privado, nos relatos desta reunião, permitem indagações de como se constituem os enfrentamentos dentro do Conselho de Direitos, uma vez que os antagonismos de classe desaparecem em nome das parcerias. Assim, cria-se o impedimento de garantir a defesa de interesses das classes populares, representadas por conselheiros de entidades que são parceiras do Poder Público; portanto não havendo antagonismo de classe,

desaparecem enfrentamentos, em nome dos interesses de cada entidade parceira que deve garantir esta condição de não antagonismo.

De uma forma geral as atas analisadas são registradas de forma breve e vaga em vários assuntos importantes, mas contraditoriamente com citações literais da Bíblia, com detalhes como número de capítulo e versículos, feitas por conselheiros com opções confessionais, ocupando de 4 a 6 linhas, em várias atas, no início e no fim das reuniões.

Em diversas passagens nas atas investigadas evidencia-se o desvirtuamento do papel do COMTIBA como formulador de políticas, sendo a prática dominante dos conselheiros da área não governamental o acatamento de formulações feitas pelo Poder Público do Município em espaços externos àquele Conselho.

Na ata da reunião extraordinária de 28/08/01, expressa-se: “A presidente (...) abre a reunião explicando que o objetivo da mesma é aprovar a proposta orçamentária para o ano de 2002, e o Plano Plurianual 2001/2005. A assessora (...), (esclarecimento nosso: assessora da Secretaria Municipal da Criança) expôs as propostas de ação para 2002, um vez que a proposta orçamentária de 2001 já fora aprovada.” (COMTIBA, Livro II, p.84). Durante toda a explanação da proposta orçamentária para 2002 do Plano Plurianual 2001/2005, somente os membros governamentais apresentaram dados, cabendo aos membros não-governamentais o papel de ouvintes, eventualmente levantando perguntas, mas cumprindo seu papel ratificador ao final das explicações: “Após estas considerações o Conselho aprova a proposta orçamentária para 2002 e o Plano Plurianual 2001/2005.” (COMTIBA, Livro II, p.85-verso). Não há registro de discussões nesta ata.

Em outro momento também se expressa a prática da anuência e da não formulação por parte dos conselheiros, e em última análise o exercício da hegemonia por parte do Poder Público através de seus conselheiros. Constatou-se a participação periférica da sociedade civil na elaboração da Proposta Orçamentária e do Plano Plurianual, com a exígua possibilidade de apresentar sugestões, sem garantias de serem realmente incorporadas, como demonstra o trecho a seguir: “O vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Criança e do Adolescente de Curitiba- COMTIBA e representante do Lar Batista Esperança, presidiu a reunião (...)

esclarecendo que a finalidade da mesma consiste em *ouvir sugestões* (grifo nosso) para a Proposta Orçamentária e o Plano Plurianual 2001/2005.” (COMTIBA, Livro II,p.81). Naquela reunião, após uma longa e minuciosa explanação feita pelos Conselheiros Tutelares, o coordenador da reunião explicita de forma ambígua a destinação das propostas dos Conselheiros Tutelares: “O vice-presidente (...) explica que todas as propostas serão analisadas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Curitiba – COMTIBA, para então incluí-las na proposta orçamentária anual e no Plano Plurianual”. (COMTIBA, Livro II,p.81-verso). Destacamos aqui o termo empregado pelo Vice-Presidente “ouvir sugestões” como a finalidade da reunião do COMTIBA, o que é efetivamente diferente de participar ativamente da construção do Plano Plurianual, estabelecendo prioridades a partir de estudos consistentes feitos regionalmente na comunidade.

De uma forma geral, o tema criança e adolescente em situação de rua, nas atas do COMTIBA que foram analisadas pelo presente estudo, aparece especificamente em apresentações de relatos das Câmaras daquele Conselho, seja na aprovação de projetos de entidades não-governamentais, nos relatos de análises de solicitação de renovação de registro de entidades junto ao COMTIBA, seja nos informes da Secretaria Municipal da Criança ou da Fundação de Ação Social quanto à criação de novos programas, ou relatos sobre os já existentes. Em todos os casos citados, a forma foi de informe ou descrição, mas na maioria dos casos sem registro de debate ou discussões. Nas poucas tentativas de discussões registradas, engendradas por conselheiros não-governamentais que buscassem alguma forma de enfrentamento, foram utilizadas estratégias de impedimento das discussões por parte da coordenação da reunião, fosse a presidência ou a vice-presidência.

Segundo nossas análises as dinâmicas de discussões entre representantes do Poder Público e da sociedade civil enquanto membros do COMTIBA se demonstraram impregnadas de estratégias de manutenção da hegemonia no poder decisório por parte do primeiro, havendo esparsas tentativas por parte dos segundos em engendrar formas de enfrentamento contra-hegemônicas. Tanto na proposição das pautas das reuniões, quanto na condução das reuniões, foi possível perceber um consentimento generalizado por parte de representantes da sociedade civil de que esta fosse a ordem normal do processo. Os

momentos de enfrentamento feitos por representantes da sociedade civil que foram registrados, embora isolados em períodos ou em sujeitos, sofreram de alguma forma retaliações, fossem elas pela negação ou secundarização do fato, ou pela negativa de algum nível reivindicatório legítimo, como renovação de registro, que viesse a ocorrer na seqüência.

4.1.3. AS PRÁTICAS SÓCIO-PEDAGÓGICAS NOS ABRIGOS DA FAS - FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CURITIBA

Neste tópico tratamos das práticas sócio-pedagógicas presentes nos abrigos sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, práticas estas apreendidas em depoimentos dos responsáveis pela gestão e execução dos mesmos, mais precisamente da Gerência de Abrigos (depoimento coletado em 2003), de coordenações dos Abrigos escolhidos pela gestão central da Fundação de Ação Social e de educadores sociais também escolhidos pela FAS (depoimentos coletados em 2004).

Além destes dados, para nossas análises também foram consideradas as informações obtidas no documento “Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo” publicado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) em 2000³⁵. Referencial igualmente importante para as análises foi o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), além de que os elementos teóricos por nós apontados no tópico denominado “Apontando os Caminhos Teóricos”, deste trabalho, subsidiaram nossas análises. Portanto, estaremos fazendo nossas considerações a partir das contribuições teóricas que apontamos anteriormente, num esforço de construir alguns avanços pela releitura dos mesmos no tema criança e adolescente em situação de rua.

Na perspectiva por nós adotada colocamos em maior destaque a expressão dos sujeitos de pesquisa através de seus depoimentos coletados do que os documentos contendo as sistematizações das propostas investigadas. Entendemos que estes sujeitos situam-se

³⁵ Também foram considerados acúmulos construídos em nossas pesquisas e atividades de extensão anteriores nesta área, referenciadas na continuidade deste tópico.

nestas propostas numa teia de relações onde suas posições irradiam influências em diversos níveis de atuação dos demais sujeitos envolvidos, ainda que entendêssemos que os documentos gerados para as respectivas sistematizações também expressem as intencionalidades de um grupo de gerência central que responde por estes programas, mas que há uma razoável distância entre o que se propõe documentalmente e o que é possível vivenciar no cotidiano.

A participação maior ou menor nas decisões, por parte da base que executa as decisões e práticas sócio-pedagógicas, foi analisada como uma das expressões nesta dinâmica de relações entre as diversas esferas de decisão e poder: núcleo central de decisões, representado pelas gerências e suas conexões com a presidência da FAS (Fundação de Ação Social de Curitiba), nível intermediário de decisão e execução, representado pelos coordenadores/diretores de programas, e, nível de execução, com poder mínimo de decisão, representado pelos educadores sociais. Destaque-se que nos dois últimos níveis há uma proximidade total no que se refere ao contato com os educandos abrigados.

Esta posição adotada, entretanto, não nos levou a desconsiderar os limites de uma análise de depoimentos que vão desde impossibilidades colocadas pela formulação das questões escolhidas, até as tensões institucionais derivadas de relações de poder repercutindo em cuidados excessivos dos entrevistados em colocar suas posições, passando pelas questões inerentes às relações entrevistadora-entrevistado, sobretudo em nosso caso considerando que vários dos sujeitos de pesquisa já haviam estado conosco anteriormente em situações tensas de debates públicos onde mantínhamos posições antagônicas em relação a aspectos das políticas públicas que os mesmos representavam e às quais nós como participantes de movimentos sociais investíamos nossas críticas. Assim, as complexas conexões entre ativismo político e pesquisa estavam sendo colocadas em evidência e foi necessário razoável esforço para mantermos visível, objetivamente, o papel de pesquisadora nos encontros onde ocorreram as entrevistas.

4.1.3.1. O atendimento nos Abrigos segundo seu documento normativo

O documento denominado “Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo” publicado pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) em 2000, foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Criança (à época da citada publicação esta Secretaria ainda estava em atuação, vindo a mesma a ser extinta em 2003). Segundo a Gerência de Abrigos o documento expressava ainda, por ocasião desta pesquisa, a dinâmica de organização e os procedimentos das Unidades de Abrigo, agora sob a responsabilidade da FAS.

O documento mencionado (PMC, 2000) apresenta uma estrutura de sistematização que envolve: Apresentação, Introdução, Caracterização da Rede de Abrigamento (Unidades de Nível I – Permanência Breve, Unidades de Nível II – Permanência Continuada), Objetivos (Geral e Específicos) Princípios Norteadores da Ação Educativa no Abrigo, Procedimentos e Organização do Atendimento (procedimentos a serem adotados por quem encaminha para o abrigamento – critérios para recebimento, encaminhamentos provisórios, procedência do encaminhamento, recebimento espontâneo, crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, procedimentos para encaminhamento - registro de dados, cuidados emergenciais quanto à saúde, documentação), Procedimentos a serem adotados pelo Abrigo, no recebimento da criança e ou do adolescente encaminhado (cadastro de dados, listagem de pertences, verificação de lesões ou porte de objetos perigosos, normas do abrigo, cuidados iniciais com a criança ou do adolescente no recebimento, comunicação do abrigamento, livro de ocorrências), Procedimentos previstos para a continuidade do atendimento nos Abrigos de Nível I (estudo inicial, entrevista social, visita domiciliar, relatório social), Procedimentos a serem adotados nos casos de recâmbio, Processo educativo no Abrigo (documentação, inserção no ensino formal, avaliação psicopedagógica, encaminhamentos na área de saúde, avaliação/acompanhamento psicológico, ficha médica individual, medicamentos, encaminhamentos para atividades extras –atividades extras fora do município, encaminhamento para cursos, encaminhamento para mercado formal de trabalho, poupança, quanto ao fundo de reserva, visita à família, convívio com irmãos também abrigados, grupos de pais, normas disciplinares, escala de trabalho, monitor/educador do dia, distribuição do trabalho dos educadores, escalas, vigília, empréstimo de objetos pessoais dos ou aos educandos), Sistematização da proposta

pedagógica dos Abrigos (oficinas: oficinas nucleares, oficinas complementares, periodicidades das oficinas, planejamento, material de apoio, permanência), Processo de desligamento (retorno familiar, transferência, evasão, Conselho Tutelar, afastamento para tratamento de saúde), Atribuições da equipe que atua nas unidades de abrigo (diretor, vice-diretor, assistente social, educadores), Equipe de apoio (guarda municipal, auxiliar de serviços gerais, assistente administrativo, cozinheira) e Anexos (Ficha de Retorno, Ficha de Cadastro, Listagem de Pertences, Comunicação de Abrigamento ao Conselho Tutelar, Entrevista Inicial do Serviço Social, Ficha Médica, Acompanhamento Familiar, Escala Diária dos Educandos, Acompanhamento Pedagógico, Planejamento).

Entendemos que do ponto de vista da estrutura proposta no documento citado, há uma elaborada gama de níveis de responsabilidade dos envolvidos, o que denota positivamente a preocupação em manter a unidade entre os diferentes abrigos, o que entretanto não é garantia de que tal aconteça, se outros aspectos de gestão não estiverem presentes, como: participação democrática de todos os segmentos envolvidos no estabelecimento destas atribuições, inclusive dos educandos, a discussão sistemática das práticas desenvolvidas e dos resultados obtidos, além de uma formação continuada dos profissionais em nível de profundidade. Estes aspectos de gestão foram objeto das entrevistas e dos questionários, sendo relatados mais adiante, e os dados coletados foram analisados do ponto de vista de estarem ou não presentes no modelo de gestão dos Abrigos municipais de Curitiba, para crianças e adolescentes em situação de rua.

O referido documento (PMC, 2000) apresenta uma elaborada e exaustiva estrutura que no presente estudo não estará sendo analisada em sua totalidade (a síntese deste Documento está contida no Anexo 4 deste trabalho). Foram enfocados apenas alguns dos tópicos que nos permitiram apreender o sentido geral da proposta, até para ser possível uma análise cruzada em relação aos depoimentos coletados.

Segundo o Documento (PMC, 2000, p.16) o Abrigo caracteriza-se como medida de proteção estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 101, não implicando privação de liberdade. Expressa-se no documento, ainda, que “A rede de proteção constituída através dos Abrigos está organizada por níveis de atendimento (...)

estabelecidos após experiências que demonstraram a necessidade de priorizar o atendimento com pequenos grupos, distintos por sexo e faixa etária, conforme o tempo de permanência e preservando-se a característica de moradia.” (PMC, 2000, p. 16).

A estrutura do sistema de abrigos apresentada pelo documento (PMC, 2000, p.16-7) é a seguinte:

- Unidades de Nível I – Permanência Breve: acionadas 24 horas, recebendo crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, para que seja realizado estudo social com o objetivo de estabelecer procedimentos adequados a cada caso. Compõem esse nível as unidades:

Casa do Piá I – (masculino, de 07 a 14 anos) início em novembro de 1991.

Casa do Piá II – (masculino, de 14 a 17 anos) início em novembro de 1991.

Casa das Meninas – (feminina, de 07 a 17 anos) início em abril de 1996.

Casa das Meninas Madre Antonia – (feminina, de 17 a 17 anos) início em agosto de 1997.

- Unidades de Nível II – Permanência Continuada: denominadas Repúblicas, constituem-se em espaços de atendimento direcionado a adolescentes, em que, além da garantia das necessidades básicas, trabalham-se também práticas de autonomia e autogestão. Compõem esse nível as unidades:

República do Piá – (masculina, de 14 a 17 anos) início em março de 1995.

República de Meninas Nova Esperança – (feminina, de 12 a 17 anos) início em março de 1994.

República de Jovens Mossunguê – (masculina, de 14 a 17 anos) início, de agosto de 1989 a março de 1996 era denominada República da CAPEJO – Casa do Pequeno Jornaleiro, após transferência passou à denominação acima.

Após esta estruturação das unidades expressa no Documento da Prefeitura de Curitiba (2000), já cabem algumas considerações. Iniciaremos por aquele que nos parece seu aspecto mais controverso, ou seja, o documento indica que a Casa do Piá I e a Casa do Piá II, unidades do Nível I – Permanência Breve, tiveram ambas seu início em 1991, o que não corresponde aos fatos. Em pesquisa por nós desenvolvida entre os anos de 1995 e 1999

(Miranda, 1999)³⁶, foram feitas diversas entrevistas nas unidades de Abrigo sob a responsabilidade da PMC, onde ficou explicitada a trajetória conturbada da primeira Casa do Piá em Curitiba. Conforme entrevista realizada dentro das ações da referida pesquisa, na data de 05/10/1996, com as Assistentes Sociais da Casa do Piá, esta unidade se encontrava estruturada como uma única unidade, não existindo na época a separação: Casa do Piá I e Casa do Piá II. Pode-se também verificar a incorreção da informação de que 1991 foi o ano criação das duas unidades citadas, informação contida no Documento (PMC, 2000), se compararmos essa informação ao conjunto de depoimentos, relatados abaixo segundo a ordenação com a qual ocorreram durante a entrevista realizada em 2004 pela atual pesquisa entre coordenações de Abrigos que à época da criação da Casa do Piá em 1991, atuavam como profissionais daquela unidade:

“A Casa do Piá foi criada em outubro de 1991, no Viaduto do Capanema, e eram aceitos crianças e adolescentes de ambos os sexos no mesmo espaço. Foi criada a partir de solicitações de grupos que faziam abordagem de rua, como o Fernando (de Góis) e seu grupo. Por pressões do grupo de abordagem foi criada a Casa do Piá (Alberguinho) com capacidade para sessenta usuários, mas em alguns dias havia noventa, cem, etc.. Foram tentadas limitações: idade, condições físicas – alcoolizados e drogadidos não iriam entrar. Em janeiro de 1992 houve um motim e os usuários quebraram tudo, e a unidade foi fechada. (...) Depois do fechamento houve concurso para educadores mas não se sabia que era para trabalhar com meninos de rua. Os técnicos, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais elaboraram um novo projeto. Makarenko e Gramsci eram as fundamentações. Em 13/07/92 a Casa reabriu e novos educandos foram chegando. Eram quatorze técnicos (pedagogos, psicólogos e assistentes sociais). Educadores mais de trinta, guardas municipais dezesseis, mais cozinheiros, etc. Na proposta se requeria um espaço para atividades educativas. Não havia uma experiência acumulada. No primeiro dia quatro meninos dormiram na Casa. No dia seguinte outros meninos vieram, só do sexo masculino e de sete a quatorze anos, com a proposta de sessenta vagas. Os meninos tinham o comportamento de não ficar na Casa, após o início da manhã. Descobriu-se que os meninos queriam assistir televisão e saíam da unidade para ir à Rua XV onde nas lojas as televisões ficam ligadas expostas nas vitrines. Na unidade as televisões eram desligadas após o café da manhã. Havia um domínio dos meninos em termos de agressão, houve muita saída dos educadores que se demitiram por não suportar a pressão. Houve radicalidade na organização das normas e meninos ficavam de fora mesmo havendo espaço. Em

³⁶ Pesquisa, sob nossa coordenação, desenvolvida na UFPR, denominada “**Diagnóstico e Problemática de Ações Governamentais e Não-Governamentais para o resgate da cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba**”.

1993 assumi a direção da unidade. Surgiu a República do Piá e a República Nova Esperança”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quando entrei (na Casa do Piá), houve um aumento de funcionários e depois houve uma retirada de educadores”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Houve uma paralisação do transporte coletivo e pela primeira vez os meninos participaram da limpeza da Casa. Até então os educadores eram serviçais. O que ocorreu no dia da greve que fez os meninos mudarem: a presença de muitos educadores era fator de patrulhamento e os meninos não aceitavam. O fato de educadores ficarem em suas casas naquele dia da greve de ônibus, permitiu que se obtivesse maior participação dos educandos. Os próprios educandos começaram a criticar a localização da Casa, próxima ao ponto de comércio de drogas. Em 1994 houve o episódio de um furto que repercutiu na mídia. O Juiz determinou um arrastão em razão disso. Os adolescentes acima de quatorze anos foram recolhidos. Além disso o CEDIT (Centro de Triagem) havia sido fechado e não havia outro local para abrigá-los. Chegou à Casa do Piá um ônibus com aproximadamente oitenta meninos, tendo sido feito um trabalho de cerca de três meses. Os meninos pequenos acabaram se evadindo por receio dos maiores” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Neste mesmo período já se iniciava a discussão da criação da Casa das Meninas”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Havia a presença de meninos que fumavam maconha nas proximidades da Casa do Piá, mas não se permitia o contato entre ambos os grupos. Em 1995 já se discutia abertamente a retirada da Casa do Piá daquele local (Viaduto do Capanema, próximo ao ponto de venda de drogas). Eu saí e só retornei em 1997, em seguida houve a separação das Casas do Piá I e II, em 1998. Nesta separação a Casa do Piá I foi para o endereço do bairro Cristo Rei e a Casa do Piá II foi para o Capão da Imbuia”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“A Casa do Piá I foi para o Campo Comprido em março de 1999. Em janeiro de 2003 foi para o Jardim Botânico em sede alugada, para educandos de sete a quatorze anos.” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

É importante destacar como o documento da Prefeitura Municipal de Curitiba (2000) sobre os abrigos é inexato quanto às datas de criação das Casas do Piá I e II, que respectivamente são citadas com seu início em 1991, pois isso denota a adoção de uma estratégia de ocultação dos fatos polêmicos que cercaram o motim em 1992 quando crianças e adolescentes que utilizavam a primeira Casa do Piá se rebelaram e depredaram

toda a unidade. Entendemos ser típico dos núcleos centralizadores de gestão ocultar fatos, descaracterizá-los, ou negá-los ao invés de, como fizeram os coordenadores das unidades de abrigo entrevistados por esta pesquisadora, assumir os fatos e procurar tirar lições dos mesmos.

Várias lições podem ser retiradas desta história da Casa do Piá em Curitiba, desde que se assuma que Curitiba não é uma “Cidade Modelo”, cujo mito foi construído desde a década de 60, por um determinado grupo político que se manteve hegemônico na conformação do planejamento urbano desta cidade³⁷. Tal como todas as demais cidades que se estruturam pela ótica do capitalismo, Curitiba apresenta a incapacidade para lidar com a exclusão que ela própria cria. No trecho a seguir reproduzimos as reflexões que já havíamos feito em pesquisa anterior (MIRANDA, 1999) sobre esta parte da história das unidades de passagem para crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba:

“Apesar de no teor da proposta da antiga Casa do Piá, criada em 1991, que só passou a ser desmembrada em I e II a partir da segunda unidade, em 1998, existirem citações inúmeras com referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas condições concretas na execução da proposta não foram obviamente atendidas, pois meninos e meninas depredaram a Unidade, em 1992, no ano seguinte em que a Casa foi aberta. Vários fatores podem ser considerados como determinantes neste episódio. O primeiro deles é o perfil dos educadores, que à época, como ainda hoje, eram funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba que haviam tido acesso ao quadro através de concurso para a carreira de Desenvolvimento Social, que não explicitava claramente quais funções seriam desenvolvidas e muito menos que seriam funções com crianças e adolescentes em situação de rua. A escolaridade exigida para o referido concurso era de nível médio, não sendo estabelecida nenhuma área específica de formação. Parte destes educadores veio, na continuidade de suas funções, a descobrir um trabalho altamente significativo socialmente, passando a incorporar a importância de seu papel junto aqueles sujeitos excluídos, bem como a incorporar a filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, como era de se esperar, uma parte significativa destes educadores não incorporou este significado, passando a atuar com o mesmo modelo repressivo e descomprometido de outras propostas tradicionais anteriores à promulgação do Estatuto. Se quando da realização do concurso que deu acesso à carreira destes educadores, se tivesse tomado o cuidado de em primeiro lugar exigir a formação mínima na área educacional, mesmo que de nível médio, e se tivesse divulgado com clareza que o trabalho era com

³⁷ Sobre este assunto ver a obra: OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2000.

crianças e adolescentes em situação de rua, e ainda imediatamente ao concurso estes educadores tivessem passado por um processo profundo de capacitação, muitos problemas teriam sido evitados. Infelizmente tal não ocorreu, inclusive porque na concepção da Prefeitura de então, que perdura até os dias em que esta pesquisa foi desenvolvida, não se enquadrava a atuação com crianças e adolescentes em situação de rua como um trabalho eminentemente pedagógico, mas no entendimento de que por ser *alternativo* pode ser feito por pessoas sem formação específica. Parece evidente que em tal concepção há o entendimento de que muitas propostas alternativas desenvolvidas por movimentos sociais na década de 80 eram executadas por pessoas sem formação específica na área educacional, e eram propostas que davam certo. O que não foi analisado com cuidado, no caso da Prefeitura Municipal de Curitiba ao se fazer esta opção de não exigência de formação específica na área educacional, é que no caso de diversos movimentos sociais os educadores se formavam na militância intensa e em abordagens de rua, o que gerava um profundo conhecimento político sobre a questão além de um preparo muito bem fundamentado, que via de regra seguia matrizes problematizadoras e dialógicas como a de Paulo Freire. Além desta concepção simplificadora na visão da Prefeitura, evidentemente havia, como ainda há, a questão político-administrativa: os educadores não foram enquadrados no quadro próprio da educação, não estavam sujeitos aos mesmos critérios de salário da carreira na educação que são mais altos, passando a ser exigidos dos mesmos conhecimento e atuação compatíveis com a função do professor, entretanto ganhando muito menos. Além disso, as capacitações que ocorreram na caminhada foram aligeiradas, não aprofundando adequadamente os temas. Outro fator importante a ser considerado na rebelião dos meninos e meninas na Casa do Piá, em 1992, é o da proximidade da Unidade aos locais de tráfico de drogas o que favoreceu que os usuários do programa se mantivessem ou fossem iniciados no uso de drogas. A detecção do problema e o uso da repressão como alternativa de solução gerou e acirrou conflitos. Fator igualmente importante foi a coabitação entre meninos e meninas em sistema de albergue sem a devida estrutura para tal modelo, pois a co-educação já é proposta difícil em situações menos tensas, tomando maior dimensão de dificuldade em espaços de Abrigo. A inserção de crianças e adolescentes no mesmo espaço físico foi também falha grave pois pedagogicamente seria impossível desenvolver um bom trabalho, visto comportarem especificidades, características e necessidades diferenciadas em cada uma destas faixas etárias, e ainda, dadas as demais condições negativas que já foram mencionadas. A coabitação entre crianças pequenas e adolescentes, alguns usuários de drogas, outros não, agravada pela inexistência de programa efetivo de recuperação à drogadição, bem como a ausência de estrutura para evitar o abuso sexual, ou outros tipos de violência intrainstitucional, com certeza só serviram para acirrar conflitos. Outro fator ainda foi o fato de que por ser a Casa do Piá uma proposta de Abrigo aberto, a entrada e saída da Casa era impossível de ser totalmente controlada, permitindo que o programa cada vez mais se assemelhasse a um espaço para trocar de roupa, dormir em segurança quando se desejava, e voltar para as ruas, inclusive praticando tráfico de drogas no interior

da Unidade. Novamente, os educadores não estavam preparados para este tipo de situação. O mais grave dos problemas, sem dúvida se refere ao modelo aberto, que dificilmente constrói proposta de retomada de vida, porque dificulta enormemente a formação de vínculos afetivos e humanizadores com os educandos, bem como impede que os estes participem como sujeitos da proposta através da auto-gestão que, por exemplo, é possível num modelo de república. O modelo aberto, portanto, gera um continuísmo às condições de vida das crianças e adolescentes atendidos, posto que reproduz uma concepção assistencialista e imediatista de satisfação das necessidades básicas de alimentação, vestuário/agasalho, etc., fortalecendo a idéia de que é possível viver nas ruas pois sempre que se deseja dar um descanso pode-se contar com o modelo aberto para pernoitar, alimentar-se, trocar de roupa e voltar à vida nas ruas, mas não possibilita encadear um processo profundo de diálogo na perspectiva de problematizar as condições que determinaram a ida às ruas e nem tampouco quais as formas concretas de transformar e superar esta realidade”. (MIRANDA, 1999, p 69-.70).

Algumas análises ainda fazem-se necessárias sobre outros aspectos do documento.

Destacamos o objetivo geral dos Abrigos explicitado no documento da Prefeitura Municipal de Curitiba:

“As unidades de abrigo municipais têm como objetivo geral a proteção integral das crianças e dos adolescentes em situação de rua, órfãos ou abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos e de abuso sexual. Visam proporcionar a superação das estratégias de sobrevivência anteriormente utilizadas, através da inserção em condições de vida digna e humana; possibilitar a apropriação dos saberes produzidos pela humanidade em sua história, fortalecendo os vínculos familiares existentes e construindo alternativas de exercício pleno da cidadania.” (PMC, 2000, p. 19).

Parece-nos também controverso que na estruturação das unidades de Abrigo do Poder Público Municipal de Curitiba, explicitada no Documento analisado (PMC, 2000), ficou evidenciada a prevalência do critério administrativo, em detrimento do pedagógico, pois ao pretender abrigar, num mesmo espaço físico, crianças e adolescentes com histórias de vida tão diferenciadas, permite que o processo de socialização entre os educandos induza a apropriações não favorecedoras de seu pleno desenvolvimento.

Especificamente em relação aos educandos egressos da situação de rua, estes trazem uma bagagem bastante conturbada como dependência às drogas, além de práticas de sobrevivência nas ruas que vão desde pedir esmolas até pequenas infrações, o que sem

dúvida não é referencial adequado para uma criança órfã que nunca esteve em situação de rua, ou para uma criança vítima de maus tratos físicos, psíquicos e abuso sexual em contexto domiciliar que também não teve a vivência de rua.

Nos depoimentos coletados em nossa pesquisa, os coordenadores não trazem este dado de coabitação tão diferenciada, o que pressupõe que o bom-senso da prática cotidiana pode ter dado conta daquilo que o documento de sistematização da proposta das unidades de Abrigo não deu. Em suma, no documento dever-se-ia explicitar que tais diferenciações implicariam necessariamente em Abrigos diferenciados.

Também requereram nossa análise mais apurada os objetivos específicos das unidades de Abrigo (PMC, 2000, p.19), onde há uma concentração de intenções na situação de rua:

- Propiciar a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade.
- Oportunizar o retorno à família sempre que possível.
- Promover o acesso e a permanência na escola.

- Possibilitar o acesso aos serviços de saúde, à aquisição de hábitos saudáveis e à prevenção e cura de doenças.
- Preparar para a inserção no mercado de trabalho.
- Proporcionar a superação do senso comum e das estratégias de sobrevivência da rua, através da reflexão constante e da apropriação da cultura.
- Garantir as necessidades básicas, com proposta educativa.
- Trabalhar práticas de autonomia e autogestão.
- Propiciar ações pedagógicas, através de oficinas de acompanhamento escolar, formação pessoal e social, atividades recreativas, esportivas e de lazer.

A concentração de intencionalidades, nos objetivos acima citados, sobre a situação de rua dos educandos confirma a contradição que indicamos sobre a coabitação no mesmo espaço institucional de crianças órfãs, abandonadas ou vítimas de diversas formas de violência, mas sem histórico das ruas. Mesmo não implicando em coabitação destes diferentes casos, os objetivos específicos enfatizam mais estes aspectos, os de situação de rua, do que demais aspectos que envolveriam órfãos ou vitimizados. O que de novo nos leva a concluir que foi uma falha na sistematização documental da proposta não

concretizada na prática, utilizando-se o Poder Público, então, das entidades não-governamentais para a destinação deste outro contingentes de crianças e adolescentes sem histórico de situação de rua.

Em diversos tópicos do documento analisado (PMC,2000) fica perceptível um acúmulo inegavelmente positivo dos participantes da equipe elaboradora, ainda que tenha sido explicitado pelos sujeitos da pesquisa, coordenações e educadores sociais dos Abrigos, que os maiores problemas ocorrem no nível que define a destinação de recursos que garantiriam as condições de trabalho à base que executa a prática cotidiana.

Destacamos como pontos positivos do documento em análise (PMC, 2000) a construção de princípios norteadores da ação educativa no abrigo o que por certo cria um referencial de análise tanto das ações de maior abrangência no âmbito político quanto das práticas cotidianas no interior de cada unidade. Entendemos, entretanto, que os princípios elencados careceram de um aprofundamento teórico-metodológico que viabilizaria a articulação com a formação continuada dos trabalhadores desta área. Tal possibilidade, entretanto, somente se concretiza na medida em que as condições de uma gestão democrática estejam presentes, sobretudo no tocante à existência, garantida com sistematicidade, de discussões coletivas e decisões colegiadas com todos os níveis de funções do sistema.

Dentre os princípios analisados no documento da Prefeitura Municipal de Curitiba, aqueles que nos pareceram mais capazes de gerar situações não contraditórias foram: (PMC, 2000, p.20-1):

- Suprir as necessidades essenciais, possibilitar aos educandos acesso às condições básicas de existência que contribuam na superação da situação de exclusão social e cultural do seu direito de existir como ser humano em todos os aspectos.
- Incluir crianças e adolescentes em condições dignas de vida implicando incluí-los em um espaço de convívio com pessoas mais experientes que possam, através de informações, exemplos e interlocuções, educá-los.

- Ação educativa tendo como ponto de partida o cotidiano em seus vários aspectos: organização da casa; sucesso na escola; relacionamento com amigos, namorados, familiares, educadores, vizinhos e outros; saúde e cuidados com o corpo; vários espaços de participação na vida da comunidade e acesso aos recursos, entre outros. Mas, para ser efetiva, não pode ficar restrita à compreensão ingênua e imediata dos aspectos que compõem a vida atual da maioria da população. Deve proporcionar tanto a formação de um repertório de usos e costumes compatíveis com a inclusão social quanto a reflexão constante que conduz à autonomia e à criticidade.
- Mais que um conjunto restrito de situações, a ação educativa nas unidades de abrigo é um processo constante de organização das condições de convívio, participação na cultura, reflexão e suporte voltado para a inclusão dos educandos nos direitos sociais que constituem a cidadania na atualidade.
- Esses fundamentos impõem a inserção dos educandos em todas as instâncias da vida da comunidade. Em vez de substituir escolas, centros de saúde ou igrejas em práticas que segregam ou diminuem as oportunidades, as unidades de abrigo municipais são estruturadas de modo a propiciar a matrícula e a permanência em escolas públicas da vizinhança. Além da escola, os educandos freqüentam igrejas, cursos, casas de vizinhos e amigos, sempre com certa supervisão dos educadores que trabalham com a comunidade para acolhe-los com respeito.
- Entre os eixos de ação, destaca-se a ênfase no acesso à cultura, através da oportunização de espetáculos e eventos culturais, e no acesso às oportunidades de trabalho remunerado a partir da idade de 16 anos.

Destacamos a seguir os princípios norteadores do documento em análise (PMC, 2000) que contêm formulações geradoras de contradições no nível da prática, quer seja por seu conteúdo ideológico, quer seja por sua insustentabilidade em modelos de Abrigo:

- Proporcionar um conjunto de recursos materiais e um conjunto de ações educativas que propiciem a apropriação dos saberes, da cultura, do construído pelo homem. (PMC, 2000, p. 20)

Destacamos este princípio em função de que o mesmo propõe “um conjunto de recursos materiais e um conjunto de ações educativas” visando a apropriação “dos saberes”, “da cultura” “do construído” pelo homem dentro dos Abrigos, e no entanto o sistema não conta com professores dentro dos abrigos, mas sim educadores leigos, além de não contar com pedagogos. Enfatizamos que esta é uma das funções da escola, mas que poderia ser complementada por uma concepção de Abrigo que criasse as condições corretas para tal. Se o princípio explicitasse a apropriação “de aspectos ligados” aos saberes, à cultura e ao construído pelo homem, já seria bastante arrojado, mas factível, e acreditamos até, pelos depoimentos dos coordenadores de abrigo e respostas dos educadores sociais, que todos têm se esforçado nesta direção ao construir atividades nas oficinas dentro dos abrigos, mesmo sem as condições concretas necessárias. Assim, este princípio se esgota na impossibilidade prática tal como está formulado.

No princípio norteador abaixo se consolida a contradição em relação ao anterior que acabamos de analisar:

- Oferecer a possibilidade de moradia em uma casa com instalações adequadas de higiene e de saúde, oportunizando o convívio com pessoas que saibam fazer uso destas instalações, expliquem como e por que fazê-lo, dando exemplo e tendo a preocupação de retomar as situações até que novos hábitos sejam adotados, constituindo-se nesse o papel essencial do educador do Abrigo. (PMC, 2000, p. 20).

Entendemos que se o papel essencial do educador do Abrigo é a criação de novos hábitos, isso parece compatível com a exigência da PMC em que os educadores sociais tenham somente para ingresso na função o ensino médio, antigo 2º grau. E se muitos deles têm de fato formação superior ou pós-graduação foi por sua própria busca de crescimento, pois não há incentivos institucionais inerentes à sua função, tais como aumento salarial por exemplo. Mas, se no princípio anterior, propõe-se uma atribuição muito mais arrojada, como

apropriação “dos saberes, da cultura do construído pelo homem” isso eleva a função de educador social dentro dos abrigos a níveis de exigência bem diferentes daquelas oficialmente divulgadas para acesso à função.

Assim, na continuidade, tal fato gera insatisfações pelo não reconhecimento das formações de nível superior já obtidas e conseqüentemente níveis de tensão de um cotidiano que por si só já é permeado por tensões próprias das relações entre os envolvidos. Desta forma, a resolução desse impasse, institucionalmente deverá ser a curto e médio prazo se os educadores sociais se articularem em nível sindical, ou outras formas necessariamente coletivas, para reivindicarem o reconhecimento de sua formação superior, com o devido enquadramento em termos de plano de carreira, além de que devem passar a exigir a presença de pedagogos para uma prática pedagógica articulada. Além dos evidentes ganhos no âmbito da função do educador em termos qualitativos, e isso passar a incentivar outros educadores a buscar a formação superior em áreas compatíveis com a atuação educativa dentro dos abrigos, há os necessários ganhos do trabalho interno dos Abrigos, pois ainda que se concorde com outro princípio norteador dos abrigos de que estes não devem substituir os espaços comunitários, como no caso as escolas, por outro lado não devem prestar o abrigo adotando a linha de simulacro de uma casa de família onde tudo ocorre de maneira espontaneísta, sem uma articulação, pois o abrigo não é uma casa de família e insistir nisso é mascarar a realidade. Ao contrário, a função social do abrigo deve ser educativa e promotora de acesso à participação social efetiva, e isso requer ações intencionalizadas de acesso ao conhecimento, ainda que não se deva ter a proposta de substituir a escola em sua própria função social.

Nesta mesma linha de contradição do exercício do educador se insere este próximo princípio norteador:

- Nesse processo de reflexão, a ação educativa das unidades de abrigo deve ampliar a discussão do cotidiano às questões centrais na definição da própria condição humana e da identidade pessoal e da social. Além da discussão das regras cotidianas de cada casa, deve avançar em direção à discussão das regras gerais da própria cidadania; além dos costumes que propiciam a preservação da saúde ou aceitação em determinados

ambientes, deve avançar em direção à progressiva compreensão da própria identidade de cada educando. (PMC, 2000, p.21).

Segundo nosso entendimento, conforme o acima citado, “ampliar a discussão do cotidiano às questões centrais na definição da própria condição humana e da identidade pessoal e da social”, tal como “discussão das regras gerais da própria cidadania”, bem como “avançar em direção à progressiva compreensão da própria identidade de cada educando”, são princípios que requerem preparo profissional aprofundado. Na perspectiva de formação continuada aligeirada que muitas respostas dos educadores participantes desta pesquisa apontaram como a realidade hoje ofertada pela PMC, isso é inexequível, baixando a credibilidade da proposta não só diante dos próprios executores, os coordenadores de abrigos e seus educadores sociais e técnicos, como diante da comunidade como um todo, pois o que se propõe está muito acima do que o sistema garante em termos de condições concretas para tal.

Nos próximos tópicos foram descritas as análises dos depoimentos coletados com a Gerência, coordenações e educadores sociais dos Abrigos, tendo havido a preocupação em cruzar os dados entre essas funções.

4.1.3.2. Depoimento da Gerência de Abrigos

Em entrevista concedida a esta pesquisa a Gerência de Abrigos da Fundação de Ação Social de Curitiba, encontra-se a informação de que sua função consiste em supervisionar as unidades de abrigo mais estruturadas, a chegada aos abrigos através da Central de vagas, o mapeamento sobre dados com a 1ª Vara da Infância. Havendo, segundo o informe na entrevista, quase mil crianças abrigadas, muitas podendo estar em processo de retorno às famílias. Foi informada a existência de uma rede de 51 entidades conveniadas (incluindo-se abrigamentos, atendimentos de saúde, e outras áreas básicas), 08 instituições oficiais e 03 programas de medidas de proteção: adulto, drogadição e vitimizados.

Informou a Gerência entrevistada que o trabalho de Resgate Social é feito (supervisionado) por outra Gerência, e envolve os programas: Criança em Segurança, o Centro de Referência à Rede de Proteção que é a Central de Vagas, os Conselhos Tutelares, e o Albergue. Há ainda outros programas: S. O. S. Criança, Acompanhamento à Liberdade Solidária em parceria com o Judiciário/ Juizado da Infância e Adolescência, o programa Justiça e Cidadania para adultos.

Entendemos que a inclusão dos Conselhos Tutelares como programa a ser supervisionado pela FAS envolve um equívoco de compreensão sobre esta função. Os Conselhos Tutelares não se caracterizam como programas, e muito menos sob a supervisão da Prefeitura Municipal de Curitiba. Estes Conselhos possuem existência autônoma e representam um segmento da sociedade civil no acompanhamento da aplicação das leis que garantem os direitos de crianças e adolescentes. Suas atividades envolvem intersecção com o Poder Público tão somente porque implicam em requerer serviços públicos para atendimento de demandas detectadas no contato com a comunidade.

Indagada sobre se existem diferenças reais entre crianças e adolescentes “de rua” e “na rua”, qual o contingente atual de crianças e adolescentes de/na rua, e quais as causas da existência do problema de crianças e adolescentes de/na rua e as formas para resolver este problema, a Gerência de Abrigos explanou:

“O que tenho observado quando a criança vai para o Abrigo, o fator maior da criança na rua e de rua é a falência do modelo familiar, a crise deste modelo familiar. Por exemplo, em audiências com a Juíza, o pai e a mãe estão abrindo mão de cuidar da família; a sociedade como um todo não tem claro o que é cuidar. A criança e o adolescente que estão na rua tem uma perspectiva de continuidade nesta situação. Por exemplo, uma menina de 13 anos que está na rua com os irmãos, ao pegar carona no ônibus bi-articulado veio a cair e ficou pendurada. O que ela alega para voltar à rua: ‘minha mãe não liga para mim’. Os pais são drogados. Desestruturação familiar. A família também não sabe direito qual o seu papel. Estar na rua leva a criança a ser de rua. Perda de vínculo. Estas situações envolvem não só crianças carentes. O caso do pai tem apartamento no bairro de Água Verde, mãe mora no Japão e há rejeição por parte da família. O menino atentou contra a própria vida tomando medicamentos. Família é de classe média e hoje o menino está em abrigo. O pai não quer tomar conhecimento. Outro exemplo, bebê de 40 dias, a mãe é engenheira da UFPR. A criança foi retirada por maus tratos. Desestruturação familiar, moral e financeira. Há “n” fatores, mas este é um dos que mais colabora. Afeto, relacionamento é o fator mais determinante. ‘Fazer de conta que não é comigo’ por parte da família. Mãe transfere para as

autoridades. Há cerca de 950 crianças abrigadas e adolescentes em Curitiba, incluindo entidades não-governamentais e governamentais – de bebês recém-nascidos a 18 anos, vitimizados: exploração sexual, na rua, abandonados, conflitos familiares, gravidez na adolescência...” (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Destacamos aqui este trecho do depoimento, em que a Gerência de Abrigos envolve diferentes tipos de crianças em abrigo, sem distinguir a natureza de classe que envolve o problema de educandos abrigados. Coloca a ênfase no “cuidar” e na sociedade como um todo, o que exclui questões de classe, como, a diferença do conceito “cuidar” para uma família que tem pleno acesso a bens materiais, à cultura erudita, ao conhecimento científico, e o mesmo conceito para uma família que tem uma história de exclusão que atravessa várias gerações, sem escolarização, sem renda, sem trabalho, sem acesso a cultura, ao conhecimento científico.

Embora não se deva generalizar, pois há aspectos específicos em cada caso, e nem se deva simplificar a análise de tal forma que se crie a dicotomia - classes subalternas/baixa qualidade no cuidar dos filhos, e classes abastadas/boa qualidade nesse cuidar - o que não é real, deve-se entretanto considerar que as apropriações conceituais destas duas classes sociais são muito desiguais, e não simplesmente diferentes. As desigualdades situam-se no campo dos direitos fundamentais cujo acesso é inviabilizado por um modelo de sociedade capitalista que atua pelo princípio liberal de que a propriedade e o acúmulo de riquezas são diferenças entendidas como “naturais”, quando na verdade são desigualdades construídas por condições materiais excludentes. O maior ou menor acesso à informação e à educação são, portanto, decorrências do modelo capitalista de acumulação de riqueza.

Indagada se há momentos sistematizados de reflexão da prática/ formação continuada dos educadores sociais, qual a periodicidade, qual a proposta, e como se estrutura (conteúdos, avaliação, etc), a Gerência de Abrigos respondeu:

“Após a extinção da SMCr, em 2003, os temas trabalhados têm sido: Saúde Mental com Dr. Joaquim Monte; Estatuto da Criança e do Adolescente pelos Técnicos da PMC; Visão Sistêmica da Família, pela Associação Paranaense de Terapia Familiar; Treinamentos Iniciais para Educadores, pela Equipe Interna da Fundação de Ação Social; Esporte e Recreação, pela Secretaria Municipal de

Esporte e Recreação. A técnica (...) é a responsável pelos cursos”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003)

A descrição dos temas trabalhados na formação continuada, acima, feita pelo entrevistado, permite constatar um desencadeamento teórico-metodológico, o que pode acarretar uma coletânea de informações contraditórias entre si, causando maior confusão entre os educadores que via de regra são leigos na área. Tomando como exemplo o tema “Visão Sistêmica da Família” este pode estar em choque epistemologicamente com o tema “Saúde Mental”, se as linhas teóricas não forem adotadas em sintonia. Ou ainda trabalhar a “visão sistêmica da família, na perspectiva de uma terapia familiar” focando suas análises na realidade burguesa de famílias mais abastadas, levam os educadores a fortalecer seu conceito de culpabilização das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua pela própria exclusão e a de sua prole, se a perspectiva não for a de sociedade de classes e a da exclusão social.

Perguntado sobre que procedimentos devem ser utilizados em uma abordagem inicial com a criança e o adolescente de e na rua, respondeu: “Nos abrigos isso não ocorre. O Conselho Tutelar e a Vara da Infância (S.O. S Criança) e Criança em Segurança é que são responsáveis pelas abordagens de rua”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Neste aspecto, a estrutura de programas do Poder Público Municipal de Curitiba para crianças e adolescentes em situação de rua é bastante taylorista-fordista, ou seja, separa cada função para cada segmento, de tal modo que quem atua dentro de Abrigos dificilmente tem acesso ao que é feito numa abordagem de rua, quando o educador social se defronta com as situações concretas do que é uma criança de seis, sete anos vivendo num “mocó” e sobrevivendo por seus próprios esforços. Também o educador social que faz as abordagens de rua, dificilmente, a menos que mude de função, tem possibilidade de acompanhar um caso que o sensibilizou numa primeira abordagem de rua, pois não acompanha o caso no abrigamento.

O inverso disso é praticado por diversos movimentos sociais com lutas na área da criança e do adolescente em situação de rua, que se transformaram em entidades de atendimento no decorrer de sua história, como é o caso da Fundação Educacional Meninos

e Meninas de Rua Profeta Elias³⁸ onde a participação dos educadores sociais se dá numa perspectiva de totalidade, vivenciando desde a abordagem de rua, as práticas sócio-pedagógicas do cotidiano, a auto-gestão envolvendo educadores, educandos e coordenadores, o trabalho com as famílias, com a escola e com a comunidade, permitindo-lhes uma leitura de maiores totalidade e clareza da sociedade.

Em relação a como é tratada a questão da família da criança e do adolescente em situação de rua, a Gerência de Abrigos respondeu que:

“O enfrentamento institucional sobre a família é de que a responsabilidade tem que ser da família. As escolas já fazem esta constatação. As organizações não-governamentais, as outras forças da sociedade – responsabilidade social. Quanto tempo vai se levar para que isso ocorra? Reconhecer-se que o maior problema inicia lá, na educação dada pela família, não necessariamente da família pai/mãe/filho – no vínculo: avó/neto – mãe/filho – tem que ter algum ponto de referência. A família como uma outra forma de constituição. Só o poder público por si só... – há uma grande velocidade de mudança. A sociedade pelo fracasso de organização social, como é o caso de uma ONG. Tudo isso é uma soma. O empresariado... a criança que está no abrigo busca... o abrigo tem um caráter de provisoriedade, uma semana, 10 anos, não se sabe... por mais que a medida de abrigamento está (contida no ECA, informe nosso) em medida de proteção, mas não se pode perder de vista a reintegração familiar. Não só do ponto de vista financeiro, emprego, alimentação. Muitas vezes o processo jurídico é demorado, mas há um desejo de retorno tanto da família quanto da criança, deve-se reforçar o vínculo, o retorno à família. Não se pode esperar que as condições sejam as ideais economicamente para retomar o vínculo. Ficar no abrigo pode levar ao rompimento do vínculo. A promoção do retorno familiar é uma meta para preservar o vínculo. Uma das premissas do ECA é o retorno familiar, colocação

em família substituta. O abrigo é só uma situação provisória. Não se pode perder de vista o sentido do vínculo familiar. Existindo o ‘querer ficar com a criança’, mesmo com a família sem as condições adequadas financeiramente, já é meio caminho andado. Porque a família pode vir a transferir o problema para a instituição. Por exemplo, um adulto abrigado, com 5 filhos, mulher, mãe viva, e nenhum membro da família se propõe a manter o contato. Transferência para a instituição. A família está doente para a criança, para o adolescente, para o adulto e para o idoso. A linha é: restabelecer o vínculo com a família para que esta assuma a sua responsabilidade. Sempre digo: não trabalhe o abrigado do muro

³⁸ A respeito da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, ver a obra: MIRANDA, Sônia Guariza & STOLTZ, Tânia. **A vida na rua & a rua na vida – histórico e proposta pedagógica da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias**. Curitiba, Posigraf Editora, 1999.

para dentro, busque a sua autonomia”.(Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Primeiramente há a considerar no depoimento acima a positividade do entendimento da parte entrevistada de que “Ficar no abrigo pode levar ao rompimento do vínculo. A promoção do retorno familiar é uma meta para preservar o vínculo. Uma das premissas do ECA é o retorno familiar, colocação em família substituta”.

Entretanto, tem sido objeto de estudos por parte de pesquisadores na área, no Brasil e na América Latina (RIZZINI, 1995, p.73), que o componente da violência familiar é o fator mais determinante, associado aos fatores econômico e busca de contribuir para o orçamento familiar, para a ida para as ruas por parte de crianças e adolescentes. Assim, deve-se buscar o retorno familiar com parcimônia, não generalizando, pois ao se insistir nesse retorno em casos onde a violência familiar está instalada, obriga-se a criança e o adolescente a migrarem para outras cidades próximas através de caronas ou mesmo transporte coletivo intermunicipal, etc, inviabilizando totalmente qualquer atendimento mais efetivos para eles e suas famílias. O retorno familiar nunca pode ser abordado como elemento isolado, mas associado a abordagens junto aos adultos mantenedores desta família envolvendo tratamento de saúde para drogadição e alcoolismo num primeiro momento, para posteriores abordagens de escolarização, profissionalização, garantia de renda mínima muito superior a determinadas bolsas governamentais que submetem os assistidos à condição de receptores de esmola doada pelo Poder Público, e, geração concreta de renda com vista à sua autonomia, além do necessário trabalho de estabelecer ou fortalecer os vínculos afetivos familiares.

Além destes aspectos, pode-se distinguir três outros no depoimento acima, indicativos da interpretação do entrevistado: a) a culpabilização das famílias sobre a situação de rua de seus filhos, ou seja, o problema da ida para as ruas por parte de crianças e adolescentes se inicia na educação que a família dá a seus filhos; b) a necessidade de se investir no retorno de crianças e adolescentes em situação de rua às suas famílias; c) a transferência por parte das famílias da responsabilidade em relação a seus filhos para a instituição, pois a família está doente para a criança, para o adolescente, para o adulto e

para o idoso, por isso é necessário restabelecer o vínculo da criança e do adolescente com a família para que esta assuma suas responsabilidades.

Neste ciclo de análise o foco é o contexto familiar que é tratado contraditoriamente: leva a culpa pela própria exclusão e a de seus filhos, deve requerer esforços do Poder Público para que ocorra o retorno familiar de seus filhos que estão nas ruas, mas é doente e deve assumir suas responsabilidades. Confunde-se patologia com irresponsabilidade, exclusão com má educação, pobreza com indolência, e assim por diante, sem, contudo, romper o ciclo da culpabilização familiar para estender o olhar e a compreensão para os processos sociais que produzem miséria e exclusão. Tratando o problema pelo ângulo equivocado, propõe, portanto, soluções equivocadas. Assim, as abordagens com a família dar-se-ão nesse nível equivocado, tendo no máximo uma proposta assistencialista e emergencial, mas nunca enfrentando transformações nas estruturas sociais mais amplas, que extrapolem o contexto familiar, e busquem na estrutura social a superação da concentração de renda, do desemprego, da concentração fundiária, do analfabetismo, etc.

Ainda que se entendam os limites político-ideológicos e administrativos que estão postos para se pretender propostas mais abrangentes, que visem transformações na raiz do problema, e que no nível de Gerência tais limites devem gerar um senso de impotência e talvez conformação ao que está posto, consideramos que, justamente por ser este o nível que articula cúpula do poder decisório com a base da execução, uma leitura da natureza de classe do tema em questão faz-se imprescindível.

Retomamos na segunda entrevista, pois não havia ficado claro na anterior: concretamente como se faz o trabalho com a família? Quem o desenvolve? A Gerência de Abrigos da FAZ respondeu:

“Os abrigamentos têm uma equipe própria para o trabalho com a família: Assistente Social, Diretora, etc.. Há um trabalho naquela unidade para o retorno familiar, ou encaminhamento para família substituta quando não é possível o retorno para a família biológica. Até o momento em que o juiz concede a adoção e a família substituta deixa de existir. Há um interesse muito grande de casais internacionais em adoção. A Dra.(...), da Vara da Infância, trata da destituição do pátrio poder, depois que foram feitos todos os esforços da unidade de abrigo em reaproximar a família e a criança abrigada. Quando a família realmente abre

mão do direito e fica constatado que não há interesse daquela família em ter seu filho de volta.” (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Novamente aqui reaparece no depoimento da Gerência de Abrigos a concepção de “trabalho com a família” como sinônimo de “retorno familiar”. Excetuando-se os casos em que há violência física e psicológica e/ou abuso sexual no contexto familiar, se a família se encontra no limite da miséria humana e já compreendeu que não pode atender às necessidades mais básicas de seus filhos, que agora abrigados passam a ter um tratamento mais humano, há poucas chances desta família buscar ter esta criança de volta ao seu convívio, pois pelo entendimento desta família a criança, ou adolescente, saiu do círculo da degradação, sendo o abrigo entendido como uma possibilidade de preservá-los. Assim, quando a abordagem com a família da criança e do adolescente em situação de rua que passam ao abrigo, restringe-se ao trabalho de convencimento em aceitá-los de volta, incide-se no equívoco de oferecer à família a oportunidade de ver seus filhos passando fome novamente.

Neste processo, o entendimento jurídico é de que a família que não aceita tais condições para seus filhos abriu mão do direito sobre eles; caberia aqui, em nosso entendimento, uma interpretação diversa, a de que na verdade a família busca uma vida melhor para seus filhos que presumivelmente o abrigo poderá ofertar.

Não foram raros os relatos, durante nossas ações de extensão³⁹, de famílias que descobriram, através da abordagem da própria entidade, que seus filhos estavam abrigados e não mais nas ruas, mas não consideravam tê-los perdido, estabelecendo até mesmo contatos periódicos com seus filhos na entidade, na perspectiva de virem a ser superadas as condições extremas de pobreza que as atingiam e os laços familiares retomados. Dessa forma, o conceito sobre “trabalho com as famílias” de crianças e adolescentes em situação de rua que foram abrigadas, como já abordamos, tem necessariamente que se estender em um trabalho com maior globalidade em relação aos seus problemas. Um processo

³⁹ Especificamente na Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias onde desenvolvemos os Projetos de Extensão: **Formação de educadores da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias** – Relatório de projeto de extensão. Curitiba, UFPR, 2000. Mimeo; e, também: **A organização do trabalho pedagógico não-escolar: o processo de construção cotidiana em comunidade alternativa**. Relatório de projeto de extensão. Curitiba, UFPR, 2001. Mimeo.

complexo dessa natureza pode levar dois ou três anos, ou até mais, e, portanto requer uma perspectiva de abrigamento mais longa para a criança e/ ou o adolescente, com um trabalho paralelo com as famílias nas áreas citadas. Como se vê, é algo bem mais complexo do que após feitas algumas aproximações concluir-se que o melhor é a adoção sub-seqüente à destituição do pátrio poder.

Segundo informações da Gerência de Abrigos durante sua entrevista a esta pesquisa (2003), os recursos (programas) de atendimento da PMC nesta área que estavam disponíveis para encaminhamentos de casos de crianças e adolescentes de rua e na rua em Curitiba eram os Abrigos:

- Casa do Acolhimento Pequeno Cidadão – zero a 12 anos – passagem – desde o bebê que foi encontrado, após sua saída do hospital; hoje há 11 nenês de zero a um ano. Também há crianças desaparecidas que são encontradas lá.

- Unidades de Nível I – população de rua, exploração sexual, drogadidos, são 4 unidades de porta de entrada, de 7 a 17 anos.

- d) Casa do Piá I – 7 a 14 anos

- e) Casa do Piá II – 14 a 17 anos

- f) Casa das Meninas Novo Mundo – 7 a 17 anos.

- g) Casa das Meninas Madre Antonia – 7 a 17 anos (predomina de 12 anos mais ou menos), com aproximadamente 33 educandas.

- Unidades de Nível II- Repúblicas

- a) República do Piá

- b) República Mossunguê

- c) República Nova Esperança

- d) República Tia Paula- Conveniada

- e) República Acridas – Conveniada

- f) República Novo Viver -Conveniada.

Observe-se que aqui na descrição da estruturação do atendimento nos Abrigos de Nível II da Prefeitura Municipal de Curitiba, a Gerência incluiu três conveniadas

excluindo as demais, embora a pergunta fosse direcionada aos programas sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba, havendo nesta resposta uma indiferenciação entre público e privado, que já apontamos nesta gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba, ao analisarmos as Atas do COMTIBA. Anteriormente, a Gerência entrevistada havia se pronunciado assim sobre os Abrigos conveniados:

“São oito: Assoma, El Shadday, Lar Pinheiro, Lar dos Meninos do Xaxim, Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, República Tia Paula, República Acridas, República Novo Viver (Associação Memo Simons), ficando subentendido que são acessadas quando não há vaga nos abrigamentos da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC)”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Uma destas conveniadas excluídas na descrição da estruturação de atendimento de Nível II, no depoimento da Gerência de Abrigos foi a Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias, que tem sido nos últimos anos nosso espaço de pesquisa e extensão, conforme já nos referimos, o que nos permite afirmar que durante a gestão Taniguchi (1997-2000 e 2001-2004) da Prefeitura Municipal de Curitiba, foram diversos os embates desta entidade com a Secretaria Municipal de Criança (SMCr), antes de sua extinção em 2003.

Estes embates caracterizaram-se por questionamentos em relação ao abuso de poder e à ação truculenta de alguns policiais militares que atuavam no Programa Criança em Segurança no ano de 2001, bem como discordância em relação à subvalorização praticada pela Prefeitura Municipal de Curitiba em relação aos *per capita*s repassados às entidades conveniadas, que equivaliam, à época das contestações apresentadas por aquela entidade (2001), a aproximadamente um sexto (1/6) dos valores divulgados referentes aos *per capita*s das repúblicas sob a responsabilidade da PMC, o que inviabilizava o atendimento das necessidades materiais básicas dos educandos residentes na proposta alternativa da referida Fundação, a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros.

É revelador o fato da Gerência entrevistada conceitualizar entidade conveniada como uma categoria que permite incluir algumas destas conveniadas na estrutura do PMC excluindo as demais. O que pressupõe que os laços de relacionamento entre conveniadas e PMC se estreitam à medida em que há maior adesão e consentimento das entidades em

relação às políticas do Poder Público, ou se esgarçam à medida em que há maior contestação e discordância, e portanto oposição, das diretorias das conveniadas em relação à gestão do Poder Público. Isto se revela como uma das estratégias de manutenção de hegemonia por parte do Estado na esfera municipal.

Segundo a Gerência de Abrigos (2003) nos casos de meninas mais novas, procura-se encaminhar para entidades não-governamentais que recebem as meninas menores, abaixo de 7 anos. Revela-se assim a ausência de programas por parte do Poder Público Municipal de Curitiba para esta faixa etária, contrariando o princípio de “criança e adolescente como prioridades absolutas” preconizado no artigo 4º do ECA.

A Gerência de Abrigos informou ainda que:

“Na medida em que no Estado foi se desmontando a política de atendimento ao adolescente infrator, a menina infratora vai para o Joana Richa⁴⁰ onde são cumpridas penas de privação de liberdade, ao sair para a Liberdade Assistida pode vir para a Unidade de Abrigo da PMC. Por exemplo, o Joana Richa é o modelo prisional. A determinação do Juiz pode leva-la a um abrigamento que tem outras características, havendo o choque. O caso passa para a Central de Vagas. Deveria haver o modelo intermediário - o menino ou menina que sai de uma Unidade de privação de liberdade não pode ir direto para um abrigo”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Neste comentário da Gerência de Abrigos revela-se sua avaliação do “modelo prisional” por ele referido. Em razão da unidade Joana Richa constituir-se em programa mantido pela esfera estadual, a mesma não foi por nós investigada, pois nossa pesquisa desenvolveu-se na esfera municipal. No decorrer de nossas investigações para coleta de dados para a pesquisa, no âmbito das esferas estadual e municipal haviam assumidas divergências políticas entre estas duas esferas, ou seja, o governo do Estado na gestão Roberto Requião (2003-2006) e o governo municipal na gestão Cássio Taniguchi (gestão 1997-2000 e 2001-2004), e pode-se atribuir este comentário da Gerência entrevistada a este nível de divergência, uma vez que seu cargo é de confiança junto ao Poder Público do Município.

⁴⁰ Esclarecimento nosso: o educandário Joana Richa é uma unidade de atendimento em medida sócio-educativa de privação de liberdade para adolescentes autoras de atos infracionais graves.

Mas supondo-se que de fato haja um modelo prisional no programa estadual citado, inadmissível em tempos pós-ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, porém factível pelo que nos têm mostrado as rebeliões de adolescentes nos Estados que ainda utilizam os modelos FEBEMs, as informações da Gerência entrevistada revelam um assentimento em relação a isso, não só seu como do governo estadual anterior, o de Jaime Lerner em diversas áreas sociais como a educação⁴¹. A gestão Cássio Taniguchi, da qual a gerência entrevistada faz parte, política e ideologicamente alinhada às proposições lernistas, seguiu com radicalidade a ideologia neoliberal, e foi de fato responsável pelo desmonte de vários espaços públicos nas políticas sociais básicas como educação⁴², saúde, atendimento à criança e ao adolescente. Assim, analisar o desmonte das funções públicas requer também auto-crítica.

Em outro ponto de seu depoimento em análise, a Gerência entrevistada sugere que houvesse um modelo intermediário para adolescentes que saem da privação de liberdade e vão para abrigos cumprir a liberdade assistida que é medida sócio educativa mais branda. Nesta perspectiva de proposta criar-se-ia mais um estereótipo institucional intermediário, estigmatizante, pois, partir-se-ia do pressuposto de que há uma marca na identidade social que caracterizaria os adolescentes egressos de medidas de privação de liberdade como “perigosos” genericamente, sem análises que evidenciem desigualdades caso a caso, trazendo mais um impedimento para sua inclusão social.

Afirmamos isso com base na norma estabelecida pelo ECA (Art.121) de um adolescente autor de ato infracional poder ser encaminhado de uma medida de internação, que implica em privação de liberdade, para uma medida sócio-educativa mais branda, como a liberdade assistida, somente se houver indicação para tal por parte da equipe

⁴¹ A esse respeito ver o trabalho de TAVARES, Taís Moura. **Gestão pública do Sistema de Ensino do Paraná**. Tese Doutorado, PUC/SP, 2004.

⁴² Tomando a Educação Infantil como exemplo de tal postura política de desmonte, foram vários os embates que a sociedade civil promoveu, nos quais participamos, buscando impedir o Prefeito Casio Tanigichi, durante seu mandato sobretudo no ano de 2001, em suas intenções de privatização das creches municipais de Curitiba, e nesses enfrentamentos constituiu-se o MEI- Movimento Pró Educação Infantil de Curitiba, com a participação das famílias das crianças atendidas nestas creches, do CRESS- Conselho Regional de Serviço Social, do SISMMUC- Sindicato de Servidores Municipais de Curitiba, do SISMMAC –Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, do Fórum Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, da Universidade Federal do Paraná, e diversos movimentos populares originários dos bairros periféricos desta cidade.

interdisciplinar que acompanha cada caso, e precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público. Portanto, essa mobilidade institucional deve ser rigorosamente precedida, e posteriormente acompanhada, de avaliações sistemáticas desta equipe a cada seis meses, e do poder judiciário, e, assim, não há porque se criar mais um segmento intermediário.

O que de fato têm que ser revistas são as práticas sócio-pedagógicas que existem nos modelos de privação de liberdade para adolescentes, e o potencial que estes modelos contêm de acentuar a estigmatização ou de promover a emancipação de seus educandos, dependendo de suas concepções e do rigoroso atendimento ao que é proposto pelo ECA.

O entrevistado apontou também que: “Há meninos que vão para as Repúblicas e não se adaptam, voltando para as Unidades de Nível I, onde há um vínculo muito forte. Há uma certa semelhança no cotidiano das unidades de Nível I e de Nível II”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Aqui novamente se faz necessária uma análise sobre a “certa semelhança”, aludida pela Gerência entrevistada, entre as Unidades de Abrigo de Nível I e de Nível II. Em que consistem estas semelhanças, eis a questão. Em primeiro lugar as unidades de Abrigo de Nível I, caracterizadas como de permanência breve, recebem “crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, para que seja realizado estudo social com o objetivo de estabelecer procedimentos adequados a cada caso”. (PMC, 2000, p. 16); já, as unidades de Abrigo de Nível II, caracterizadas como de permanência continuada, denominadas repúblicas, “constituem-se em espaços de atendimento direcionado a adolescentes, em que, além da garantia das necessidades básicas, trabalham-se também práticas de autonomia e auto-gestão”. (PMC, 2000, p. 17).

Nas duas conceituações apresentadas no Documento com os Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo (PMC, 2000), não há nada que estabeleça que o estudo social seja de fato breve (Nível I), ou que uma criança (até 12 anos de idade) ou adolescente nos quais a cultura da rua está internalizada fortemente, não possam vir a ter uma permanência continuada, o que na maioria dos casos é o que acontece na realidade, permitindo-se assim que sejam trabalhadas sua autonomia e os conceitos de auto-gestão. Assim, constatamos que se insiste num modelo formal que encontra

dificuldades para se sustentar na prática, pois muitas crianças e adolescentes que estão nas unidades de Abrigo de Nível I permanecem vários anos transformando em continuada sua permanência, o que exige que os coordenadores, educadores sociais e demais profissionais destas Unidades, no exercício do bom senso, adaptem as práticas sócio-pedagógicas de permanência breve para modelos de repúblicas, ou seja, em unidades de permanência continuada.

O que faz, na verdade, diferença são as condições de vínculo com os profissionais que atuam nas unidades, e as condições de organização dos tempos e espaços destas unidades, assim como as relações de pertinência dos educandos ao contexto da unidade, o que significa, a possibilidade de consolidar o senso de pertencimento dos educandos, e de possuir seus bens e poder organiza-los, dispor deles com privacidade tendo seus armários, suas próprias roupas, seus brinquedos, enfim, situações em que possam imprimir sua identidade; o que não é possível em uma unidade de permanência breve onde os vínculos entre as pessoas naquele contexto são frágeis e temporários, as coisas para o uso dos educandos na verdade não são suas, não são de ninguém, desde as roupas que vestem, portanto a possibilidade do educando organizar-se segundo sua própria autonomia inexistente.

No trecho abaixo resgatamos os comentários da Assistente Social da antiga Casa do Piá coletados em 1996 durante nossa pesquisa anterior já mencionada (Miranda, 1999) sobre os critérios a serem vencidos para um educando da Casa do Piá (permanência breve, casa de passagem) ter o consentimento para ir para uma república:

“ Na casa do Piá o objetivo é oportunizar abrigo, estudo social, ou análise do caso pelo serviço social, de onde o menino já sai com um parecer: se é caso para retomar o vínculo familiar, ou ficar na Casa do Piá, ou ser encaminhado para uma república (instituição para meninos com comportamento social mais adequado), ou para uma casa de apoio. Há casos que se tornam efetivos da Casa do Piá (efetivo: no momento não tem possibilidade de retorno familiar e não tem perfil para uma república), sendo que a Casa é uma instituição de passagem. O perfil buscado tem que superar primeiro: a) necessidade de estar na rua, entendendo que tudo o que precisam está na rua: facilidades financeiras para suprir o imediato, não há cuidado com a propriedade de objetos de uso que recebem em doações; b) logo que chegam não têm quarto com chave pois não há um senso de cuidado; a propriedade é um direito que recebem ao chegar, mas receber a chave é um ganho, como também a escolha de companheiro de quarto; c) superar a drogadição; o uso de cola de sapateiro é mais freqüente entre as

crianças menores, e o da maconha pelos maiores. A regra é não utilizar droga na Casa” (Depoimento de Assistente Social da Casa do Piá, 1996, in: MIRANDA, 1999, p. 66).

Assim evidenciam-se as contradições de determinados modelos de casas de passagem, que acentuam e perpetuam a cultura da rua, pois se espera que o educando traga por si próprio as ditas condições, não sendo possível em decorrência do próprio modelo propor rupturas com a cultura da rua através de uma ação sócio-pedagógica efetiva de suporte pedagógico, afetivo, relacional, disciplinador, continuado e emancipatório.

Embora haja um espaço de tempo entre o depoimento acima (1996) e os depoimentos coletados na atual pesquisa (2003-2004), persiste no sistema de atendimento do Poder Público Municipal de Curitiba a estruturação dos abrigos em permanência breve no Nível I (Casas de Passagem) e permanência continuada no Nível II, indicando, portanto que os critérios atuais ainda estão de alguma forma semelhantes aos anteriores. Se assim não fosse, por que ainda estão propostos os dois modelos, permanência breve e continuada?

O certo seria ter um processo de análise que tão logo cadastrasse as crianças e adolescentes nas abordagens de rua, os colocasse em situação de abrigamento. Há dois aspectos nesta opção. Do ponto de vista do educando já se iniciam relações significativas nem “lugar de acolhimento afetivo”, onde se estabelece sua proteção e os trabalhos iniciais para suas necessidades mais imediatas, materiais e psicológicas, não importando o tempo que este processo irá levar. Do ponto de vista institucional iniciam-se as análises para verificar as condições da família em todos os seus aspectos. Como já comentamos, nada simples é chegar à conclusão de que estão esgotadas as possibilidades de retorno familiar, pois isso requer esforços continuados e demorados. Para que seja buscada a “integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (ECA, art. 92, inciso II), serão necessários muitas aproximações, e vários tipos de atendimentos mais básicos com esta família de origem.

A retomada do processo educativo com crianças e adolescentes egressos das ruas é imperiosamente urgente. Estes sujeitos não ficam com seu desenvolvimento em suspensão até que se decida que deve ser retomado. Neste atual modelo é o mesmo que dizer a estes educandos: parem um pouco de crescer e desenvolver-se até que decidamos

onde vão retomar esse processo. Este nos parece ser o sentido da permanência previamente definida como sendo breve. O que se diz a esses educandos é: logo vocês irão embora, não sabemos quando. O desligamento é antecipadamente vivenciado dia a dia. Isso é potencialmente doloroso e impeditivo de fortalecimento dos laços que fornecerão os significados de pertencimento.

Os Abrigos, na lógica de análise que estamos propondo, seriam separados de acordo com diversos critérios: por faixa etária, mas com o “desenvolvimento de atividades em regime de co-educação” (ECA, art.92, inciso IV), isto é, envolvendo os dois sexos em convívio direto não necessariamente no mesmo contexto físico de residência, por casos de drogadição que requerem urgente tratamento, por casos de conflito com a lei, ou seja, crianças e adolescentes com a prática de atos infracionais que requerem medidas sócio-educativas mais brandas, e, “não desmembramento de grupos de irmãos” mesmo de sexos diferentes (ECA, art.92), mas em todos os casos com a estruturação a unidade sob a forma de repúblicas, isto é, com propostas de uma permanência continuada que, além de garantia de necessidades básicas, também trabalhassem práticas de autonomia e auto-gestão, e sobretudo “evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados” (ECA, art.92, inciso VI).

O que o ECA estabelece (art. 92, inciso IX), em se tratando de entidades de atendimento para abrigamento, governamentais e não-governamentais, é que: “O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito”. O que estabelece o ECA sobre a guarda é:

Art. 33 – A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

Par. 1º - A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

Par. 2º - Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

Par. 3º - A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

Art. 34 – O Poder Público estimulará, através e assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Art. 35 – A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

Pode-se imaginar as amplas responsabilidades que recairão sobre o Poder Público no momento em que este assumir que toda a criança e todo o adolescente que estiver em situação de rua para moradia e sobrevivência encontra-se na condição de abandono, e portanto sem um responsável que responda por eles e lute por seus direitos, significando que cabe a ele, Poder Público, cumprir com os artigos 33, 34 e 35 do ECA, acima descritos.

Adotando estratégias de recuo frente a esse conjunto de responsabilidades, tem sido uma prática histórica dos Poderes Públicos omissos em relação à criança ao adolescente em situação de rua, incentivar o conceito de respeito à liberdade de ir e vir destes sujeitos, não colocando em questão que ao agir desta forma descumpra frontalmente os direitos ao respeito, à dignidade, respectivamente tratados pelo ECA:

Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Não é necessário muito esforço para constatar que tudo o que uma criança e um adolescente em situação de rua vivenciam representa o oposto do explicitado no artigo 17 (ECA) e a materialização daquilo que o artigo 18 (ECA) expressa ser dever de todos evitar que aconteça.

O que estamos questionando é: por que com crianças e adolescentes em situação de rua busca-se tão enfaticamente garantir o “direito de à liberdade”, destacando-se o de “ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais” (ECA, art. 16, inciso I), se com crianças e adolescentes órfãos e abandonados isso é considerado inadmissível? Ou seja, quem imaginaria como aceitável uma criança e/ou adolescente de classe média ficarem órfãos ou serem abandonados, ou mesmo das classes populares onde o aparato legal foi prontamente acionado, e deixar que estes decidissem se querem ficar nas ruas como uma “opção” a ser respeitada? Imediatamente tal postura seria questionada por juristas e pela sociedade em geral, em nome do princípio estabelecido pelo próprio ECA em relação à sua “(...) condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (ECA, art. 6º e art.15) e que portanto não têm clareza sobre seus direitos e responsabilidades.

Mas, por que com a criança e o adolescentes em situação de rua isso é consentido? Também não são sujeitos em peculiar desenvolvimento, ainda sem clareza de seus direitos e responsabilidades? Nossa interpretação é de que as políticas públicas na área já são concebidas para um assistencialismo emergencial, perpetuando a exclusão e a subalternidade dos mais excluídos entre os excluídos. As crianças e os adolescentes em situação de rua corporificam esta situação a eles sendo dada a “opção” de ficar nas ruas “se desejarem”, quando isso não é considerado possível para uma criança ou adolescente de classe média.

Por que não age então o Poder Público para uma intervenção objetiva que evite esta situação, promovendo o aumento de espaços de abrigo de permanência continuada com o modelo de república, mas, ao contrário, prolifera com inventividade programas em meio aberto e de passagem que apenas perpetuam a situação de subalternidade da população infanto-juvenil que sobrevive nas ruas?

A explicação está no fato de que, além dos preconceitos referentes à criança e ao adolescente em situação de rua que o Estado enquanto Poder Público reproduz como aparelho político-ideológico da sociedade que o funda, há a evitar, sobretudo, no ponto de vista do Estado, um conjunto de compromissos de guarda sobre crianças e adolescentes que passassem da situação de rua para a condição de abrigados, e, portanto, mais investimentos

para manutenção de novos recursos para novas estruturas físicas, novos vínculos com profissionais.

Assim, buscando a racionalidade de gastos para a máquina estatal, e não visando o melhor para a criança e para o adolescente em situação de rua, criam-se estruturas enxutas que atendem, 150 crianças e adolescentes/dia em meio aberto (quantitativo informado em depoimento de uma das coordenações de programa em meio aberto durante as entrevistas feitas por nossa pesquisa, Curitiba, 2004), ao invés de criar compromisso de guarda em cinco abrigos com capacidade para 30 educados sob forma de repúblicas que seriam necessárias para tal contingente.

No depoimento coletado com a Gerência de Abrigos (2003) não encontramos evidências de que os critérios citados em 1996 para a mobilidade do educando de casa de passagem para república (Miranda, 1999) tenham se modificado, havendo apenas uma tentativa da parte da Gerência entrevistada de justificar que nos Abrigos de Nível I, de permanência breve, é possível a existência de vínculos fortes do educando com o contexto da unidade, e que há “uma certa semelhança no cotidiano das unidades de Nível I e Nível II”.

Conforme já analisamos, persiste uma política de cúpula de não ampliar o número de repúblicas, onde sabidamente há condições melhores para o estabelecimento de vínculos mais significativos, mas é também onde fica mais acentuada a responsabilidade do Poder Público em criar as condições concretas para os educandos construírem projetos de vida mais permanentes, e isso significa maiores custos em mais longo prazo com os educandos.

Porém, no processo cotidiano das unidades de Abrigo de permanência breve, os coordenadores, educadores sociais e demais profissionais da área técnica (Assistentes Sociais, Psicólogos), conforme será demonstrado nos depoimentos seqüenciais, engendram formas em defesa dos educandos que permitem a continuidade de sua permanência na unidade, pois sabidamente os mesmos não teriam outras possibilidades que não a de serem reféns do ciclo: rua -casa de passagem – rua.

Casos em que estes profissionais das unidades de Abrigo constatam que os contextos familiares dos educandos tiveram ocorrências de violência doméstica física e psíquica e abuso sexual, e que o retorno para as famílias é impraticável, acabam

permanecendo na unidade por longo tempo mesmo nas unidades consideradas de permanência breve, formando-se então forte vínculo entre estes profissionais e os educandos. Desta forma, cria-se um processo coletivo de resistência por parte destes profissionais a um modelo de política pública centralizado que insiste em denominar “de permanência breve” uma relação abrigo-educando que teima em se tornar continuada.

Por outro lado o Poder Público não cria vagas em novas repúblicas mantendo as condições para perpetuação do problema. Podemos entender esse processo de resistência dos profissionais dos Abrigos, não claramente explicitado, mas efetivamente vivenciado na base da execução dos programas, como uma força contra-hegemônica em relação a um Poder Público inflexível. Significa um “tomar partido pelo excluído”, que transcende a relação profissional mais formal, e perpassa as relações cotidianas que ficam fora de um controle do poder do núcleo central de decisão.

Sobre a experiência de profissionalização dos educandos dos Abrigos da Prefeitura Municipal de Curitiba a Gerência de Abrigos informou que:

“Do ano de 2000 para cá, a Lei 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem, gerou programas de aprendizagem para a clientela atendida por entidades sociais com carteira assinada - obrigatoriedade das grandes empresas ofertarem quotas de aprendizagem. Isso retirou do SENAI e SENAC esta exclusividade, inserindo outros atores institucionais: Caixa Econômica, Banco do Brasil, Centro Europeu, Secretaria Municipal de Turismo, etc. Há necessidade de fiscalização do cumprimento de quotas, vinculada a um programa de formação profissional. A área de Hotelaria e Turismo vem sendo desenvolvida pela Associação de Educação Familiar (Projeto de Inserção de Adolescentes no Mercado de Trabalho- Associação de Educação Familiar e Social do Paraná), no bairro Água Verde, em parceria com o Centro Europeu, Secretaria Municipal de Turismo através da CIC, para funções como Chefe de Cozinha, etc., com formação, trabalho e renda, obrigatoriedade na escola com rendimento controlado. A questão é como buscar a autonomia dos educandos sem abordar a questão do trabalho. Em Curitiba, há uma experiência na Guarda Mirim Joana D’ Arc. A questão do programa 1º Emprego para jovens de 14 a 18 anos, a questão da insalubridade⁴³. Nas Repúblicas as áreas de formação profissional vêm se ampliando também para comércio e vendas. De mais ou menos 500 meninos colocados, 97% são

⁴³ Sobre o controle da insalubridade nos locais de trabalho e aprendizagem de jovens entre 14 e 18 anos, a Gerência entrevistada informou também o respeito, dentro dos abrigos da FAS, às determinações da Instrução Normativa de 18 de dezembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que baixa instruções para orientar a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem.

absolutamente cumpridores das exigências. Só nos abrigos da PMC são aproximadamente 240 educandos, mais ou menos 30 por unidade. Há a intencionalidade de um sistema que está se ordenando gradativamente. As primeiras tentativas foram em 1994 mais ou menos, com a Casa do Piá. Oito anos de mandato com uma rede de oito casas⁴⁴. Há uma demanda que talvez não esteja toda atendida, mas está se estruturando e se solidificando”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Entendemos que os fatos são objetivamente diversos das informações apresentadas pela Gerência de Abrigos entrevistada. Não eram oito, mas sete os abrigos sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba no período de nossa pesquisa (2003-2004), e pela ordem cronológica de criação, duas apenas foram criadas nos oito anos da gestão Cássio Taniguchi (1997-2000 e 2001-2004) referida pelo entrevistado, sendo que uma, a Casa do Piá II não foi na verdade a criação de um novo abrigo, mas um desmembramento em duas unidades, por faixa etária, da antiga Casa do Piá criada em 1991. Então, apenas um abrigo foi efetivamente criado nesta gestão, a Casa das Meninas Madre Antonia (1997).

Explicitamos nosso raciocínio, a seguir, pela ordem cronológica de criação das unidades de abrigo, antes da gestão Tanicuchi: Casa do Piá I – 1991; República de Meninas Nova Esperança – 1994; República do Piá – 1995; República de Jovens Mossunguê – 1996; Casa das Meninas – 1996. Durante a gestão Taniguchi foi criada apenas a Casa das Meninas Madre Antonia – 1997, e feito o desmembramento da Casa do Piá em Casa do Piá I e Casa do Piá II – 1998. Neste contexto dos abrigos fica comprovado que o princípio da Constituição Federal de 1988 consagrado no artigo 227, retomado no artigo 4º do ECA, de que “criança e adolescente são prioridades absolutas”, não foi uma diretriz das políticas públicas no município de Curitiba nestes oito anos de gestão Taniguchi.

Outro aspecto que retomamos para análise em relação ao depoimento da Gerência de Abrigos entrevistada em nossa pesquisa, refere-se à afirmativa: “A questão é como buscar a autonomia (dos educandos) sem abordar a questão do trabalho”. Em nosso entendimento, o que na verdade se coloca aqui é a inserção precoce de adolescentes na

exploração capitalista de seu trabalho, impedindo uma educação desinteressada⁴⁴. Neste conceito compreende-se a educação com objetivos mais amplos para a formação dos jovens, com conteúdos científicos e culturais consistentes, de forma desatrelada dos interesses do mercado capitalista de trabalho.

Comparativamente às oportunidades de filhos da classe média e da elite econômica, onde o pressuposto é que o jovem seja considerado dependente até os 24 anos, enquanto se comprovar seus estudos universitários, inclusive nas legislações que envolvem a Receita Federal para declaração de dependentes, bem como nas legislações de inclusão de dependentes nos planos de saúde só acessíveis à classe média alta e à elite, isso é considerado inadmissível para os filhos das classes pauperizadas.

Consistindo, essa não inclusão dos adolescentes pauperizados no conceito de economicamente dependentes após os 18 anos, em estratégia de manutenção da subalternidade o que se alega como busca de autonomia, levando ao ciclo: emprego precoce = escolarização comprometida = perpetuação da subalternidade. O caminho libertador possível para adolescentes abrigados é a manutenção de bolsas até a conclusão de estudos em nível médio, e inserção no trabalho somente com a escolarização o mais adiantada possível, jornada reduzida de trabalho enquanto o jovem realizar sua escolarização incluindo o nível superior, tanto quanto se preconiza aos jovens de classes abastadas.

Todas estas medidas apoiadas numa reflexão, e reversão da situação, que envolve considerar que se nem mesmo jovens de famílias abastadas conseguem sua autonomia financeira aos dezoito anos, como se pode esperar que jovens das classes pauperizadas que tiveram suas vidas atravessadas pela miséria, marginalização, evasão da escolaridade, situação de rua, sendo abrigados durante este percurso, aos dezoito anos já estejam na condição de autonomia financeira a ponto de serem desligados dos abrigos nesta idade? Torna-se premente então serem revistos os critérios de desligamento por idade, bem como os critérios de inserção precoce no trabalho, e ainda, serem repensados outros espaços de

⁴⁴ A gestão à qual se refere a Gerência de Abrigos nesta entrevista é a do Prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, compreendida de 1997 a 2004, em dois mandatos sucessivos.

⁴⁵ Utilizamos aqui o termo “educação desinteressada” segundo o conceito construído por Gramsci em seu Caderno 12. Apresentação, comentários e revisão da tradução Paolo Nosella. Universidade Federal de São Carlos. Trabalho apresentado na XII Reunião Anual da ANPED/ 1989. Mimeo.

república para estes jovens após os dezoito anos, até que se complete sua formação geral e profissional, sob pena dos mesmos recaírem na condição de marginalização.

Isso tudo, conforme já mencionamos, transforma as responsabilidades do Poder Público em algo muito acima da expectativa de um Estado capitalista que faz o enquadramento de suas políticas públicas por uma perspectiva neoliberal de enxugamento de suas funções.

Quando indagada sobre que outras funções participam das instâncias de decisão sobre os programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, além dele mesmo, a Gerência de Abrigos respondeu que “as novas ações, como por exemplo a criação de novos programas, são tomadas por uma ação colegiada entre: Presidente da Fundação de Ação Social, e quatro Diretorias, a saber, Diretoria de Defesa e Proteção de Direitos, Diretoria de Apoio à Família, Diretoria de Geração de Renda e Diretoria Administrativo-Financeira. Por exemplo, a Liberdade Solidária que foi encaminhada nesta semana última”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003). Perguntamos se depois estas decisões são referendadas pelo COMTIBA, e a resposta foi afirmativa acrescentado que às vezes vem a demanda do COMTIBA, quando a iniciativa é da comunidade, como também dos Conselhos Municipal de Assistência Social, Municipal de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho de Segurança Alimentar (criado neste ano por exigência do Programa Fome Zero do Governo Federal). Entretanto, o mais freqüente é a iniciativa vir da Fundação de Ação Social., sobretudo na questão dos Abrigos”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003).

Destacamos no depoimento acima dois aspectos: a) a centralização das decisões desta área no núcleo de poder da cúpula da FAS; b) preponderância das decisões na FAS e não no COMTIBA. A centralização, portanto, ocorre tanto no nível das relações internas da Fundação de Ação Social (FAS), quanto no nível de relacionamento externo com a instância que deveria estar formulando as políticas de atendimento, especificamente, o COMTIBA.

No nível das relações internas das decisões desconsideram-se outros segmentos como as coordenações de programas, os técnicos e os educadores sociais das unidades ou programas, fazendo com que se percam vários acúmulos que se constroem na base da

execução, ou seja, no cenário onde realmente ocorrem as práticas sócio-pedagógicas com crianças e adolescentes em situação de rua.

No nível externo, ou seja, o da formulação de políticas públicas para a área que é o espaço do COMTIBA, ocorre a centralização das formulações na instância do executivo, a Prefeitura Municipal de Curitiba, via FAS, que é onde deveriam ser pensadas as formas concretas de executar os programas que se derivam das políticas que deveriam ter sido formuladas

A confusão entre definir as políticas públicas e propor programas envolve níveis diversos de abrangência. Enquanto o espaço que formula políticas (no caso em estudo, o COMTIBA) não tem que construir programas que têm uma especificidade operacional, e sim definir as linhas gerais de atendimento às demandas que indicam as necessidades sociais básicas não atendidas, linhas gerais estas que são definidas por estudos regionalizados no município que retratem as demandas mais urgentes de cada região, propondo planos orçamentários definidos com antecedência.

Por outro lado, quem executa deveria aguardar os resultados destes estudos para propor e implementar programas que atendam demandas reais da sociedade, e não demandas definidas tecnicamente em gabinetes.

Isso tudo pressupõe que a instância de formulação de políticas, o COMTIBA, e a de proposição de programas, a Prefeitura Municipal de Curitiba, via FAS, valorizasse os dados das instâncias que apontam demandas reais, como Conselhos Tutelares e o SIPIA (Sistema Informatizado de Proteção à Infância e Adolescência, que se alimenta dos dados lançados pelos Conselhos Tutelares no atendimento à comunidade), redes de saúde, redes de ensino, unidades de atendimento como os Abrigos, o que não é o caso.

O COMTIBA não tem atuado como instância de formulação de amplas diretrizes de políticas públicas a partir de demandas sociais, mas como espaço de aprovação de projetos pontuais apresentados individualmente por entidades da sociedade civil e do Poder Público, como já vimos em tópico próprio de análise neste trabalho.

Esta confusão de papéis não é meramente decorrente de desconhecimento de todos os segmentos envolvidos, mas é, antes de tudo, uma das estratégias de manutenção de hegemonia de um determinado modelo de Estado, no caso em análise, do Poder Público

Municipal de Curitiba, no período determinado por nossa pesquisa. Este Poder Público pauta seus encaminhamentos pelo pressuposto de que o conhecimento técnico urbanístico e os interesses políticos localizados, sobrepujam o conhecimento concreto que vem da base da sociedade civil, demarcado por reivindicações sociais, estabelecendo pressões a partir de demandas concretas para a coletividade mais ampla, mas é desconsiderado por um poder estatal tecnocrata e centralizador.

Sobre a questão de como é tratada a situação da criança e do adolescente em situação de rua que apresentam necessidades educacionais especiais, a Gerência de Abrigos citou a deficiência mental e distúrbios dentro da política de saúde mental, ou seja, crianças e adolescentes com estes quadros dentro dos Abrigos são atendidas no Centro Psiquiátrico Municipal. Oportunamente na exposição dos depoimentos de educadores sociais estaremos demonstrando que este assunto não é tão pacificamente vivenciado no cotidiano, pois os educadores assumiram-se despreparados e sem possibilidades de prestar atendimento de qualidade a estes casos.

Com relação ao processo de escolarização referente aos educandos abrigados pelo Poder Público em Curitiba, a Gerência de Abrigos informou: “Das 950 crianças e adolescentes abrigados, cerca de 80% estão freqüentando escolas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, havendo casos de meninos abrigados que passam no vestibular). Há uma rede que está se estruturando nestes oito anos de gestão”. (Depoimento da Gerência de Abrigos, 2003). Novamente, aqui, estas informações configuram-se contraditórias em relação aos depoimentos dos educadores sociais que afirmaram preocupações concretas em relação à baixa escolaridade de um contingente significativo de educandos dos Abrigos, conforme abordado em tópico mais à frente.

Sobre as questões referentes aos requisitos básicos para o profissional atuar nesta área, considerando estrutura pessoal e perfil profissional (formação e atuação) e à especificação da função do educador social, quais as exigências para o ingresso nessa função na PMC, e qual o preparo prévio dado pela PMC para isso, a Gerência de Abrigos transferiu-as para dirigentes dos programas.

A Gerência de Abrigos transferiu, ainda, aos coordenadores de abrigos as seguintes questões apontadas na entrevista: concepções teórico-metodológicas que sustentam as propostas, critérios de inserção, desligamento e encaminhamento de crianças e adolescentes nos programas, relação dos educandos atendidos com a escola e com a comunidade, como é feito o histórico do educando, encaminhamento de educandos de outros municípios, evasão dos programas, principais problemas e dificuldades, e formas de superação, casos mais difíceis de educandos atendidos, que outros programas deveriam ainda ser criados.

4.1.3.3. Posicionamentos das Coordenações de Abrigos

A primeira entrevista⁴⁶ com os Coordenadores de Abrigos da Fundação de Ação Social de Curitiba envolveu quatro unidades, três de Nível I (permanência breve), uma de Nível II (permanência continuada, uma república). A Gerência dos Abrigos, permaneceu só no início, sendo substituído no meio da entrevista por sua Assessoria, tendo ficado acordado, previamente, que estas funções não participariam como entrevistados, apenas como observadores. A segunda entrevista⁴⁷ envolveu os mesmos participantes, com exceção de uma das Coordenações que justificou sua ausência em função de problemas com a saúde familiares. A Assessoria da Gerência de Abrigos teve o papel de observação, e somente em alguns momentos colocou suas posições.

O roteiro básico da entrevista semi-estruturada (Anexo 6) havia sido entregue previamente mas foi retomado na primeira entrevista, bem como foram colocados os procedimentos para a entrevista coletiva (Anexo 6), onde basicamente enfatizamos que na entrevista coletiva cada posição dos entrevistados teria que ser respeitada não cabendo aos participantes tentar mudar os posicionamentos dos demais. Combinamos que a palavra ficaria livre para quem se sentisse mais estimulado a começar a responder cada eixo, mas que todos deveriam responder.

⁴⁶ Realizada em 16/04/04- das 14:20 às 17:20 (aproximadamente).

⁴⁷ Realizada em 27/04/04 – das 14:20 às 17:50 (aproximadamente).

Os eixos previamente definidos no roteiro básico da entrevista semi-estruturada foram: 1º eixo: identificação; 2º eixo: conceito de criança e adolescente de/na rua; 3º eixo: perfil, qualificação e atuação dos profissionais; 4º eixo: caracterização do programa; 5º eixo: famílias dos educandos. Na sistematização que se segue, procuramos agrupar em sub-eixos os aspectos relevantes que foram sendo apontados pelos depoimentos.

4.1.3.3.1. Caracterização das Coordenações de Abrigo.

Neste primeiro eixo ficou evidenciado que os coordenadores dos abrigos entrevistados eram todos profissionais antigos da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), tendo em comum sua larga experiência nesta área, e terem participado da criação dos primeiros programas governamentais do município, nesta área, no início da década de 90 do século XX. Suas formações eram todas de nível superior, em áreas correlatas à atividade desenvolvida: 02 pedagogos e 02 assistentes sociais. Os entrevistados descreveram sua função de coordenadores de abrigo como: a) (formação em pedagogia) função técnico-administrativa; b) (formação em serviço social) trabalho com recursos humanos, e parte da formação dos funcionários tendo clientela específica bem definida; c) (formação em serviço social) trabalho com dois pólos – menino e adulto, mas também a subjetividade dentro do espaço coletivo constitui-se o maior desafio; d) (formação em pedagogia) busca uma visão social da pedagogia. (antes atuou no magistério); parte administrativa de seu trabalho é bastante forte; os funcionários são seres humanos, há a questão da relação, o trabalho envolve tanto as meninas quanto os funcionários. Há mais de quarenta pessoas dentro da casa, é um desafio.

Os aspectos positivos que destacamos nestes depoimentos foram as preocupações com: a formação dos funcionários, a subjetividade dentro do espaço coletivo entendida como desafio, a visão social da pedagogia, e a questão da relação envolvendo educandas e funcionários, aspectos que denotaram uma visão de gestão mais ampla que os aspectos técnico-administrativos.

Nos eixos a seguir relatados optamos por preservar o teor original dos depoimentos para que se revelassem os níveis de tensão, angústia, e dilemas que perpassam a função de Coordenação das unidades de Abrigo, para ao final de cada segmento temático de depoimento proceder às análises da pesquisa.

4.1.3.3.2. Conceituação de criança e adolescente “de rua/na rua”.

“Na rua, tem vínculo com a família, mas vem perdendo o vínculo. Todo o mundo ‘de rua’ começou como ‘na rua’. A questão mais séria é estrutura, a falta de educação do povo, como cuidar melhor de sua prole. As nossas famílias, as que atendemos, deve ser feito um projeto de como cuidar da sua prole. Ouve-se muito: ‘Eu não dou conta desse menino’. Mas quando ele passa a fazer um vínculo com o abrigo começa-se a encaminhar para programas paralelos (saúde, escola,...)...quando o menino volta para casa o problema se reinstala. Mas é uma família que está descuidada, desassistida. Elas não aprenderam a cuidar – aprende-se a partir de como se foi cuidado. Não tenho um conceito fechado de como isto seja. Vejo que não é a falta de afeto, na verdade. É a falta de possibilidade de cuidar” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Interessante esta questão de afeto, mas há a questão da distância por fatores emocionais, econômicos. Não é por falta de afeto. ‘De rua/na rua’ são mais uma nomenclatura que serve mais a razões estatísticas. Os meninos de rua, quando comecei a trabalhar na década de 90 eram miseráveis (Bairro Parolin, etc., e certas invasões). Meninos que vieram para as ruas para vender coisinhas, e eram ‘na rua’. De repente, há um incidente e ele pode ser morto por ser considerado ‘de rua’. São conceitos meramente didáticos. A situação do problema é exatamente a mesma. Os riscos são os mesmos. Há estatísticas que tentam mostrar esta diferença porque os ‘na rua’ dormem em casa. Os que estão efetivamente ‘de rua’ têm o mesmo perfil que os ‘na rua’ em termos de atitudes. Os ‘na rua’ às vezes tem mais uma proteção na hora do conflito com a lei. ‘De rua’ e ‘na rua’ é meramente retórica; são muito relacionados. O perfil sócio-econômico mudou muito. Antes havia total miserabilidade e hoje há alguma posse. As famílias hoje apresentam maior interesse em visitá-los na unidade. Aspectos fortes desta questão: fatores sócio-econômicos, desemprego, etc. A vida na rua é muito prazerosa, e muitas vezes é difícil resistir. Num mocó, por exemplo, é precaríssimo e ele prefere o mocó ao abrigo. Às vezes a rua é mais segura que a casa (da criança ou do adolescente). Resolver o problema: os locais irregulares (áreas de ocupação) são a busca de um sonho. O Poder Público tem que criar uma

estrutura e realizar um trabalho. Há também as questões de região metropolitana. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Dois conceitos muito utilizados na década de oitenta. Meu primeiro trabalho foi a implantação da ASSOMA e atuei na função de educador social. Os que eram ‘de rua’ não dormiam em casa, e, os ‘na rua’ vendiam ou trabalhavam na rua, mas dormiam em casa. Hoje o conceito modificou: ‘de rua’ significa infratores, usuários de drogas. Hoje já fica muito misturado por toda a dinâmica da sociedade. Os que vinham para as ruas por uma questão econômica acabavam se agregando aos ‘de rua’. A existência do problema: a razão econômica. No Brasil tem que haver uma política voltada às famílias, e isso não existe. Não há falta de afeto. Há falta de autoridade dos pais. Percebe-se em classes abastadas problemas de conflitos com a lei e estas crianças e adolescentes não estão nas ruas, não envolvendo aí famílias com pais abusadores e violência doméstica. Há necessidade de uma política voltada às famílias por conta da falta de autoridade, em qualquer classe social. Muitas vezes a abordagem é feita diante dos pais, tirando-se ainda mais a autoridade destes. A questão não é de vínculos afetivos mas é de limites, não só nas classes carentes economicamente, mas em todas as classes. Há um preconceito em pensar que o problema de limites é só de famílias carentes. Impotência, culpa, são sentimentos que estão presentes nestas famílias. O retorno à família normalmente significa retrocesso. O pior: a falta de políticas de atendimento às famílias. A abordagem é fazer com que os adolescentes se superem e ajudem às suas famílias. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“A família de um caso que atendi é muito carinhosa e quer o menino em casa, e o menino não quer voltar, e começa a adotar atitudes que mostram que não está na hora de ele ir para casa. O menino não aponta claramente porque mas o fato é que ele não quer voltar. O menino não permite (falar sobre o assunto), e dá sinais como: sair da Casa (de Abrigo, informe nosso) e voltar ‘chapado’ (drogado, informe nosso). Não há como saber o que ocorre no contexto desta família..” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Há casos em que há diagnóstico preciso de abuso sexual”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Um dos fatores parece ser o local (por exemplo, Vila Zumbi). Há muita mortalidade. O retorno à casa (da família, informe nosso) pode provocar mudança de Casa (Abrigo) e perda de relações comunitárias que ele construiu”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Esta é uma de minhas preocupações: o fato de que muitas meninas saiam da posição de só receber e também passem a se doar. Tem sido elaboradas propostas que permitam isso: visitas das meninas em um asilo. De muitas formas as meninas vão criando raízes. Mas quando ela volta para casa isso pode se perder, a não ser

que se crie uma rede de apoio após a saída delas do Abrigo, no retorno às famílias. O retorno à casa da família com novas aquisições como dança, etc., pode mudar o perfil dela diante da comunidade onde a família dela reside. O trabalho com a dança no mutirão cultural é um dos aspectos que pode ajuda-las a serem vistas”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Minha experiência ‘de rua/na rua’ mostra que muitas famílias deram o consentimento (de permanecerem nas ruas) com fins de dinheiro. Por exemplo, cuidar de carro, que eram os meninos ‘na rua’. Não vejo muita diferença entre os dois casos. O vínculo na família é muito frágil. Os riscos como violência, drogas, etc., são os mesmos nos dois casos. O inserção é gradual nas ruas (nos casos de meninos ‘na rua’). (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“(Im)Possibilidade de cuidar da criança por parte da família. Os meninos quando estavam conosco na creche, tudo bem. Quando saíam da creche acabavam indo para as ruas, e mais tarde acabei encontrando estes meninos em programas. A possibilidade que a mãe não tem de manter as crianças em casa”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“ As causas são várias. Busca de mais um recurso – ‘furo’ sócio-econômico do país. Valores – crise de valores de família – os atrativos dos que não têm valores, em relação à rua, são muito grandes. Cai-se no descrédito em relação aos políticos. A idéia de ‘se levar vantagem’ é muito forte e predominante. O consumismo também é muito grande em relação a questões bem específicas como comprar uma roupa da moda, etc. A crise de valores é muito forte. Muitas das meninas da casa já são mães. Para solucionar este problema de valores não é só uma questão de apoio econômico às famílias carentes. Não adianta só resgatar as famílias, mas também o ser humano. Se não se resgatar isso, é bem difícil”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“As questões macro-econômicas atingem rapidamente a todas as classes sociais. A crise atinge mais a miséria e a pobreza e intensifica o problema”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Há uma concentração de renda. No nível institucional, na escola é muito difícil, no abrigo se conhece mais as meninas, e é mais possível. A questão também é das comunidades. Deve-se dar mais condições às comunidades, mas não com programas paliativos. A vida das comunidades, com o resgate da auto-estima, do valor humano”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“É muito relevante discutir o que é paliativo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“A pergunta é: interessa resolver? O interesse é o resultado paliativo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“O trabalho com os meios de comunicação tem que ser feito. Isso é mais forte do que o trabalho técnico”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Crise de valores – é muito institucional. Por que a escola não dá conta? Pois ela está em crise. Como resgatar a escola?” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Fica difícil, na medida em que a escola tem o compromisso com a aprovação e não com a aprendizagem. Há um desvirtuamento na formação do sujeito”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo)

Ao colocar em discussão os conceitos “na rua” e “de rua”, tivemos a intenção de problematizar um enfoque presente em trabalhos acadêmicos e institucionais, notadamente os da Prefeitura Municipal de Curitiba, que fazem esta diferenciação não acompanhando o movimento dinâmico do processo de risco que envolve uma criança e/ou um adolescente que estão na rua sob a tutela da família, num primeiro momento e que em seguida apreendem a cultura da rua e os seus modos de sobrevivência, passando a morar na rua.

Constatamos que os coordenadores entrevistados prevalentemente compreendem a inadequação desta simplificação, contrariamente ao que foi exposto no estudo realizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1999, com a colaboração do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o NEICA – Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente, da UFPR, que, como já relatamos no Capítulo I deste trabalho, desconsiderou em sua argumentação que os riscos são os mesmos, e que o movimento dinâmico do cotidiano acabará por leva-los da condição “na rua” para a situação “de rua”.

Outro ponto em comum nos depoimentos dos entrevistados foi a consideração dos aspectos macro-econômicos como determinantes na situação de rua de crianças e adolescentes e assim demonstrando maior compreensão da natureza de classe inerente ao problema.

Também constatamos nos depoimentos dos coordenadores a indicação do fator familiar como importante elemento nesta dinâmica, sem, contudo, os depoimentos terem

apresentado a culpabilização das famílias, mas, antes, sua impossibilidade para cuidar de seus filhos, por estarem elas mesmas atingidas pela marginalização.

Os depoimentos apresentaram também a indicação da falta, e, portanto a necessidade, de um trabalho com as famílias o que é um avanço em relação aos argumentos culpabilizadores apresentados pela Gerência de Abrigos ao tratar da questão das famílias.

Embora no nível de Gerência também se falasse em trabalho com as famílias, isso era expresso num sentido do retorno familiar; já, no nível das Coordenações de Abrigos, os argumentos dos entrevistados apontaram para a necessidade de criação de propostas que trabalhem com a impossibilidade da família em cuidar de seus filhos, não significando uma análise moral do “não querer cuidar por irresponsabilidade”, mas sim a admissão de que são famílias que reproduzem nas relações com seus filhos sua própria impossibilidade de entender seu papel educador, dadas as condições históricas de miserabilidade e de falta de acesso a um conhecimento mais elaborado, que aparece em vários depoimentos dos Coordenadores como “crise de valores”.

Denota-se aí, nesta diferenciação de ponto de vista entre os dois segmentos entrevistados, uma maior clareza por parte dos coordenadores dos Abrigos da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e de suas famílias, decorrente do exercício cotidiano mais concreto, contra um modo mais tecnocrático de análise decorrente da função de supervisão presente nos depoimentos da Gerência.

4.1.3.3.3. A caracterização das famílias dos educandos dos Abrigos

Na proposta original do roteiro da entrevista coletiva com os Coordenadores dos Abrigos o eixo “família dos educandos” estava previsto para o final. Entretanto, durante a entrevista o mesmo foi antecipado porque a questão da família tinha aparecido bastante, de forma espontânea, nos depoimentos até aquele momento, e nossa intenção foi não desaquecer o tema.

Assim se expressaram, nos depoimentos dos Coordenadores de Abrigos, as características das famílias dos educandos atendidos:

“Famílias com perfil de baixa renda, que apresentam trabalho na informalidade como catadores de papel, e recebem bolsas auxílio, e, os sem renda que não têm nada disso. Por exemplo, famílias que utilizam drogas e induzem seus filhos, mas querem ficar com sua família”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“No programa que atendo predomina a baixa renda. Moram em periferia. Estão perdendo seus filhos para a rua, para a mídia, na questão do sexo. As meninas se tornam mulheres mais cedo – a mídia coloca muito a questão da sensualidade. Estas famílias estão perdendo seu espaço, e são carentes de escola, de conhecimento, até mesmo de documentação. Não é só a questão do conhecimento escolar, mas de seus direitos. Os pais mesmos é que levam as suas crianças para a rua. Não vejo nisso um ato de irresponsabilidade, mas de sobrevivência. Não coloco as famílias como culpadas; procuro estimular os educadores que alegam a culpa dos pais, para que percebam um outro lado. Às vezes a menina veio de uma terceira família além da família original”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“O abrigo é mais um espaço”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Meninas que foram adotadas e vão para a rua mesmo assim”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Em adoções há devoluções relatadas”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Casos atendidos mostram que meninas têm mais vínculo com um parente do que com a mãe. Onde se perde totalmente o vínculo com a genitora é muito difícil de resgatar. Há visitas ao abrigo, reuniões com as famílias, e os horários são negociados para as visitas. Visitas domiciliares são feitas com a pessoa com quem a menina tem mais vínculo. Com o passar do tempo a menina poderá fazer uma visita domiciliar primeiramente acompanhada por profissionais e depois sozinha. Há famílias que não têm nenhuma condição de receber a menina de volta. (São feitas) discussões com grupos de famílias, com relação aos motivos do abrigamento. Não se trabalha com temas nas reuniões de família. Surge muito assunto: drogadição, falta de limites havendo culpabilização dos filhos (as) por parte da família. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

Nos depoimentos das coordenações de Abrigos entrevistadas aparece de forma recorrente um esforço por compreender o problema da família, e não o julgamento das mesmas.

A característica predominante apontada sobre tais famílias é a baixa renda, ou a ausência de renda, além de usuários de drogas e álcool. A circulação de crianças também aparece nos depoimentos, embora não de forma muito elaborada e consciente, mas em afirmativas que permitem deduzir esse fato: “Às vezes a menina veio de uma terceira família além da família original”, ou, “O abrigo é mais um espaço”, ou quando explicitaram casos de famílias que utilizam drogas e induzem seus filhos ao consumo e ao espaço da rua, mas desejam permanecer juntos.

Pelos depoimentos pode-se depreender que o esforço de sobrevivência das famílias implica em mecanismos diversos que derivam no afastamento, mas não na perda total do vínculo, o que nos permite problematizar estes dois conceitos: distanciamento e perda de vínculo. Os membros de uma família atingida pela miséria podem utilizar formas de sobrevivência que induzem ao distanciamento físico, sendo a ida para as ruas uma delas, mas não significa necessariamente que tenham perdido o vínculo afetivo. A consideração desta sutil diferença tem que ser levada em conta ao serem planejadas intervenções institucionais com crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias, pois o que pode ser interpretado como perda de vínculo pode ser na verdade distanciamento físico com muito sofrimento envolvido como o comprovam os depoimentos de educandos egressos das ruas da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias: “Penso que um dia eu posso voltar a morar com minha família. Quando crescer eu quero montar minha própria família e cuidar dela com muito carinho, como minha mãe não pode cuidar de mim”. E, “O meu futuro vai ser muito diferente do que o presente. Vou construir minha família e fazê-la feliz, com todo o carinho que estou guardando para o futuro realizar. E também vou ajudar minha mãe e os meus irmãos menores que eu.”⁴⁸:

4.1.3.3.4. Abordagens com famílias – omissões do sistema.

⁴⁸ Depoimentos de educandos da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias transcritos na publicação: URBAN, T. e GÓIS, F. F. (Orgs.). **Histórias de nossas vidas**. Curitiba, Posigraf, 1999, pp.114-115).

“O trabalho efetivo com a família neste nível é muito difícil de fazer. Envolve um conhecimento razoável sobre a família para o retorno acontecer. Nas reuniões meu programa tem buscado debater o problema da falta de limites”. (Depoimento Coordenação de Abrigo, 2004)

“(As abordagens realizadas com as famílias) são adequadas, mas não suficientes, acabam sendo paliativas. Tem que ser tratada a causa. (Há) Necessidade da criação de uma rede de atendimento às famílias. Há vários programas, mas estão soltos. E não podem vir de cima para baixo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“As coisas sempre se deram de forma isolada. Por exemplo, um caso atendido por mais de um profissional fora do programa., A rede fica esfacelada. Ainda não se consegue ver o individual no todo. Ocorrem famílias que recebem cestas básicas de cinco programas. (Há a necessidade de) criação de uma rede. Juntar as informações”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Não adianta resolver só a nível técnico, mas as pessoas envolvidas têm que ser ouvidas. Por exemplo: o S.O S. Criança, o Acompanhamento familiar, na antiga SMCr, que faziam muitas dinâmicas com as famílias”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Há etapas, processos, na entrada, no início do abrigamento você já levanta um perfil da família. Há um estudo social de caso feito pelas assistentes sociais. Há um acolhimento. No primeiro momento há uma resistência (do educando) de falar da e com a família. Não se impõe uma visita domiciliar no dia seguinte ao abrigamento. Muitas vezes não se tem nem o abrigamento. Há uma cultura de valorização da família (no programa). Há reuniões a cada quinze dias. A Casa de Abrigo faz o trabalho de levar a menina até a família, mas a família nem sempre vem até a Casa de Abrigo. Há questões estruturais que impedem visitas muito frequentes. Há casos com vários anos de atendimento, antes de (a família) entrar na Casa de Abrigo. Trabalhar famílias é um processo terapêutico, mesmo que não haja perspectiva de retorno familiar. Há culpa por parte das meninas. Elas podem falar sobre sua raiva. Há 33 meninas em terapia, pois só a instituição não dá conta. Há necessidade de um espaço fora do abrigo. A concepção dessa aproximação com a família é muito a longo prazo. Há casos em que a menina não vai poder retornar à sua família. Nestes casos tem que se trabalhar sua autonomia. As famílias são tão vítimas quanto as meninas abrigadas. Há necessidade de uma rede de atendimento às famílias. As famílias são maciçamente usuárias de drogas. Aí se começa com um curso para o trabalho. Começou-se pela última etapa, pois os pais são dependentes e necessitam de um trabalho para esta dependência química. Quando me refiro à rede, não me refiro à última etapa que é a de formação para o trabalho. Isso em Curitiba não existe. O trabalho com as famílias tem que abordar todas estas questões. Os casos

crônicos: pais abusadores, aliciadores para a prostituição, violência doméstica sistemática. Logo após o início do trabalho com a menina já se inicia um trabalho de responsabilização em relação às famílias, para que estas conheçam o trabalho do abrigo, bem como as meninas. A meta é não permitir que estas populações fiquem na posição de vítimas para sempre. Uma das coisas trabalhadas: não é a direção que pune, mas a menina que opta. O encaminhamento à escola é só após um mês de Casa. Nas reuniões semanais os ‘castigos’ são definidos a partir de registros diários. As situações de transgressões e conflitos são retomadas no nível individual já no momento em que ocorrem. As transgressões passam por uma discussão para serem enquadradas como ‘leves’ ou ‘pesadas’. As leves podem ser discutidas na reunião, as pesadas não. Há uma votação do grupo sobre as sanções. Não existe uma rede que permitisse um trabalho mais integrado. Na antiga SMCr havia um acompanhamento familiar. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Questão de grupos de irmãos: procura-se viabilizar visitas, mas não dá para o convívio em muitos casos, pois as Repúblicas separam idade e sexo” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Busca-se acentuar os vínculos com flexibilidade”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Trabalho com as famílias nas festas comemorativas é alegria para uns e tristeza para outros, pois muitas famílias não comparecem. Criou-se o sistema de apadrinhamento (madrinhas), buscando a participação das famílias” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na abordagem com a família a maioria dos casos atendidos já passou por outras abordagens, em outros programas. No primeiro momento do abrigamento já se aborda a questão familiar, histórico, etc., embora alguns se neguem a falar da família. Há casos em que o menino vai fazer o retorno familiar e retorna para o Abrigo. Há casos em que o menino vai até sua casa para mostrar onde mora, mas não quer entrar. A questão da família é tratada de forma esporádica, por contatos telefônicos, com visitas ao Abrigo ou ao domicílio. As visitas da Assistente Social à família são prévias para preparar a visita do menino. Nos casos em que a família não tem comida para receber os meninos em suas visitas, por exemplo, Icaraí, então é providenciada através de outro programa uma cesta básica. Os meninos são preparados para poderem visitar sua família sozinhos, mas isso passa por etapas de acompanhamento pelos profissionais da Casa. Às vezes o menino não volta da visita domiciliar e reforça seu vínculo com a família. Sanções internas são colocadas pela Direção da Unidade sempre que há transgressões. Há discussões grupais com os meninos sobre as transgressões dos demais. O sistema da república é de entrada e saída livres, desde que não haja transgressão ou burla de regra, por exemplo a drogadição. A discussão dos meninos gera possibilidades de novas práticas, como por exemplo, relações sexuais, transa dos meninos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Visitas das meninas à sua família, no início são acompanhadas pelos profissionais. Estas visitas são “conquistadas”: são idas de curta duração que gradualmente vão aumentando, com muito tutoramento, e também para a família passar pelo processo de se responsabilizar pelo filho. Na ceia de Natal todas as meninas passam na Casa (Abrigo) para evitar que os casos com ausência de vínculos familiares fiquem sem ter opções para passar a Ceia”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Não por acaso existe uma similaridade de condução dos trabalhos com as famílias em relação aos princípios norteadores, apesar das especificidades de cada programa, idade, etc. Há uma consonância. Na questão de receber as famílias, a visita social, a Assistente Social do abrigo vai com o educando até sua casa buscando uma aproximação com a família, para um estudo social que viabilize o trabalho. As primeiras visitas com o menino e profissionais da Casa são para viabilizar o conhecimento da história do educando. O acolhimento ocorre em seguida, para estas famílias se aproximarem, não só para visitas, mas para orientações e outras informações. As famílias têm dificuldades, por exemplo, para buscar a Juíza que deu a determinação do abrigamento. O compromisso, então, do Abrigo é orientar esta família quanto às razões do abrigamento. O que é muito forte, é o acolhimento e a afetividade tanto com o menino quanto com a família. Há um favorecimento para que a família venha ao Abrigo. Demanda-se um tempo grande para a formação de vínculos com estas famílias, para se descobrir a história de suas vidas. Percebe-se que a família não está conseguindo lidar com a função de “cuidar”. Ela vem perdendo gradualmente esta função, e junto com isso a colocação de limites. A incapacidade de a família buscar atendimento para um certo controle desta criança. É uma incapacidade que esta família encontra em colocar limites, que são ora muito rígidos ora muito soltos. As famílias dizem muito isso: ‘como é que ele já está um ano no abrigo e não vai para a rua, e comigo (família) isso não acontece’. Tenta-se discutir com a família as transformações que a criança passa, pois ela também tem vontade própria. Quando o educando está bem no Abrigo e volta para casa, o mesmo vai para a rua novamente e a família tenta abrigar novamente e isso não é permitido. Cria-se um monitoramento por parte do programa sem abrigar aquele educando. O monitoramento é relativamente novo. Visitas monitoradas sem abrigamento. É precoce dizer que está dando certo. Alguns casos mostram que depois de muitas idas e vindas, e a inserção na escola, e transcorridos 2 a 3 meses, o monitoramento é mantido. Há uma afetividade dos profissionais em relação ao menino. Procura-se fazer o relato em um processo de discussão deste monitoramento. Talvez a saída para a reinserção do educando na família seja o monitoramento, e gradualmente repassar o caso para o Resgate Social. Em relação a programas desenvolvidos com as famílias, não percebo a existência de um acompanhamento de outros setores dentro da FAS, há mais um repasse para os Conselhos Tutelares. Não existe ainda um programa em rede. Não percebo esse trabalho”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“A dificuldade cresce porque há muitos casos de educandos da Região Metropolitana, não sei por que. A FAS já tinha um trabalho com as famílias antes da fusão com os programas da SMCr. Em determinadas regiões há um atendimento mas não dá conta de toda demanda”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Tentei em outros anos um atendimento familiar, colocar em discussão, mas essa era uma atribuição do S.O.S. Criança. Não era má vontade dos profissionais. Na verdade nunca houve conexão a nível de estrutura, nem na época da SMCr. Os abrigos já solicitaram muito”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“A Assistente Social da Casa (de Abrigo) toma para si esta tarefa de trabalho com a família, vai até o domicílio e tenta dar um encaminhamento às famílias”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Com os antigos programas do S.O .S. Criança havia até 80 casos de crianças pegadas no arrastão e não havia estrutura para tal demanda de famílias” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Os depoimentos das coordenações de Abrigos evidenciaram que não há uma linha orgânica em nível de sistema entre as abordagens desenvolvidas com as famílias dos educandos nos diferentes Abrigos da PMC. Isso aponta para aspectos positivos e negativos.

Positivamente, o que se destaca é a autonomia de cada uma das unidades de Abrigo em criar suas próprias formas de enfrentar a problemática familiar implicando na criação de propostas inovadoras como o monitoramento dos educandos após seu desligamento do Abrigo. Mas essa autonomia sem a necessária integração com os demais Abrigos tem o alto preço do isolamento institucional.

Os aspectos negativos os próprios depoimentos indicaram textualmente quando apontam a fragmentação: “As coisas sempre se deram de forma esfacelada” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004), indicando a inexistência de um trabalho em rede e com isso gerando esforços duplicados em relação a uma mesma família que recebe apoios de vários programas, o que em sentido contrário significa famílias sem apoio algum, além de que os avanços que vão sendo obtidos por ensaio e erro dentro das unidades de Abrigo, não são submetidos a um compartilhamento de troca de experiências que permita chegar-se a um nível de construção teórico-prática mais crítico, refletido coletivamente e efetivo pela

experiência comprovada em algumas áreas. Enfim, combina-se proposições emergenciais intra-Abrigos com centralismo gerencial: “Há vários programas, mas estão soltos. E não podem vir de cima para baixo” (Depoimento Coordenação de Abrigo, 2004).

Há a necessidade de se avançar para uma concepção orgânica em todas as abordagens dos Abrigos, sedimentada pela discussão coletiva entre as diversas unidades, bem como subsidiadas por uma fundamentação teórica consistente.

Em síntese, evidencia-se a ausência de uma gestão democrática no nível do sistema com a participação de todos os envolvidos. Constataram-se formas de gestão mais participativas no interior das unidades, mas não entre as unidades e o sistema.

Afora estas questões, o sistema de Abrigos da PMC peca por perpetuar um modelo que não absorve grupos de irmãos que forem de sexos diferentes num mesmo espaço, contrariando o que preconiza o ECA neste aspecto, em seu artigo 92, inciso V: “Não-desmembramento de grupos de irmãos”, com referência aos princípios das entidades de abrigo.

4.1.3.3.5. A relação dos Abrigos com a escola

“ Na Casa (de Abrigo) as Oficinas são: literatura, informática, com parcerias. Objetivos: reforçar o aprendizado da alfabetização. A grande dificuldade dos meninos é o processo famigerado de Correção de Fluxo que gera grandes problemas⁴⁹. Os meninos chegam na 5ª série sem ler e escrever. O menino não dar conta da escola é fator de evasão na Casa (de Abrigo). Ele se sente como não dando conta. O foco então é minimizar os efeitos penosos do fracasso na aprendizagem. (A preocupação é) Sensibilizar os diretores e professores das escolas sobre quem são os meninos, pois há um estigma: ‘os piores alunos são os meninos da Casa do Piá’. É feita uma solicitação para que a escola venha a conhecer a história de vida destes meninos. Na escola há uma falta de sensibilidade de diretores e professores. As escolas, após um trabalho intenso, parecem demonstrar alguma sensibilidade, mas

⁴⁹ Informe da pesquisa: Correção de Fluxo é um programa de adequação idade-série, destinado ao ensino fundamental, organizado pela Secretaria de Estado da Educação a partir do final da década de noventa, na gestão do governo Jaime Lerner, com procedimentos didático-pedagógicos de aceleração da escolaridade, ocasionando um aligeiramento e uma superficialidade na abordagem dos conteúdos, trazendo como consequência a impossibilidade do alunado prosseguir sua escolaridade no próximo nível. O objetivo político do referido programa, não declarado, porém detectado, foi minorizar os dados estatísticos de evasão e repetência escolares, mascarando os resultados oficiais da escola pública.

não totalmente. E a exclusão velada, que não é explicitada, é muito pior”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Na Casa (de Abrigo) a maioria das meninas, praticamente todas, traz traumas dos bancos escolares. Por isso, num primeiro momento (após chegarem à Casa), não são encaminhadas à escola”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa (de Abrigo) lanço sempre um desafio ‘saber com sabor’ dentro da escola. Marcam-se reuniões com os professores das escolas para viabilizar condições melhores no trabalho escolar com os meninos. Tomo o exemplo de um menino que recusou-se a ir para a escola e foi buscar conhecimento na biblioteca da Casa. Grande parte do trabalho feito com os meninos baseia-se em suprir dificuldades que a escola não supriu”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Já ocorreram casos graves de preconceito de professores para os quais teve que ser procurada outra escola”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“A escola que temos não dá conta dos meninos que temos”. (Depoimento da Assessoria da Gerência de Abrigos, 2004).

“Nas oficinas da Casa do Piá I o reforço escolar é a tônica”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Para a defasagem das educandas na aprendizagem escolar utiliza-se de parcerias como a Escola Santa Cruz com seus alunos e professores, bem como pedagogos voluntários, que se propõem a auxiliar. Se a menina não dá conta das exigências da escola há uma evasão por conta de situações vexatórias” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Os depoimentos dos coordenadores quanto à relação dos Abrigos com a escola apontaram para uma ruptura do princípio de democracia de acesso e permanência a todos os alunos, evidenciando-se que há um nível de preconceito entre diretores e professores de escolas freqüentadas pelos educandos dos Abrigos, a ponto de gerar fracasso escolar, evasão da escola e do Abrigo, e seqüelas emocionais profundas.

Essa atitude da escola concorre fortemente para manter crianças e adolescentes com histórico de rua na condição de subalternidade, pois sua identidade e auto-estima são fortemente afetadas.

Em contrapartida, as unidades de Abrigo encetam esforços para organizar oficinas de reforço escolar, o que vem a significar para os educandos, reforçar o que não é

trabalhado adequadamente na escola, reforçar o que está causando o problema de aprendizagem, ou ainda, tentar modificar o aluno já que não se consegue modificar a escola. Isso tudo agravado pelo fato de que o reforço escolar nas unidades de Abrigo é realizado por educadores sociais não habilitados para esta função. Temos uma escola que exclui e constroem-se processos para reforçar o processo de exclusão, uma vez que as oficinas nos Abrigos trabalham o que a escola trabalha, ainda que num outro espaço, mas ainda sim dentro do mesmo paradigma. Como romper isso? Como interferir neste processo de exclusão que a escola cria através do preconceito, da rigidez de seus processos pedagógicos elaborados para um aluno idealizado, que não corresponde ao filho das classes populares, que não contemplam o aluno ideologizado como lúmpen⁵⁰?

Entendemos ser essa uma tarefa interinstitucional envolvendo as Secretarias de Educação, nas esferas estadual e municipal, onde se faça desde um trabalho de denúncia e exposição clara do problema junto às comunidades escolares e sejam concebidas saídas a partir de discussões coletivas, contemplando análises das histórias de vidas destes educandos, sustentadas por uma fundamentação que permita a compreensão da sociedade de classes e dos meios produzidos por tal sociedade para a construção de identidades subalternas, denunciando-se o quanto a escola coopera neste processo.

4.1.3.3.6. Relações dos educandos dos Abrigos com a comunidade.

“As relações com amigos feitos na escola acontecem na família e na Casa de Abrigo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Tem se buscado muito trazer a escola para dentro da unidade, para que se ampliem as relações de comunidade. Dentro da Casa das Meninas há educandas com estrutura familiar mais estável e com recursos, e aí se busca encaminhar para terapia familiar privada, pois a estrutura pública não dá conta”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

⁵⁰ Conceito problematizado por Marx, em O Capital, 1968, vol. I, que significa “O lixo de todas as classes, uma massa desintegrada de indivíduos degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar, aventureiros, rufiões, mendigos, vagabundos, prostitutas, enfim, o rebotalho do proletariado”. In: LEITE, Lígia C.. **A magia dos invencíveis**. Petrópolis, Vozes, 1991. P. 27.

“Os encontros de confraternização no Abrigo permitem o relacionamento da família com a comunidade onde o filho está morando”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quanto à questão do acompanhamento em seu programa não damos o nome de monitoramento como na Casa do Piá I. Há um caso atendido em que o menino quer estudar, mesmo após ter saído da Casa (de Abrigo), e recebe vale transporte. Passa uma parte do dia na Casa, à tarde, tendo curso no ISAS (Instituto Salesiano de Assistência Social) pela manhã, e escola à noite”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Os depoimentos dos coordenadores evidenciaram haver por parte dos profissionais dos Abrigos esforços concretos no sentido de integrar seus educandos à comunidade local, o que é positivo. O fato apontado por uma das Coordenações de Abrigo de que educandas que possuem famílias com situação econômica mais estável são encaminhadas para terapia familiar privada, pois a estrutura pública não dá conta, permite levantar a hipótese de que os(as) educandos(as) que não têm a mesma condição econômica ficam sem esta terapia bem como suas famílias, sob o argumento de que o Poder Público não comporta tal despesa. Se tal hipótese for verdadeira, isso implica na necessidade de uma rediscussão no interior das unidades de Abrigo, envolvendo todos os seus profissionais, onde se perspectivem formas de enfrentamento para a omissão deste Poder Público, e não simplesmente a submissão ao argumento da impossibilidade que contraria o princípio consagrado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988, e pelo artigo 4º do ECA de que “criança e adolescente são prioridades absolutas”.

4.1.3.3.7. O vínculo dos educandos com a comunidade interna dos Abrigos.

“Um caso acompanhado por mais de dois anos, que tinha epilepsia, ficava na Casa (de Abrigo) no sábado e domingo, e durante a semana com a família. Até hoje busca satisfazer alguma necessidade na Casa. Estabeleceu um vínculo com a Casa das Meninas, e em sua casa teve que ser construída uma peça (cômodo) para sua permanência. Não foi forçado o retorno familiar, e este foi feito gradualmente. Recentemente retornou à Casa para apresentar o seu namorado”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Os meninos visitam outras unidades que já freqüentaram, por exemplo, meninos que foram da Casa (...) e estão na Casa (...), e voltam para visitar. Isso acontece com freqüência, revelando que há um vínculo bem importante.” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Sempre que a educanda não teve problemas na Casa, estabelece um vínculo forte para retornar. Dentro da Casa é organizada uma tarde de confraternização com as educandas antigas que já são mães de família, junto com seus filhos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa (...) procura-se manter o vínculo mesmo com os evadidos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Eles (os educandos) têm meu celular e ligam para fazer contato. Em casos graves de meninos evadidos, os mesmos voltam a procurar ajuda. Outro caso que praticou agressão ao meu veículo, retornou à Casa para visitar”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quando entro em férias, cinco meninos podem entrar junto de férias. No começo minha saída como Coordenação em férias gerava uma debandada geral dos meninos. Encaminhamentos para República ocorrem em casos de perfil positivo, mas houve casos de evasão depois do encaminhamento. Isso levou à constatação de vínculo afetivo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Há o risco deste menino evadido fazer a cabeça dos outros (se voltar)”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quando a necessidade da ida para a República não é aceita pelo menino, há a retomada da drogadição e a volta às ruas. Avalio que o encaminhamento para as Repúblicas não é bem recebido por alguns meninos, mesmo que não apresentem uso de drogas. Esse tipo de encaminhamento está sendo rediscutido”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Em relação à Casa (de Abrigo) há um pedido do menino em ter maior autonomia e ele solicita ir para uma República. Não considero mais o termo Casa de Passagem breve, pois é muito difícil um trabalho desta profundidade em seis meses ou um ano”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Não se consegue reconstruir, centrar, um sujeito em seis meses”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quase todos os encaminhamentos acabaram resultando em perda desse menino para a rua”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Isso precisa ser investigado. O que faz o menino ficar na Casa (...), mas ter uma ligação forte com a Casa (...)? Isso não é uma norma, mas uma sensibilização da Coordenação da unidade. Sempre que o encaminhamento é pensado, a vontade do menino é levada em conta. O ingresso no nível I é mais tolerante com transgressões e drogadição nas histórias desses meninos” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Os depoimentos acima evidenciaram que diversos educandos desligados ou encaminhados das Unidades de Abrigo retornam para visitas, mostrando a existência de vínculos afetivos muito fortes dos mesmos em relação à comunidade interna dos Abrigos. Nestes depoimentos também se evidenciou a cristalização de uma prática de encaminhamento que já comentamos anteriormente, determinado pela estrutura do sistema, onde a República é entendida como o espaço adequado para educandos que apresentam um “perfil positivo”, gerando tal decisão, inúmeras vezes, a evasão deste educando por não aceitar desligar-se da unidade de Abrigo onde estabeleceu sua ruptura com a rua e onde construiu relações e vínculos fortes.

Entendemos necessário destacar dois aspectos nesta questão: em primeiro lugar a persistência num critério que não se sustenta na prática, ou seja, definir o Abrigo de Nível I como “de passagem” quando na realidade dos fatos os educandos ficam por muito tempo, até porque, segundo os próprios depoimentos: “ Não considero mais o termo Casa de Passagem breve, pois é muito difícil um trabalho desta profundidade em seis meses ou um ano”. (Depoimento Coordenação de Abrigo, 2004). Assim, com a vigência deste critério de encaminhamento se contraria a proposição do ECA sobre este assunto, que em seu artigo 92 define os princípios dos programas de abrigo, estabelecendo: inciso VI - “Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados”, e, inciso VII - “Participação na vida da comunidade local”. Além disso, desconsidera o esforço da comunidade interna dos Abrigos, no contexto ora investigado, onde seus profissionais têm feito a conformação de sua estrutura de atendimento, sua organização interna de tempos e espaços, e sua postura diante dos educandos, para um modelo de permanência continuada onde os vínculos afetivos são estabelecidos e mantidos.

Em segundo lugar, este critério deve ser revisto em função de que o conceito de República não é um espaço físico, mas uma filosofia de atendimento onde entre outros

aspectos que já comentamos, existe a perspectiva de auto-gestão com a participação direta dos educandos nas decisões, independentemente de sua faixa etária, e isso os atuais Abrigos de Nível I da Prefeitura, graças aos esforços de seus profissionais internos e não graças à perspectiva de política pública, já vêm fazendo.

Mais uma vez durante nossa investigação ficou manifestada a inadequação dessa terminologia “Nível I- Permanência Breve”, uma vez que feito o ingresso do educando inicia-se todo um processo profundo que não tem tempo previsto para término e pode levar muitos anos, e não é nada breve. A não ser que se imaginasse possível um conjunto de profissionais conscientes, com uma experiência considerável como foi o caso dos entrevistados, tomar conhecimento do caso recém inserido e ficasse postergando todos os dias as práticas sócio-pedagógicas que cada educando requer, em nome de uma permanência que será breve, mas não se sabe quanto. Não há como sustentar uma prática com tais perspectivas. Uma vez o educando inserido, passou a ser parte daquela comunidade e o trabalho inicia-se aí sem tempo previsto para terminar. Não se constrói uma identidade com prazo fixo. Muito menos com tempo “breve”.

4.1.3.3.8. Necessidade de novas unidades de Abrigos.

“No caso da visita dos meninos do programa Criança em Segurança⁵¹, estes meninos começaram a esperar vaga. Eles virão, mas só quando abrir vaga” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Não há vagas para todos. O que se percebe é que os meninos não têm ficado esperando muito tempo. Há casos de abrigamento por uso de drogas, que foram recusados, mas isso não é a proposta da Casa (...). Na Casa deve-se priorizar os meninos que realmente estão nas ruas. As vagas ficam na dependência do que os Conselhos Tutelares enviam, e que não são efetivamente meninos de rua. Isso revela um desconhecimento por parte dos Conselhos Tutelares sobre as propostas dos Abrigos. Os Conselhos Tutelares via de regra recomendam em primeira instância o abrigamento”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

⁵¹ Criança em Segurança programa da Fundação de Ação Social - FAS, desenvolvido em meio aberto, e que consiste em abordagens realizadas nas ruas de Curitiba por educadores sociais e policiais militares, e que está sendo por nós analisado em texto específico, para posterior divulgação.

Algumas questões devem ser discutidas dos depoimentos acima: a ausência concreta de vagas, revelando a falta de disposição do Poder Público Municipal de Curitiba para criar um sistema de Abrigos mais adequado à demanda, uma vez que temos argumentado que determinados modelos de programas de passagem e em meio aberto não têm proposta efetiva de solução, e que no caso deste município foram oito anos de uma mesma gestão segurando vagas em programas de permanência continuada nesta área.

Em relação ao depoimento que indicou ter ocorrido recusa nos Abrigos em aceitar casos de usuários drogas, embora não seja o critério predominante, deve-se considerar que diversos estudos no Brasil e na América Latina apontam para a situação grave de uso de drogas por crianças e adolescente em situação de rua (RIZZINI, 1995), e considerar também que a própria Prefeitura Municipal de Curitiba em estudo sobre a caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Curitiba (PMC, 1999) apontou que “Dos 803 meninos(as) entrevistados nesta pesquisa, 247 deles (30,8%) disseram fazer uso de drogas e 548 (68,2%) negaram o seu uso”.(PMC,1999, p.40). O próprio estudo citado levantou a hipótese de uma possível intimidação de responder afirmativamente quanto a uso de drogas frente ao educador de rua (entrevistador). (PMC, 1999, p.40).

Assim, tendo sido assumido por diversas autoridades científicas e institucionais da área, que o uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua é uma característica deste contingente, não procede estabelecer como critério que o usuário de drogas não é caso para os Abrigos, isso seria descaracterizar a própria realidade.

Outro aspecto a se discutir é a postura de determinados Conselheiros Tutelares, segundo a afirmativa de um dos depoimentos acima, que entendem ser o abrigamento a primeira alternativa, mesmo não se tratando de criança ou adolescente em situação de rua., o que revelaria da parte destes Conselheiros Tutelares um desconhecimento sobre as propostas de Abrigos. A proposta para os Abrigos da PMC inclui em seus objetivos outros casos além de crianças e adolescentes em situação de rua, isto é, “órfãos ou abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos e de abuso sexual” (PMC,2000, p. 19), o que demonstra uma disposição, ao menos documental, de abranger para abrigamento outras demandas além da população de rua desta faixa etária, sendo tal disposição positiva.

O que se percebe nos depoimentos dos Coordenadores dos Abrigos investigados é a clareza da inadequação que ocorreria se houvesse o abrigamento, no mesmo espaço físico, de casos com históricos tão diferenciados, e tal clareza é positiva. Entretanto, o impasse se coloca no momento em que os Conselheiros Tutelares demandam vagas em abrigos para os outros casos, que não os em situação de rua, e não ocorrendo a vaga, por inoperância do Poder Público, esta vaga tenha que ser buscada nos Abrigos que acolhem os casos em situação de rua.

Isto posto, não se trata então de uma postura equivocada dos Conselheiros Tutelares citados, mas de demandas diferenciadas que também em muitos casos requerem vagas em Abrigos, como são os casos de violência doméstica onde o agressor é também o mantenedor da família e a criança vitimizada não pode permanecer coabitando com o mesmo. Entretanto, não pode ser feito o abrigamento destes casos, bem como o de órfãos e crianças abandonadas sem histórico de rua, no mesmo espaço físico com crianças e adolescentes egressos das ruas, e voltamos então à inexistência de vagas para atendimento de novas demandas por inoperância do Poder Público, num ciclo vicioso.

A angústia pela impossibilidade é vivida pelos que trabalham na base do atendimento à criança e ao adolescente, mas não incomoda aos dirigentes que tomam as decisões políticas no nível central de poder.

4.1.3.3.9. Os casos mais difíceis dentro dos Abrigos.

“O abrigo não é casa de família para abrigar, por exemplo, um drogadido que não apresenta os demais elementos de população de moradores de rua. Utiliza-se (para barrar a entrada de casos de drogadição que não tenham histórico de rua) a estratégia de lotação da Casa com um morador a mais”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“As famílias assustadas com o envolvimento com a droga, buscam orientação, e, o Juizado delimita que o menino seja abrigado em casos de alcoolismo da família. O Juizado também desconhece a função da unidade de abrigamento”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“O atendimento a drogadidos é insuficiente. Questiono casos de internação que não são tratados, mas a pergunta é como entra a droga lá?” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Pelo que se sabe não há drogas na internação. Nos encaminhamentos do Juizado, não há vagas para meninos com deficiência mental. Em nenhum momento se recebeu tanta informação sobre meninos abrigados como neste momento do Juizado, o que é positivo. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Internamento para dependência química é necessário e imprescindível, principalmente nos casos de síndrome de abstinência na chegada (recebimento do educando)”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa (...) não houve nenhum caso de síndrome de abstinência”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“ Quando o menino resolve voltar é recebido com: ‘que bom que você está de volta’. Na entrada da Casa há casos em que os meninos têm que dormir até doze horas, tomam medicamento e precisam dormir mais. Há um acolhimento de todo o grupo. Há uma extrema tolerância em relação à dependência química” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“São os usuários de drogas com deficiência mental, quadros psiquiátricos (esquizofrenia com drogadição e depressão profunda). Não há preparo para isto, e situações graves podem surgir, até tentativa de suicídio. Há um desgaste muito grande na unidade”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Os mais difíceis são os usuários de drogas e mais um caso, o comprometimento com a criminalidade; necessidade de aprofundar (a discussão) sobre a maioridade e o desligamento (destes casos), bem como a relação com a comunidade, a unidade e os meninos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Também os usuários de drogas e as situações já citadas pelos demais coordenadores”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“A menina de rua tem um nível de autonomia, mas outros casos terão que receber assistência profissional; atendi um caso em que durante dois anos fizemos solicitações para que fosse encaminhado; não há atendimento para isso”. (informe nosso: observação feita durante o tema drogadição associado a outros problemas). (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

Os depoimentos acima explicitaram que para casos graves de intoxicação pelas drogas, as unidades de Abrigo da Prefeitura Municipal de Curitiba não dispõem de opções consistentes e ágeis de atendimento especializado. Os profissionais dos Abrigos, e

demonstramos mais adiante com os depoimentos dos educadores sociais que estes em situação mais freqüente devido ao seu trabalho direto com os educandos, assumem um difícil papel de enfrentar a crise de privação (síndrome de abstinência) com seus próprios meios não especializados. A ausência de uma política pública conseqüente para o tratamento da drogadição de crianças e adolescentes acarreta, em muitos casos, o retorno de crianças e adolescentes às ruas em busca de drogas reiniciando o ciclo da dependência química, levando ao ponto zero todas as tentativas efetivadas pelos trabalhadores das unidades de Abrigo.

4.1.3.3.10. A segurança nas unidades de Abrigo.

“O que se trabalha muito é garantir a segurança de todos dentro da Unidade. Há guarda municipal dentro da Unidade, o que intimida grupos de fora. Como um educando vai ficar num abrigo onde não há segurança? As normas são claras, os assuntos são retomados com as meninas. O senso de justiça é um fator muito importante. O que elas trazem em sua história é o sentimento de injustiça. Por isso os educadores da vigília ficam muito atentos à questão da violência entre as educandas”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quanto ao controle do comportamento, em 92 só ficava na Casa do Piá quem os meninos queriam. Havia rejeição entre os próprios meninos. Havia muito educador, mais do que o necessário. Os meninos são muito inteligentes e conseguem driblar a vigilância. Hoje os meninos são mais acolhedores. Houve o caso de um educando ex-internado que foi bem acolhido. Foi um trabalho de sensibilização. Não há guarda municipal hoje na Casa (...). Primeiro porque houve redução do efetivo, segundo porque nós, coordenação técnicos e educadores da Casa optamos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Nunca abri mão de guarda municipal. Já sofremos três invasões de pessoas ligadas à educandas (grupos de rua). Houve muito trabalho para manter algumas educandas.” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“No Capão da Imbuia tivemos casos de problemas com guardas municipais” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004)

“Há todo um trabalho para cooptar o guarda municipal para ele se transformar em educador. Mas tem que haver a presença de um guarda municipal, porque muitos educandos têm envolvimento com grupos de traficantes. Mas o trabalho destes guardas é requerido como um perfil de educador”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa (...) é absolutamente dispensável a presença do guarda municipal em relação aos problemas internos. Quanto aos problemas externos isso teria que ser repensado (questões de invasões)”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“No decorrer destes anos de trabalho com a guarda municipal, houve um trabalho feito, e há um perfil deferente, O guarda escolhido é pensado pelo seu perfil. Já houve a retirada de guardas. No caso de abrigos para meninas o critério é que sejam guardas femininas, embora em alguns momentos não dá para atender. Sendo guarda feminino o relacionamento á mais tranqüilo. Há o assédio das meninas em relação aos guardas. Há um despreparo dos profissionais masculinos”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa (...) tem sido sempre guardas homens, mas não porque tenha sido pedido. O objetivo dos guardas municipais é cuidar do patrimônio em relação aos fatores externos ou internos, como por exemplo em casos de conduta agressiva no limite, de educandos recém-admitidos, a guarda municipal é acionada”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Na Casa do Piá II esta função é do educador em casos internos de agressão”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Na questão da segurança dos Abrigos aparece por diversas vezes o aspecto relacionado ao gênero, uma vez que as coordenadoras assumiram uma posição defensiva e dependente da presença dos guardas municipais, e o coordenador uma posição mais independente, prescindindo da presença da guarda municipal, apontando como tarefa dos profissionais de sua unidade o enfrentamento à possíveis agressões por parte dos educandos em casos de crises de abstinência ou situações de conflito.

Outro aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que os Abrigos enfrentam a ameaça de grupos de traficantes que buscavam contato com educandos em razão das relações anteriores de uso e tráfico de drogas.

O tema da segurança das unidades de Abrigo traz à tona as situações limite que envolvem o trabalho de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, ou

egressos das ruas com forte introjeção da cultura da rua. Este tema expõe com clareza o lento processo de construção de valores ligados a uma vida coletiva integrada, a ser feito com as crianças e adolescentes egressos das ruas, tendo como eixo primordial a superação de sua identidade subalternizada em permanente estado de alerta e defesa.

4.1.3.3.11. As primeiras abordagens e as atividades cotidianas nos Abrigos.

Segundo o depoimento de uma das Coordenações de Abrigo entrevistada:

“As primeiras abordagens, nas ruas, são feitas pelo Resgate Social, Juizado, Criança em Segurança, busca espontânea por ex-educandos já conhecidos e a vaga é reativada. O desligamento é feito por evasão após 15 dias, porém podendo ser reabrigado”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Pode-se destacar aqui a estrutura bastante rígida dos programas da Prefeitura Municipal de Curitiba em relação a crianças e adolescentes em situação de rua, onde cada programa assume uma função, não havendo espaço para um mesmo profissional assumir as várias funções do processo: abordagem na rua, convencimento ao abrigamento, acolhimento na unidade de Abrigo, e, atendimento ao educando dentro da unidade. Já fizemos essa análise na entrevista da Gerência de Abrigos, e retomamos aqui a impossibilidade que tal modelo gera dos profissionais acompanharem os casos atendidos em todo o seu processo, o que oportunizaria um maior conhecimento das nuances e especificidades de cada educando.

Sintetizamos no Quadro VII as informações das Coordenações dos Abrigos entrevistadas, sobre a estrutura destas unidades, em termos de composição profissional. A estruturação apresentada evidencia a ausência do Pedagogo(a) para exercer especificamente esta função, mesmo que duas das unidades de Abrigo investigadas possuam pedagogos exercendo a função de Coordenação e a função de condução da equipe impede uma articulação mais de perto das práticas sócio-pedagógicas. Mesmo a presença isoladamente de pedagogos nos quadros de profissionais de algumas unidades não caracteriza uma proposta orgânica nos sistemas de Abrigos que tenha considerado a importância deste profissional. É necessário antes uma tomada de decisão que atinja todos os Abrigos.

Entendemos que a ausência de pedagogos nas unidades de Abrigo pode ser um determinante para a desarticulação das práticas sócio-pedagógicas desenvolvidas com os educandos, o que será explicitado nos depoimentos dos educadores sociais em tópico mais à frente. QUADRO VII

Estrutura das unidades de Abrigo investigadas⁵²

Unidades/Profissionais	Unidade A	Unidade B	Unidade C
Direção	01 Assistente Social	01 Pedagogo	01 Assistente Social
Educadores (Não necessariamente com formação técnica)	14	14	14(somente mulheres)
Assistente Social	01	01	01
Pedagogo	Não há	Não há	Não há
Psicólogo	Não há. É buscado fora.	Não há. É buscado fora.	Não há. É buscado fora.
Educandos	7 a 14 anos- 30 vagas	14 a 18 anos – 30 vagas	7 a 14 anos – 30 vagas

Quadro por nós elaborado a partir das informações das Coordenações entrevistados

Ao solicitarmos aos Coordenadores entrevistados que abordassem a concepção teórico-metodológica adotada nos Abrigos, os mesmos discorreram sobre como eram desenvolvidas as atividades cotidianas, não abordando a fundamentação teórica das propostas como havia sido pedido. Parecendo não haver na prática de gestão dos Abrigos a discussão desse aspecto.

“Utilizamos uma metodologia dialógica. Apesar de que você se vale de muitas técnicas comportamentais, que eu abominava, na época de formação universitária. Na Casa (...) são casos muito específicos: drogadição pesada (crack), uso intenso de palavras de baixo calão, agressões verbais, ausência de limites, resistência às normas. Vai-se construindo no cotidiano, de acordo com o trabalho cotidiano. Na relação com a escola há um resgate freqüente do papel da escola. As capacitações

⁵² A unidade D foi excluída deste Quadro, pois sua Coordenação não pode concluir as entrevistas em razão de problemas de saúde na família.

(dos profissionais da Unidade) são feitas dentro da teoria sistêmica”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Quanto às oficinas é bom ver o que consta no manual dos Abrigos⁵³, que é o que seguimos. As decisões (sobre o Manual) envolveram as coordenações. Algumas unidades adotaram a proposta outras se perderam. As oficinas são obrigatórias. A reciclagem de papel reverte-se para suprir gastos com passeios. O coordenador do programa administra o dinheiro arrecadado. O objetivo é chegar à venda, mas também trabalhando a preservação ambiental. A dança é muito forte, desenvolvida com projetos sistemáticos. Há o trabalho com a dança afro, mas há uma desvalorização da comunidade e da escola por serem consideradas músicas de macumba. A dança do ventre também tem sido empregada. A meditação para trabalhar um pouco a concentração e a respiração. Busca do centramento. Não há uma seita religiosa adotada. Jovens da Sagrada Família (linha católica) e grupos evangélicos têm mantido contatos com a unidade, mas com o controle da coordenação para não se acirrar o sentimento de culpa que é enfatizado por algumas práticas religiosas. Grupo do ‘Seicho-no-ie’, com encontros fora da unidade também são admitidos. A Educação Física tem sido trabalhada com a Universidade (UFPR), especialmente o vôlei. Atendimento terapêutico na Clínica da Universidade Tuiuti envolvendo vinte e seis meninas em terapia; o abuso sexual é muito forte (na história de vida de muitas meninas). O mestrado da Universidade Federal, e agora o doutorado, focando abuso sexual. Grupos de terapia nos três períodos, nas sextas-feiras, onde as educadoras não participam. A iniciação profissional é feita no Centro Social do Colégio Bagosi em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde as opções desde 1997 são: informática, artesanato, panificação, limpeza- práticas diárias, cozinha, serigrafia (dentro da escolaridade das meninas), vão para os cursos a partir dos treze anos. Também há envolvimento no Piá no Ofício e Programa Menor Aprendiz. Duas das educandas já trabalham”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“Além do reforço escolar há outras oficinas: reciclagem de sucata, com grande interesse dos meninos; horta onde há um grande número de meninos que adoram, pois a maioria dos meninos têm origem rural” (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

“ Na proposta da Casa (...) depois de muito se discutir chegou-se à conclusão de que deveríamos levantar sugestões com os meninos, assim, surgiram: oficina de esportes, oficina mais estruturada, queriam fora da Casa. ‘Aqui é minha casa’; se precisam de psicólogo ou outras atividades devem ser fora da unidade. Nas atividades fora da Casa os meninos vão sozinhos. A questão nuclear da Casa é a escola. Os meninos se evadem da escola, mas não da Casa. Os meninos que se evadem são os casos que tiveram medidas sócio-educativas de internação e ao

⁵³ Este Manual referido pela Coordenação durante este depoimento é o documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, que já analisamos em tópicos anteriores, denominado **Procedimentos e Organização do Atendimento nas Unidades de Abrigo**. (2000).

serem liberados se evadem. A horta é uma atividade; animais, dois cachorros; cozinha quando o menino se interessa. A sistemática da Casa é a permanência deles. Outras atividades são esporádicas e se os meninos desejarem ou propuserem, e na medida do possível respeitar estas propostas. Os educadores verificam as dificuldades dos meninos na escola e se necessário vão conversar com os professores na escola. Na elaboração de trabalhos são buscadas as informações pelos meninos na própria comunidade. A questão do limite de idade, a saída é definida pela maioridade; inculcar o tempo toda responsabilidade nos meninos; estar lidando com isso de forma particular, pois os casos que chegaram a esta idade não têm ninguém no mundo. Organizei um grupo que ajudo manter, já atendi 7 casos (egressos), o projeto já chegou à FA S. A rigor não existem oficinas na Casa. Existe o diálogo permanente; os temas surgem do cotidiano. Por exemplo família e relações com padrasto ou madrasta: assistiram um filme e discutiram a questão. Alia-se o trabalho à própria experiência, com muito diálogo”. (Depoimento de Coordenação de Abrigo, 2004).

Pelos depoimentos acima se pode perceber que não há uma forma única adotada na organização do cotidiano nos Abrigos investigados. Três Coordenações consideraram importantes as oficinas, e uma Coordenação afirmou que a rigor não existem oficinas no Abrigo sob sua responsabilidade. Foi percebida uma organização mais estruturada nos abrigos sob a responsabilidade das Coordenações que defendem as oficinas, e uma organização mais solta na unidade que não adota as oficinas. Nos dois casos, entretanto, afirmou-se o diálogo com os educandos como a base para o trabalho cotidiano.

Destacamos como positiva a iniciativa de algumas unidades de Abrigo em ofertar uma variedade grande de oficinas, mas inspira preocupações uma grande diversidade sem nenhum aprofundamento, dando-se a impressão de que se busca encher o tempo dos educandos(as).

Além disso, chamamos ainda a atenção, para o fato de que são utilizadas oficinas de reciclagem de sucatas como proposta de atividade pedagógica nos Abrigos. Em qualquer espaço escolar ou não-escolar a sucata seria uma atividade alternativa. No caso de crianças e adolescentes em situação de rua, se oferecida cotidianamente essa atividade, significa reviver sua trajetória de exclusão pois inúmeros destas crianças e destes adolescentes cresceram vendo seus pais revolvendo o lixo para sobreviver através da reciclagem. Muitos deles cresceram dentro dos carrinhos de lixo reciclável, enquanto seus pais perambulavam pelas ruas, até que encontraram a saída para sua sobrevivência nas ruas.

Deve-se refletir sobre esta questão: qual o caminho que se aponta para uma criança com essa história de vida, quando ao ser abrigada ela novamente passa a fazer a atividade que seus pais faziam, numa explícita perpetuação de sua subalternidade? A atividade com sucata só é válida nestes casos como uma proposta de discussão de preservação ambiental muito bem fundamentada, evitando-se que o trabalho com sucata caia no espontaneísmo.

O Poder Público deve ser acionado para suas responsabilidades em suprir as unidades de Abrigo com materiais pedagógicos que acenem com transformação libertadora de vidas e não com a reprodução da miséria. É só fazer a análise comparativa: as escolas das crianças de classes médias e das elites utilizam a sucata como atividade pedagógica cotidiana? Eventualmente, mas muito eventualmente, sim. No restante de seu tempo estas crianças estão se apropriando da tecnologia de ponta na informática, ou pesquisando na Internet, ou praticando esportes, ou criando nas artes plásticas ou cênicas, ou estudando instrumentos musicais, ou se apropriando da ciência e da cultura historicamente produzida. É o que os filhos dos oprimidos também precisam para que se possa caminhar para sua inclusão, embora este processo não possa ser concebido como isolado de todo um conjunto de determinantes histórico-sociais.

Chamamos também a atenção, nos depoimentos acima, para as formas explícitas de privatização praticadas nos Abrigos sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba: a arrecadação de fundos através de vendas de papel reciclado e o encaminhamento de educandos para atendimento psicológico em Clínica da Universidade Tuiuti que é um espaço privado. São soluções emergenciais que se colocam no cotidiano, mas nos dois casos evidenciam a omissão do Poder Público Municipal para suprir adequadamente as necessidades básicas dos educandos nas unidades de Abrigo.

4.1.3.4. Posicionamentos dos educadores sociais dos Abrigos.

Os Educadores Sociais indicados pela FAS – Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba para participarem como respondentes ao questionário

desta pesquisa foram em número de 03 para cada um dos três Abrigos: todos de Nível I, de permanência breve, totalizando, portanto, 09 respondentes⁵⁴.

4.1.3.4.1. A caracterização dos respondentes.

Em relação à descrição de sua função pelos profissionais que participaram desta etapa da pesquisa, quatro respondentes foram restritos apresentando a resposta: “Educador Social”. Os cinco demais respondentes foram mais detalhados em suas respostas indicando o horário de trabalho, a conceituação geral da função, ou seja, atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, que por medida protetiva estão abrigados.

Os educadores sociais apresentaram como suas atribuições: cuidados com os educandos visando em toda prática cotidiana da Casa (Abrigo) exercer a função de educador, exemplificando nas tarefas domiciliares, atendimento de saúde e acompanhamento escolar; desenvolver novos hábitos nos educandos para que possam ser inseridos na comunidade, que tenham um reconhecimento/crescimento como cidadãos, resgatando sua dignidade, acompanhamento escolar, acompanhamento em médicos, terapeutas, além de cuidados essenciais na área de saúde, drogadição, propiciar ações pedagógicas através de oficinas de acompanhamento escolar, formação pessoal e social, atividades recreativas, esportivas e de lazer, convívio com a comunidade, resgate de valores e integração na sociedade. Acompanhamento durante o cotidiano da unidade, considerando que a ação educativa ocorre em todos os momentos.

Perguntados sobre se sentirem preparados para esta função, seis educadores sociais manifestaram-se de forma restrita, positivamente com “sim”, dois educadores com respostas um tanto ambíguas, “creio que sim” e “nem sempre”. Um educador respondeu: “O preparo consegue-se no dia-a-dia, é verdade que a qualificação para exercer tal função é precária prejudicando o trabalho na sua totalidade, entretanto, sempre busco me aperfeiçoar para exercer da melhor maneira a função” .

⁵⁴ O Abrigo de Nível II, de permanência continuada, também denominado de república, cuja coordenação não compareceu à segunda entrevista coletiva, não recebeu os questionários destinados aos educadores sociais, não havendo, portanto educadores sociais respondentes deste nível de Abrigo.

Sobre a sua formação, em relação ao nível, quatro educadores sociais informaram que têm 3º grau incompleto, um informou estar cursando o 4º ano de História e um estar cursando o 1º período em Pedagogia; três informaram ter 3º grau completo com um informando a área de formação em Serviço Social, e os outros dois não informando as áreas; dois informaram ter pós-graduação sem informar as áreas.

Sobre o tempo em que atuam nos programas de atendimento a crianças e adolescentes de rua e na rua (na PMC e fora dela), informaram: um ano e oito meses, dois anos (dois respondentes), oito anos (dois respondentes), oito anos e meio, doze anos (dois respondentes), e treze anos, resultando numa média de sete anos e cinco meses entre os respondentes.

4.1.3.4.2. Ingresso, qualificação e atuação profissional dos educadores sociais.

Sobre quais as exigências para o ingresso em sua atual função na PMC, considerando estrutura pessoal, formação e atuação, os respondentes apontaram os seguintes requisitos objetivos: ter concluído o Ensino Médio, e ser aprovado em concurso público externo; experiência área da criança e adolescente, concurso interno para atuar na área de risco social e também ter postura educativa, além de ter conhecimento do ECA para atuação. Apontaram ainda como requisitos outras considerações de natureza mais subjetiva: “O item mais qualificado na minha opinião é você saber trabalhar com o ser humano”; “Quanto às características psicológicas individuais, nada é divulgado. Simplesmente é realizada uma bateria de exames de avaliação psicotécnica com laudo final apto ou não apto”; “Algum conhecimento na área de atuação com crianças e adolescente. Há dez anos atrás, foi o que exigiram”; “Avaliação psicológica que remete a tempos distantes, que efetivamente não avaliam o perfil dos servidores”.

Os depoimentos acima evidenciam um grau razoável de insatisfação com referência a alguns critérios para ingresso na função de educador social notadamente em relação à avaliação psicológica.

4.1.3.4.3. Preparo prévio dos educadores sociais.

Em relação ao preparo prévio fornecido pela Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) para assumir a função de educador social, e se foi suficiente, solicitando-se que comentassem, alguns dos educadores sociais que consideraram esse preparo insuficiente informaram mais brevemente que:

“O preparo profissional foi escasso e valorizou em demasia as questões referentes à psicologia (comportamento, sexualidade), dando pouco valor às questões sociais e pedagógicas”.

“Muito pouco. Não existem profissionais na PMC para esta finalidade específica. Existem alguns cursos, mas com poucas vagas”; “Foi simplesmente uma entrevista, acho que não foi suficiente. Acho que uma avaliação somente pelo concurso é muito pouco, pouco avalia”;

“Na época não houve preparo. Assumimos a função e fomos encaminhados direto para as áreas de atuação”;

“Quando passei no concurso interno fiz um curso de capacitação que durou uma semana e acho que foi de grande valia, mas não foi suficiente, o curso poderia ser mais aprofundado, abrangente”.

Dentre os que consideraram o preparo prévio insuficiente, dois educadores sociais foram mais argumentativos:

“Depende, pois para alguns há cursos antes de iniciarem, para outros não. Especificamente quando entrei havia um curso, mas só serviu para escolher o local

em que ingressaria. Nesta profissão, não há curso específico, você aprende no dia a dia, e para dar-se bem nela há de se ter muita coerência e principalmente habilidade (feeling)”.

“Não existe um preparo técnico específico para a carreira de atendimento à infância e adolescência em situação de risco. Basicamente o que se tem é um ciclo de palestras de no máximo dois dias onde supostos especialistas de várias áreas tentam (quase sempre sem conseguir) aplicar seus conhecimentos diretamente ao caso da criança e do adolescente em situação de risco. Muitos destes palestrantes jamais

trabalharam na área de risco social tendo portanto uma visão totalmente divergente da realidade sobre risco social”.

Os educadores sociais que consideraram suficiente o preparo prévio para assumir sua função apresentaram os seguintes argumentos:

“Os educadores se preparam para exercer suas funções, fazendo cursos diversificados, isto é, cursos para atuarmos com a educação, outros direcionados na área de saúde, cursos de lazer, cursos sobre o ECA. Esses cursos foram suficientes. O importante é que a PMC sempre atualize estes cursos para que atuemos com mais segurança e tenhamos sempre um bom preparo na nossa função”.

“Cursos que remetem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, drogadição. No período que assumi a função os cursos, vivências, seminários, permanências eram melhor elaboradas, acredito que na atualidade isso não ocorra da mesma forma”.

O tema preparo prévio para assumir a função de educadores sociais também apresentou posicionamentos diversos, sendo majoritária a posição de considerar tal preparo insuficiente. Por se tratar de uma área de grande complexidade a função de educador social, em programas públicos que exigem constituição de quadro próprio de funcionários, deveria ser exercida por profissionais com formação específica na área de educação. As instituições formadoras, seja no nível médio, seja no nível superior, concorrem para a impossibilidade de tal critério ser concretizado, uma vez que as mesmas não investiram nesta oferta de formação. Posta esta questão, há outra que se coloca, que é a ausência de vontade política das gestões públicas, que ofertam os programas para crianças e adolescentes em situação de rua ou de risco, de enquadrarem esta função como uma carreira, e por outro lado as pessoas que vêm atuando nesta área também não investiram seus esforços em enfrentamentos políticos que lhes garantissem esta carreira, com critérios de ingresso, permanência e ascensão a patamares diferenciados de remuneração enquadrados dentro de parâmetros de formação específica. Neste último caso repousa um impedimento concreto por parte dos educadores que já atuam, de ordem trabalhista, que envolve o risco de vir a perder seus espaços profissionais se viessem a lutar por um enquadramento desta função dentro dos quadros próprios de funcionários pela exigência de formação específica. Tal situação, como já ocorreu em outras áreas, como a educação infantil, por exemplo, é solucionável na medida em que se estipule um tempo hábil de transição para os

profissionais em atuação possam vir a fazer a formação específica exigida, com o devido respaldo institucional para compatibilizar seu curso com a atuação na função. Além do que o ingresso futuro de novos profissionais ao quadro deve estar condicionado à formação específica já aludida. Um programa desta envergadura envolve esforços articulados tendo de um lado o Poder Público que oferta os programas e requer quadros de profissionais habilitados, e de outro as Instituições de Ensino Superior que devem investir esforços nesta demanda social em cursos como o de Pedagogia, por exemplo, ou outros cursos a serem discutidos, que devem receber aportes das pesquisas na área da criança e do adolescente em situação de rua e de risco social e pessoal, e configurar disciplinas específicas para esta oferta.

4.1.3.4.4. Formação continuada e reflexão sobre a prática dos educadores sociais.

Perguntados se depois que assumiram a atual função de educadores sociais têm ocorrido momentos sistematizados de reflexão da prática/formação continuada, em caso afirmativo, com qual a periodicidade, qual a proposta, envolvendo conteúdos, metodologia, avaliação, etc., se as suas necessidades têm sido contempladas neste sentido, e em caso negativo, como propõem que fosse realizado esse processo, os educadores sociais que se posicionaram como insatisfeitos argumentaram:

“Muito pouco temos de momentos de reflexão sobre a práxis exercida na instituição. Estou a nove meses e apenas uma reunião foi feita como o corpo de educadores e mesmo assim era mais para puxar as orelhas dos educadores. Necessitamos de um espaço para se trabalhar as questões referentes à prática educacional e à construção de estratégias coletivas para contemplar as necessidades surgidas. Urge também (a criação) de um espaço coletivo de diálogo com os educandos para detectar suas necessidades e anseios”.

“Não muito. Eu no momento não estou participando por problemas particulares (faculdade), mas existe a proposta de oito encontros com Ana Maria Machado, para repensar a prática profissional. Proponho que sejam mais frequentes”.

“Há, mas não atendem as expectativas, pois as pessoas que tentam fazer essas ‘reflexões’, e outros problemas, têm uma visão muito teórica, que pouco se aplica na prática”.

“Não, nenhuma, veja bem, se o projeto é retirar o adolescente que está em situação de risco da rua é um belo de um projeto. O que pega é o que fazer quando você tem abrigado uma quantidade grande de adolescentes, o que eu penso de como poderia melhorar depende de uma série de ações que deveriam estar estruturadas”.

“Na minha opinião acho muito falho; o ato de refletir minha atuação é basicamente pessoal. Gostaria que houvesse talvez durante o decorrer do ano uns dias onde conjuntamente com outros colegas pudéssemos discutir, analisar e talvez proporcionar um novo enfoque quanto à nossa atuação”.

“Não. Desde que assumi o cargo e a função de educador social contei apenas com meu próprio aprimoramento pessoal. Minha proposta é que fosse criado um curso de formação (não apenas informação como ocorre) específico aos profissionais da área de risco social, realizado por instituições de formação superior importantes (como UFPR ou PUC) com especialistas atuantes”.

“Depois de assumir e fazer o curso de capacitação não ocorreu mais, nem continuidade, nem outros cursos. Deveria haver mais cursos, debates, encontros para reflexão do trabalho”.

“Não há sistematização e continuidade dos cursos oferecidos, que, aliás, são poucos. Acredito que as mudanças deveriam se dar no momento do ingresso dos servidores que precisam perceber que educar é um processo contínuo e inesgotável”.

Um respondente apresentou satisfação em relação à formação continuada e momentos sistematizados de reflexão sobre sua prática, comentando: “Atualmente acontece a sistematização da prática, pois o trabalho flui de forma concreta e objetiva, com o planejamento das ações. As avaliações acontecem semanalmente em supervisão pela Direção. A proposta do nosso trabalho é o resgate da auto-estima e valorização humana da criança e/ou adolescente, bem como, sua autonomia social e pessoal”.

No seu conjunto, com referência à formação continuada os educadores sociais se declararam insatisfeitos em sua grande maioria, fator que gera impossibilidades de diversos níveis no cotidiano de sua função, associando-se este fator não formação específica para o ingresso, já comentada, além de que o acúmulo de experiências e conhecimentos não é aproveitado a para formulação de novas propostas, uma vez que não ocorre uma sistemática de discussões coletivas. O único respondente que demonstrou-se satisfeito com relação à

formação continuada e aos momentos de reflexão sobre a prática, apresentou argumentos totalmente diferenciados em relação a todos os demais, o que permite levantar a hipótese de uma postura profissional de auto-preservação que simula uma situação não real, por receio de sua exposição e da unidade de Abrigo diante de um agente externo de pesquisa.

4.1.3.4.5. Conceito de criança e adolescente de/na rua segundo os educadores sociais.

Com relação aos conceitos sobre a criança e o adolescente “de rua/na rua”, termos oficiais empregados pelos programas sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba, as respostas dos educadores sociais indicaram predominantemente um grau de compreensão da totalidade de fatores que determinam a ida para as ruas por parte de crianças e adolescentes. Predominou a indicação de fatores sociais, políticos e econômicos, tendo sido apontada como fator isolado, em uma resposta, a combinação destes fatores com a negligência familiar.

De maneira preponderante não atribuíram importância significativa em termos de riscos reais à distinção entre a situação de crianças e adolescentes “de ou na” rua, mas caracterizando esta distinção. A distinção referiu-se a:

“De rua: criança e/ou adolescente que fazem da rua seu lugar de trabalho e moradia, pernoitando predominantemente na rua. Na rua: criança e/ou adolescente que utilizam seu espaço para trabalho e lazer, retornando a seus lares de origem durante a noite, dormindo ocasionalmente”.

Os respondentes consideraram a situação limite da pobreza, indicando: “O caminho para a situação de rua é a criança na rua, pois é o início do rompimento com os vínculos familiares”, contribuindo para isso o deslocamento da criança e do adolescente para diferentes atividades e lugares, impedindo a criação de vínculos. Argumentaram que o conceito de criança em situação de risco social e pessoal remete a toda a criança que tem seus direitos negados e/ou negligenciados.

Apresentaram ainda como características: crianças e adolescentes com extrema carência afetiva e educativa, porém com um potencial muito grande, pois aprendem a sobreviver com o que a sorte oferece, “hoje vistas (os) como lixo humano por grande parte (da) população brasileira”, “um ser humano abandonado à sua própria sorte”, “indivíduos com várias faixas etárias, com inúmeros problemas de ordem social, baixo nível de escolaridade que encontram na rua a liberdade para desfrutarem de maneira livre e indiscriminada”.

No aspecto referente à conceituação de crianças e adolescentes em situação de rua, os educadores sociais evidenciaram posicionamentos críticos em relação à natureza social, econômica e política do problema, numa visão de totalidade da sociedade, e positivamente, não ocorrendo respostas culpabilizadoras em relação à família ou ao próprio contingente em questão.

4.3.4.6. Causas da situação de rua de crianças e adolescentes.

Sobre as causas da existência do problema de crianças e adolescentes de/na rua, destacamos o depoimento do educador social que considerou:

“As políticas governamentais vêm se afastando do social, o próprio neoliberalismo vem acentuar essa grave situação, quando os seguidores de Reagan e Thatcher afirmam que a desigualdade social é sadia para a economia. A própria cultura de que menino de rua é caso de polícia e não uma questão social colabora para a atual conjuntura. Que são resolvidos com farmacopéias que de antemão já sabemos que não darão certo, por exemplo, educadores que têm uma formação precária, salários indesejados, instalações inadequadas, remédios para estancar essa sangria da Capital Social. Entretanto quero assinalar que existem ótimos profissionais e um esforço fenomenal para se trabalhar com o escasso recurso existente humano e físico”.

O posicionamento deste educador revela criticidade em relação a fatores macro-sociais, ao mesmo tempo em que aponta os limites de um sistema público sem compromisso com a transformação social, sem contudo deixar de enfatizar o valor dos trabalhadores que atuam dentro de condições precarizadas de sua estrutura de atuação.

Outro educador social apontou fatores econômicos, sociais, culturais, etc., mas enfatizando o fator político:

“Dentre as inúmeras causas a primeira é a política, pois há sempre benefícios com esse problema. Já em um âmbito mais específico pode-se dizer que além do fator droga/liberdade há também uma desestrutura familiar que vem acontecendo há tempos, ou seja, os pais criam e tratam seus filhos como foram criados”.

Como causas foram ainda apontadas por outros educadores sociais, desde o desajuste familiar, a saída ou morte do pai ou da mãe, desajuste social, a falta de oportunidade na sociedade, a opressão da sociedade”, bem como a “falta de carinho, tolerância, compreensão familiar”. Neste contexto de causas da situação de rua de crianças e adolescentes, um educador social apontou também:

“Desestruturação familiar causada por conflitos interpessoais, desestabilidade financeira e, estatisticamente, por graves falhas na educação dos pais; descaso da sociedade de forma generalizada para a situação em questão; convivência entre a política e a mídia que ao longo dos anos vem distorcendo valores sociais e individuais da sociedade”.

Foram ainda considerados pelos educadores sociais os determinantes que levam crianças/ adolescentes à situação de rua como sendo múltiplos, mas nitidamente a estrutura social foi apontada como o mais importante: “O processo de organização do trabalho e de divisão dos bens socialmente produzidos, se não determina quem, determina quantos serão submetidos à situação de buscar a sobrevivência nas ruas”.

Ao ponderar sobre as causas, apontaram ainda:

“é a falta de prevenção, de investir na educação; se uma criança recebe uma boa educação vai se tornar um adolescente melhor, um adulto melhor, e assim conseqüentemente teremos uma sociedade melhor, mais justa, (...) as causas vão além da questão financeira, é a definitiva institucionalização da exclusão social que se concretiza em função de várias circunstâncias, desde conjunturais, individuais, relacionadas a história de vida pessoal, condições físicas e mentais”.

4.1.3.4.7. Formas de resolução do problema segundo os educadores.

“Proponho algo que já está “engatinhando”, o trabalho em rede, instituição- escola – unidade de saúde (especialidades) – família. Instituição – precisa realmente ser investido em formação do educador, algo que o sensibilize e ao mesmo tempo valorize suas potencialidades e também uma discussão resgatando os valores apresentados por Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido. Escola - necessitamos uma maior aproximação com o ensino formal, traçando estratégias em conjunto com os professores para a manutenção do menino na escola. Atendimento médico – quebrar as barreiras colocadas por profissionais que muitas vezes têm uma idéia errônea e até mesmo pré-concebida de ambos os profissionais da Instituição – escola – atendimento médico. Família - um trabalho em conjunto (com) outros programas da F. A . S. para dar alguma possibilidade de ascensão social nem que seja minimamente, e um esforço para que a família acompanhe mais de perto o trabalho do Abrigo”.

A argumentação deste educador social indica sua capacidade de análise da totalidade de fatores envolvidos na situação de rua de crianças e adolescentes. Outros educadores sociais consideraram ainda como formas de se resolver a questão da criança e do adolescente em situação de rua:

“Gestão política pública democrática participativa. Mudança de paradigmas familiares e culturais”.

“A que resolveria a maior parte dos problemas de desigualdades sociais, uma melhor distribuição de renda”.

“Investimentos maciços na educação e saúde da população; criação de uma política que valorize o trabalho e o trabalhador; revisão da mídia, principalmente televisiva, no que concerne aos verdadeiros valores pessoais e sociais”.

“É um trabalho complexo que envolve ações de base, passa por trabalho planejado desde o início até a outra ponta, que sempre sejam verificadas imperfeições para que se possa fazer um *feed back* e retomar o rumo. O maior erro é persistir em algo que não está dando certo. É necessário um conjunto de profissionais, recursos de capital, e um projeto”.

“Acho que as famílias precárias, isto é, que residem em vilas longínquas, favelas ou áreas de invasão deveriam, por conta do governo, ter um programa nas unidades de saúde, serem acompanhadas por psicólogas, assistentes sociais e educadores onde poderia conjuntamente rever esses problemas sociais, isto é, falta

de comunicação, diálogo para orientá-los para exercerem seus direitos – cidadania”.

“A formulação de políticas públicas, para uma atuação mais eficaz, conhecer mais detalhadamente a realidade das crianças e/ou adolescentes, bem como, sua família; e, ampliação da condição e conceito de cidadania, etc.”.

“É o poder público investir nas áreas básicas: educação, saúde e planejamento urbano, pois tem pessoas que moram em lugares que não têm nenhuma infraestrutura ou saneamento básico, o poder público tem poder para isso e todos merecem viver dignamente”.

“Políticas de atendimento concretas e não segmentadas. Priorização real e efetiva da família. Redes de atendimento”.

O conjunto de depoimentos acima, relativos às formas de resolução da questão de crianças e adolescentes em situação de rua, evidencia um alto grau de compreensão por parte dos educadores sociais, acerca dos determinantes sociais e políticos. Permite também vislumbrar uma adequada perspectiva de encaminhamentos, o que aponta a importância da aprendizagem cotidiana destes atores na abordagem direta com seus educandos ser incorporada nas decisões que promovem formulações de novas propostas para esta área. Isto de fato não foi indicado em suas respostas como uma prática da gestão superior neste município, ou seja, os educadores não se sentem ouvidos, ou, suas opiniões não são consideradas pelos gestores de nível superior dentro de sua área, conforme pode ser observado no próximo tópico.

4.1.3.4.8. A experiência dos educadores sociais e a formulação de novas propostas

Indagados por nossa pesquisa se na formulação de novas propostas nesta área tem sido levada em conta a experiência de seu nível de função, os educadores sociais apresentaram preponderantemente a posição negativa, ou seja, a de não serem consideradas suas opiniões:

“Não tenho muita experiência na função, porém o pouco que estou aqui assisto o desprezo que os profissionais encaram a pedagogia. Exemplo: vários meninos da

casa têm dificuldades de aprendizagem, não existe ninguém capacitado (não é exigido) para corrigir e auxiliar nessas dificuldades. Os meninos aí passam a ser malvistas na escola e até mesmo são excluídos do processo de aprendizagem, isso implica numa mudança de comportamento podendo até causar evasão da Instituição”.

“Não que eu tenha conhecimento. Ou você está se referindo ao crescimento horizontal e vertical”.

“Não. Há uma distância muito grande entre as partes que norteiam o trabalho”.

“As novas propostas ao meu ver, aliado ao meu tempo de serviço, não são freqüentes e nem abrangentes. Acho realmente bastante falhas”.

“Não. Na realidade muito pouco é discutido em relação a novas propostas”.

“Continuamos repetindo a retórica de culpar as famílias pobres pelos problemas das crianças e adolescentes. O papel da família se esvazia dia após dia. Não há nada de novo nas propostas apresentadas”.

Houve apenas um educador que posicionou afirmativamente quanto à sua participação nas decisões ser considerada: “Sim. Nossa participação é constante através de canais próprios, no sentido de cobrar as mudanças previstas, e participação nas formulações das novas propostas, partindo da prática como modelo de mudança”. Este posicionamento, totalmente inverso dos demais educadores, apresenta-se recorrente em relação a outro momento que já destacamos anteriormente, de provável auto-preservação buscando não expor a unidade de Abrigo, o que consideramos uma hipótese forte, pois em caso contrário teríamos que imaginar que um único educador fosse freqüentemente convocado por seus superiores para participar no âmbito da formulação de novas propostas. Dois educadores sociais não compreenderam a pergunta, apresentando resposta confusa ou explicitando a não compreensão: “A de que alguém que atue diretamente, na prática mesmo, estabeleça metas e regras”, e “Não entendi a pergunta”.

O que foi possível apreender neste tópico sobre ser considerada ou não a experiência acumulada destes educadores sociais ao serem formuladas novas propostas para

a área da criança e do adolescente em situação de rua no município, é que os educadores sociais sentem-se distanciados dos níveis que definem o trabalho executado por eles. Pode-se depreender então que há um nível de subalternidade implícito nesta prática de gestão em relação ao trabalho dos educadores sociais, subalternidade que acaba se concretizando de diferentes maneiras na concepção em relação à criança e ao adolescente em situação de rua: na ausência de profissionais habilitados, na ausência de vagas para novos abrigamentos, nas precárias condições de trabalho dos educadores sociais, na ausência de pedagogos nas equipes que executam práticas sócio-educativas sem um elemento articulador que seria representado por tal profissional.

4.1.3.4.9. Os educadores sociais e a criação de novos programas.

Solicitados para que dessem sua opinião sobre que programas, além dos já existentes, deveriam ser criados em Curitiba para crianças e adolescentes em situação de rua, alguns educadores sociais se pronunciaram de forma mais sucinta:

“Os programas que aí estão no papel são excelentes, entretanto, a lógica neoliberal faz com que não se invista financeiramente para que eles demonstrem sua excelência”.

“Escola com Pedagogia Paulo Freire”.

“Os já existentes são suficientes, pena que não são muito eficientes”.

“Como solução realmente só acredito em parceria”.

“Programas onde orientem o ECA a cidadania seus direitos e deveres e programas onde discutam sobre doenças com: DST, AIDS e etc., deveriam ser mais freqüentes”.

“Acho que os programas que existem já são suficientes, o que falta é vaga para todos os adolescentes e crianças”.

“Enquanto a família não for realmente atendida podem ser criados milhares de programas de atendimento à criança e ao adolescente e a demanda sempre irá aumentar”.

Dois educadores sociais apresentaram suas posições com mais argumentos:

- “Em minha opinião, Curitiba já tem programas até demais. Na verdade o que se precisa é tornar estes programas realmente operacionais, ou seja, sair do papel e ir para concretude. O problema é que, para cada programa criado gera-se uma mega-estrutura onerosa e normalmente ineficiente, que se conta bem como imagem na mídia, porém acaba nem resolvendo e nem sequer atenuando a situação. Para se entender isso basta observar o número de adolescentes e crianças já inseridos nos programas que retornam inevitavelmente para as ruas”.
- “Para uma transformação é preciso enfrentar as seguintes questões: crescer para superar o limite de uma renda *per capita* muito baixa, desprivatizar os serviços governamentais para torna-los efetivamente públicos; redistribuir serviços e benefícios para mudar o caráter regressivo da política social; priorizar esforços; democratizar o acesso; universalizar o acesso”.

Bem podem atestar os depoimentos acima o quanto tem perdido este município em termos de qualidade na oferta de seus programas para crianças e adolescentes em situação de rua, por adotar a prática de não incorporar o conhecimento construídos por seus educadores sociais.

A análise qualitativa altamente crítica feita nos depoimentos aborda questões que envolvem desde uma visão macro da sociedade e suas concepções neoliberais de descompromisso do Poder Público com as políticas sociais básicas, passando por uma aguda visão do modelo de gestão empregado, chegando até as dinâmicas internas dos programas onde são apontadas a falta de uma fundamentação teórica mais consistente e coesa, bem como, a ausência de um trabalho efetivo com as famílias numa perspectiva de superação de sua subalternidade.

Pode-se considerar que talvez nem todos os educadores possuam esta gama complexa de elementos de análise, por conta de suas variadas construções sociais, e que portanto nem todos tenham a capacidade de análise nos mesmos patamares, entretanto, deve-se ressaltar que a categoria destes profissionais, em seu coletivo, tem um acúmulo importante para ser considerado como referência da base do trabalho, por suas ligações mais estreitas com os educandos, para as discussões que se voltem para decisões sobre as propostas públicas da área.

4.1.3.4.10. Principais problemas e dificuldades.

Solicitados para que apontassem os principais problemas/dificuldades na função em que estão atuando, e para que encaminhassem algumas formas de superação para os mesmos, os educadores sociais indicaram:

“A falta de uma visão crítica da sociedade em sua estrutura organizacional, faz com que educadores tenham idéias pré-concebidas sobre os educandos tornando o trabalho difícil, até porque muitos funcionários são velhos da Prefeitura e como não vêm perspectiva de mudança, desistem de fazer e dar o melhor de si”.

“Falta avaliação dentro da unidade. Superação – supervisão interna”.

“Encaminhamentos demorados, já que estamos teoricamente numa Casa de Passagem. Falta de trabalhar mais com a família desses educandos para que o processo de volta a casa seja mais rápido. Melhor qualificação profissional. Uma ‘união’ entre todos os turnos para que se possa falar a mesma linguagem”.

“É o distanciamento muito grande entre a parte que executa e a que dita as normas, o programa é o mesmo de doze anos atrás, não evolui parece, e até tivemos um decréscimo”.

“Dificuldade de entrosar educadores. Por ser um grupo diverso há falha de comunicação e na forma de atuação no serviço o comprometimento com o trabalho é bastante diversificado, uns atuam com o coração outros na razão apenas cumprem com seus horários na unidade. Para melhorar estas dificuldades deveriam ter mais reuniões tratando de assuntos específicos na sua área de trabalho. A falta de lógica é o maior problema, o certo para alguns é errado para outros”.

“Principais problemas: falta de apoio na busca por atividades que assegurem formação e cidadania aos educandos; desvinculação dos adolescentes com drogas psicotrópicas; comprometimento dos adolescentes com o programa. Para superar estes problemas precisamos de uma administração que conceda recursos para atividades formativas e sociais, um programa realmente eficiente de combate às drogas (o atual é totalmente ineficiente) e remodelar os vínculos do adolescente com o programa”.

“A maior dificuldade é ver tantos problemas e não poder resolve-los, é ver esses adolescentes e crianças sendo vítimas da sociedade injusta, acho que todos que trabalham nesta área deveriam ter acompanhamento psicológico, pois esse trabalho mexe muito com o emocional da gente”.

“Falta de educadores, aumento na demanda do atendimento. A problemática vai além da questão da unidade, é estrutural e política”.

Os depoimentos acima permitem detectar um alto grau de angústia, impotência e falta de apoio institucional para a realização do trabalho dos educadores sociais. Além das questões implícitas a um modelo de gestão centralizador em termos de decisão, há as constatações dos próprios educadores de que entre seus pares há níveis diversos de comprometimento, perpassando nesse nível de função atitudes reprodutivistas e acomodadas, o que gera tensões cotidianas e desgastes pessoais e grupais, sobretudo por parte daqueles que empenham esforços num compromisso social de intervenção emancipadora da vida de seus educandos.

As argumentações apresentadas pelos educadores sociais evidenciam o emperramento do aparelho estatal, contra o qual se colocam os trabalhadores da base, os educadores sociais, identificados com a classe social subalternizada de seus educandos e famílias. A falta de oportunidades para educandos se desenvolverem e superarem seus limites, e para seus educadores sociais desenvolverem um trabalho qualitativo é um aspecto marcante nos depoimentos.

Também foi importante elemento apontado pelos depoimentos dos educadores sociais, a falta de processos de gestão que permitam localizar os casos de educadores que tomaram a via da acomodação como princípio, e que não contribuem para avanços no atendimento prestado. A inserção deste perfil social e profissional num contexto de trabalho gerador de perplexidades diárias acarreta outras tensões dentro das unidades de Abrigo, devendo tais casos ser encaminhados para funções mais burocráticas, que não venham a trazer prejuízos ao processo coletivo de atuação.

4.1.3.4.11. Atividades dos educadores sociais nos Abrigos.

Em relação ao contingente atual de crianças e adolescentes que estão sob a responsabilidade dos respondentes nos programas investigados, especificando-se faixa etária, sexo, escolaridade, as respostas dos educadores sociais evidenciaram que apesar das

unidades de abrigo investigadas terem um limite de trinta vagas, uma delas enfrenta uma sobrecarga com habitualmente trinta e três educandas, com o agravante de que a faixa etária é muito ampla, abrangendo infância e adolescência, dos 7 aos 18 anos, com uma educanda com 19 anos, na maioria de 5^a a 8^a série. Atuar cotidianamente com uma faixa etária tão ampla gera a dificuldade de adequar atividades para interesses etários tão diversos criando tensões internas no Abrigo.

Embora possam ser considerados os benefícios de uma socialização entre faixas etárias bem diversificadas, tais situações envolvem momentos específicos, com supervisão e diretividade quanto aos objetivos destas práticas sócio-pedagógicas. Entretanto, permanecendo-se com o convívio, diuturnamente, com faixas etárias tão diversificadas, num contingente de educandos que estabeleceu formas de sobrevivência nas ruas que incluem processos defensivos intensificados, inclusive fisicamente, as situações de risco em relação aos mais novos é real, acarretando mais tensão dentro dos Abrigos, pois passa-se a requerer dos educadores sociais atenção redobrada para reduzir a vulnerabilidade dos(as) educandos(as) de idades menores.

Alguns respondentes informaram que a média de educados é de dez por educador dentro dos Abrigos, mas deduzimos que no caso da sobrecarga citada acarreta-se diretamente sobrecarga sobre os educadores, reduzindo sua capacidade de lidar com situações extremas de tensão que muitas vezes envolvem seu trabalho cotidiano nas unidades.

Em relação à escolaridade, uma unidade de Abrigo encontra-se com maior adequação idade-série, sendo 30 educandos do sexo masculino de 7 a 14 anos com a seguinte distribuição: 4 na 1^a série, 7 na 2^a série, 5 na 3^a série, 2 na 4^a série, 6 na 5^a série, 1 na 6^a série, 2 em Classes Especiais, 03 fora da escola em decorrência do pouco tempo de Casa.

Em outro Abrigo a escolaridade encontra-se em atraso maior, considerando-se que comporta adolescentes com idades entre 14 anos e 19 anos, todos do sexo masculino com a escolaridade no ensino fundamental, tendo um dos educadores respondentes informado: “(A lotação) variando entre 25 e 35 adolescentes entre 14 e 18 anos, do sexo masculino

com escolaridade muito baixa entre analfabetismo e no máximo 5ª série”, o que indica que em alguns momentos a capacidade de vagas é ultrapassada gerando tensões que o sistema poderia evitar.

Indagados sobre como fazem a primeira abordagem com o educando (na rua ou nas instalações do próprio programa), por que utilizam estas abordagens, se consideram-nas adequadas e por que, os educadores sociais informaram:

“Procuro estabelecer laços de amizade buscando através do diálogo saber que parte de Curitiba ele é oriundo, o que motivou ir para a rua, saber um pouco de seu histórico de vida. Utilizo este método para poder compreender melhor seu comportamento, podendo ajudá-lo na escola, trocando informações com o professor, que me auxilia no acompanhamento escolar. Procuró fazer da maneira mais adequada e estou aberto a sugestões considerando esse um caminho lícito, porque aprendo com eles, com os meninos; eles são um reflexo de minha prática”.

“Utilizo a pedagogia do carinho/afeto. Acredito que é disto que eles mais precisam no momento”.

“Depende de como a criança chega, mas geralmente tenta-se passar a dinâmica da casa. Vai depender da situação da criança, se veio por maus tratos familiares, drogas ou pedintes. No geral faz-se ela pensar que esta é a sua casa”.

“Nas instalações, porque o adolescente é trazido até a unidade; é adequada. Não faz parte de nossas atribuições sair para ter o primeiro contato, além disso, pressupõe-se que já tenha passado por uma triagem antes de vir para cá”.

“A abordagem é realizada verbalmente e através de fichas. Utilizo as mesmas para conhecer o educando. Acho adequado, pois sei seu nome, de onde vem, qual seu nível de escolaridade e qual seu comprometimento com as drogas”.

“A primeira abordagem é feita inicialmente com cordiais boas vindas, seguidas de apresentação das instalações físicas da unidade e os objetivos primordiais do programa. São delineadas as expectativas em relação ao novo educando, bem como a apresentação dos demais companheiros residentes na unidade, sempre evitando perguntas e diálogo sobre as razões que levaram o educando às ruas, preservando assim seu direito da privacidade em relação à vida pregressa. Utilizo esta abordagem por ser impessoal, transparente e, principalmente, objetiva. Creio ser esta uma forma adequada, pois contém

todas as informações básicas necessárias ao novo educando, bem como abre espaço ao mesmo para questionar e informar sua nova situação”.

“Nossa abordagem inicial é de tranquilizar a criança/adolescente; recebe-la com carinho e afeto, respeitando sua história sem discriminá-la; encaminhá-la aos serviços básicos, como: saúde, escola, documentação, e após contato com órgãos que executam trabalhos semelhantes com essa população; buscando os encaminhamentos conforme a necessidade de cada menina”.

“Quando a adolescente chega no abrigo é feita uma ficha com seus dados; normalmente elas chegam no abrigo revoltadas pois não querem ficar, pois são tantas pessoas estranhas, depois nós conversamos e vamos explicando como é a dinâmica da Casa, essa educanda recebe objetos para seu uso pessoal, uma cama, um armário para guardar seus pertences. Essa abordagem é a mais correta, a educanda é recebida com carinho e sem cobranças caso ela tenha feito algo errado na rua. É adequada pois de que outra forma deveremos abordar?”

“A abordagem é feita na unidade. As educandas são encaminhadas através de uma central de vagas, não cabendo a nós o papel da abordagem nas ruas”.

No aspecto da primeira abordagem realizada pelos educadores sociais, ressalta-se que esta é feita sempre na unidade do abrigo, pois não é uma prática dos programas sociais públicos destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, em Curitiba, que os educadores sociais desenvolvam várias etapas do processo. Há os programas específicos que desenvolvem abordagens nas ruas, e sobre este modelo e a fragmentação na atuação do educador que o mesmo gera já estabelecemos algumas análises anteriormente neste trabalho.

Destacamos dos depoimentos acima alguns aspectos positivamente importantes como: o forte componente afetivo no primeiro acolhimento, a ausência de um julgamento moral acusatório sobre as ações passadas do educando antes de sua entrada no abrigo, a explicação o mais clara possível sobre a vida cotidiana no abrigo, seus objetivos e possibilidades, a apropriação por parte do educando de bens pessoais que irão dar o início de sua vida privada com sua própria possibilidade de organizar-se e resignificar sua identidade social, o atendimento emergencial na área da saúde onde é possível repassar ao educando conteúdos de cuidado e proteção.

Sobre a questão de como os educadores sociais desenvolvem seu trabalho cotidiano com o educando quanto a: conteúdos, atividades, atendimentos complementares, metodologia, avaliação, etc., informaram que:

“Em particular faço acompanhamento escolar, procuro inovar nas explicações, fugindo do abstrato e buscando realidades concretas para melhor entendimento com o educando, os incito a falarem e até me corrigirem, percebo grandes avanços e avanços lentos e graduais em minha prática dependendo da escola e do educando, quando recebo retorno dos professores”.

“Reforço escolar, encaminhar para banho, higiene e alimentação, atendimentos médicos quando necessário, vídeos e passeios educativos, jogos, etc”.

“Desenvolvo minha função dialogando com os mesmos e faço acompanhamento na área de saúde através de dados repassados, faço avaliação do educando no seu comportamento na unidade”.

“Fazemos acompanhamento nas tarefas escolares, reforço escolar nas áreas de matemática, português, e conhecimentos gerais e atualidades através de oficinas de literatura, cotidiano, formação pessoal e saúde”.

“A partir de matérias coletadas em revistas, jornais, apostilas do período da SMCr – GEPROCARI (informe da pesquisa: Secretaria Municipal da Criança de Curitiba e Gerência de Programas para Criança e Adolescente em Situação de Risco). Faço leitura prévia dos conteúdos a serem repassados, os organizo, dependendo busco formas alternativas de desenvolvê-lo, como filmes, dinâmicas, debates, produção de texto, confecção de cartazes. Procuro discutir os temas em pelo menos dois ou três encontros para que as educandas tenham tempo e oportunidade para se expressar e apresentar dúvidas ou sugestões. A avaliação não segue critérios rigorosos, varia de acordo com o tema abordado. No que se refere a atendimentos médicos e outros, seguimos procedimentos visando que todos os educadores da unidade estejam cientes do desenvolvimento das educandas”.

Algumas questões centrais sobre os depoimentos dos educadores sociais acerca de seu trabalho cotidiano com seus educandos devem ser destacadas. A maioria dos educadores sociais, que participaram desta pesquisa, apresentou a noção de que seu trabalho tem uma natureza pedagógica, que já definimos na introdução desta pesquisa como

sócio-pedagógica, porque é desenvolvida fora da escola, em espaços alternativos, onde as pessoas responsáveis pelas atividades, seus educadores, não têm necessariamente uma formação na área da educação, e não desenvolvem necessariamente estas atividades a partir de uma fundamentação teórico-metodológica, sendo possível, portanto, infelizmente, práticas espontaneístas.

Mas, de toda forma, há uma consciência do teor educativo daquela prática social pelos que a executam, assim foi surpreendente um dos educadores sociais que participou da pesquisa ter afirmado que: “Esta unidade é considerada Nível I (permanência breve) e não desenvolve atividades de fundo pedagógico. Esta atividade é realizada por instituições governamentais ou privadas não ligadas diretamente à unidade”. Nesta afirmativa desconstruiu-se o caráter educativo, sócio-pedagógico, e assumiu-se o caráter técnico da institucionalização como alternativa jurídica. Podemos supor que não houve clareza na citada afirmativa de que a socialização por si só é um processo altamente pedagógico. Em não havendo esta clareza por parte do educador, este tende a reproduzir em sua prática com seus educandos a subalternidade na construção de sua identidade social; uma vez que não há proposta de intervenção intencionalizada na ação deste educador, permanece a condição de reprodução da subalternidade de seus educandos. Este depoimento ilustra adequadamente a necessidade de uma formação continuada consistente já requerida nos próprios depoimentos de outros educadores, além de uma resignificação dos espaços e Abrigos como espaços não-escolares de natureza pedagógica. Além disso, requer-se como já abordamos anteriormente, uma análise transformadora na perspectiva de descaracterizar a permanência breve pelo potencial de um não-compromisso de educabilidade por parte do Abrigo que o termo comporta. Daí advém nossa preocupação em suprimir os termos “permanência breve” e “permanência continuada” na caracterização dos Abrigos, pela dicotomização que os mesmos geram na prática cotidiana: os Abrigos de permanência continuada educam e os de permanência breve põem a vida em suspensão, na inércia, enquanto se aguarda o que o sistema vai decidir sobre o educando. Claro está, pelos próprios depoimentos coletados durante a pesquisa, que uma parcela significativa de educadores sociais e suas Coordenações vêm desenvolvendo esforços para minimizar esta dicotomia. Mas ela está posta. O depoimento que citamos o comprova.

Destacamos ainda outros dois depoimentos para discussão acerca do trabalho cotidiano dos educadores sociais com seus educandos:

“Sempre procuro me colocar no lugar deles, sem perder minha autonomia profissional. Evito ao máximo utilizar força bruta. Às vezes tenho dificuldades porque a linguagem da violência eles compreendem mais depressa”.

“Não temos uma forma de avaliação de resultados, é lógico que existem atividades que norteiam o trabalho. Mas o resultado não é o fator determinante”.

No primeiro depoimento há uma informação subliminar de que a violência dá mais resultados para efeito de convencimento. É uma constatação deste educador. A questão é: como este educador definirá se deve usa-la ou não, uma vez que afirma “Evito ao máximo utilizar força bruta”, e isso é diferente de “ não uso nunca a força bruta”. Essa polêmica afirmativa, analisada em conjunto com a segunda que destacamos, onde textualmente se afirma que: “Não temos uma forma de avaliação de resultados”, e considerando outras afirmativas anteriores nesta pesquisa onde outros educadores apontam a falta de supervisão como um dos problemas graves do sistema de Abrigos, torna o quadro extremamente preocupante, face às tensões cotidianas inerentes ao choque de culturas, a institucional e a da rua.

Indagados sobre quem define este o tipo de abordagem cotidiana utilizada, se os educadores sociais participam desta decisão, e se consideram adequado o tipo de abordagem utilizada, as informações dos respondentes mostraram uma composição entre abordagem definida por sua própria decisão, a decisão conjunta entre direção e educadores, decisões emergenciais, e ainda, não participação nas decisões com seu assentimento quanto a forma de trabalho adotada:

“Eu defini esta abordagem”.

“Cumpro a rotina da Casa, acrescentando minhas subjetividades na medida do possível”.

“Direção e Educadores. Sim (participam). Sim (consideram adequada) pois as decisões são tiradas em conjunto”.

“Como os adolescentes convivem vinte e quatro horas aqui, não existe uma forma de abordagem”.

“A Direção, sim, sim participo para conhecer melhor o educando e os procedimentos a serem realizados”.

“As instituições já citadas, de forma bastante adequada”..

“A Direção da Unidade juntamente com Vice-Direção, Serviço Social e Educadores. Considero adequada, pois o Serviço Social é norteado por praticas pontuais, visto que, as políticas que deveriam dar conta das questões básicas (trabalho, educação, moradia, alimentação) não tiveram este alcance”.

“Essa abordagem já foi definida e não participei da decisão, mas acho adequada. Acho adequada, pois são abordados conhecimentos num plano geral, junto com a escola, acho que é suficiente”.

“Os procedimentos e organização dos atendimentos foram idealizados a partir de vários encontros entre Direção, Educadores, Direção de Abrigos e Coordenação. Tendo em vista esse processo há uma documentação que esclarece todos os procedimentos das unidades de abrigo. Atualmente vem ocorrendo uma nova

discussão acerca dessas questões e pelo menos na nossa unidade todos os educadores estão participando desse processo, assim como as educandas”.

Novamente nestes depoimentos acima aparece a desarticulação no nível de execução da proposta, mostrando que o caráter emergencial da ação cotidiana dos educadores sociais pode colocar em risco a organicidade da proposta. Não se está afirmando que no interior dos abrigos seja promovida a reprodução do centralismo que predomina nas decisões da gestão central da FAS, que os depoimentos dos educadores indicaram existir sob a forma de ausência de consulta às bases. O que estamos analisando é que a ausência de uma articulação coletiva no interior dos abrigos por falta de uma práxis pedagógica, ou seja, da unidade teórico-prática, gera na verdade o que denominamos de caos pedagógico, onde o emergencial e a caráter teórico-prático indefinido prevalecem, perdendo-se, portanto, a função social emancipatória da proposta.

A falta de articulação na proposta, evidenciada nos depoimentos, efetivamente pode ser superada através de diferentes maneiras. Uma delas é a inserção de pedagogos para desempenhar sua função específica, a de articular a construção e a efetivação do

projeto político-pedagógico, o que é diferente de se ter pedagogos desempenhando funções de coordenação e de educadores sociais que têm especificidades diferentes. Enfatizamos aqui o conceito “político” do termo projeto político-pedagógico, que é exatamente onde se dá a opção teórico-metodológica voltada para a transformação social e não para a sua reprodução e manutenção. Não queremos aqui atribuir à função do pedagogo uma postura salvacionista, mas a articulação dos elementos de um espaço pedagógico, escolar e não-escolar, é a natureza de sua formação. Isso só se garante, por outro lado, com uma Coordenação do trabalho destes pedagogos, também exercida por pedagogos habilitados. Assim garantir-se-ia a articulação intra e inter Abrigos.

Outra maneira para a superação da desarticulação da proposta é se investir consistentemente em formação continuada dos quadros de profissionais já existentes.

Na indagação sobre se os educandos participam de níveis de decisão da proposta pedagógica das unidades de abrigo, como e em quais aspectos, os educadores sociais abordados por esta pesquisa indicaram duas posições divergentes entre si:

- a) um centralismo autoritário de cúpula;
- b) a participação de todos os envolvidos, inclusive educandos, nas decisões sobre as atividades cotidianas no interior das unidades de abrigo.

Em relação à indicação de um centralismo autoritário de cúpula nas decisões sobre a proposta pedagógica, impedindo a participação dos envolvidos diretos no cotidiano do abrigo nestas decisões, inclusive dos educandos, os comentários dos educadores sociais foram:

“Não existe proposta pedagógica coletiva, ela vem de cima para baixo, e em vários quesitos é equivocada e até mesmo autoritária e reprodutora”.

“Não” (os educandos não participam deste nível de decisão).

“Desconheço”.

“Não participei das decisões”.

Em relação à participação de todos os envolvidos, inclusive educandos, no desenvolvimento das atividades cotidianas na unidade de abrigo, posição onde se concentraram preponderantemente os comentários dos educadores sociais, os argumentos foram:

“Não existe proposta pedagógica específica na Casa. Eles (os educandos) participam de tudo o que se propõe”.

“Sim. Os educandos dão sugestões na realização das oficinas, passeios, etc”.

“Sim em reuniões com a Direção e Educadores. Os assuntos são abrangentes, assuntos variados desde higiene pessoal ate problemas que envolvem o coletivo”.

“A proposta pedagógica da Unidade de Abrigo foi construída juntamente com educandos e educadores, a partir da prática vivenciada cotidianamente”.

“As educandas participam de tudo que diz respeito à unidade, apesar de estarem cientes que sempre serão ouvidas, mas nem sempre seus desejos serão acatados, pois a questão da participação não está desvinculada da justiça, do respeito e dos limites colocados em todos os níveis, inclusive na própria sociedade”.

A questão que se coloca diante de tão diversas posições acerca da participação dos educandos em decisões dentro dos abrigos investigados, considerando-se as respostas apresentadas, é: quais as causas de tal diversidade?

As hipóteses possíveis voltam-se para os diferentes estilos de gestão dentro de cada unidade, existindo gestões nos abrigos com maior ou menor abertura para o envolvimento de todos os segmentos. Isso reflete, mais uma vez, que a proposta de gestão no sistema dos abrigos não obedece a uma organicidade, permitindo tal diversidade o que pode ser justificado como autonomia de cada unidade, mas na realidade reflete fragmentação enquanto sistema, e ausência por parte do Poder Público de priorização que o assunto requer face à desconstrução que a cultura das ruas ocasiona na identidade social de sujeitos em formação como é o caso de crianças e adolescentes.

Em suma, o documento contendo os critérios para a organização do atendimento nos abrigos da Prefeitura Municipal de Curitiba, embora mencione entre seus objetivos

específicos: “Trabalhar práticas de autonomia e auto-gestão” (PMC, 2000, p. 19), não é elemento integrador suficiente para garantir a efetivação da proposta como um todo. Fica evidenciada por um lado a intencionalidade dos elaboradores do documento, mesmo dentro de limites e contradições que já analisamos em tópico anterior, e por outro lado as estratégias da gestão superior do Poder Público Municipal para que a proposta não encontre condições para sua concretização.

Na prática cotidiana faltam outros elementos como discussões seqüenciais entre os profissionais de cada unidade de Abrigo, e dos Abrigos entre si enquanto sistema, visando estabelecer aspectos de organização, gestão e avaliação institucional, que deveriam contar, como já expusemos, com equipes adicionadas pela presença de pedagogos como elementos articuladores desse processo, colocando em cheque, tais carências, a real função social dos abrigos, ou seja a superação de identidades sociais subalternizadas dos educandos.

Em relação à questão de se os educadores sociais têm acesso ao histórico dos educandos com os quais atuam, os mesmos se posicionaram em duas situações: um grupo declarou não ter acesso, e outro grupo declarou ter acesso ao histórico dos educandos. Os argumentos do primeiro grupo, que foi majoritário, foram:

“Não tenho acesso algum ao histórico dos meninos, acho que é a maior falha da instituição”.

“Não. Entendo que em algumas situações a discricão é necessária”.

“Não. Existe o trabalho de uma Assistente Social que trata desta parte”.

“Não. Normalmente o histórico dos mesmos fica restrito ao Serviço Social, apesar de muitos educandos poderem procurar um educador para falar de seus problemas e, mesmo sem serem encorajados, falar um pouco de sua vida pregressa, muitas vezes a título de desabafo ou quase sempre pedindo aconselhamento”.

- “Não tenho acesso”.
- “Os educadores têm acesso a questões relevantes para o cotidiano da unidade. De qualquer forma à medida que se formam os vínculos, as educandas muitas vezes relatam sua vivência para os funcionários com quem mais se identificam. Muitos fatos do histórico das educandas são mantidos em sigilo para a proteção das crianças e adolescentes e mesmo dos servidores que podem não estar emocionalmente e tecnicamente prontos para salvaguardar informações que devem

ser mantidas em sigilo. Ainda assim, os educadores têm a informação de que nem sempre recebem os históricos das crianças/adolescentes e o porquê desse fato”.

O segundo grupo de educadores sociais, que foi minoritário, e declarou ter acesso ao histórico dos educandos apresentou os seguintes comentários:

“Temos acesso a informações passadas pelos próprios meninos, quando estes são mais íntimos. Às informações básicas temos acesso através de arquivos e conversas com Direção e Serviço Social”.

“Sim. O histórico das educandas é conteúdo importantíssimo no trabalho que possa ser desenvolvido com ela. É o estudo de sua vida”.

Neste aspecto aparece uma divergência de posições que leva a supor que mesmo dentro da mesma unidade há diferentes relações entre a coordenação da unidade e os educadores, havendo a hipótese de que alguns educadores são mais investigativos e buscam informações sobre os educandos, e ainda a outra hipótese é de que a coordenação da unidade desenvolva tipos de critérios que estabeleçam a quem pode ser fornecida a informação sobre o histórico dos educandos, sistematizado ou não sob forma documental, e a quem não pode ser fornecida tal informação. Isso pressupõe que em tais casos não há uma relação de confiança por parte das coordenações sobre alguns dos educadores preservarem ou não o sigilo sobre dados confidenciais dos educandos.

Em qualquer das hipóteses permanece o fato de que não há um encaminhamento metodológico fundamentado que garanta abordagens integradas dentro das unidades e quem perde com isso é o próprio educando. Entendemos que uma das formas de estabelecimento do vínculo afetivo e do compromisso social de transformação entre educador e educando, que irá garantir um trabalho de maior efetividade, é a possibilidade do educador desenvolver um nível de empatia que lhe permita compreender a trajetória de seus educandos e desta forma investir em sua formação de modo profundo, além do que permite a este educador levantar e reivindicar o atendimento a demandas em termos mais amplos, como por exemplo, em relação à família dos educandos.

Sobre quais os procedimentos utilizados quando o educando não se adapta ao seu trabalho de educadores sociais, estes apresentaram as seguintes posições:

“Talvez não pelo método empregado, mas pela figura pessoal, aí busco auxílio de meus companheiros para exercerem por mim, porém sempre visto a aproximação com os meninos”.

“Procedimentos internos, normas e combinados feitos pelos próprios educandos”.

“Tenta-se conversar e sensibilizar o educando quanto aos procedimentos e normas da Casa. Sempre enaltecendo que está sendo tratado da mesma forma que os demais”.

“Normalmente é tentada a via do entendimento”.

“Repasso para outros colegas, quando há uma aversão pessoal mútua, isto é bastante raro”.

“Primeiramente o diálogo que, ao menos no meu caso, tem resolvido satisfatoriamente a todas as situações conflituosas. Em outras situações existe encaminhamento à Direção da Unidade”.

“Procura-se sempre colocar à adolescente a proposta da Unidade, a dificuldade que a mesma irá enfrentar diante da privação que vai estar longe das drogas e/ou ruas. E o apoio que vai encontrar no abrigo; e as mudanças que lhe proporcionarão as mudanças de atitude que tiver”.

“Muita conversa e explicação a que a educanda se adapte ao trabalho”.

“A Direção e Vice-Direção buscam retomar situações limite da unidade, buscando sempre auxiliar os educadores na sua prática educativa. Além disso, é inerente ao ser humano criar relações afetivas mais próximas com algumas pessoas do que com outras e isso não deve afetar o processo educativo estabelecido na unidade”.

Foi perceptível nos depoimentos acima similaridade entre suas colocações, todas apontando para um forte investimento individual dos educadores, e coletivo da equipe da unidade de abrigo, no sentido da retomada do trabalho com o educando ficando evidenciada a preocupação em que não haja a evasão ou o desligamento dos educandos nos casos em que estes manifestem a não aceitação da proposta de trabalho do educador ou do abrigo.

Este grau de similaridade nas respostas permite deduzir a intencionalidade positiva entre os profissionais das unidades de abrigo, e sua adesão ativa a este propósito,

no sentido de que o educando tenha a oportunidade de retomada de sua trajetória, e, que resoluções devem ser buscadas em relação aos desentendimentos.

Indagados sobre em que casos há desligamentos dos educandos e quem os propõe, os educadores sociais apresentaram também aqui de similaridade nas respostas, indicando instâncias específicas para este tipo de tomada de decisão, como Serviço Social e Conselho Tutelar.

De acordo com o ECA, todo desabrigamento é de competência do Conselho Tutelar, ou órgão judicial quando ocorrem tais casos em função do retorno familiar, e, nestes casos, o Conselho Tutelar também deve acompanhar o processo. Foram ainda apontadas as situações de encaminhamento para outros projetos, recâmbio à sua cidade de origem, quando os adolescentes atingem dezoito, dezenove anos, quando os mesmos por inúmeras vezes não cumprem com as normas da Unidade e nestes casos só o Diretor é quem o desliga, ou, em último caso quando o educando está evadido por um longo período.

Nesta questão destacamos alguns aspectos a serem problematizados. Em primeiro lugar o aspecto ligado ao retorno familiar que já discutimos na análise do depoimento da Gerência de Abrigos deste município, quando a mesma aponta em diversos momentos a importância do retorno familiar com o qual concordamos, mas com algumas ressalvas.

Considerando que já foi demonstrado por estudos na área, já mencionados por nós, que o elemento determinante para a ida para as ruas por parte de crianças e adolescentes tem sido a violência doméstica associada à busca de geração de renda, as concepções sobre abrigamento passam a ter uma importância fundamental na sociedade contemporânea.

Coloca-se a imperiosa necessidade de que concepções humanizadoras perpassem os Abrigos para que se incorporem nestes espaços possibilidades de uma formação profunda dos educandos com uma visão de totalidade, visto que em muitos casos criaram-se situações impeditivas concretas de um convívio familiar face ao risco constatado para crianças e adolescentes vitimizados.

O segundo aspecto a ser problematizado neste bloco de depoimentos é o de encaminhamento de educandos para outros projetos, situação que se mal avaliada pode comprometer completamente a trajetória de vida do educando considerando que levá-lo, por convencimento ou imposição judicial, a ter um rompimento com uma unidade de

Abrigo que trabalhe dentro de uma concepção que invista no vínculo afetivo significa sofrimento real para o educando que já acumula uma história de perdas; o que este educando recebe como mensagem daqueles a quem confiava a ponto de ter saído das ruas em função desta nova perspectiva de vida, e que agora propõe seu rompimento com o Abrigo, é que ele é só uma peça num sistema que o considera como algo descartável, trazendo na maioria das vezes a evasão e a impossibilidade da continuidade de um trabalho educativo profundo.

O terceiro aspecto a ser problematizado é referente ao recâmbio, programa concebido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em meados da década de 90, que embora não tenha sido abordado na presente pesquisa, foi por nós investigado em pesquisas anteriores já mencionadas (MIRANDA, 1999). Os aspectos por nós problematizados neste programa, então, envolviam uma crítica à sumária arbitrariedade que significa o Poder Público devolver uma criança ou um adolescente em situação de rua que tenha migrado para este município por seus próprios meios colocando-se em risco real através de caronas ou mesmo caminhando, e na maioria das vezes isso ocorre em relação aos municípios da Região Metropolitana.

Esta devolução ao município de origem não considera que na maioria das vezes esses migrantes infanto-juvenis estão fugindo de situações de violência doméstica e urbana que os atormentavam. Devolvê-los significa recolocá-los novamente no centro desta violência da qual fugiam. Uma análise criteriosa e cuidadosa de cada caso se faz necessária e isso ultrapassa a visão tecnicista de se afirmar: “se não é criança ou adolescente deste município, devolvemos”.

Definir uma política de proteção integral implica em discutir responsabilidades compartilhadas entre os dois municípios envolvidos. Devolver uma criança ou adolescente sumariamente ao seu município de origem se neste município não há estrutura para um abrigo adequado não é uma solução humanizadora que considere esta criança ou este adolescente como sujeitos de direitos.

Tais situações devem introduzir uma prática de gestão do problema que envolve o município de origem contribuir com um *per capita* definido pelo município que recebe, a fim de se garantir um abrigo que promova situação de continuidade na formação

destes sujeitos, na qual o educando seja acolhido com uma proposta estável e duradoura para que os laços se estabeleçam e fortifiquem.

Casos desta natureza requerem, na continuidade, um trabalho de resgate das relações familiares que é mais lento por estarem os sujeitos envolvidos em municípios diferentes, e que envolvem esforços que exigem respaldo financeiro para garantir transporte aos familiares em visitas, além de um trabalho interdisciplinar nos dois municípios envolvidos.

Quanto à relação dos educandos e profissionais do programa, com a escola e com a comunidade os educadores sociais apresentaram basicamente três posicionamentos: positivo, negativo e ambivalente.

No primeiro posicionamento, de positividade, os argumentos foram:

“De maneira positiva, há um bom relacionamento. A convivência é pacífica”.

“Mantemos boa relação com as escolas. Costumam nos respeitar normalmente. Procuramos sempre estar presentes em reuniões, festas etc., explicando nosso trabalho. A comunidade reconhece e nos apóia, estando sempre presente com doações e trabalhos voluntários”.

“Aqui nesta unidade a relação é bem amistosa, as educandas participam dos eventos comunitários e a comunidade participa dos eventos que ocorrem na casa”.

No segundo posicionamento, de negatividade, os argumentos foram:

“De forma não muito passiva, a escola não está preparada para nosso menino e vice-versa. Respectivamente, na localização da Casa, hoje, existe muita rejeição por parte dos vizinhos”.

“As relações com a escola são sempre difíceis em Unidades de Nível I (informe nosso: de permanência breve), havendo um número inaceitável de desistências e reprovações por faltas dos educandos, que sempre mostram, apesar dos esforços contrários, aversão à escola. Com relação à comunidade varia muito, desde amigáveis com os moradores da comunidade, até total preconceito contra os educandos”.

No terceiro posicionamento, de ambivalência, foram os seguintes os argumentos:

“Com algumas escolas é boa, com alguns profissionais, mas em sua maioria me parece que está sendo cavado um abismo com a comunidade, um oceano tornando o abrigo uma ilha isolada”.

“Depende. Há educandos que vão bem tanto na escola quanto na comunidade. Já com outros essa relação é um pouco mais conturbada”.

“Busca-se a melhor integração possível levando em conta o respeito de ambos os lados, a justiça, os direitos e deveres de todos. No que diz respeito à escola, educadores e/ou Serviço Social estão sempre presentes em reuniões ou quaisquer situações que sejam necessárias. Sobre a comunidade buscamos no dia-a-dia criar uma relação amigável e de respeito, ‘tirando’ o estigma do que é ser uma criança institucionalizada”.

“Acredito que normal, sem muitas alterações”.

Constatamos nos depoimentos acima que houve preponderância nas posições de negatividade e ambivalente, se analisadas em bloco, indicando que há tensões entre o espaço do Abrigo e o da escola/comunidade. Aglutinamos escola/comunidade no entendimento de que se constituem no espaço externo ao Abrigo.

Destacamos neste bloco alguns aspectos a serem problematizados. Os educadores sociais mencionaram despreparo da escola para com o menino e vice-versa, o que pressupõe que os educandos estariam despreparados para a escola, revelando-se que o educador social ao adotar esta posição reproduz conceitos externalizados pela escola em reuniões ou contatos emergenciais, e isso significa esperar que alunos entrem para a escola “preparados”.

Nesse caso qual seria a função social de escola se seus alunos já ingressam preparados? É papel da escola trabalhar com todas as desigualdades e não idealizar um aluno perfeito onde uma criança e um adolescente egressos da vida nas ruas certamente não se encaixam, aliás, pessoa alguma se encaixa.

Nesta mesma direção os educadores sociais mencionaram rejeição por parte da comunidade bem como preconceito contra os educandos por um lado, e desistências, reprovações e aversão à escola por parte dos educandos, o que neste último caso é uma consequência face à percepção que os mesmos formam a respeito de um ambiente escolar hostil.

O caráter de ambivalência dos depoimentos dos educadores sociais, evidencia-se na incerteza contida no comentário: “Parece que está sendo cavado um abismo com a comunidade”, e ainda “tornando o abrigo uma ilha isolada”. Tais aspectos podem ao longo de um tempo solidificar no educador social que compartilha cotidianamente com o educando um período grande desse isolamento, um senso de descolamento da realidade tida como “normal”. O desgaste de tal constatação concorre para a redução da motivação do educador para encontrar saídas para esse isolamento que o educando vive dentro do abrigo face aos preconceitos da comunidade externa, incluindo a escola, pois ele próprio, o educador, passa a fazer parte da exclusão.

Portanto, o abrigo parece revelar-se em alguns casos como um espaço que comporta em si mesmo esta ambigüidade entre o acolhimento de seus profissionais em relação aos educandos, com forte carga afetiva, e o desalento por compartilhar do isolamento juntamente com seu educando. Disso decorre a necessidade de educadores sociais que enfrentam esse tipo de desgaste emocional estarem inseridos em momentos de reflexão entre todos os profissionais do abrigo, buscando-se uma recarga de sua energia que é esgotada cotidianamente. Porque a par deste enfrentamento com uma escola e uma comunidade hostis, o educador social enfrenta, juntamente com os demais profissionais de unidades de Abrigo, outras demandas de forte desgaste como atender, por exemplo, o educando dependente químico durante uma crise de privação da droga, sem ter para onde encaminhá-lo, e sem se sentir preparado, para tal, tendo que dar conta disso sem outros recursos além de si próprio.

Destacamos também outro aspecto, no depoimento de um educador que afirma, em relação à escola e à comunidade: “busca-se a melhor integração possível”; o que ele parece estar dizendo é que os profissionais do Abrigo fazem este esforço, mas na verdade o que transparece no final de sua afirmativa é a admissão da rejeição: “tirando o estigma do que é ser uma criança institucionalizada”. O emprego aqui foi do conceito “institucionalização”, e não “abrigamento” constantemente utilizado nos depoimentos tanto dos educadores sociais como dos coordenadores. Entre um e outro conceito há substanciais diferenças. Em nosso entendimento a institucionalização é técnica e fria, o abrigamento é referido à proteção, ao

acolhimento. Pode-se presumir que ao referir-se à posição da escola o educador utiliza então o conceito que esta utiliza, a institucionalização.

Isso implica em refletir o quanto os educadores necessitam estar previamente preparados para freqüentar as reuniões na escola e para os contatos com a comunidade, a fim de não serem contaminados com estes conceitos que venham a interferir em seu relacionamento com os educandos, correndo o risco de virem a culpabilizar os próprios educandos por seu fracasso na escola, significando tal postura a perpetuação da identidade social subalterna dos educandos.

Perguntados se ocorre a evasão de educandos nos abrigos onde atuam, e em que proporção, e solicitados para que apontassem as causas desta situação, os educadores sociais informaram de forma consensual que a evasão ocorre, em proporções diversas, tendo um educador citado o dado de 30% e outro 50%, e os demais não tendo apontado um dado numérico.

As razões apontadas pelos educadores sociais para tal evasão foram: a) “questões emocionais, abstinência das drogas, desentendimento com educadores, abandono da família”; b) “crise de abstinência; meninos que chegam da rua que incitam outros a fugirem; pais irresponsáveis, que em visitas, deixam-nos se evadirem” ; c) “não aceitação às normas, dificuldade de compartilhar o espaço com outros educandos”; d) “busca por drogas, desejo de liberdade, falta de estímulo para a permanência na Unidade (atividades interessantes aos educandos)”

As formas empregadas pela unidade de abrigo e/ou pela PMC para controlar a evasão de educandos, relatadas pelos educadores sociais, podem ser interpretadas como reativas à evasão por parte do sistema, depois de ocorrida: “quando têm feiras noturnas, etc. mantêm-se contato com o Resgate Social, buscando-se convencimento pessoal com cada educando”, demonstrando que é usual o educando evadir-se e voltar às formas de sobrevivência na rua já internalizadas como abordar pessoas nas feiras livres oferecendo-se para carregar suas sacolas em troca de algum dinheiro, e que as abordagens de rua já prevêm esta conduta dos educandos evadidos, ficando explicitado com isso um movimento circular abrigo-evasão-abrigo.

Em outro depoimento evidencia-se a abordagem mais técnico-jurídica: “em alguns casos a evasão é informada ao S.O .S. ou ao Juizado”. Outro educador indicou abordagens centradas pontualmente na questão mais aguda, a drogadição: “há atendimentos para os meninos com problemas de drogadição”. Outros educadores apontaram como forma de controle para a evasão uma abordagem de caráter mais preventivo: “Para controlar os educadores acompanham as educandas nas eventuais saídas da unidade”, e, ”valorização da reconstrução dos vínculos familiares, encaminhamento para tratamento de drogadição, encaminhamento para terapia individual, valorização da saúde e da escola”.

Um educador demonstrou não acompanhar o processo de controle da evasão: “Não sei como funciona esse controle de dados”, o que evidencia níveis contrastantes de envolvimento dos educadores, decorrentes de fatores devidos tanto ao perfil do educador quanto ao perfil de gestão.

Destacamos os depoimentos de educadores sociais, a seguir, sobre a evasão nos abrigos, por se apresentarem bastante diversos entre si, sendo manifestados por educadores sociais de abrigos diferentes, o que pode fortalecer as análises que fizemos anteriormente sobre a fragmentação nos processos de gestão das unidades de Abrigo entre si:

“É utilizado o diálogo em geral com outros educandos e funcionários para demonstrar que há um bom relacionamento e entrosamento na unidade”.

“Praticamente se tenta “comprar” a presença dos adolescentes com regalias especiais (fornecimento de vales-transporte por exemplo) o que é totalmente ineficiente. O melhor seria uma relação de conscientização do educando, da importância de permanecer na Unidade por vontade própria, buscando a melhoria de seu futuro, ao invés de dar-lhe alguns ‘trocados’ para o presente”.

“As evasões diminuíram bastante. Mas ainda acontecem. É que percebemos que aquelas que se mantêm no abrigo, passam a aceitar a proposta. A partir daí acontece todo o processo de recuperação e fortalecimento de sua auto-estima e o que passa a acontecer é o progresso da adolescente em todas as áreas: educação, trabalho, familiar”.

Apreendem-se, nos depoimentos acima, diferentes concepções acerca das relações estabelecidas entre os profissionais do abrigo e os educandos: a) o diálogo como estratégia

de demonstração das relações positivas no contexto do abrigo para conter a evasão de outros educandos; b) a sedução com bens materiais para que a evasão não ocorra; e, c) o fortalecimento da auto-estima das educandas. Nas duas primeiras concepções, há uma substimação do educando, pois as relações são ou não são positivas e acolhedoras, não há como criar uma representação cotidiana, que se sustente ao longo do tempo, de algo que não está de fato ocorrendo. Já na terceira concepção há um nível mais profundo de compreensão sobre a identidade da educanda, investindo-se globalmente em várias área de sua formação.

Indagados sobre quais os casos mais difíceis de crianças e adolescentes em situação de rua para prestar atendimento, e solicitados para que discriminassem as características destes casos, e quais as razões destas dificuldades, os educadores sociais indicaram em primeiro lugar preponderantemente os casos de drogadição, em segundo lugar os casos de conflito com a lei, e, em terceiro lugar os casos com necessidades especiais.

Quanto aos casos de drogadição, os educadores sociais apontaram as seguintes características:

“Quando criança tem vínculo há muito tempo com a rua, sobretudo quando é usuária de ‘crack’. Dependência e falta às vezes total de vínculos familiares”.

“Sem dúvida é o vício com a droga. A vida que levava na rua sem regras”.

“Acredito que crianças e adolescentes que são usuários de drogas, pois a partir do momento em que estão abrigados passam por períodos críticos, onde ficam entre a rua e o abrigo e isso é muito sofrido!”

“São os casos com drogas, porque a adolescente dependente é mais difícil de abordar, quando abrigadas são agressivas e tentam fugir o tempo todo pra ir atrás da droga”.

“Crianças e adolescentes drogadidas, com forte vínculo de rua. São agressivas, Não aceitam limites, têm dificuldades em se desenvolver e relacionar no espaço da escola. O vínculo com a rua e o corte do vínculo com os espaços da escola, família, comunidade e retomá-los é uma dificuldade diária”.

Como se pode perceber, os casos que apresentam drogadição foram os mais citados pelos educadores sociais como de grande dificuldade no cotidiano dos Abrigos, e são os

que requerem maior aporte de conhecimento, recursos específicos e estrutura pessoal para seu enfrentamento, face ao seu impacto na vida cotidiana dos educandos, uma vez que inviabilizam outros caminhos de integração social como escola, esporte, convivência comunitária.

Utilizando-se de estratégia contraditoriamente coerente de manutenção do problema sem resolvê-lo, o Poder Público Municipal de Curitiba tem apresentado poucos avanços em abordagens específicas para esse fim, apesar dos fartos indicadores apontados tanto por Conselheiros Tutelares, como por responsáveis por programas para crianças e adolescentes em situação de rua ou de risco social e pessoal.

Exemplificamos nossa análise com o relato da discussão ocorrida no Fórum Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), com sede em Curitiba, onde estivemos presentes. Durante a citada reunião do FDCA ocorrida em 28/09/04, a coordenadora do mesmo informou aos presentes que segundo informes dos Conselhos Tutelares de Curitiba, estão sendo negados atendimentos aos adolescentes usuários de drogas; para as meninas não existe, e para os meninos é muito pequena a oferta. Na mesma reunião, durante as discussões, uma Conselheira Tutelar afirmou: “é muito preocupante esta questão dos usuários de drogas (crianças e adolescentes); não concordo com o tratamento aberto após quinze dias de desintoxicação, não dá certo. O tratamento aberto possibilita o retorno imediato às drogas. E não há um trabalho com as famílias. A família está tão machucada que quando o filho volta para casa ela não sabe agir.” A coordenadora do FDCA comentou que foi implantado o “Cara Limpa”, segundo ela “uma clínica maravilhosa para meninos que, entretanto faz somente a triagem e encaminha para um internamento no CRENVI (Centro de Recuperação Nova Vida, entidade de natureza comunitária destinada ao tratamento de jovens e adultos dependentes químicos, conveniada com a Prefeitura Municipal de Curitiba). A coordenadora do FDCA informou também que “na última reunião dos Presidentes de Conselhos Tutelares de Curitiba houve a presença de um representante da FAS que solicitou que não sejam levantadas expectativas junto aos meninos usuários de drogas de que haveria internamento, pois não há vagas”. Uma Conselheira Tutelar informou que: “quando o ‘Cara Limpa’ foi criado foi informado que todos os Hospitais de Curitiba trabalhariam junto”.

Tomamos o cuidado de conferir esta informação da Prefeitura Municipal de Curitiba trazida pela Coordenadora do FDCA naquela reunião, e fizemos ligações telefônicas para cinco Hospitais⁵⁵ de Curitiba onde há o atendimento pelo SUS- Sistema Único de Saúde, e portanto um grande afluxo das classes populares. Neste contatos telefônicos fizemos a indagação sobre se estes Hospitais desenvolviam parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba através do Programa “Cara Limpa” e todos eles informaram não terem trabalhado com este programa, desconhecendo-o .

Pode-se dizer que a gestão municipal da Prefeitura de Curitiba, no período de nossa pesquisa de campo em 2004 e início de 2005, não oferecia atendimento especializado público para dependência química infanto-juvenil, compatível com a demanda, e portanto não apresentava vontade política para intervir com propostas conseqüentes nesta questão.

A dificuldade do trabalho com crianças e adolescentes em conflito com a lei foi também indicada pelos educadores sociais, conforme exemplificado no depoimento abaixo:

“Existe um menino que estava em situação de rua e tem hoje 14 anos, não tem família, não sabe ler e escrever tem mais de quinze passagens pela Delegacia do Adolescente e não consegue estabelecer vínculo com os educadores. Ele não abre quanto ao histórico de vida, é tratado como um delinqüente, porque as pessoas não conseguem compreendê-lo. Sozinho é difícil, o grupo de educadores o exclui, ocorrendo evasão e aí criando um círculo vicioso”.

Este depoimento caracteriza uma história de vida que concentra formas diversas de exclusão de um adolescente: analfabetismo, inexistência de vínculo familiar, prática recorrente de atos infracionais, impossibilidade de estabelecimento de vínculo afetivo, baixa expectativa em relação a novos relacionamentos e ao estabelecimento de vínculos de confiança dentro do Abrigo, auto-isolamento e rejeição grupal, círculo vicioso evasão – abrigo - evasão. O relato permite compreender que tal caso está há muito tempo oscilando entre rua e abrigo, sem que se tenha obtido êxito em retomar sua trajetória de vida.

Casos similares levantam a perspectiva de que os programas sociais contêm dentro deles a exclusão dos excluídos. A estigmatização em nível avançado constrói a rejeição do

⁵⁵ Os Hospitais por nós contatados em 12/05/05 foram: Hospital Cajuru, Hospital das Clínicas, Hospital Evangélico, Hospital Nossa Senhora das Graças e Hospital Pequeno Príncipe.

grupo àquele caso dentro do próprio Abrigo, fadando aquele educando a sentir-se não aceito mesmo entre aqueles que já viveram a trajetória de marginalização, anulando qualquer nível de empatia entre os demais.

Como romper com este ciclo é a questão mais premente, uma vez que os próprios educadores constroem a impossibilidade de romper este ciclo. Pode-se considerar que para romper com tal nível de estigma pode-se deslocar este educando do contexto onde a impossibilidade já está cristalizada, e buscar um outro espaço de abrigo onde as relações não estejam consolidadas e seja possível um recomeço, com a devida análise e preparo da equipe que irá recebê-lo, bem como do próprio educando perspectivando-se uma nova possibilidade de vida, para criar uma disposição inovadora, envolvente e desafiadora.

Os educadores sociais apontaram ainda como de grande dificuldade os casos de crianças e adolescentes em situação de rua com problemas físicos e mentais, devido ao “problema de falta de preparo e a dificuldade de comunicação”.

Também foi apontada pelos educadores sociais que: “basicamente os principais problemas são manter a situação de abrigo produtiva e interessante ao educando, sendo estas dificuldades comuns a todos”, indicando o nível de desafio que mobiliza uma equipe de profissionais dos Abrigos, face à frágil vinculação de determinados educandos com a unidade, em contraposição ao fascínio pela ilusória liberdade das ruas.

Indagados se consideram adequadas as condições de trabalho para desempenhar esta função, os educadores sociais posicionaram-se preponderantemente apontaram más condições de trabalho, indicando como argumentos: casa muito pequena ou espaço físico inadequado, ausência de acompanhamento pedagógico, localização inadequada, formação inadequada para exercer a profissão, falta de verbas para atividades extras.

Destacamos deste grupo o seguinte depoimento: “Nem sempre. Muitas vezes nos falta tempo para nos organizarmos, refletirmos sobre nossa atuação. Além disso, a demanda de crianças e adolescentes em situação de risco vem crescendo a cada dia”.

Entre os educadores sociais que avaliaram as condições de trabalho como adequadas os argumentos foram: “Isto é o que há de melhor”, além de informarem que são poucos os obstáculos encontrados para atuar, havendo instalações adequadas, faltando apenas melhorias em relação ao preparo prévio insuficiente para assumir a atual função e,

formação continuada superficial. Os educadores sociais que apresentaram este posicionamento fizeram a valoração com o termo “apenas” justamente em relação aos aspectos de maior sustentação ao seu trabalho cotidiano, o preparo prévio e a formação continuada, evidenciando maior valoração às instalações inadequadas, o que permite deduzir que estes educadores não atribuem uma importância central ao aspecto formativo mais profundo do educando.

Um educador social considerou que poder-se-ia ampliar esse atendimento com novos equipamentos, e outro educador afirmou que no programa onde atua conta com “materiais didáticos, auxílio de assistente social, terapeutas, voluntários, existe uma boa infra-estrutura para o educador”, sendo atribuída nestes casos a importância maior aos meios didáticos e à composição da equipe, tirando de foco, de forma idêntica aos demais depoimentos acima citados, de forma recorrente, sua própria condição para atuação com os educandos, como uma sustentação teórico-prática consistente.

A partir das posições diversas sobre suas condições de trabalho, onde prevalentemente foram indicadas as situações negativas, pode-se deduzir novamente a dicotomia na gestão do sistema de Abrigos uma vez que aparentemente algumas unidades recebem maior aporte de recursos e outras não. Nos dois grupos, entretanto aparece o fator de despreparo para a função, seja apontado pelos próprios educadores, seja pela valoração dos meios em detrimento dos fins educativos.

4.1.3.4.12. As famílias dos educandos segundo os educadores sociais.

Os educadores sociais em relação às características predominantes das famílias dos educandos atendidos, indicaram prevalentemente dados que podem ser representados pelo depoimento abaixo:

“Pobres, algumas miseráveis, habitam quase sempre os bolsões de pobreza de Curitiba, pais analfabetos, com problemas de drogadição, esmolagem, alcoolismo, fadados à espoliação”.

Além destas características foram apontados pelos educadores sociais os seguintes dados sobre as famílias dos educandos: ausência de estrutura financeira e emocional, baixo nível de escolaridade, ignorância predominante, prole numerosa, empregos informais, negligentes. Dois educadores responderam, que não é possível responder, pois não têm acesso a estes dados. Destacamos que o termo “negligente” em uma das respostas apareceu de forma isolada no contexto total das respostas, como indicativo da responsabilização das famílias pela condição de rua de seus filhos.

Indagados sobre qual o grau de responsabilidade da família na situação de rua de seus filhos e/ou dependentes, a maioria dos educadores sociais apresentou respostas indicativas de que há uma compreensão de sua parte no tocante ao fato de que as condições extremas que atingem tais famílias não são de responsabilidade das mesmas:

“Em muitos casos a situação de rua é histórica na família”.

“Estamos trabalhando com 3ª ou 4ª geração de filhos da/na rua. Como falar de responsabilidade familiar?”.

“Acredito que diante das dificuldades financeiras pouco podem assumir”.

“Há falta do senso de zelo. A realidade dura difícil compromete esse senso”.

“A rede da barbárie nem tem culpados, apenas vítimas”.

Destacamos o fato de que nos depoimentos os educadores sociais preponderantemente evidenciaram clareza quanto aos determinantes sócio-econômicos que acarretam a condição das famílias de impossibilidade em enfrentar sua própria exclusão.

Apenas um educador apresentou a resposta culpabilizando a família: “Em quase todos os casos, a família foi o eixo central da presença da criança/adolescente no abrigo”. Dois educadores sociais não evidenciaram envolvimento com o assunto, um por não responder e outro apresentando resposta evasiva: “Questão restrita à Assistência Social”. Um educador apresentou resposta indicativa de que não compreendeu a pergunta, pois

configurou a situação de responsabilidade do abrigo em relação aos educandos abrigados.: “Quando os menores são abrigados o grau de responsabilidade deste menor é mínimo, pois se o menor é abrigado o seu tutor passa a ser o diretor do abrigo”.

Os educadores sociais ao serem indagados sobre quais são as abordagens realizadas com as famílias dos educandos atendidos nos abrigos onde atuam, se participam delas, e se consideram-nas adequadas, posicionaram-se divergentemente. Alguns consideraram insuficiente o trabalho com as famílias dos educandos e outros consideraram adequadas as abordagens.

No conjunto das respostas sobre este aspecto, demonstraram que não há o envolvimento do educador social com as famílias em nível domiciliar, mas somente quando há contato em situações internas da unidade de Abrigo:

“Muito pouco se tem trabalhado com a família, resumindo a visitas domiciliares e encaminhamento a tratamento de saúde”.

“Apesar de não ser função minha, este trabalho é conduzido pelo Serviço Social, mas constantemente é feita a visita familiar. Não participo. Considero adequada a abordagem, pois somente através deste critério é possível avaliar quais são as condições para o educando retornar ao seio de sua família ou não”.

“A presença da família é constante no Abrigo; participa do acompanhamento do adolescente em todas as questões, como: escola, saúde, lazer, reuniões, enfim, procuramos sempre fortalecer os vínculos afetivos; essa prática nos remete ao desenvolvimento e acompanhamento das famílias nestas situações, como forma de prevenir outros problemas e proteger as crianças que dela façam parte”.

“O Serviço Social realiza as primeiras visitas familiares, visando estabelecer uma relação entre o que é dito de ambos os lados. A partir dos primeiros contatos o Serviço Social em determinados casos viabilizando o fortalecimento das famílias através do acesso a algum programa de atendimento à família. Os educadores participam do processo de fortalecimento dos vínculos familiares, pois acompanham as visitas familiares após liberação do Serviço Social. O abrigo ultrapassa significativamente seu papel, visando fortalecer as relações entre educandas e família, pois isso é fundamental para que as educandas permaneçam na unidade”.

Vários educadores sociais demonstraram não envolvimento com o trabalho com as famílias, ou não respondendo, ou comentando: a) “Visita domiciliar. Entrevista social. Não participo. É realizada pelo Serviço Social. Não tenho opinião a respeito”; b) “Desconheço.

Não participo. Não tenho parâmetros para responder”. c) “As abordagens realizadas com os familiares são realizadas com Assistente Social da unidade, portanto, não participo diretamente desse processo”; d) “As famílias são acompanhadas pela Assistente Social da unidade, mas eu não participo deste acompanhamento”.

Tomando a categoria totalidade para analisar esta questão, destacamos que o fracionamento do trabalho dentro dos Abrigos, com definições muito precisas entre cada função, inviabiliza que os profissionais dos Abrigos se apropriem de dados que seriam importantes para compreender melhor as trajetórias de vida de seus educandos, e, portanto, desenvolver maior nível de empatia e fortalecimento de vínculos com os mesmos. Ainda que se considere que determinados modelos de abrigamento requeiram definição de papéis entre seus profissionais, estamos questionando a ausência de práticas cotidianas que possibilitem trocas nas informações levantadas pelas funções diversas.

No seu todo, os depoimentos apresentados pelos educadores sociais sobre o trabalho com as famílias dos educandos dos abrigos, evidencia uma concentração de esforços na direção de visitas domiciliares para levantamento de dados sobre sua história de vida, além de encaminhamentos para tratamentos de saúde de membros destas famílias.

Alguns depoimentos fizeram menções em relação ao fortalecimento de vínculos familiares com os educandos, e não foram apresentados comentários sobre um trabalho social efetivo com estas famílias no sentido de emancipá-las de sua subalternidade, como escolarização dos adultos mantenedores da prole, geração de renda.

Em suma, a ausência por parte do Poder Público Municipal de construção de formas para garantir a empregabilidade numa dimensão social, de fato se caracteriza como uma estratégia de manutenção da hegemonia dos grupos dominantes que determinam a ação de um Poder Público identificado com a concepção capitalista de Estado.

CAPÍTULO V

5. SUBSÍDIOS PARA UMA PEDAGOGIA VOLTADA PARA A ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA E DE RISCO SOCIAL E PESSOAL – A PROPOSIÇÃO DA SÓCIO-PEDAGOGIA

Consideramos este tópico como uma possibilidade de serem estabelecidas algumas reflexões práticas finais, ainda que não seja nossa pretensão levantar conclusões, mas apenas apontar possibilidades, não somente para os espaços não-escolares mantidos pelos Poderes Públicos, mas também para os espaços comunitários não-governamentais.

Tivemos, neste momento final, duas preocupações a partir de reflexões sobre práticas sócio-pedagógicas em espaços de Abrigo: a) aprofundar as análises sobre a superação da subalternidade de crianças e adolescentes em situação de rua ou de risco social e pessoal, e, b) aprofundar as análises referentes à construção de identidade social destes sujeitos, configurando o processo de socialização nesta perspectiva.⁵⁶

Por outro lado, a partir da constatação, feita durante esta pesquisa, da ausência de pedagogos para exercer sua função própria dentro dos Abrigos investigados, colocamos em foco a discussão da Pedagogia enquanto trabalho de natureza social a ser realizado em espaços não-escolares, onde se concretizam práticas sócio-pedagógicas, daí a possibilidade definir este ramo da Pedagogia de Sócio-Pedagogia.

Dentro disso, defendemos a necessidade e a importância das Universidades e das Faculdades e dos Centros de Educação, enquanto espaços formativos da Pedagogia como profissão, inserirem em seus currículos acadêmicos a temática referente à criança e ao adolescente em situação de rua e de risco social e pessoal, bem como defendemos que o enfoque teórico-metodológico seja a Sócio-Pedagogia tal como estamos propondo no presente trabalho.

Para avançarmos nesta reflexão é necessário dirimir qualquer dúvida que permaneça, de que estivéssemos supondo a não existência da natureza social da Pedagogia em qualquer de seus ramos, o que não é o caso neste estudo. Constituindo-se como

⁵⁶ Sustentamos, neste tópico, esta discussão com as contribuições de MAKARENKO (1976, 1985) CAPRILES(sobre MAKARENKO, 1989), GRAMSCI (1989 e 2000), CIAMPA (1984), MONTERO (1987) e MARTÍN-BARÓ (1983).

consumado o fato de que não estamos colocando em dúvida ser a Pedagogia eminentemente social, resta-nos como tarefa necessária introduzir o conceito de Sócio-Pedagogia, como um dos ramos da Pedagogia, e que tem como seu espaço a educação não-escolar de crianças e adolescentes em situação de rua e de risco social e pessoal. Procurar dar mais clareza aos fundamentos e à práxis decorrente do conceito de Sócio-Pedagogia que estamos colocando em termos propositivos, eis a tarefa que nos impusemos neste tópico do presente trabalho.

Logo no início deste trabalho estabelecemos o termo “prática sócio-pedagógica”, a ser empregado ao longo de todo o texto, para designar a ação educativa cotidiana desenvolvida coletivamente, no contexto de suas determinações histórico-sociais, especificamente em espaços alternativos não-escolares. Nos contextos investigados e em relatos da bibliografia da área abordados ao longo deste trabalho, constatamos que tais práticas sócio-pedagógicas têm ocorrido historicamente estando ou não subsidiadas por princípios científicos teórico-metodológicos, e não vinculadas aos espaços formais da escola, mas desenvolvidas em espaços de programas não-escolares governamentais e não-governamentais com a participação de profissionais que não são necessariamente professores habilitados, ou seja, não possuem uma formação na área da educação. Estamos admitindo, portanto, a existência histórica de práticas sócio-pedagógicas, em determinados contextos, definidas pelo senso comum, e em outros contextos adotando subsídios fundamentados cientificamente, dependendo da conjuntura que viesse a determinar a atuação pedagógica dos atores sociais envolvidos. Entretanto, entendemos que uma prática sócio-pedagógica que pretenda a formação da consciência crítica de seus educandos, e a superação do senso comum, deve buscar clarificar seus fundamentos.

Não se está afirmando, porém, que práticas sócio-pedagógicas calcadas no senso comum sejam a característica predominante de todos os espaços não-escolares, pois isso seria negar a participação ativa dos movimentos sociais na formação crítica de crianças e adolescentes, como foi o caso do MNMMR- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil, que já analisamos em capítulo anterior. Os riscos maiores do senso comum se fazer presente são os espaços públicos não-escolares, onde o Poder Público de

Estados capitalista, responsável pela manutenção de programas sociais, venha a exercer seu processo hegemônico de reprodução social e onde os atores sociais que desenvolvem as práticas sócio-pedagógicas não exerçam força contra-hegemônica de superação de sua subalternidade, como classe trabalhadora, e a dos educandos sob sua responsabilidade.

Embora na concepção de prática sócio-pedagógica que estamos propondo e discutindo haja o reconhecimento da importância do conhecimento científico para sustentar a reflexão sobre a prática, conhecimento científico que, tanto quanto a prática pode conter níveis de ideologização, mais ou menos explícitos, mais ou menos conscientes, não se secundariza, entretanto, a importância da prática construída no cotidiano, sobretudo nos contextos onde perpassam conteúdos políticos intencionalizados para transformação social e não para a reprodução social. Daí resulta a importância de iniciativas de educação popular com esta característica.

Algum tempo após termos construído, no presente trabalho, através de diversas análises e escolhas sucessivas, o termo Sócio-Pedagogia para designar o ramo da Pedagogia voltado a consolidar a práxis educativa destinada ao trabalho não-escolar, e, portanto, de natureza social, com crianças e adolescentes egressos da situação de rua, construção fundamentada no materialismo histórico e dialético, encontramos nos estudos mais aprofundados que fizemos sobre a Pedagogia de MAKARENKO o termo “sociopedagógica” na descrição na obra de CAPRILES (1989, p. 113) sobre a forma organizativa empregada por MAKARENKO dentro da Colônia Gorki e da Colônia Kuriáj, na Ucrânia entre as décadas de 20 e 30 do século XX, remetendo tal termo à sua relação com Pedagogia Socialista e à natureza coletiva do trabalho educativo na proposta deste educador. Tal achado nos possibilitou acrescentar mais um argumento para a consolidação do termo Sócio-Pedagogia: a retomada do ideário da Pedagogia Socialista de MAKARENKO, ao que iremos mais à frente incorporar as proposições da Pedagogia Socialista de GRAMSCI.

Em nossas intenções de revigorar a Pedagogia Socialista dentro da discussão de propostas para educandos egressos das ruas que se encontram abrigados, destacamos a possibilidade de enfatizar a centralidade da natureza pedagógica deste tipo de trabalho, e,

portanto, a centralidade do papel do Pedagogo, profissional inexistente nos contextos por nós investigados nesta área, mantidos pelo Poder Público municipal de Curitiba.

5.1. Uma releitura da temática criança e adolescente em situação de rua - as contribuições da Pedagogia Socialista.

Adotamos de MAKARENKO (in:CAPRILES, 1989) os seguintes princípios para subsidiar nossas análises introdutórias co conceito de Sócio-Pedagogia: o respeito ao educando, o conceito amplo de coletivo, o coletivo de educandos, o coletivo de pedagogos ou educadores, a disciplina e o regime, a educação política dos educandos, a auto-gestão e a autonomia, embora estes princípios não esgotem a proposição da Pedagogia de MAKARENKO. Os demais princípios construídos por este autor, não abordados aqui, deverão merecer igualmente uma análise em estudos posteriores, para sua possível inclusão como subsídios para a clarificação da proposta de Sócio-Pedagogia.

Em relação ao respeito ao educando aquele autor afirma: “O meu princípio fundamental - aliás, tenho considerado não só como meu, mas também de todos os pedagogos soviéticos - tem sido sempre exigir o máximo do educando e, ao mesmo tempo, tratá-lo com o maior respeito” (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 154). Neste princípio consideramos importante analisar a unidade presente na teoria makarenkiana, constituída por um lado de um rigor pedagógico no nível de exigência ao educando quanto aos conteúdos e à qualidade da experiência cotidiana, e por outro lado, do respeito ao educando como valor direcional da conduta do educador e do pedagogo.

Sobre o coletivo no sentido mais amplo, uma das teses centrais de MAKARENKO considerava que nenhum método pode ser elaborado à base do par professo-aluno, mas só à base da idéia geral da organização da escola e do coletivo. Em razão disso, recomendava:

“E a primeira destas formas necessárias à educação soviética é o coletivo...e o que é o coletivo? Não se poderá imaginar o coletivo se tomarmos a simples soma de pessoas isoladas: ele é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão, uma

concentração de indivíduos. Portanto, durante todos os anos de meu trabalho pedagógico no período soviético, envidei os meus maiores esforços na solução da questão da construção do coletivo, dos seus órgãos, do sistema de atribuições e do sistema de responsabilidades”. (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 154).

Especificando seus conceitos, enfatiza a importância do coletivo de educandos e o coletivo de pedagogos e educadores, entendendo a ambos como um único coletivo pedagógico. Em relação ao coletivo dos educandos adota critérios que permitem que os educandos mais novos convivam com os mais velhos, criando grupos de crianças e jovens de 7 aos 18 anos:

“Decidi que este coletivo era mais uma espécie de família, seria mais vantajoso no sentido educativo: ali os mais velhos cuidam dos mais novos e estes respeitam aquele. Deste modo criam-se as mais cordiais relações de camaradagem. Assim os pequeninos não ficarão fechados no seu próprio grupo e os mais velhos nunca contarão anedotas escabrosas e se controlarão nos palavrões, já que eles são os responsáveis pelos mais novos.” (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 154 - 5).

Com relação ao coletivo de pedagogos, MAKARENKO nos oferece subsídios importantes para considerar a presença destes profissionais no corpo de trabalhadores que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua, que são objeto desta pesquisa, havendo por parte deste autor uma grande ênfase no processo de articulação que o termo “coletivo” comporta:

“Nas minhas pesquisas cheguei a mais uma conclusão: não imaginei nem imagino como se poderia educar um coletivo, pelo menos um coletivo infantil, se não houver um coletivo de pedagogos. Não restam dúvidas que não se poderá fazer-lo se cada um dos pedagogos de uma escola realiza, separadamente, o seu trabalho educativo segundo o seu próprio entendimento e desejo” (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 155).

Esse autor entendia que: “É necessário não só dar instrução aos pedagogos, mas também educa-los. Independentemente da instrução que dermos a um pedagogo, se nós não o educamos, não poderemos contar só com seu talento.” (MAKARENKO, in: CAPRILES,

1989, p. 157), evidenciando a importância da formação continuada. Assim, entendemos que não basta simplesmente a inserção destes profissionais num trabalho coletivo, desta área e das demais, se os mesmos não estiverem igualmente envolvidos profundamente com a concepção que estamos discutindo.

Outro princípio marcante na Pedagogia de MAKARENKO é a disciplina. Consideramos importante contextualizar a referência revolucionária específica do período histórico em que ocorreu a experiência deste autor, logo após a instalação da revolução soviética ocorrida em 1917, onde determinadas práticas se justificavam especificamente naquele contexto pelo próprio ideário revolucionário marxista-leninista, onde se buscava construir um homem novo, revolucionário, politizado, com educação científica e cultural, com forte ênfase na formação de caserna, capaz de fazer frente aos processos de dominação capitalista que se insurgiam contra a revolução socialista que estava em marcha de consolidação.

Ainda que se entenda não mais serem compatíveis com o presente momento histórico níveis tão formais de disciplina como os propostos por MAKARENKO, pode-se perceber que o princípio permanece atual, sendo a disciplina fator fundamental na educação de crianças e adolescentes:

“ A disciplina não se cria com algumas medidas ‘disciplinárias’ mas com todo o sistema educativo, com a organização de toda a vida, com a soma de todas as influências que atuam sobre a criança. Nesse sentido, a disciplina não é uma causa, um método, um procedimento de educação mas o seu resultado. A disciplina correta é o objetivo satisfatório que o educador deve se propor com todas as suas energias, valendo-se de todos os meios que estejam ao seu alcance.(...) Desta maneira, consideraremos como disciplina o resultado geral de todo o trabalho educativo.” (MAKARENKO, 1981, p. 38).

Entretanto há conhecimentos atuais, construídos em processos árduos de análise e discussão demonstrando que, desde os primórdios da história das relações capitalistas até os períodos atuais, cada vez mais se efetiva a exploração da força de trabalho infante-juvenil; essas análises nos mostram que há ressalvas para o disciplinamento de caserna utilizado por MAKARENKO, que hoje não mais se sustentaria, como, por exemplo, as escalas de

trabalho que se estendiam pela madrugada, dentro das Colônias, envolvendo crianças e adolescentes.

O acúmulo histórico na discussão da exploração do trabalho infanto-juvenil já permite à sociedade contemporânea afirmar que propostas de disciplinamento tão radicalmente colocadas não encontrariam acolhimento nos espaços educativos escolares ou não-escolares, até mesmo porque a legislação pertinente colocou barreiras consistentes para coibir esta exploração.

Entretanto, permanecem atuais os princípios de aprendizagem coletiva, estabelecidos pela Pedagogia de MAKARENKO, e dentro destes os coletivos de educadores e de educandos, ambos interdependentes e organicamente integrados num processo permanente de auto-gestão buscando construir a autonomia dos educandos, nos parecem os elementos mais fortes desta proposta.

Outro aspecto extremamente atual na Pedagogia de MAKARENKO é a distinção entre disciplina e regime. Diferentemente da disciplina que é um resultado permanentemente buscado, o regime é considerado por este educador somente como um meio, e como todo meio deve ser aplicado quando corresponde a um objetivo, quando é adequado a uma determinada situação. Assim, “não se pode considerar o regime como algo permanente, imutável. (...) O regime não pode ser permanente uma vez que é só um meio educativo. Cada educação persegue determinados objetivos, que são submetidos a um processo de constante mudança e de crescente complexidade.” (MAKARENKO, 1981, p.39). Pelas próprias palavras deste educador, seu regime de caserna era adequado naquele contexto específico onde a revolução proletária se firmava, e, portanto, não pode ser transportado para outro contexto, mas tão somente seu princípio, ou seja, a disciplina. Fica, portanto, como tarefa do coletivo de educadores, em cada contexto educativo, definir que novos meios, ou regimes, podem ser empregados para a obtenção da disciplina nas sociedades contemporâneas, sem perder de vista outro princípio que é o respeito ao educando.

Entre as constatações feitas por nosso estudo de campo, mais impactantes para um trabalho continuado com crianças e adolescentes egressos da situação de rua inseridos em

Abrigos, destacamos a ausência de concepções teórico-metodológicas assumidas coletivamente que permitissem um trabalho orgânico de caráter mais profundo entre as unidades de Abrigo investigadas, e, em sentido oposto, a presença manifesta nos depoimentos dos educadores sociais respondentes de nossa pesquisa de um alto teor espontaneísta e emergencial. Entendemos que tais características devem-se a fatores de uma gestão superior no sistema de Abrigos da Prefeitura Municipal de Curitiba que não coloca a centralidade da natureza político-pedagógica do trabalho dentro dos Abrigos como uma prioridade, estabelecendo, portanto, independentemente dos esforços das equipes de profissionais que atuam nos Abrigos, um traço eminentemente assistencialista e lúdico, sem aprofundamento nos espaços das oficinas pedagógicas.

Além disso, a formação continuada destes profissionais, coerentemente a uma postura reprodutivista do Poder Público de um Estado capitalista, não se estrutura para conteúdos efetivos de transformação social. Assim, para uma leitura mais clara, por parte dos educadores sociais e coordenações de Abrigos, dos determinantes materiais que levam crianças e adolescentes à vida nas ruas, a formação continuada deve ser oportunizada fora do espaço hegemônico estatal. Isso significa que a tarefa deve ser desempenhada por espaços de formação, como o eixo de extensão das Universidades Públicas que são regidas pelo princípio de autonomia universitária, possibilitando a construção de ações contra-hegemônicas. Não ocorrendo dessa forma, fica impedida uma formação política dos educandos.

Também é importante considerar que no âmbito das formulações mais gerais das políticas públicas para a área tem-se como característica uma inércia proposital de natureza hegemônica do Poder Público em não atuar nas causas e sim em caráter assistencialista nas conseqüências. Esse amálgama de fatores possibilita a perpetuação de identidades subalternizadas dos educandos atendidos, além de caracterizar, do ponto de vista makarenkiano, um desrespeito à pessoa do educando.

A característica lúdica bastante presente nas oficinas dos Abrigos investigados não é por nós considerada como fator negativo, pelo contrário, pois segundo o próprio MAKARENKO:

“La importancia del juego en la vida del niño es análoga a la que tiene la actividad, el trabajo o el empleo para el adulto. La actuación del hombre en sus distintas actividades refleja mucho la manera en que se ha comportado en los juegos durante la infancia. De ahí que la educación del futuro ciudadano se desarrolle ante todo en el juego. Toda la historia de un hombre en las diversas manifestaciones de su acción puede ser representada por el desarrollo del juego en la infancia y en su tránsito gradual hacia al trabajo. Esa transición es mui lenta.”. (Makarenko, in: Capriles, 1989, p. 1989).

Assim, introduzir conteúdos de natureza política na formação de crianças e adolescentes, outro princípio makarenkiano, que envolvam pensamento crítico sobre a realidade, possibilidade de auto-gestão e construção de sua autonomia, não são impeditivos de uma vivência lúdica; ao contrário, são aspectos que devem ser trabalhados de forma intercomplementar. Por outro lado, dependendo da maneira com a qual a ludicidade for trabalhada ela pode impedir os demais aspectos citados, como, por exemplo, em atividades desportivas onde é incentivada a competição acima de valores como o coletivo e a solidariedade, ficando a depender do compromisso político dos pedagogos e educadores.

MAKARENKO defendia a tese de que os educandos devem ser introduzidos precocemente na compreensão dos problemas mais amplos da sociedade de seu país:

“Os educandos de uma instituição infantil soviética devem conhecer os perigos reais que ameaçam a organização do estado: eles têm que saber diferenciar os amigos e os inimigos de sua pátria. devem entender que a vida de cada um dos educandos é uma parte do presente e do futuro de toda a nossa sociedade.” (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 162).

Não vivemos numa sociedade soviética, mas vivemos numa sociedade demarcada por interesses capitalistas hegemônicos que agridem nossa soberania enquanto nação, e produzem desigualdades sociais profundas. Seguindo-se este princípio é possível compatibilizar desde as idades mais precoces, através da vida em coletivo, uma visão política da sociedade. Para que isso gradualmente vá se construindo no educando:

“É fundamental e decisivo um rigoroso equilíbrio dialético da direção e da autogestão. Violar este equilíbrio traz obrigatoriamente conseqüências negativas. Já a subestimação da autogestão, a ausência na coletividade, de uma opinião

social progressista, conduz, também a um fortalecimento do poder administrativo, que é prejudicial, pois transforma a coletividade num meio de pressão sobre o indivíduo.” (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p. 162).

É importante enfatizar que nas teses makarenkianas diferenciam-se os conceitos de “sociedade” e “coletividade”, de tal forma: “A principal diferença representa a unidade dos contatos: os membros da coletividade estão ligados mutuamente por relações e dependências diretas”. (MAKARENKO, in: CAPRILES, 1989, p.163).

Estes são princípios indubitavelmente fundamentais para clarificar o potencial do projeto político-pedagógico dentro de Abrigos para crianças e adolescentes, desde que haja um coletivo pedagógico integrado por uma mesma concepção, que defendemos fosse inspirada na Pedagogia Socialista, embora saibamos ser uma defesa bastante árdua em se tratando dos espaços de Abrigos mantidos por Poderes Públicos que se estruturam numa concepção capitalista de Estado cujas estratégias hegemônicas certamente não incluem a transformação desse paradigma capitalista na direção de uma visão socialista.

Sabemos também que no passado, na década de 90, essa tentativa foi feita neste espaço que ora investigamos, os Abrigos mantidos pelo Poder Público do município de Curitiba, mas foram iniciativas valorosas individuais na gestão interna da República de Meninos Órleans⁵⁷, pelo seu então coordenador E.S., que precisamente estruturou as práticas sócio-pedagógicas, desde a organização do cotidiano até a formação continuada dos profissionais que atuavam na Unidade, pela concepção makarenkiana.

Nesse momento de nossas reflexões, para aprofundar e complementar as análises sobre a superação da subalternidade de crianças e adolescentes em situação de rua ou de risco social e pessoal, na perspectiva da Pedagogia Socialista, recorreremos a GRAMSCI para refletir sobre a fundamentação necessária a um processo educativo que objetive a superação do senso comum, com vistas à formação da consciência crítica dos educandos envolvidos:

⁵⁷ Este trabalho de estruturação da República de Meninos Órleans foi analisado por nós na Pesquisa desenvolvida entre 1995 e 1999: **Diagnóstico e problematização de ações governamentais e não governamentais para o resgate da cidadania da criança e do adolescente de rua em Curitiba**- Relatório de projeto de pesquisa. Curitiba: UFPR, 1999. Mimeo.

“A filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela (a filosofia da práxis) afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1995, p.103).

O resgate desses enunciados em nossa análise neste momento é de suma importância se forem considerados os depoimentos de coordenações e de educadores sociais dos Abrigos investigados, onde foram apontadas graves dificuldades na relação com as escolas freqüentadas pelos educandos abrigados. Ainda que se considere que a escola pública carece de grandes esforços para atuar no sentido de uma educação transformadora, e que ela mesma, a escola, encontra-se atingida por determinações que a impedem de definir claramente qual é sua função social na formação de sujeitos críticos, ainda assim a escola pública é o espaço privilegiado onde os filhos das classes populares, e mais ainda, das classes pauperizadas, vão poder ter acesso ao acervo de conhecimentos construído historicamente pela ciência e pela sociedade de uma forma mais ampla.

Assim, os educandos abrigados ao encontrar toda a resistência da escola em acolhe-los e integrá-los, o que foi explicitado pelos participantes desta pesquisa, não terão nenhuma outra oportunidade de fazer uma apropriação de conhecimentos que possibilite “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa” segundo a afirmativa de GRAMSCI acima, se os espaços dos Abrigos não investirem fortemente numa reflexão coletiva de como isso pode ser feito concretamente através de uma reestruturação das oficinas pedagógicas que passariam a ter um conteúdo mais consistente nesta direção.

Isso requer muito esforço, considerando as questões que já abordamos referentes à concepção capitalista de Estado do Poder Público, mas isso só poderá ocorrer a partir do convencimento dos profissionais que atuam na base da execução das propostas, pois somente deles podem surgir esforços contra-hegemônicos na perspectiva de uma formação sólida e transformadora de seus educandos, por sua identificação de classe como trabalhadores advindos das classes populares.

Tomando as reflexões de GRAMSCI, abaixo, podemos dimensionar com mais clareza a enorme tarefa dos profissionais dos Abrigos na perspectiva de uma reestruturação do trabalho cotidiano:

“O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção ‘verbal’ não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. *A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real* (grifo nosso)”. (GRAMSCI, 1995, p.103-4).

É importante, para a discussão sobre as possibilidades implícitas em uma comunidade de Abrigo, pelo teor coletivo, considerar o que GRAMSCI define como “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política)” e sua característica de ser “a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” Assim, o cotidiano dos Abrigos, a depender do compromisso de seus trabalhadores, coordenações, educadores sociais e outros segmentos, podem trabalhar na perspectiva da unidade de teoria e prática não como um fato mecânico, mas, como no dizer de GRAMSCI, “um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária”. (GRAMSCI, 1995, p.103).

Segundo este autor, então:

“É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-

prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se prática, mesmo que dentro de limites ainda restritos.”(GRAMSCI, 1995, p. 104).

Ao se pensar tais concepções em espaços de Abrigos mantidos por um Poder Público que se insere em uma concepção capitalista de sociedade, ficam bem caracterizados os limites para os trabalhadores que ali atuam. Colocam-se desafios só superáveis diante da consciência da importância que uma tal formação significa para seus educandos e do compromisso político desses trabalhadores em direção à transformação social.

Para refletir sobre a prática cotidiana dos coordenadores, educadores sociais e demais profissionais dos Abrigos sob a responsabilidade do Poder Público municipal de Curitiba, em relação às crianças e aos adolescentes, egressos da situação de rua, nos abrigados programas investigados, igualmente de fundamental importância será levar em conta a reflexão de GRAMSCI (1995) sobre os componentes “saber, compreender e sentir” no processo de formação do educando:

“Passagem do saber ao compreender, ao sentir, e, vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber. O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’. (...) O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada com o ‘saber’; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. (GRAMSCI, 1995, pp..221-222).

A construção de GRAMSCI, acima, dá bem a dimensão das complexas questões envolvidas num trabalho profissional, como o desenvolvido nos Abrigos investigados, que gera profundas implicações com o “sentir”, dadas as relações afetivas que se constroem no cotidiano entre os profissionais e os educandos, demarcando o componente de identificação

e empatia por parte destes profissionais pelo sofrimento expresso na história de vida destes educandos. Ter a possibilidade de construir com seus educandos o “saber” através do “compreender” e do “sentir”, constitui-se num trabalho que exige dedicação absoluta por parte dos profissionais que desempenham essa função com compromisso ético e político.

Ao se considerar a tarefa das equipes que atuam nos Abrigos investigados de produzir currículos e propostas que trabalhem com os grupos sociais subalternos na perspectiva de sua superação e emancipação, e no caso do presente estudo, entender esta questão na perspectiva de crianças e adolescentes egressos da situação de rua, resulta de grande importância analisar a premissa de GRAMSCI de que:

“Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. (...) Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 1989, p. 39).

Assim, ao preferir um trabalho possível com crianças e adolescentes egressos da situação de rua na perspectiva de sua formação intelectual mais elaborada, deixando essa função social tão somente para a escola que em muitos casos não acolhe estes educandos, os Abrigos deixam de atuar numa área de formação cujas condições adequadas para tal estão postas, ou seja, os educandos permanecem um tempo razoável dentro da unidade, quando não estão na escola, e o que se procura é tornar a permanência dos mesmos mais agradável e produtiva ofertando oficinas com cunho mais de lazer do que de formação aprofundada. Mas nesse afã acaba-se por superficializar o trabalho cotidiano temendo-se a evasão, partindo-se para uma variedade muito grande de oficinas pedagógicas, que têm um atrativo inicial pela novidade, e até podem levar a uma persistência do atrativo, mas não aprofundam temas que requeiram maior aporte intelectual, ou tenham conotação política e crítica da sociedade.

Parte-se, assim, do preconceito de que um trabalho intelectual mais profundo é desmotivador para os educandos, pois teme-se reproduzir as situações que os educandos não aceitam na escola. O que os educandos não aceitam na escola é sua postura centralizada

no papel do professor, onde a única participação possível do alunos é deglutir e regurgitar um conhecimento que está fora de sua realidade, e ao qual não se pode questionar pois é repassado como dogma.

Os Abrigos podem exercer seu papel alternativo numa outra perspectiva de trabalhar com o conhecimento científico, mas para isso terão que ampliar seus quadros de profissionais e ousar introduzir a práxis em suas propostas. A reestruturação do trabalho nas unidades de Abrigo investigadas vai requerer um acréscimo de profissionais de outras formações para aprofundar as abordagens, como o pedagogo, que já analisamos anteriormente, e ainda a participação de professores de vários ramos do saber, que não atuariam aos moldes tradicionais de uma escola, mas na perspectiva de serem criados núcleos de estudo e discussão com processos pedagógicos dinâmicos e não centrados na relação docente tradicional. A relação com outros espaços de apropriação do saber é também fundamental nesta proposta, como universidades, bibliotecas, filmotecas, e outros grupos da comunidade que desenvolvam estudos temáticos científicos, com a participação direta dos educandos.⁵⁸

Ao analisar as formas de controle estatal sobre os grupos sociais subalternos, e no caso específico de crianças e adolescentes abrigados, egressos da situação de rua, controle esse pretensamente exercido através de coordenadores, educadores sociais, técnicos, e gestores de políticas oficiais, é importante levar em consideração as contribuições de GRAMSCI (1989), no que se refere às mediações destes trabalhadores em relação às superestruturas que representam como funcionários, e as estratégias correspondentes de manutenção da hegemonia estatal. (GRAMSCI, 1989, pp..42-4).

Utilizamos aqui a expressão “controle pretensamente exercido através de coordenadores, educadores sociais, técnicos e gestores de políticas oficiais”, com a intenção de destacar o termo “pretensamente”, no sentido da constatação que foi possível durante a pesquisa, de que os níveis hierárquicos mais próximos das classes subalternas atendidas

⁵⁸ Citamos aqui, como exemplo de iniciativas da comunidade, o projeto “O Semeador de Sonhos” coordenado e executado por João Bello e Susi Monte Serrat, onde se discutem temas como: manipulação da mídia (consumismo), exclusão social, violência, drogas, sexualidade, meio-ambiente, respeito às diferenças, e, valores como amor, verdade, honestidade, fraternidade e solidariedade. Maiores informações podem ser obtidas no site www.osemeadordesonhos.com.br.

pelos programas, precisamente os educadores sociais e coordenadores de programas, revelam na verdade em seus depoimentos uma dinâmica contra-hegemônica decorrente de sua aproximação com crianças e adolescentes em situação de rua atendidos, gerando processos subjetivos diversos como: identificação de classe, angústia gerada pela impotência diante da extensão do problema social, iniciativa na direção da mudança da estrutura reprodutora característica de certas políticas públicas da área. Estes fatores são extremamente positivos na perspectiva de que podem gerar enfrentamentos emergentes do interior dos Abrigos em direção uma mudança de postura nas prioridades estabelecidas pelo Poder Público municipal de Curitiba, ou mais precisamente, uma mudança na ausência de prioridades na área da criança e do adolescente em situação de exclusão e de subalternidade.

Um dos aspectos que mais nos chamaram a atenção no decorrer do presente estudo é o fato, por muitas vezes mencionado pelos respondentes, de que não há uma política integrada, em rede, para a abordagem de famílias de crianças e adolescentes em situação de rua, como se, por um passe de mágica, estas crianças não tivessem relações familiares onde estão presentes as formas de marginalização e subalternidade, que nestas famílias se perpetuam nos seus filhos. Trata-se, no sistema, a questão de forma isolada, com programas isolados, em departamentos isolados, sob formas burocratizadas e ahistóricas de analisar o problema. Assim, reflete-se em mais este aspecto as conseqüências da ausência de uma concepção superadora do problema, para a prevalência de uma concepção perpetuadora da subalternidade estrutural das classes populares.

Aspecto de igual importância para o presente trabalho foi a possibilidade de analisar a tendência predominante nos programas oficiais investigados, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, de introduzir os(as) educando(as) provenientes das classes populares, precocemente em propostas profissionalizantes de modelo capitalista, em condições subalternas, prática que, conforme já abordado neste trabalho, no quadro histórico de surgimento e difusão de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, é recorrente em diversos períodos históricos desde o Brasil Colônia.

Desta prática histórica decorre a dualidade estrutural dos sistemas de ensino no Brasil, que de um lado postergam a inserção das elites no espaço produtivo capitalista,

oferecendo um ensino fundamental e médio propedêuticos, e de outro aceleram a profissionalização desvinculada da formação geral, garantindo o predomínio dos critérios capitalistas de construção da subalternidade aos filhos das classes populares, acrescida da precoce inserção dos mesmos nas relações produtivas de dominação. Os programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua são vítimas desta estratégia hegemônica também, e até de forma mais intensa.

Assim, para serem encontradas formas que superem a dominação e exploração capitalista do trabalho infanto-juvenil mediadas pelo próprio sistema de Abrigos, as contribuições de GRAMSCI (1989) neste aspecto são fundamentais:

“A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’ ou de conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo.” (GRAMSCI, 1989, p. 62).

Esta reflexão de GRAMSCI, acima, coloca sobre os Abrigos um dilema ético político, sobretudo diante do fato de que as escolas não trabalham nesta perspectiva, e além disso excluem os alunos egressos das ruas por preconceito, requerendo uma corajosa aproximação por parte dos trabalhadores dos Abrigos em relação ao sistema de ensino, provocando uma discussão que a própria escola tem resistido historicamente fazer.

Ainda sobre inserção precoce no trabalho capitalista, também o trecho abaixo, formulado por GRAMSCI (1989), ainda em seu Caderno 12, é importante para analisar a tendência dos programas oficiais em introduzir precocemente os educandos em modelos profissionalizantes capitalistas, de natureza subalterna:

“Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as

escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada democrática, quando na realidade, só é destinada a perpetuar as diferenças sociais.” (GRAMSCI, 1989, pp. 86-7)

Prosseguindo em sua análise, GRAMSCI (1989), mostra que a formação de um operário manual qualificado, dentro de uma perspectiva democrática, não consiste apenas neste conceito “operário qualificado”, mas envolve a possibilidade de uma formação “técnico-política” (GRAMSCI, 1989, p. 88), enfatizando o papel da escola nesta tarefa.

Neste enfoque entendemos ser da maior importância refletir sobre o papel dos programas destinados a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal e de rua, notadamente os Abrigos que foram objeto de nossa pesquisa de campo, no sentido de serem criados espaços internamente para a promoção de tal nível de formação. Substituindo uma prática superficialista, constatada por este estudo, de oferta de inúmeras modalidades de oficinas sem nenhum aprofundamento, que sob uma análise mais rigorosa não escapariam de uma classificação de entretenimento inconseqüente, característica que já foi objeto de nossa análise neste texto. O que propomos é a abertura dentro dos Abrigos, de espaços de reflexão mais aprofundados com o cunho de formação política dos educandos, tal como encaminham as proposições de GRAMSCI acima, abrindo-se a possibilidade de se ampliar esta reflexão para os profissionais das escolas onde se inserem os educandos abrigados, para, num processo ampliado, poder ser obtida uma transformação também no âmbito dos Sistemas de Ensino.

Além disso, diante da resistência dos Sistemas de Ensino em fazerem esta discussão e imprimir mudanças em sua concepção sobre a formação para o trabalho, coloca-se a perspectiva de que os Abrigos mantenham-se como ponto de crítica e eles mesmos introduzam em seus espaços possibilidades de formação unitária, através de oficinas onde a proposta seja a unidade “técnico-política” na formação profissional de seus educandos que atendam as exigências etárias legais, com a necessária garantia de profissionais habilitados para tal função social.

Ao fazermos a contraposição em relação à inserção precoce dos educandos no espaço produtivo capitalista, sem nenhuma formação prévia oferecida a estes acerca da exploração de sua força de trabalho e conseqüente dominação do trabalhador, inerente a este modelo, não estamos desconsiderando a questão do princípio educativo do trabalho como eixo na formação das novas gerações, conforme apontado por GRAMSCI:

“O conceito e o fato de que o trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida na ordem natural pelo trabalho. O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro.”(GRAMSCI, 1989, pp.77-8)

Entretanto, não é possível simplificar o princípio educativo do trabalho favorecendo sua mitificação e a exploração capitalista do trabalho infanto-juvenil. Os depoimentos da Gerência de Abrigos colocaram a questão de que não se pode falar em autonomia dos educados, sem que se enfrente a inserção destes no espaço produtivo. Embora concordemos com o conceito de autonomia como articulado à capacidade do sujeito prover sua sobrevivência, não podemos deixar de levar em conta os limites de tal raciocínio, se não forem tomadas medidas impeditivas da produção do ciclo “profissionalização precoce / escolarização precária / subalternização”, fenômeno absolutamente presente nas classes populares, decorrente do modo de produção capitalista. Consideramos que não deve ser reproduzido tal raciocínio justamente nos espaços institucionais que se declaram como “medidas protetivas para crianças e adolescentes”, como é o caso dos Abrigos.

De igual importância para discussão e proposição de novas formas de organização e gestão de currículos de programas oficiais para crianças e adolescentes em situação de rua, notadamente os Abrigos de permanência continuada⁵⁹ são as reflexões concernentes

⁵⁹ Retomamos aqui que no decorrer de nossas análises, ao longo deste trabalho, sobre os modelos de Abrigos investigados, construímos um conjunto de argumentos para clarificar nosso posicionamento de que o chamado Abrigo de permanência breve não se sustenta nem teórica nem concretamente, daí nossa indicação

ao conceitos de “ estudo desinteressado”, proposto por GRAMSCI: “(...) o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou aparecer aos discentes) desinteressado, isto é, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo, ainda que ‘instrutivo’, isto é, rico de noções concretas.” (GRAMSCI, 1989, p. 86)

No presente trabalho, buscamos também uma análise da formação de intelectuais, e quais as relações dessa formação com os programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua. GRAMSCI, novamente aqui fornece fundamentos para essa reflexão sobre o tipo de homem que se precisa formar para superar a subalternidade estrutural e existencial das classes populares:

“(...) se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. (...) Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Finalmente, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui portanto para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (...) No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo ou desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.. (...) O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas sim imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ porque não mero orador – e, todavia superior ao espírito matemático abstrato: da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político).” (GRAMSCI, 1989, pp. 92-3)

5.1.2. Identidade social - as contribuições da Psicologia Social latino-americana.

dos Abrigos de permanência continuada, também denominados de repúblicas, como os espaços que comportam investimentos teórico-metodológicos e financeiros dada a possibilidade que os mesmos contêm de retomada de trajetória na história de vida dos educandos. Além disso, os próprios depoimentos de coordenações e de educadores sociais apontaram a mutação que os profissionais dos Abrigos de permanência breve imprimiram ao seu trabalho cotidiano na busca de um trabalho educativo continuado.

No próximo momento, para aprofundar as análises referentes à construção de identidade social de crianças e adolescentes egressos da situação de rua, configurando o processo de socialização destes sujeitos vivenciada nos espaços dos Abrigos sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba, e, a partir dos depoimentos coletados, recorreremos às contribuições da psicologia social latino-americana, especificamente, CIAMPA (1984), MONTERO (1987) e MARTÍN-BARÓ (1983).

As contribuições de CIAMPA (1984) buscam chegar à forma de estabelecer a identidade do sujeito, ao refletir que:

“A não ser em casos excepcionais, o primeiro grupo social do qual fazemos parte é a família, exatamente quem nos dá nosso nome. Nosso primeiro nome (prenome) nos diferencia de nossos familiares, enquanto o último (sobrenome) nos iguala a eles. Diferença e igualdade. É uma primeira noção de identidade.” (CIAMPA, 1984, p. 63).

Aqui já temos um primeiro impacto na construção da identidade de crianças e adolescentes em situação de rua: o perfil básico, apontado pela grande maioria dos participantes desta pesquisa, foi de famílias dos educandos inseridos nos abrigos com dificuldades intensas em termos de relações afetivas, com diversas uniões com pais diferentes, com vários relatos de violência doméstica, com a presença de drogadição e do alcoolismo nas figuras parentais, somados ao fato de que em pesquisa anterior⁶⁰ sob nossa coordenação verificamos um grande número de relatos sobre a adoção de pseudônimos por parte de crianças e adolescentes em situação de rua, que acabam se “colando” aos que os adotam como apelidos pelas características físicas, perdendo-se o contato com seu próprio nome e nome de suas famílias. Aí fica uma questão: a identidade primeira destas crianças e adolescentes não se construiu adequadamente.

CIAMPA prossegue em suas reflexões sobre o conceito de identidade, considerando que:

“Sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos parte: brasileiro, igual a outros brasileiros, diferente dos estrangeiros(...). O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento

⁶⁰ MIRANDA, S.G. **Diagnóstico e problematização de ações governamentais e não-governamentais para o resgate da cidadania de crianças e adolescentes de rua em Curitiba.** Curitiba, UFPR, 1999. Mimeo.

recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.” (CIAMPA, 1984, p. 63-4).

Aqui temos um segundo impacto sobre este contingente. De acordo com nossa compreensão do problema, crianças e adolescentes em situação de rua via de regra têm seus laços com a escola rompidos, o que vale dizer que a escola como o segundo grupo social significativo, após a família, não se estabeleceu como uma referência a ponto de demarcar uma nacionalidade, um conhecimento se si demarcado pela diferença do conhecimento do outro, além de não se construírem confrontos de histórias, normas interesses, de uma forma intencionalizada e objetiva com a mediação da escola. As impressões mais fortes vão sendo demarcadas nas consciências dessas crianças e desses adolescentes de forma difusa, sem serem demarcados conteúdos sociais por mediadores intencionalizados com um fim educativo, mas sim por experiências de perdas compartilhadas por outros sujeitos em igual condição. Ainda que se entenda, pela leitura de CIAMPA (1984), que os impactos que um sujeito vai enfrentando ao longo de sua trajetória de vida constituem a contradição necessária à construção da identidade, a grande probabilidade é de que a identidade social destes sujeitos, que compartilham com outros sujeitos excluídos os destroços da exclusão, se consolide de forma subalternizada.

Em relação especificamente às concepções acerca da identidade social, recorreremos à MONTERO (1987) que estabelece as relações entre os diferentes conceitos de identidade, considerando então:

“La identidad étnica, la identidad cultural, la identidad nacional, la identidad social en general, cumplen una importante función: son una forma de sostén y esas formas de supraidentidad que acompañan a la identidad individual, complementándola, tienen una función de ubicación del yo dentro de un conjunto social mayor, superior al grupo, dan un amplio sentido de pertenencia que es vivido conjuntamente con todos los demás miembros del grupo.” (MONTERO, 1987, p. 168).

Aqui apontamos mais um impacto na construção da identidade social de crianças e adolescentes em situação de rua. Comparamos aqui a existência destes sujeitos a “folhinhas soltas na enxurrada”, aos quais não é dada a condição de sentirem-se pertinentes a um

grupo social definido, uma vez que ocorreram processos expulsivos no interior de suas famílias e dentro da escola, e que o grupo de referência mais estável que se estabelece é um grupo migrante que produz formas existenciais defensivas em relação à violência urbana migrando, não se fixando, ocultando sua identidade, e protegendo-se não revelando suas relações familiares.

Portanto, não há sentido em refletir sobre a construção da identidade, como é o caso do presente estudo, sem clarificar que se está discutindo um processo social de construção, afastando qualquer interpretação idealista, ou de matriz biológica, onde os caracteres irão se desenvolver no indivíduo por maturação. Nesta perspectiva, pode-se recorrer novamente a MONTERO (1987) quando esta cita TAP (1980), para compreender melhor este conceito tão paradoxal que é a identidade:

“Ante el choque de lo idéntico, de lo semejante, con lo diferente, con la alteridad, con lo disímil, surge un sistema dinámico de sentimientos axiológicos y representaciones por los cuales el acto social, individual o coletivo, orienta sus condutas, organiza sus proyotos, construye su historia, busca resolver sus contradicciones y sobreponerse a los conflictos, en función de determinaciones diversas ligadas a sus condiciones de vida, a las relaciones de poder en las cuales se halla implicado, en relaciones constantes con otros actores sociales, sin los cuales ni puede definirse ni (re)conocer(se) . ” (TAP, 1980, p.11-2, in: MONTERO, 1987, p. 165).

Destacamos aqui que a consideração de MONTERO (1987) em relação aos aspectos acima, que ela enfatiza: “sin los cuales ni puede definirse ni (re)conocer(se)”. Assim, vai considerar que o termo identidade reveste-se de um caráter dinâmico e permite explicar certas contradições. Dessa forma, a identidade coletiva pode ser tanto positiva quanto negativa, e neste último caso deve-se considerar que “muchas veces para los grupos minoritarios o explotados representa la imagen positiva del grupo dominante en dos formas: como modelo ideal y como modelo inaccesible, estableciéndose una comparación asimétrica, cuya desigualdad resalta y reitera, por desequilibrio, los aspectos negativos de la propia identidad social, produciendo un fenómeno de devaluación de la misma.”. (MONTERO, 1987, p. 165).

Analisando-se a construção teórica acima se desvelam alguns dos aspectos que denominamos acima como impactos na construção da identidade de crianças e adolescentes em situação de rua, de tal forma que se tem como resultante identidades auto-desvalorizadas. É nessa condição que tais sujeitos inserem-se nos Abrigos, depois de uma longa permanência na situação de rua. São estes sujeitos com tão profundas marcas na construção de sua identidade social que passam a fazer parte de uma proposta que já diz a eles que sua permanência será breve, e mais uma vez ocorrerão processos expulsivos. Ainda que nesta nova situação, estes processos sejam aplicados como normas administrativas regradas por decisões institucionais, que se auto-justificam em nome do melhor interesse da criança e do adolescente, desconsiderando as relações afetivas que possivelmente vão emergindo.

Há relatos de casos de educandos que tiveram passagem por diversos programas e não permaneceram. Pode-se interpretar como uma forma de auto-defesa ter algum controle sobre sua expulsão do modelo: o educando sai antes que definam que ele seja transferido. Já está interiorizado seu auto-conceito como alguém que não pertence a grupo social algum.

Dar um lugar de pertencimento é a maior tarefa que um Abrigo pode desempenhar na vida de crianças e adolescentes egressos da situação de rua, dar-lhes referências estáveis e significativas. Possibilitar a construção de sua identidade social positiva. Superar toda a impossibilidade que historicamente os determinantes histórico-sociais colocaram na construção da identidade pessoal e social de crianças e adolescentes em situação de rua é a maior função social dos Abrigos, sejam eles mantidos pelo Poder Público, sejam eles de iniciativa da comunidade. Daí a importância de modelos que se caracterizam como de permanência continuada, pois a tarefa é de grande complexidade, não há tempo previsto para terminar.

A partir destes conceitos reveste-se de coerência recorrer a MARTÍN-BARÓ (1983) para entender como os processos de socialização contribuem para a construção da identidade social, notadamente na perspectiva de analisar a construção da identidade social da criança e do adolescente abrigados, egressos da situação de rua. Nossa intenção é

refletir como o processo de socialização deve se dar após a criança e o adolescente em situação de rua serem inseridos na situação de abrigo, para que efetivamente seja retomada a construção de sua identidade social em termos de valorização positiva.

“La multiplicidad de personas muestra, por tanto, que, en medio de su diversidad, todas y cada una tienen una identidad, un yo propio que las diferencia, así como un vínculo social que las une, una referencia común que les es propia y al mismo tiempo les hace miembros de una misma comunidad humana. De donde proviene esa doble faceta de la persona humana, su identidad diferenciadora y su identidad vinculante, su yo personal y su yo social? La respuesta es: de los procesos de socialización”. (MARTÍN-BARÓ, 1983, p.113).

Desta proposição é possível a idéia conseqüente de que em crianças e adolescentes em situação de rua acentuaram-se os componentes de suas identidades diferenciadoras e minimizaram-se os componentes de suas identidades vinculantes, ou seja, o eu pessoal é predominante em relação ao eu social. Sua condição migrante, não fixada em nenhuma das duas referências sociais mais fortes da infância, família e escola, dá-lhes a característica de não estarem identificados a nenhum grupo social definido em termos de conduta, valores e normas. Mas, sobretudo, e, além disso, sua vinculação a grupos comunitários também se estabelece de forma precária. Uma vez que não há uma moradia definida, não há grupo de bairro definido. Sua permanência em regiões urbanizadas está constantemente ameaçada pela violência urbana, traduzida pelo aparato militar repressivo que força sua migração constante para auto-defesa, além de dinâmicas sociais mais amplas, de natureza igualmente expulsiva, como reclamações de comerciantes que se sentem prejudicados por sua presença, e ações ostensivas da própria população urbana que não responde positivamente aos apelos por esmolas, vendas de pequenos objetos em sinaleiros, enfim, as diversas formas engendradas para sobrevivência, que não sendo rentáveis obrigam-nos a buscarmos outros espaços urbanos, migrando novamente.

Desta forma, uma vez estando inseridos a criança e adolescente egressos da situação de rua, os processos de socialização, responsáveis pelo equilíbrio entre a identidade diferenciadora e a identidade vinculante, que passarão a ocorrer dentro dos Abrigos, deverão primeiramente ser construídos a partir de um consenso interno entre os

profissionais de que o se desconhece sobre aqueles educandos é imensamente maior do que o que se conhece sobre eles. A imprevisibilidade é muito maior do que a previsibilidade.

Os desafios nas relações cotidianas estarão sendo colocados como indicadores de caminhos, que, entretanto, não podem surgir puramente do imediatismo e do emergencial, mas sim de concepções norteadoras que imbricadas à experiência construída no cotidiano, possibilite que a experiência se transforme em práxis, pois combina a reflexão teórica a partir da prática, e ao mesmo tempo permite uma releitura da prática sócio-pedagógica. Isso só sendo possível com a garantia de espaços coletivos de reflexão sistemáticos e continuados.

Contraopondo-se a conceitos funcionalistas, MARTÍN-BARÓ (1983) coloca a socialização como “aquellos procesos psicosociales en los que el individuo se desarrolla históricamente como persona y como miembro de una sociedad. (...)la socialización es un proceso de desarrollo histórico; es un proceso de desarrollo de la identidad personal; es un proceso de desarrollo de la identidad social” (MARTÍN-BARÓ, 1983, p.115).

Enfim, MARTÍN-BARÓ (1983) vai considerar que:

“La conciencia que la persona adquiere sobre si misma y que a su vez repercute en su propia determinación surge condicionada por la realidad social objetiva, que le abre y cierra determinadas posibilidades (de ahí el que la conciencia que puede adquirir una persona tiene siempre el limite imposto por la realidad de su grupo social), así como por la evolución específica de cada persona al interior de su medio social”.(MARTÍN-BARÓ, 1983, p.118).

A análise dos conceitos acima apresentados por este autor permite apreender a ênfase na origem de classe social na construção da identidade pessoal e social, indicando que no processo de aquisição da própria identidade é essencial a percepção que o indivíduo vai construindo sobre si mesmo. Depreendemos, pelos estudos da obra deste autor, que a imagem que de si tem a pessoa reflete-se em sua ação que, por sua vez, reflete-se na conseqüente percepção de si mesma, sendo este processo fortemente demarcado por relações sociais concretas. MARTÍN-BARÓ (1983) entende que é importante sublinhar que percepção não é o mesmo que captação sensorial, mas que é conhecimento interpretativo e valorativo. A percepção que a pessoa vai tendo de si mesma é ao mesmo tempo um

conhecimento, mais ou menos realista, de que é e como é, porém é também uma valorização desse ser e dessa maneira de ser. A criança que capta a si mesma com “um pobre”, se entende e se valoriza de maneira bem diferente que a criança que se percebe a si mesma como advinda de classes socialmente abastadas. (MARTÍN-BARÓ, 1983, p.125).

Nestas proposições da psicologia social latino-americana, residem alguns dos argumentos do presente estudo para a análise do impacto que exerce a naturalização do conceito “de rua”, sobre a construção da identidade da criança e do adolescente em situação de rua. Ou seja, sem que sejam historicizadas as condições de perda de pertinência a um grupo social definido, de perda de relações permanentes e estáveis significativas. Torna-se, então, de fundamental importância compreender a dimensão histórico-social do processo de construção destas perdas.

Assim, neste mesmo raciocínio destaca-se a importância que é dada ao “lugar” do abrigo, quando este é o significante correlato da acolhida, da proteção e da pertinência. É claro que não temos a ingênua suposição que todo abrigo passe automaticamente a adquirir estes significados. O que estamos, sim destacando é a importância do abrigo ter este significado para poder ocorrer uma socialização que permita a construção de identidades sociais não subalternizadas e capazes de enfrentar positivamente as determinações sócio-históricas, abrindo perspectivas transformadoras.

Muitos depoimentos coletados no nível de execução das propostas dos Abrigos, coordenação e de educadores sociais que participaram desta pesquisa, que é onde concretamente ocorrem os processos de socialização, evidenciaram componentes afetivos, de solidariedade e de identificação de classe na relação com os educandos, fatores extremamente fundamentais para se construir processos de socialização na perspectiva de uma inserção profunda do educando ao meio em que vive, sem estigmas e sem auto-valorização negativa.

Cabe ao Poder Público a tarefa de criar as condições materiais, cuja ausência em diversos aspectos evidenciamos no corpo deste trabalho, a partir dos depoimentos coletados neste estudo, para que os Abrigos de permanência continuada sejam as referências

adequadas para ampliar a real condição de proteção integral a crianças e adolescentes egressos de situação de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se constituiu num verdadeiro túnel do tempo espiralado, onde desenvolvemos esforços, fundamentados pelo materialismo histórico e dialético e suas diversas categorias de análise, de método e de conteúdo, para compreender como, na área da criança e do adolescente em situação de rua no Brasil, o Estado capitalista tem lidado com as estratégias de resistência e oposição da sociedade civil, com ênfase no município de Curitiba, no período após a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O tema foi abordado trabalhando-se na dimensão orgânica e na dimensão conjuntural, fundamentando em GRAMSCI (2000) ambas as dimensões.

Na dimensão orgânica foram enfocados os elementos referentes ao tema, desde a trajetória da infância desvalida no Brasil, as intencionalidades de intervenção ao problema exercidas pela sociedade como um todo e especialmente pelo Poder Público enquanto aparelho estatal de uma sociedade capitalista, até o desvelamento das práticas sócio-pedagógicas concernentes a cada período histórico onde mais significativamente esta questão aflorou.

Na dimensão conjuntural, a questão foi analisada no contexto específico do município de Curitiba, desde o período imediatamente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, até o ano de 2004, limite temporal desta pesquisa, onde foram analisados desde os espaços de formulação de políticas públicas pretensamente paritários, especificamente o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – COMTIBA, passando pelos níveis de gestão superior deste município onde estão alocados os programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, até os espaços onde efetivamente são executados estes programas, tomando-se como opção metodológica não

analisar os programas propriamente, mas as manifestações de seus responsáveis, nos níveis: documental, de gerência, de coordenação e de educadores sociais.

Para além da expressão concreta das práticas sócio-pedagógicas levantadas nos depoimentos recolhidos, tomamos como uma de nossas preocupações fazer uma análise das mesmas, em seus pontos mais polêmicos, a partir das contribuições teóricas da Pedagogia Socialista expressa nas teses de MAKARENKO (1976 e 1981), CAPRILES (1989) sobre MAKARENKO, e GRAMSCI. Foram também consideradas as contribuições da Psicologia Social latino-americana, expressas nas teses de CIAMPA (1984), MONTERO (1987) e MARTÍN-BARÓ (1983). Nesta perspectiva, buscamos caracterizar como um ramo específico da Pedagogia, o que em termos propositivos denominamos aqui de Sócio-Pedagogia.

Os limites na coleta de dados, encontrados durante o percurso da pesquisa, foram estabelecidos pelas dimensões do arbítrio do Poder Público municipal de Curitiba, em sua gestão central, visando retardar ao máximo o acesso aos dados. De toda forma, estas estratégias de resistência do Estado na perspectiva de manutenção de sua hegemonia foram transformadas em elementos de análise bastante esclarecedores em relação ao problema central desta pesquisa. Outros elementos devem ser considerados como limites, notadamente nossa pretenciosa intenção de buscar o maior leque possível de informações junto aos entrevistados e respondentes, o que provocou diversos dilemas diante dos critérios acadêmicos que requerem concisão, levando à necessidade de separarmos parte dos dados coletados, especificamente os relativos a programas desenvolvidos em Meio aberto, que serão sistematizados em relatório à parte para posterior apresentação e discussão nos espaços acadêmicos e nos espaços onde a pesquisa se desenvolveu.

A partir do que explicitamos nas descrições e análises no corpo deste trabalho, apontamos abaixo nossas principais interpretações dos dados obtidos:

NAS ATAS DO COMTIBA:

Estratégias do Poder Público Municipal para manutenção de sua hegemonia:

- Prefeitura: caráter técnico centralizador na definição das pautas de reuniões.

- Relações assimétricas com a sociedade civil (secundarização das demandas sociais apontadas por movimentos sociais e Conselhos Tutelares).

- Predomínio institucional - presidência sem alternância com a área não-governamental, multiplicação da Secretaria Municipal da Criança (SMCr) nas representações em todas as Câmaras Setoriais, gestão entrelaçada entre o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba(IPCC) de natureza privada e a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) de natureza pública, centralização da gestão através da estratégia de primeira-damismo⁶¹.
- Indiferenciação entre público-privado (com exemplo nas relações do Poder Público municipal com o IPCC, fundação de caráter privado, onde as ações de ambos são ambigualmente definidas, com aporte financeiro público).
- Penalizações de entidades opositoras: não renovação de registros sob a maquiagem de rigor técnico.
- Não efetivação do papel do COMTIBA na formulação de políticas públicas.
- Paridade é retórica mas não real.

Estratégias contra-hegemônicas da sociedade civil:

- Ação civil contra a prefeiturização da implantação do COMTIBA (1992)
- Gestão 95-97 – aglutinação de forças para enfrentamentos.
- Criação dos Conselhos Tutelares: proposições e confrontos (1996-97)..

EM NÍVEL DOCUMENTAL:

- Positivamente: explicita-se uma elaborada gama de níveis de responsabilidade em busca de unidade e definição de princípios norteadores, ainda que com contradições.
- Dados imprecisos sobre a história das Unidades de Abrigos; ocultação de fatos polêmicos.
- Ausência de fundamentação teórico-metodológica e de aspectos sobre gestão democrática.
- Prevalência dos aspectos administrativos sobre os pedagógicos, sem condições concretas para a execução do que se propõe.
- Ausência da função de pedagogo no sistema de Abrigos.

⁶¹ Termo significativo da estratégia estatal em que a Primeira-Dama do município ocupa diversos cargos, concomitantemente, em diversos momentos, onde há níveis de poder de decisão político-financeira, centralizando esse poder.

NA GERÊNCIA DE ABRIGOS:

- Concepção de causa da situação de rua centrada na desestruturação familiar.
- Visão ideologizada da abordagem familiar: patologização, culpabilização.
- Ausência de compreensão das causas macro-sociais.
- Divisão social do trabalho - lógica fragmentadora: centralização das decisões no núcleo central da FAS.
- Indiferenciação entre público e privado: inclusão de algumas conveniadas e exclusão de outras.
- Estigmatização do adolescente egresso da medida de privação de liberdade.
- Imposição pelo sistema municipal da reprodução de modelo formal que não se sustenta na prática: denominação de Abrigos de permanência breve e de permanência continuada, quando em ambos os modelos as necessidades concretas são pelo atendimento continuado.
- Programas em Meio Aberto revelam ausência de vontade política do Poder Público em assumir a guarda que o modelo de Abrigo requer, em nome da racionalidade administrativa.

NAS COORDENAÇÕES DE ABRIGOS:

- Preocupações positivas: formação dos funcionários, subjetividade nos espaços coletivos, visão social da pedagogia, relação funcionários-educandos.
- Explicação de não simplificação dos conceitos “na rua/de rua” – compreensão dos riscos idênticos em ambas as situações.
- Consideração dos determinantes macro-econômicos na situação de rua dos educandos.
- Indicação da falta, e necessidade, de trabalho mais efetivo com as famílias, não ocorrendo culpabilização das famílias.
- Indicação da inexistência de uma linha orgânica, articulada, de trabalho com famílias.
- Indicação da combinação entre proposições emergenciais intra-Abrigos e centralismo gerencial extra-Abrigos.
- Denúncia da estigmatização dos educandos pela escola e pela comunidade.

- Valorização do diálogo e do vínculo afetivo do educando com a comunidade interna do Abrigo.
- Identificação de classe entre profissionais de Abrigos e educandos levando a atitudes grupais contra-hegemônicas em relação ao Poder constituído.
- Indicação da necessidade de novas unidades de Abrigo.
- Indicação da insuficiência de políticas públicas para a drogadição infanto-juvenil, bem como para as necessidades especiais.
- Ausência de concepção teórico-metodológica unitária nas atividades internas, impossibilitando a práxis.

ENTRE OS EDUCADORES SOCIAIS:

- Indicação da ausência de formação específica como fator de prejuízo ao trabalho em sua totalidade.
- Insatisfação com os critérios de ingresso, notadamente quanto à avaliação psicológica.
- Preparo prévio ofertado pela Prefeitura Municipal de Curitiba considerado insuficiente.
- Insatisfação com a formação continuada ofertada pelo sistema.
- Explicitação de não-simplificação dos conceitos “na rua/de rua”, denotando compreensão da totalidade dos determinantes sócio-econômico-políticos .
- Explicitação de não-culpabilização das famílias pela situação de rua de seus filhos ou dependentes.
- Indicação da ausência de um trabalho com famílias, no nível do sistema, na perspectiva da transformação social.
- Indicação de práticas de gestão superior extra-Abrigos que desconsideram o acúmulo da experiência dos Educadores Sociais.
- Externalização de alto grau de angústia, impotência e senso de falta de apoio institucional e de condições adequadas para desenvolver o trabalho com os educandos.
- Forte componente afetivo no acolhimento ao educando, ausência de julgamento moral acusatório e explicitação o mais clara possível do cotidiano do Abrigo.
- Caráter emergencial da ação cotidiana implicando na ausência de organicidade da proposta, indicando inexistência de concepções articuladoras.

- Centralismo autoritário de cúpula resultando na ausência de projeto político-pedagógico coletivo, agravado pela ausência de pedagogos na função específica.
- Perda da visão de totalidade do trabalho desenvolvido, decorrente da divisão social fragmentária do trabalho inter e intra-Abrigos.
- Valorização do diálogo e do vínculo afetivo do educando com a comunidade interna do Abrigo.
- Identificação de classe entre profissionais do Abrigo e educandos levando a atitudes grupais contra-hegemônicas em relação ao Poder constituído.
- Indicação da estigmatização do educando por parte da escola e da comunidade.
- Políticas públicas insuficientes para a drogadição infanto-juvenil e para necessidades especiais de educandos.
- Indicação de diferentes níveis de compromisso por parte de educadores, gerando pressões intra-Abrigos, agravada pela ausência de supervisão e avaliação institucional.
- Indicação da precarização das condições de trabalho dos educadores sociais.
- Indicação da ausência de práticas cotidianas que possibilitem trocas de informações sobre os educandos e suas famílias, levantadas pelas funções diversas, impedindo a visão de totalidade, favorecendo a fragmentação das abordagens.

EM ÂMBITO GERAL:

- De diferentes maneiras, durante a pesquisa de campo, apresentaram-se estratégias hegemônicas do Poder Público Municipal, tendo como decorrência a perpetuação da subalternidade dos educandos atendidos pelos Abrigos.
- As estratégias de dominação, de diferentes maneiras, atingem também os profissionais que atuam com as crianças e adolescentes egressos das ruas, em situação de abrigo.

- Em contrapartida, evidenciaram-se ações diversas, que apresentavam caráter contra-hegemônico, especificamente na base da execução nas unidades de Abrigo, por parte dos profissionais, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes abrigados.

Consideramos como altamente positivo o fato de que os participantes da pesquisa mais ligados à base de execução, especificamente coordenações de programas e educadores sociais, apresentaram grande disponibilidade em responder às questões apresentadas, o que favoreceu enormemente a criação de um acervo que poderá suscitar novas interpretações. Mas sua atitude revela, sem sombra de dúvida, uma receptividade em relação a espaços de discussão e reflexão, fatores que por si só viabilizam a práxis, se forem criadas as condições adequadas pela gestão superior do sistema de atendimento.

O resultado deste esforço se traduziu num conjunto de dados bastante diversificado, com um volume extenso de informações que de toda forma esperamos possam suscitar novas investigações e interpretações, pois o móvel maior é dar retorno a um problema que gera indignação por sua permanência histórica neste país, sem uma superação concreta e definitiva, a existência de crianças e adolescentes em situação de rua.

Entendemos que apesar dos esforços desta pesquisa terem se concentrado em espaços mantidos pelo Poder Público, a totalidade de reflexões que foram produzidas podem contribuir também para práticas sócio-pedagógicas desenvolvidas em espaços comunitários não-governamentais, que nos serviram como uma importante referência a partir de diversas inserções que nos foram por eles permitidas em pesquisas e ações de extensão anteriores.

Esperamos, ainda, suscitar novos esforços de pesquisadores que no futuro venham a se somar aos nossos, ou talvez que venham a comprovar que estávamos equivocados em nossa tentativa de constituir um ramo específico da Pedagogia, a Sócio-Pedagogia. Considerando todos os limites que uma proposição desta natureza comporta, logramos desenvolver este estudo com paixão suficiente para tentar propor algo consistente e definido, o que só foi possível a partir de acúmulos construídos por outros pesquisadores e educadores.

Buscar sínteses integradoras de conceitos construídos por outros humanos em suas trajetórias históricas sempre foi um desafio que gerou rótulos, ou desbravou fronteiras, a depender do contexto. Sabemos claramente dos riscos. Impossível prever este desfecho, mas não é nossa preocupação fechar questões, e sim, com humildade, colocá-las e evidência.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo, Ed. Ática, 2001.

AZEVEDO, Maria Júlia. **Contextos expulsivos**. In: GREGORI, Maria Filomena (Coord. Geral). *Desenhos familiares- pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua..* SP, Editora Alegro, 1998, p. 111-15.

BARRERO, Júlio. **Educación popular y proceso de conscientización**. 10ª ed. México, Siglo Veintiuno Editores S.A ., 1985.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Trad. Marco Estevão e Renato Aguiar. 4.ed. SP:Editora Hucitec, 1999. P.5-46.

BOAL, Ivana e FRANGELLA, Simone. **Perfil das crianças, dos adolescentes e de suas famílias**. In: GREGORI, Maria Filomena (coord. geral). *Desenhos familiares – pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua..* SP, Editora Alegro, 1998. P.71-96.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília/DF, Ed.Universidade de Brasília, 1994. In: TAVARES, Taís Moura. *Gestão pública do Sistema de Ensino do Paraná*. Tese Doutorado, PUC/SP, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Documentação e Informação. **A realidade brasileira do menor**. Brasília, Coordenação de Publicações, 1976.

CAPRILES, R. **Makarenko, o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo:Editora Scipione, 1989.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. **Creating kingship: the fostering of children in favela families in Brazil**. In: GREGORI, Maria Filomena (Coord. Geral) *Desenhos familiares – pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua*. SP, Editora Alegro, 1998, p.7.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **As famílias de meninos em situação de rua**. In: GREGORI, Maria Filomena (Coord. Geral). *Desenhos familiares – pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua*. SP, Editora Alegro, 1998. P.117-134.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/CUT. **Conselhos, Estado e democracia**. In: *A experiência da CUT- 1998/1999. s/c, s/e, fevereiro/2000*. Mimeo.
CIAMPA, Antonio da Costa. **Identidade**. In: LANE, Silvia T.M., CODO, Wanderley (orgs.) *Psicologia social – o homem em movimento*. Ed. Brasilense, 1984.

CONFEDERAÇÃO DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. **Participação popular em conselhos paritários – aprendendo e ensinando uma nova lição.** Petrópolis, Ed. Vozes Ltda., 1997.

CORNELY, Seno A . **Por que pedagogia social ?** In: Caderno Pedagógico. Fundação Regional Integrada – FuRi/URI. Ano V, N°s 09-10,1995. P.101-8.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – em estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro, Ed.Civilização Brasileira, 1999.

FONSECA, Claudia. **O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda.** SP, Temas IMESC, V.1, N° 4, 1987, P. 21-39. Citados por GREGORI, Maria Filomena. Circulação de crianças. In: GREGORI, Maria Filomena(Coord. geral).. **Desenhos familiares – pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua.** SP, Ed. Alegro, 1998. P. 97-102.

FOOT, Hardman & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** 2.ed. São Paulo, Ed. Ática S.A ., 1991.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. **Grupos, Entrevistas Coletivas e produção de conhecimento popular em trabalhos da Psicologia Comunitária.** In: Psykhe. Revista de la Escuela de Psicología. Facultad de Ciencias Sociales. Pontificia Universidad Catolica de Chile. Número Especial; Memorias en Psicología Comunitaria. XXVI Congreso Interamericano de Psicología. Vo. 8.N.1. Mayo 1999. P.188-194.

_____. **Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária-** Os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. In: *Psicologia e Sociedade*; 8(1):63-82; jan/ju.1996. P.63-79.

_____. **Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil.** In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). Petrópolis,RJ:Vozes,1999. P.54-80.

_____. **Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política.** In: revista *Psicologia Política/ Sociedade Brasileira de Psicologia Política*, v. 1,n° 2- (Jul./dez. 2001). São Paulo, SBPP,2001. P.73-92.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional.* 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Conselhos gestores e participação sóciopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Carta ao Comitê Central do partido Comunista Soviético em 1926 (outubro)**. Escrita por solicitação do “*Uffício político*” do PC italiano. Tradução Regina Michelotto. Texto.

_____. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Barcelona, Ed. Península, 1970.

_____. **Escritos políticos**. Trad. Manuel Simões. Lisboa, Seara Nova, v. 1,2, 3 e 4, 1976.

_____. Alguns temas da questão meridional. **In: A questão meridional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. E Marco A . Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Edit. Civilização Brasileira, 1985.

_____. **A questão meridional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho.& Marco A.A . Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Caderno 12. **Apresentação, comentários e revisão da tradução Paolo Nosella**. Universidade Federal de São Carlos. **Trabalho apresentado na XII Reunião Anual da ANPED/ 1989**. Texto.

_____. **Caderno 22**. Trad. Paollo Nosella. São Carlos, s/data. Texto.

_____. **Cartas do cárcere**. Trad. Noêmio Spinola. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.1 (cad. 11 e 10) 1999; v. 2 (Cad.12, 24 e 28) 2000; v.3 (Cad.13 e 18) 2000; v. 4 (Cad.16,20,22 e 26) 2001; v.5 (Cad. 19 e 25) 2002; v.6 (Cad. 4, 21, 23, 27 e 29) – Antologia; Índice geral; Índice dos principais conceitos; Índice onomástico) 2002.

GREGORI, Maria Filomena.(Coord. Geral) **Desenhos Familiares**.SP, Editora Alegro, 1998.

HADDAD, Sérgio. **Afinal, o que é uma ONG?** (Entrevista com Sérgio Haddad condensada por Renato Pompeu). Revista Caros Amigos, Editora Casa Amarela, ano VI, nº 72, março 2003, p. 20.

HELLER, Agnes . **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona, Ediciones Península, 1970.

IMPELIZIERI, Flávia. **Crianças de rua e ONGs no Rio. – um estudo do atendimento Não- Governamental**. Rio de Janeiro: AMAIS Livraria e Editora; IUPERJ, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho- educação e o papel social da escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.(org.) Educação e crise do trabalho- perspectivas de final de século. 3.ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. P.55-75.

_____. **Pedagogia da fábrica – as relações de produção e a educação do trabalhador**. 3.ed. SP, Cortez editora, 1989.

LEFREBVRE, Henri. **Método. As leis da dialética** In: LEFREBVRE, Henri. Lógica formal – lógica dialética. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5.ed. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1991. P.236-241.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação - abordagens qualitativas**. São Paulo:EPU, 1986. In: MONTEIRO, Regina. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. PROPOSIÇÕES. Revista Quadrimensal da Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, SP: Ed. Cortez. N.5. Agosto.1991. P.28-9.

LUKACS, G. **História e consciência de classe – estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa. 2.ed. RJ: Elfos Ed., Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

LUKACS, g. & SCHAFF, Adam. **Sobre o conceito de consciência de classe**. 3.ed. Porto, Publicações Escorpião, 1973.

MAKARENKO, Anton Seminovich. **Conferências sobre educação infantil**. Buenos Aires: Editorial Ciências del Hombre, 1976.

_____. **Poema Pedagógico**. V.1. Tradução Tatiana Belinski. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MARTÍN- BARÓ, Ignacio. **La naturaleza social del ser humano**. In: Acción y ideología. Psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 1983. Cap.II. P.53-70.

_____. **Las estructuras sociales y su impacto psicologico**. In: Acción y ideología. Psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA Editores, 1983. Cap.III. P.71-111.

_____. **La socialización.** In: MARTIN – BARÓ, Ignacio Accion y ideologia.- psicología social desde Centroamérica. San Salvador: UCA EDITORES, 1983. Cap. IV, p. 113-182.

_____. **Sistema, grupo e poder- psicología social desde Centroamérica II.** San Salvador, El Salvador, UCA – Universidad Centro Americana, 1993.

_____. **Processos psíquicos y poder.** In: DÁDAMO, Orlando, BEAUDOUX, Virginia Garcia, MONTERO, Maritza. Psicología de la acción política. Buenos Aires/Barcelona/ México, Piados, sem/data.

MARTINS, Fernando. **MEC vai alfabetizar mães que recebem o Bolsa-Escola.** Curitiba, Jornal Gazeta do Povo, 13 de março de 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Lisboa, Martins Fontes, s.d.

MARX, Karl. **O capital.** Livro 1, vol.1. São Paulo, DIFEL, 1982.

_____. **O 18 Brumário e Louis Bonaparte.** (Completar dados).

MILLS, W. **Educación y classe social.** In: PEREIRA y FORACCHI. Educación y sociedad. SP, Cia. Ed. Nacional, 1971

MINAYO, Maria Cecília et al. **Perfil nacional de meninos e meninas de rua. Relatório final de investigação.** RJ, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz/Claves/Ministério da Saúde, 1992. In: GREGORI, Maria Filomena.(Coord. Geral) Introdução. Desenhos familiares – pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. SP. Ed. Alegro, 1998, p. 7.

MIRANDA, Sônia Guariza. **Diagnóstico e problematização de ações governamentais e não governamentais para o resgate da cidadania da criança e do adolescente de rua em Curitiba-** Relatório de projeto de pesquisa. Curitiba, UFPR, 1999. Mimeo.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente- como superar o distanciamento entre o legal e o real?** In: Revista do Chão da Escola, SISMMAC – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, abril de 2002, nº 1, p. 11-21. Divulgado também no site <http://br.geocities.com/gestaoeducacional/ Projeto>” A formação do Conselho de Escola: construindo a democracia”, 2000.

_____. **Crianças e adolescentes em situação de rua – um olhar interinstitucional Governo/Universidade.** Apresentado em sessão ordinária do Fórum

Paranaense de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Curitiba, Junho, 2000. Mimeo.

_____. **Formação de educadores da Fundação Educacional meninos e Meninas de Rua Profeta Elias** – Relatório de projeto de extensão. Curitiba, UFPR, 2000. Mimeo.

_____. **A organização do trabalho pedagógico não-escolar: o processo de construção cotidiano em comunidade alternativa.** Relatório de projeto de extensão. Curitiba, UFPR, 2001. Mimeo.

MIRANDA, Sônia Guariza & STOLTZ, Tânia. **A vida na rua & a rua na vida – histórico e proposta pedagógica da Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias.** Curitiba, Posigraf Editora, 1999.

MONTERO, Maritza. **Un modelo teorico para la explicación del comportamiento de la dependência.** In: MONTERO, Maritza. Ideologia, alienación y identidad nacional. Caracas: Universidad Central Venezolana, 1984. Cap. II, P.19-41.

_____. **La ideologia de la dependencia. Aspectos psicologicos.** . In: MONTERO, Maritza. Ideologia, alienación y identidad nacional. Caracas: Universidad Central Venezolana, 1984. Cap. III, P. 43-55.

_____. **El concepto de alienación en la dependencia. Aspectos psicologicos.** . In: MONTERO, Maritza. Ideologia, alienación y identidad nacional. Caracas: Universidad Central Venezolana, 1984. Cap. IV, P. 57-70.

_____. **A traves del espejo – una aproximación al estudio de la consciencia social en America Latina.** In: MONTERO, M. (Coord.) Psicologia política latinoamericana. Caracas, editorial Panapo, 1987. P. 163-201.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. **10 anos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – 1985/1995.** Brasília, DF, outubro/1995.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA.. **Pé de Moleque-Extra- 1985 - 10 anos –1995.** Brasília, DF, Gráfica Charbel, Outubro/1995

RIZZINI, Irene. **Deserdados da sociedade: os meninos de rua da América Latina.** Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

RIZZINI., Irma **“Domesticados mas não civilizados”crianças indígenas e instituições educacionais na província do Amazonas. (1850-1889).** In: IRMA Rizzini (org.). Crianças

desvalidas, indígenas e negras no Brasil- cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.P.45-83.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites.** In: SOUZA, L., FREITAS, M.F.Q., RODRIGUES, M.M.P. (orgs.) Psicologia – reflexões (im)pertinentes, Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998. P.317-346.

ROMANELLI, Geraldo. **A entrevista antropológica: troca e alteridade.** In: ROMANELLI, G.(org.) Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. P. 119-133.

SANDOVAL, Salvador. **A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais.** In: Educação e Sociedade. Dez.1989. P. 122-1129.

_____. **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). A cidadania em construção – uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. P.59-74.

SARTOR, Carla Daniel . **Proteção e assistência à infância: considerações sobre o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância.** In: IRMA Rizzini (org.). Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil- cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.P.143-178.

SEDA, Edson. **O novo direito da criança e do adolescente.** Brasília, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, Ministério da Ação Social, 1991.

SILVA, Rosalina Carvalho da. **A falsa dicotomia qualitativo – quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa.** In: ROMANELLI, G.(org.) Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. P. 159-175.

TAP, Pierre. **Identités collectives et changements sociaux.** Paris,Privat, 1980. P.11-2. In: MONTERO, Maritza. (Coord.) Psicologia política latinoamericana. Caracas, Editorial Panapo, 1987.

TAVARES, Taís Moura. **Gestão pública do Sistema de Ensino do Paraná.** Tese Doutorado, PUC/SP, 2004.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. **A infância brasileira nos anos 90.** Brasília, DF, 1998.

_____. **Situação mundial da infância 2000.** Brasília, DF, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.** (Coleção Textos do Tempo). Campinas,SP:Papirus,1999.

VIOLANTE, Maria Lúcia **O dilema do decente malandro.** SP:Cortez, Coleção Teoria e Prática Sociais,1985.

VOGEL, Arno e MELLO, Antonio da Silva. **Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho.** In: FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (orgs.). O trabalho de rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano do anos 80. SP, Unicef/Flacso e Cortez, s.d. Citados por GREGORI, Maria Filomena (Coord. Geral). Introdução Desenhos familiares – pesquisa sobre famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. SP, Editora Alegro, 1998, p. 7.

ANEXO 1

TRECHOS LITERAIS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA PUBLICADOS EM JORNAIS DO PARANÁ

“Os meninos de rua têm quase sempre a mesma história. São de famílias pobres, têm pais desempregados, muitas vezes alcoólatras ou drogados. Saem de casa porque são espancados ou violentados e abandonam a escola”.(NASCIMENTO, Gilberto. Revista Istoé, nº 1659, 18/07/01, p.61).

“Menores carentes – são aqueles cujos pais ou responsáveis não possuem as condições para atender as necessidades básicas como a alimentação, o transporte, a saúde, a educação, o asseio e higiene, etc. (...) Menores abandonados – são aqueles que não possuem pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas. Nesta categoria estão os expostos, os excluídos ou rejeitados pela família, os órfãos e sem parentes que os amparem, enfim, nas mais variadas situações de risco de se perderem”. (FARIAS JÚNIOR, João. O menor desvalido, o menor infrator e o menor delinqüente. Jornal Gazeta do Povo, Paraná, 17/03/96)

“A triste realidade dos meninos e meninas de rua que cheiram cola está ofuscando as praças de Curitiba. A situação está fugindo do controle das autoridades responsáveis. ‘A lei protege os menores. Por isso, alguns policiais preferem fazer de conta que não vêem o que acontece na praça’, estima, sem querer se identificar, um taxista que tem ponto há dez anos na Praça Osório. (...) É comum encontrar-se nas praças, crianças com um pacotinho de cola ou esmalte nas mãos. Tanto, que a cena já não chama a atenção das pessoas(...) Mas, para a servente D. S., que há três anos limpa a praça Osório, o problema não passa despercebido. ‘Todo o dia a praça está uma imundície. Eles fazem as necessidades e dormem aqui. Além de prejudicar a saúde deles, prejudicam o lazer de outras pessoas’, denuncia. (...) Porém, essas crianças e adolescentes que vivem nas praças e ruas de Curitiba não estão preocupadas com sua recuperação. ‘Eu não tenho como voltar para casa. Meu pai morreu e minha mãe está morando com outro homem’, tenta justificar o menor W.L.R., 14 anos. O menor, que há quatro anos vive nas ruas, admite que cheira cola e que faz isso para ficar ‘legal’. ‘Eu sou parasita, mas gosto de cheirar de galão’, fala com ar de riso. Assim como outros menores, W.L.R. já foi levado para casas de assistência mas acabou fugindo. ‘É aqui que está meu ganha pão’, explica. Na verdade, a maioria dos que são levados para casas de assistência, acaba voltando para a rua no dia seguinte. ‘Nós desenvolvemos várias atividades para tentar segurar esses menores nas casas, mas alguns sempre acabam voltando para a rua’, diz A.C.R., gerente dos programas de atendimento à criança e

adolescente em situação de risco da Secretaria da Criança”’. MARTINS, Joseane. Cheiradores de cola invadem praças. *Jornal O Estado do Paraná*, 16/04/97, p. 15.).

“ Menores viciados em crack, mendigos e desocupados em geral expulsaram os antigos freqüentadores das praças, convertendo-as em dormitórios e sanitários.(...) Durante anos a fio, esse cipoal de pequenas infrações tem sido tolerado, por força de uma visão equivocada do problema. Até recentemente, era praticamente hegemônica a tese segundo a qual esse clima de desordem generalizada nos grandes centros urbanos, onde o pequeno delito virou um estilo de vida e o ganha-pão de muita gente, tem origem nas mazelas sociais que o país vem sendo incapaz de encarar ao longo de sua história. Muitas pessoas – segundo esse raciocínio – teriam sido empurradas para as ruas centrais das grandes cidades por falta de opção (...) ‘Atribuir o problema ao desemprego e às desigualdades sociais é uma resposta cômoda demais’ diz o promotor de Justiça Fernando Capez, da Cidadania de São Paulo. ‘Está na hora de cobrar das autoridades soluções de curto, médio e longo prazos e não só explicações’. (...) É preciso resgatar a noção de que o direito público se sobrepõe ao direito individual. A ausência de políticas sociais sérias, a recessão econômica e o desemprego não justificam que grandes nacos das cidades tenham sido entregues à pequena delinqüência e àqueles que acham mais fácil buscar a sobrevivência nas ruas do que em outro lugar.(...) No caso do menor brasileiro, a legislação é contra a solução do problema. Aprovado há sete anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma peça idílica, com várias falhas e uma contradição gritante. Ao mesmo tempo que diz que toda criança tem o direito à assistência e à proteção, impede que o maior de 12 anos seja retirado das ruas contra sua vontade. Ele só pode ser levado para uma instituição social se estiver praticando alguma infração. (...) do jeito como foi redigido, ele se choca também com a lei das Contravenções Penais, que estabelece penas para a vadiagem. Com o menor largado nas ruas, sem escola, à mercê de todo o tipo de exploradores, tendem a perpetuar esse ciclo de miséria. Como a família e o Estado abriram mão de inculcar nessas crianças noções mínimas de disciplina e responsabilidade, que chances eles têm de educar seus próprios filhos? Os futuros cientistas nucleares do país, certamente, não serão criados nas ruas.? (...) Algumas providências tomadas são singelas, mas de efeito importante. A polícia está convertendo seus quartéis, batalhões e outras unidades espalhadas pela cidade em postos 24 horas.(.) Nos pontos críticos da cidade, devem ser implantadas câmaras de vídeo e cabines com sistemas de rádio para agilizar o combate à criminalidade.(...) Se as autoridades começarem a se mexer, a situação já melhora muito. Não dá mais para ficar à espera de um suposto momento certo para agir. Com atitudes deste gênero, o resultado é o que se vê por aí – cidades se tornando inabitáveis, reféns de um grupo pequeno de pessoas que impõem seu modo de vida anárquico e violento aos demais moradores“. (CAIXETA, Nely. *Chega! Revista Exame*, 04/0797, p.112-9).

ANEXO 2

ROTEIRO BÁSICO PARA A ENTREVISTA COM MNMMR- MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA - Curitiba:

1. Função do entrevistado dentro do MNMMR e identificação
2. Tempo de atuação dentro do MNMMR.
3. Participou da criação? Historiar sua participação.
4. Como se deu e se dá a participação do MNMMR no contexto de Curitiba?
5. Como se dá a relação específica do MNMMR na formulação de políticas sociais em Curitiba? (Participação em Conselhos, etc.).
6. Parecer sobre o texto produzido por esta pesquisa sobre a história do MNMMR no Brasil.
7. Análise do contexto de Curitiba sobre a questão de crianças e adolescentes em situação de rua após a promulgação do ECA, concentrando as análises de 1995 para cá (formulação de políticas públicas, propostas em andamento, execução do poder Público Municipal).
8. Ver a possibilidade de ceder materiais historiográficos do MNMMR.

ANEXO 3

SOLICITAÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA DE CURITIBA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA

Curitiba, 23 de abril de 2002.

Prezada Sra.:

Pelo presente solicitamos o acesso da pesquisadora Sônia Guariza Miranda, doutoranda do programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Tecnologia, na temática Economia Política da Educação, aos dados desta Secretaria para desenvolvimento do projeto de tese “Contextos de marginalização da criança e do adolescentes em situação de rua: das políticas públicas às práticas cotidianas”⁶². O referido projeto abrangerá aproximações aos seguintes campos de coleta de informações:

- a) formulação de políticas públicas – Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA, e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente –COMTIBA;
- b) execução de políticas públicas através de programas do poder público escolares e não-escolares da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família do Paraná e Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Secretarias Municipais da Educação e da Criança de Curitiba, envolvendo gestores, educadores e educandos;
- c) ações educacionais escolares e não-escolares de ONGs, desenvolvidos em Curitiba, envolvendo gestores, educadores e educandos;
- d) atuação da sociedade civil na defesa de direitos – fóruns, movimentos populares, sindicatos e Conselhos Tutelares.

No contexto da secretaria Municipal da Criança de Curitiba, a pesquisa necessitará ter acesso aos espaços referidos nos itens b e c acima discriminados, onde estão previstas as seguintes abordagens metodológicas referentes aos programas municipais destinados a crianças e adolescentes em situação de rua:

- análise dos documentos sistematizadores das propostas existentes nesta Secretaria destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, bem como documentos que configurem o diagnóstico da realidade deste contingente no município;

⁶² O título da pesquisa, os campos de coleta, as metodologias empregadas sofreram redefinições ao longo de sua discussão dentro do programa de Pós-Graduação, ficando o título final: “Criança e adolescente em situação de rua: Políticas e Práticas Sócio-Pedagógicas do Poder Público em Curitiba”. Assim, o campo de coleta ficou restrito aos programas sob a responsabilidade do Poder Público Municipal de Curitiba, e nas metodologias de coleta excluíram-se os grupos focais, observações participantes e a participação dos educandos nas entrevistas e questionários.

- entrevistas semi-estruturadas com os gestores, educadores sociais da PMC, e policiais militares que atuam em conjunto com os educadores sociais;
- grupos focais com debates entre os envolvidos, gestores, educadores sociais e Policiais militares, dos referidos Programas;
- observações participantes nos referidos programas.

As abordagens metodológicas citadas estão previstas para o ano de 2002 e 2003, com início tão logo sejam autorizadas pelas instâncias respectivas.

Em virtude da dimensão do estudo e de sua importância para a área, solicitamos a agilização da liberação dos espaços para a referida pesquisa de campo.

Certos de contarmos com a compreensão de V.S^a, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de consideração.

Maria de Fátima Quintal de Freitas
Orientadora do Projeto

Acácia Zeneida Kuenzer
Coordenadora da Linha Economia Política da Educação

(Obs.: Contatos – Fones: (041) 360-5141; FAX 264-3574.

End.: Ed. D. Pedro I – 2º andar – Rua Gal. Carneiro, 460 – Centro. Curitiba/PR -. CEP 80.060-150).

ANEXO 4

SÍNTESE DO DOCUMENTO “PROCEDIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE ABRIGO” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA , 2000)

O objetivo geral dos abrigos, proclamado no Documento da Prefeitura Municipal de Curitiba (2000, p.19) é:

“ Objetivo Geral – As unidades de abrigo municipais têm como objetivo geral a proteção integral das crianças e dos adolescentes em situação de rua, órfãos ou abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos e de abuso sexual. Visam proporcionar a superação das estratégias de sobrevivência anteriormente utilizadas, através da inserção em condições de vida digna e humana; possibilitar a apropriação dos saberes produzidos pela humanidade em sua história, fortalecendo os vínculos familiares existentes e construindo alternativas de exercício pleno da cidadania.”

No tocante aos objetivos específicos o Documento da Prefeitura Municipal de Curitiba sobre os abrigos (2000, p. 19) assim se expressa:

- Propiciar a substituição dos vínculos com a rua por projetos pessoais de inclusão na sociedade.
- Oportunizar o retorno à família sempre que possível.
- Promover o acesso e a permanência na escola.
- Possibilitar o acesso aos serviços de saúde, à aquisição de hábitos saudáveis e à prevenção e cura de doenças.
- Preparar para a inserção no mercado de trabalho.
- Proporcionar a superação do senso comum e das estratégias de sobrevivência da rua, através da reflexão constante e da apropriação da cultura.
- Garantir as necessidades básicas, com proposta educativa.
- Trabalhar práticas de autonomia e autogestão.
- Propiciar ações pedagógicas, através de oficinas de acompanhamento escolar, formação pessoal e social, atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Os princípios norteadores da ação educativa no abrigo envolvem (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2000, p.20-1):

- Suprir as necessidades essenciais, possibilitar aos educandos acesso às condições básicas de existência que contribuam na superação da situação de exclusão social e cultural do seu direito de existir como ser humano em todos os aspectos.
- Proporcionar um conjunto de recursos materiais e um conjunto de ações educativas que propiciem a apropriação dos saberes, da cultura, do construído pelo homem.
- Incluir crianças e adolescente em condições dignas de vida implicando incluí-los em um espaço de convívio com pessoas mais experientes que possam, através de informações, exemplos e interlocuções, educá-los.
- Oferecer a possibilidade de moradia em uma casa com instalações adequadas de higiene e de saúde, oportunizando o convívio com pessoas que saibam fazer uso destas instalações, expliquem como e por que fazê-lo, dando exemplo e tendo a preocupação de retomar as situações até que novos hábitos sejam adotados, constituindo-se nesse papel essencial do educador do abrigo.
- Ação educativa tendo como ponto de partida o cotidiano em seus vários aspectos: organização da casa; sucesso na escola; relacionamento com amigos, namorados, familiares, educadores, vizinhos e outros; saúde, cuidados com o corpo; vários espaços de participação na vida da comunidade e acesso aos recursos, entre outros. Mas, para ser efetiva, não pode ficar restrita à compreensão ingênua e imediata dos aspectos que compõem a vida atual da maioria da população. Deve proporcionar tanto a formação de um repertório de usos e costumes compatíveis com a inclusão social quanto a reflexão constante que conduz à autonomia e à criticidade.

- Nesse processo de reflexão, a ação educativa das unidades de abrigo deve ampliar a discussão do cotidiano às questões centrais na definição da própria condição humana e da identidade pessoal e da social. Além da discussão das regras cotidianas de cada casa, deve avançar em direção à discussão das regras gerais da própria cidadania; além dos costumes que propiciam a preservação da saúde ou aceitação em determinados ambientes, deve avançar em direção à progressiva compreensão da própria identidade de cada educando.
- Mais que um conjunto restrito de situações, a ação educativa nas unidades de abrigo é um processo constante de organização das condições de convívio, participação na cultura, reflexão e suporte voltado para a inclusão dos educandos nos direitos sociais que constituem a cidadania na atualidade.
- Esses fundamentos impõem a inserção dos educandos em todas as instâncias da vida da comunidade. Em vez de substituir escolas, centros de saúde ou igrejas em práticas que segregam ou diminuem as oportunidades, as unidades de abrigo municipais são estruturadas de modo a propiciar a matrícula e a permanência em escolas públicas da vizinhança. Além da escola, os educandos freqüentam igrejas, cursos, casas de vizinhos e amigos, sempre com certa supervisão dos educadores que trabalham com a comunidade para acolhe-los com respeito.
- Entre os eixos de ação, destaca-se a ênfase no acesso à cultura, através da oportunização de espetáculos e eventos culturais, e no acesso às oportunidades de trabalho remunerado a partir da idade de 16 anos.

ANEXO 5

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS DESTINADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DA PMC

1. Função.
2. Em que consiste esta função?
3. Qual a sua formação? 2º Grau / 3º Grau / Pós-graduação.
4. Na sua opinião existem diferenças reais entre crianças e adolescentes de rua e na rua?
5. Conceitue criança e adolescente de rua e na rua.
6. Quais as causas da existência do problema de crianças e adolescentes de/na rua?
7. A partir de sua resposta anterior, quais as formas para resolver este problema?
8. Qual o contingente atual de crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba?
9. Quantos são atendidos pelos programas da PMC?
10. Quantos são atendidos por entidades da comunidade?
11. Qual a relação estabelecida entre a PMC e as entidades conveniadas?
12. Quais os procedimentos utilizados para manter atualizada a informação sobre o contingente de crianças e adolescentes em situação de rua em Curitiba?
13. Quais os requisitos básicos para o profissional atuar nesta área, considerando estrutura pessoal e perfil profissional (formação e atuação)?
14. Qual é a especificação da função do educador social, quais as exigências para o ingresso nessa função na PMC, e qual o preparo prévio dado pela PMC para isso?
15. Há momentos sistematizados de reflexão da prática / formação continuada dos educadores sociais? Qual a periodicidade? Qual a proposta? Como se estrutura (conteúdos, avaliação, etc)? (Pode ser remetida pelo responsável pela função).
16. Que procedimentos devem ser utilizados em uma abordagem inicial com a criança ou adolescente de rua e na rua?
17. Como é tratada a questão da família da criança e do adolescente em situação de rua?
18. Quais os recursos (programas) de atendimento da PMC nesta área que estão disponíveis, hoje, para encaminhamento de casos de crianças e adolescentes de rua e na rua em Curitiba? (Solicitar textos de sistematização das propostas).
19. Quais concepções teórico-metodológicas sustentam as políticas e propostas de atendimento dos programas da PMC nesta área?
20. Além de você, que outras funções participam das instâncias de decisão sobre os programas destinados a crianças e adolescentes em situação de rua?
21. Qual o papel do COMTIBA em relação aos programas da área?
22. Quais os critérios de inserção, desligamento e encaminhamento de casos de crianças e adolescentes em situação de rua, nos programas da PMC?
23. Como se dá a relação dos educandos atendidos com a escola e com a comunidade e qual o papel de sua função nessa relação?
24. Como é feito o histórico da criança (quais os dados)? Qual profissional o realiza? Como ele é utilizado nas decisões a serem tomadas?

25. Qual o encaminhamento para os casos de crianças e adolescentes em situação de rua procedentes de outros municípios?
26. É mais freqüente a permanência ou a evasão de crianças e adolescentes de rua e na rua, nos programas da PMC? Aponte as causas para ambas as situações. Quais as formas empregadas na PMC para controlar esse dado?
27. Aponte os principais problemas e dificuldades em sua atuação nesta área, encaminhando algumas formas de superação para os mesmos.
28. Quais os casos mais difíceis de crianças e adolescentes em situação de rua para prestar atendimento?
29. Que programas, além dos já existentes, deveriam ser criados em Curitiba?
30. Pense em alguma criança ou adolescente de/na rua que você tenha atendido que melhor caracterize esse problema e descreva-o.
31. Como é tratada a questão da criança e do adolescente em situação de rua que apresenta necessidades educacionais especiais?

ANEXO 6

PROCEDIMENTOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA COLETIVA SEMI-
ESTRUTURADA PARA COORDENAÇÕES DE PROGRAMAS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE
CURITIBA

PROCEDIMENTOS PARA ENTREVISTA COLETIVA:

1. Por ser esta uma entrevista coletiva não significa que as posições dos entrevistados devam apresentar semelhança, sendo mesmo importante que cada um procure não se influenciar pelas respostas dos demais e manter fidedignidade com seu próprio ponto de vista. Portanto é importante que cada entrevistado fale de suas posições, crenças, e como pensa a respeito de cada questão, concordando ou com os demais entrevistados, dando avaliações/valorações que possua sobre os assuntos abordados.
2. A opção por ser entrevista coletiva não foi da pesquisa, mas da própria Coordenação da FAS, portanto é extremamente importante que transpareçam posições pessoais e não posições em bloco. Assim, as respostas terão que ser de cada entrevistado, não sendo possível respostas como: “minha resposta é igual a de fulano”.
3. Deve ser lembrado que este encontro é uma entrevista coletiva, para fins de pesquisa, e não um debate, portanto um entrevistado não deve tentar influenciar outro a mudar sua resposta.
4. Cada entrevistado receberá papel ofício dobrado e pincel atômico para colocar, sob forma de crachá de mesa, seu nome e a unidade de programa pela qual responde como coordenador.
5. O supervisor do grupo deverá permanecer como observador, uma vez que o mesmo já passou por uma entrevista própria, sendo até mais interessante que não permaneça no recinto. Mas se permanecer não deverá emitir posições, e nem tentar buscar consensos, ou influenciar os entrevistados, que deverão ter autonomia para suas respostas.
6. A seqüência do roteiro previamente apresentado pela pesquisa será mantida, havendo entretanto alternância na seqüência de quem inicia as respostas, sendo esta condução responsabilidade da entrevistadora..
7. Não poderão ocorrer falas concomitantes, pois a entrevista estará sendo gravada para ajudar no registro. Além da gravação, também serão feitas anotações dos dados pela entrevistadora.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COLETIVA SEMI-ESTRUTURADA PARA
COORDENADORES DE PROGRAMAS

Denominação do programa que o entrevistado coordena:**1º eixo: Entrevistado:**

1. Descrição da função do entrevistado.
2. Qual a sua formação? Nível Médio/ Graduação /Pós-graduação.

2º eixo: Conceito de criança e adolescente de/na rua:

3. Conceitue criança e adolescente de rua e na rua.
4. Segundo você, quais as causas da existência do problema de crianças e adolescentes de/na rua?
5. Quais as formas para resolver este problema?

3º eixo: Perfil, qualificação e atuação dos profissionais:

6. Quais os requisitos básicos para atuação neste programa, em relação a cada função, considerando estrutura pessoal e perfil profissional (formação e atuação)?
7. Há momentos sistematizados de reflexão da prática / formação continuada dos educadores sociais e dos demais profissionais? Quem oportuniza? Qual a periodicidade? Qual a proposta? Como se estrutura (conteúdos, metodologia, avaliação, etc)?
8. Aponte os principais problemas/dificuldades de atuação neste programa, encaminhando algumas formas de superação para os mesmos.

4º eixo: Caracterização do programa:

9. Denominação do programa.
10. Ano de criação. Designações anteriores, se for o caso.
11. Qual o contingente atual de crianças e adolescentes neste programa?
12. Quais os critérios de inserção, desligamento e encaminhamento de casos de crianças e adolescentes em situação de rua no programa que você coordena?
13. Como é feita a primeira abordagem com o educando (na rua ou nas instalações do próprio programa)? Quais os procedimentos utilizados para o ingresso do educando neste programa?
14. Profissionais que compõem este programa: discriminar formação, função e contingente numérico.
15. Especificar a estrutura deste programa quanto aos educandos: faixa etária, sexo, escolaridade, outros; quanto à proposta: conteúdos, atividades, atendimentos complementares, metodologia, avaliação, etc.
16. Quais as concepções teórico-metodológicas que sustentam a propostas deste programa ?
17. Como são decididos estes aspectos da proposta (fundamentação, conteúdo, metodologia, avaliação)? Quais níveis de funcionários participam destas decisões?
18. Os educandos participam de níveis de decisão da proposta pedagógica? Como? Em quais aspectos?
19. Como é feito o histórico do educando? Qual profissional o realiza? Como este histórico é utilizado das decisões sobre o educando?
20. Quais os procedimentos utilizados quando o educando não se adapta a este programa?
21. Em que casos há desligamentos dos educandos? Quem propõe/ Há encaminhamento para outro programa?

22. Como se dá a relação dos educandos e profissionais do programa, com a escola e com a comunidade?
23. Ocorre a evasão de educandos neste programa? Em que proporção? Aponte as causas desta situação. Quais as formas empregadas neste programa e/ou pela PMC para controlar este dado?
24. Quais os casos mais difíceis de crianças e adolescentes em situação de rua para prestar atendimento? Discrimine as características. Quais as razões destas dificuldades?

5º eixo: Família dos educandos

25. Qual o perfil predominante das famílias dos educandos atendidos no programa?
26. Qual o grau de responsabilidade da família na situação de rua de seus filhos ou dependentes?
27. Quais são as abordagens realizadas com as famílias dos educandos atendidos neste programa? O programa que você coordena participa delas? Especifique.
28. Você considera adequadas as abordagens utilizadas pelo programa e pelo sistema em relação às famílias? Justifique.

ANEXO 7

MENSAGEM, ORIENTAÇÕES E QUESTIONÁRIOS SEMI-ESTRUTURADOS
PARA EDUCADORES SOCIAIS DE PROGRAMAS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA DA FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL
DE CURITIBA.

MENSAGEM AOS EDUCADORES SOCIAIS, TÉCNICOS E POLICIAIS
MILITARES QUE ATUAM JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RUA NOS PROGRAMAS DA PMC (POSSÍVEIS
RESPONDENTES):

Curitiba, março de 2004.

Para os possíveis respondentes que concordarem em dar sua contribuição à presente pesquisa, optamos pelo recurso de uma correspondência escrita, visto que o nível de execução dos programas, os educadores sociais, os técnicos e os policiais militares destes programas, terão acesso aos instrumentos somente através dos coordenadores dos referidos programas. Os coordenadores de cada programa ao serem abordados diretamente pela pesquisadora através de uma entrevista semi-estruturada, deverão receber os envelopes em número suficiente para cobrir todo o contingente de educadores e técnicos de cada programa, contendo cada envelope o instrumento com as orientações, e folhas em branco e papel almaço pautado, para escolha dos respondentes no fornecimento dos dados. Portanto, será de livre escolha a participação dos educadores sociais, técnicos e policiais militares sendo necessário, entretanto que a coordenação do programa garanta um mínimo de 25% do contingente dos profissionais envolvidos.

É importante esclarecer que esta pesquisa se insere no Programa de Doutorado em Educação da UFPR, na linha Economia Política da Educação, no projeto denominado “Crianças e adolescentes em situação de rua- das políticas do poder público às suas práticas pedagógicas”, cujo objetivo, sumariamente, é analisar como as políticas do poder público têm sido formuladas e executadas. Esta análise se desenvolve numa perspectiva sócio-histórica, contemplando duas abordagens: uma orgânica que envolve desde o Brasil Colônia até o emergir do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, e outra conjuntural, realizada em um contexto específico, o Município de Curitiba, a partir da aprovação do ECA em 1990 até o período atual.

Tomam-se como fundamentos para a definição das categorias de análise, as contribuições do materialismo histórico, sobretudo nos clássicos Marx e Engels, e autores contemporâneos, bem como das proposições de Antônio Gramsci para a definição de critérios para as abordagens orgânica e conjuntural no estudo da formação dos grupos subalternos, entendendo-se, aqui neste estudo, o contingente de crianças e adolescentes como grupo social subalterno. Tal enfoque possibilitará analisar, a partir das categorias

metodológicas totalidade e contradição, as categorias de conteúdo hegemonia, subalternidade, e a sub-categoria construção da identidade.

Especificamente com relação à construção da identidade, buscar-se-á a fundamentação nas contribuições da psicologia social da América Latina, sobretudo de Ignacio Martín-Baró, como um dos seus maiores expoentes, com seu aprofundamento sobre a socialização. Também as contribuições de outros teóricos contemporâneos de expressão desta vertente serão consideradas, permitindo ao presente estudo refletir sobre a questão da construção da identidade de crianças e adolescentes em situação de rua, e sua relação com programas oficiais executados pelo poder público.

Dentro disso, é inestimável a contribuição daqueles que atuam diretamente com este contingente de crianças e adolescentes dentro dos programas executados pelo Poder Público municipal de Curitiba, com o fornecimento de dados da maior importância para as reflexões que este estudo tem a intencionalidade de desenvolver.

Desde o início em que estivemos junto à Fundação da Ação Social da PMC solicitando autorização para a realização do presente estudo, estivemos firmando nosso compromisso em divulgar os resultados do mesmo, bem como apresentando uma cópia do mesmo para futuras discussões, compromisso que reafirmamos nesta oportunidade.

Agradecendo desde já o importante aporte contido no esforço de todos os respondentes, apresentamos nossas mais

Cordiais saudações.

Sônia Guariza Miranda
Doutoranda responsável pela pesquisa supra citada.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS A SER APLICADO A EDUCADORES
SOCIAIS, TÉCNICOS E POLICIAIS MILITARES QUE ATUAM NA PMC COM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

ORIENTAÇÕES:

1. RESPONDENTE NÃO DEVERÁ SER IDENTIFICADO, HAVENDO NECESSIDADE, PORTANTO, DE QUE AS QUESTÕES SEJAM RESPONDIIDAS POR ESCRITO COM LETRA DE FORMA OU DIGITADAS.
2. AS RESPOSTAS DEVEM SER PRECEDIDAS APENAS PELO NÚMERO DA QUESTÃO, PODENDO SER RESPONDIIDAS EM BLOCOS POR EIXO, TOMANDO-SE O CUIDADO PARA NÃO OMITIR ALGUMA QUESTÃO.
3. AS RESPOSTAS, JUNTAMENTE COM O INSTRUMENTO, DEVEM SER COLOCADAS NO ENVELOPE, DEVENDO O MESMO SER LACRADO PELO RESPONDENTE PARA SER ENTREGUE DIRETAMENTE À

PESQUISADORA EM DATA E LOCAL PREVIAMENTE DIVULGADO PELA PESQUISADORA.

4. CASO HAJA IMPOSSIBILIDADE DO ENVELOPE SER ENTREGUE DIRETAMENTE À PESQUISADORA, O RESPONDENTE PODERÁ OPTAR PELO ENVIO ATRAVÉS DO CORREIO CONVENCIONAL AO ENDEREÇO:

Sônia Guariza Miranda
 Departamento de Planejamento e Administração Escolar.
 Setor de Educação – UFPR
 Ed. Dom Pedro I - 5º Andar.
 Rua Gal. Carneiro, 460 - Centro – Curitiba - PR
 CEP 80.060-150

5. CONFORME A ÉTICA PRÓPRIA À PESQUISA, HÁ COMPROMISSO DA PESQUISADORA DE QUE OS INSTRUMENTOS RESPONDIDOS, APÓS RECEBIDOS, SÓ SERÃO ACESSADOS PELA PESQUISADORA E DEPOIS DE COMPILADOS OS DADOS, OS INSTRUMENTOS PREENCHIDOS SERÃO DESTRUÍDOS.

QUESTÕES:

1º eixo: Entrevistado:

1. Denominação do programa onde o respondente atua.
2. Descrição da função do profissional entrevistado.
3. Sente-se preparado para esta função?
4. Qual a sua formação? 2º Grau /3º Grau /Pós-graduação.
5. Há quanto tempo atua nos programas de atendimento a crianças e adolescentes de rua e na rua (na PMC e fora dela)?

2º eixo: Conceito de criança e adolescente de/na rua:

6. Conceitue criança e adolescente de rua e na rua.
7. Quais as causas da existência do problema de crianças e adolescentes de/na rua?
8. Quais as formas para resolver este problema?

3º eixo: Perfil, qualificação e atuação do profissional:

9. Quais as exigências para o ingresso em sua atual função na PMC, considerando estrutura pessoal e perfil profissional (formação e atuação)?
10. Qual o preparo prévio fornecido pela PMC para assumir sua função ? Foi suficiente? Comente.
11. Depois de assumir a atual função têm ocorrido momentos sistematizados de reflexão da prática / formação continuada? Qual a periodicidade? Qual a proposta?

(Como se estrutura: conteúdos, metodologia, avaliação, etc) Contemplam suas necessidades? Em caso negativo, como propõe que fosse realizado esse processo?

12. Aponte os principais problemas/dificuldades na função em que está atuando, encaminhando algumas formas de superação para os mesmos.
13. Na sua opinião, que programas, além dos já existentes, deveriam ser criados em Curitiba para crianças e adolescentes em situação de rua?
14. A formulação de novas propostas nesta área em levado em conta a experiência de seu nível de função? Comente.

3º eixo: Caracterização da atuação do respondente no programa:

15. Qual o contingente atual de crianças e adolescentes que estão sob sua responsabilidade neste programa? Especifique faixa etária, sexo, escolaridade.
16. Como você faz a primeira abordagem com o educando (na rua ou nas instalações do próprio programa)? Por que utiliza esta abordagem? Você a considera adequada? Por que?
17. Como você desenvolve seu trabalho cotidiano com o educando quanto a: conteúdos, atividades, atendimentos complementares, metodologia, avaliação, etc.
18. Quem define este tipo de abordagem cotidiana? Você participa desta decisão? Considera este tipo de abordagem adequada? Justifique.
19. Os educandos participam de níveis de decisão da proposta pedagógica? Como? Em quais aspectos?
20. Você tem acesso ao histórico dos educandos com os quais atua? Comente.
21. Quais os procedimentos utilizados quando o educando não se adapta ao seu trabalho?
22. Em que casos há desligamentos dos educandos? Quem propõe?
23. Como se dá a relação dos educandos e profissionais do programa, com a escola e com a comunidade?
29. Ocorre a evasão de educandos neste programa? Em que proporção? Aponte as causas desta situação. Quais as formas empregadas neste programa e/ou pela PMC para controlar este dado?
24. Quais os casos mais difíceis de crianças e adolescentes em situação de rua para prestar atendimento? Discrimine as características. Quais as razões destas dificuldades?
25. Você considera adequadas as condições de trabalho para desempenhar esta função? Comente.

4º eixo: Família dos educandos:

26. Qual o perfil predominante das famílias dos educandos atendidos?
27. Qual o grau de responsabilidade da família na situação de rua de seus filhos e/ou dependentes?
28. Quais são as abordagens realizadas com as famílias dos educandos atendidos neste programa? Você participa delas? Considera adequadas? Especifique.

5º eixo: Informações adicionais a critério do respondente.